

Assegurar a Qualidade na Educação

Políticas e Abordagens
à Avaliação das Escolas
na Europa

Relatório *Eurydice*





Garantia da Qualidade na Educação:

Políticas e Abordagens à
Avaliação das Escolas na
Europa

Relatório Eurydice

O presente documento é uma publicação da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA, Análise das Políticas de Educação e de Juventude).

Cite esta publicação como:

Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2015. *Garantia da Qualidade na Educação: Políticas e Abordagens à Avaliação das Escolas na Europa*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

ISBN 978-92-9201-868-9

doi:10.2797/347308

Este documento também está disponível na Internet: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/192.html> e <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>.

Texto concluído em janeiro de 2015.

© Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, 2015.

É permitida a reprodução desta publicação, desde que seja identificada a fonte.

Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura

Análise das Políticas de Educação e de Juventude

Avenue du Bourget 1 (BOU 2 – Unit A7)

B-1049 Brussels

Tel. +32 2 299 50 58

Fax +32 2 292 19 71

Correio eletrónico: eacea-eurydice@ec.europa.eu

Sítio de Internet: <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/>

EURYDICE

Unidade Portuguesa

Av. 24 de Julho, n.º134

1399-054 Lisboa

Tel.: +(351)213 949 314

Faxe: +(351)213 957 610

Correio Eletrónico: eury@dgeec.mec.pt

Sítio de Internet: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/54/>

Editor da versão portuguesa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência



DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS
DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Tradução da responsabilidade da Unidade Portuguesa da Rede Eurydice

ISBN 978-972-614-633-9 (versão online)

Lisboa, dezembro de 2016

PREÂMBULO



Num momento em que a Europa coloca o relançar do crescimento económico como prioridade máxima, conforme esclareceu o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, nas suas diretrizes políticas, a atenção centra-se como nunca, nos sistemas educativos – e com justa razão. O reforço da qualidade da educação é central aos nossos esforços para restabelecer o crescimento económico a longo prazo e a criação de empregos na Europa.

A melhoria da qualidade e da eficácia do investimento em educação em toda a Europa é um dos objetivos fundamentais do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e da Formação (EF 2020). Uma educação de elevada qualidade é vital para a empregabilidade, coesão social e sucesso global a nível económico e societal na Europa. Todavia, a qualidade deve ser submetida a um processo de acompanhamento e melhoria contínuos, que exige sistemas eficazes de garantia da qualidade que cubram todos os níveis de ensino.

Em maio de 2014, os ministros nacionais da educação na UE reconheceram o papel essencial desempenhado pelos mecanismos de garantia da qualidade no apoio às instituições de educação e de formação e aos decisores políticos no sentido de enfrentarem os desafios atuais. Todavia, é certo que os sistemas de garantia da qualidade devem basear-se em princípios que vão além de uma mera abordagem de *checklist*: há que fomentar uma cultura empenhada na melhoria contínua da qualidade do ensino e da aprendizagem. Os Estados-Membros são encorajados a desenvolver e promover tal cultura, assegurar a transparência dos resultados da avaliação da qualidade – um processo que a Comissão Europeia se comprometeu a reforçar através da promoção da aprendizagem mútua neste domínio.

Neste contexto, congratulo-me de apresentar a segunda publicação da Eurydice sobre a avaliação das escolas: *Garantia da Qualidade na Educação: Políticas e Abordagens à Avaliação das Escolas na Europa*. Este estudo oferece um retrato abrangente das modalidades de avaliação da qualidade das escolas em 32 países europeus. Compara abordagens, estruturas e os papéis desempenhados pelos sistemas de avaliação externa e interna das escolas, enquanto analisa procedimentos concretos, instrumentos, qualificações dos avaliadores e a utilização feita dos resultados.

Este relatório oferece um contributo valioso para o debate sobre a garantia da qualidade nas escolas. Partindo dos dados recolhidos em toda a Rede Eurydice, oferece uma análise comparativa a nível europeu e ainda perfis nacionais detalhados, ricos em informação e reveladores da diversidade e dinamismo do setor. Constata-se que, a nível europeu, a avaliação das escolas está indubitavelmente a evoluir, adotando abordagens mais inclusivas, holísticas e baseadas no diálogo.

Convido todos os profissionais e decisores políticos que lidam com a avaliação das escolas a fazer bom uso do relatório no momento de elaborar políticas, analisar sistemas e avaliar abordagens. Estou convicto de que a presente publicação terá um impacto positivo em futuros trabalhos em toda a Europa.

Tibor Navracsics

Comissário de Educação, Cultura, Juventude e Desporto

ÍNDICE GERAL E ÍNDICE DE FIGURAS

Preâmbulo	3
Índice de Figuras	8
Principais Conclusões	9
Introdução	13
Capítulo 1: Avaliação externa das escolas	17
1.1. Estatuto da avaliação externa	20
1.2. Órgãos responsáveis pela avaliação externa	18
1.3. Utilização de quadros conceptuais para a avaliação externa	20
1.4. Procedimentos de avaliação externa	23
1.5. Resultados da avaliação externa	30
1.6. Disseminação dos resultados da avaliação externa	39
1.7. Qualificações dos avaliadores externos	37
Capítulo 2: Avaliação interna das Escolas	41
2.1. Estatuto da avaliação interna	41
2.2. Agentes envolvidos na avaliação interna	43
2.3. Medidas de apoio à disposição dos avaliadores internos	45
2.4. Utilização e disseminação dos resultados da avaliação interna	49
Glossário	59
Códigos dos países	59
Códigos estatísticos	59
Definições	54
Perfis Nacionais	57
Agradecimentos	201

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1:	Estatuto da avaliação externa das escolas de acordo com as regulamentações a nível central/superior, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	17
Figura 1.2:	Órgãos responsáveis pela execução da avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	19
Figura 1.3:	Disposições a nível central/superior relativas ao estabelecimento de conteúdos e critérios para a avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	21
Figura 1.4:	Procedimentos de avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	24
Figura 1.5:	Participação de alunos, pais e comunidade local na avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	27
Figura 1.6:	Consulta com a escola antes da finalização do relatório de avaliação, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	29
Figura 1.7:	Tipologia das medidas adotadas no seguimento do relatório da avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	31
Figura 1.8:	Tipologia dos resultados da avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	32
Figura 1.9:	Distribuição dos relatórios da avaliação externa das escolas individualmente, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	36
Figura 1.10:	Qualificações exigidas aos avaliadores externos das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	38
Figura 1.11:	Conclusão obrigatória de uma formação especializada para avaliadores externos das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	39
Figura 2.1:	Estatuto da avaliação interna das escolas de acordo com as regulamentações centrais/superiores, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	42
Figura 2.2:	Agentes envolvidos na avaliação interna das escolas de acordo com as regulamentações centrais/superiores, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	44
Figura 2.3:	Medidas de apoio à disposição dos avaliadores internos das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	45
Figura 2.4:	Utilização e utilizadores dos resultados da avaliação interna das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14	49

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A melhoria da qualidade da educação e da formação constitui uma preocupação central no debate político quer a nível nacional quer da União Europeia. A necessidade de implementar políticas e sistemas direcionados para assegurar e fomentar a qualidade da educação tem sido largamente reconhecida a nível europeu. Em 2014, o Conselho convidou a Comissão Europeia a intensificar a aprendizagem mútua e a apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento dos respetivos mecanismos de garantia da qualidade ⁽¹⁾. O presente relatório oferece uma análise comparativa e específica de cada país sobre a avaliação das escolas na Europa, a fim de promover a partilha de conhecimentos acerca das abordagens à melhoria da qualidade dos sistemas educativos. Centra-se na avaliação das escolas que oferecem a escolaridade obrigatória a tempo inteiro em todos os Estados-Membros da UE, para além da Islândia, Noruega, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia.

A avaliação das escolas destina-se à monitorização ou melhoria da qualidade da escola no seu conjunto e pode estar associada a uma ampla gama de atividades educativas, incluindo o ensino e a aprendizagem e/ou todos os aspetos da gestão escolar. Distinguem-se dois tipos fundamentais de avaliação: a avaliação externa, que é realizada por avaliadores que não são membros do pessoal da escola em questão, e a avaliação interna, realizada essencialmente pelo pessoal da escola.

A avaliação das escolas é uma abordagem amplamente utilizada para a garantia da qualidade em toda a Europa. Em 26 países, as escolas são submetidas aos dois tipos de avaliação, ou seja, externa e interna. No entanto, não deve ser mal interpretada a situação dos países onde a avaliação das escolas não é um aspeto relevante do seu sistema de garantia da qualidade. Com efeito, a avaliação das escolas constitui um método possível da garantia da qualidade, que coexiste, muitas vezes, com outras abordagens, como a monitorização do sistema educativo no seu conjunto ou a avaliação de professores. Os países onde a avaliação das escolas se encontra pouco desenvolvida podem oferecer uma margem considerável para a avaliação do sistema educativo no seu conjunto, a avaliação da oferta educativa das autoridades locais ou a avaliação dos professores numa base individual.

O presente relatório analisou os aspetos chave das estruturas e organização da avaliação externa e interna das escolas na Europa em 2013/14. As principais conclusões desta análise são expostas em seguida, juntamente com as iniciativas nacionais com o potencial de inspirar o futuro desenvolvimento das políticas nos outros países europeus, e reflexões sobre diferentes modelos de prestação de contas das escolas que são objeto deste estudo. Sempre que possível, as conclusões apresentadas infra também destacam as tendências emergentes desde o primeiro relatório Eurydice ⁽²⁾ dedicado ao mesmo tema (2004).

AValiação EXTERNA DAS ESCOLAS

A avaliação externa das escolas, já amplamente utilizada em inícios da década de 2000 como uma abordagem à garantia da qualidade (Eurydice, 2004), foi ou está a ser introduzida, desde então, numa base experimental em determinados países. Em 2007 e 2009 respetivamente, as Comunidades francófona e germanófona da Bélgica alargaram o âmbito dos seus sistemas de avaliação, previamente centrados nos professores em concreto. Além disso, a Dinamarca e a Suécia, onde o sistema de avaliação se focava essencialmente nas autoridades locais ⁽³⁾, reforçaram o papel das autoridades centrais na avaliação externa das escolas desde 2006 e 2003, respetivamente. Por último, na Itália e na Hungria, onde a avaliação das escolas não constituía um elemento importante para a garantia da qualidade da educação, estão a ser introduzidas, numa base experimental, abordagens mais abrangentes.

⁽¹⁾ Ver Conclusões do Conselho, de 20 de maio de 2014, sobre a garantia da qualidade como forma de apoiar o ensino e a formação. OJ C 183, 14.6.2014.

⁽²⁾ Eurydice, 2004. *Evaluation of schools providing compulsory education in Europe*. Bruxelas: Eurydice.

⁽³⁾ As autoridades locais são responsáveis pela avaliação da sua própria oferta educativa e são elas próprias avaliadas pelas autoridades educativas ou agências centrais.

A inspeção de nível central é responsável pela avaliação externa das escolas na maioria dos países

Em 27 dos 31 sistemas educativos onde a avaliação externa das escolas é realizada, quem se encarrega da sua execução é um órgão de nível central ou de nível superior, frequentemente designado como “inspeção”. Na Dinamarca, Lituânia e Islândia, as responsabilidades pela avaliação externa das escolas são partilhadas entre os níveis central e regional ou local. Na Estónia, Hungria, Áustria, Polónia e Turquia, os órgãos regionais ou sub-regionais estão encarregues de implementar a avaliação das escolas, o que resulta em graus variáveis de normalização ao nível das entidades descentralizadas. Por fim, na Estónia, Eslováquia, Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Escócia), e Antiga República Jugoslava da Macedónia, as autoridades locais ou os poderes de tutela das escolas a nível regional assumem algumas responsabilidades pela avaliação das escolas que se encontram sob a sua tutela, em paralelo com a abordagem principal de avaliação externa levada a cabo por um órgão de nível central (ou regional).

Na maioria dos países, a candidatura à posição de avaliador exige uma qualificação docente e um determinado número de anos de experiência profissional num estabelecimento de ensino, como professor ou numa posição de gestão. Numa dúzia de países, os candidatos que detêm um leque mais amplo de qualificações, adquiridas em domínios como a educação, investigação ou psicologia, assim como uma experiência profissional mais diversificada, podem tornar-se avaliadores externos. Curiosamente, alguns países (como a Itália e a Islândia) consideram como um requisito e uma mais-valia para as equipas de avaliadores externos a inclusão de indivíduos com experiência adquirida fora do meio escolar, em áreas como a investigação em matéria de avaliação.

Os critérios usados na avaliação externa das escolas apresentam com frequência um elevado nível de standardização

Na maioria dos casos, a avaliação externa das escolas centra-se num vasto leque de atividades escolares, abrangendo tarefas educativas e de gestão, os resultados dos alunos, bem como o cumprimento dos regulamentos. Para facilitar o seu trabalho, os avaliadores apoiam-se num quadro definido a nível central que estabelece de maneira estruturada e uniforme não somente os pontos focais da avaliação externa, mas também os critérios que definem uma “boa” escola.

Uma dúzia de sistemas educativos não obedecem a este modelo em diversos aspetos da sua prática. Algumas abordagens à avaliação externa das escolas focam-se exclusivamente em aspetos específicos do trabalho nas escolas, como por exemplo a conformidade com os regulamentos (Estónia, Eslovénia e Turquia) ou o “nível de estudos” (equipas docentes numa determinada área de estudos) (Comunidade francófona da Bélgica). Na França, onde o sistema de inspeção se centra sobretudo no pessoal escolar, não existe um protocolo standardizado que defina o conteúdo e os procedimentos de avaliação externa das escolas. Na Suécia, o órgão de inspeção tem autonomia no respeitante aos critérios de avaliação a ter em conta e baseia-se na Lei da Educação, no regulamento da escola e nos currículos para o ensino obrigatório. Por último, na Dinamarca, grande parte do processo de avaliação externa é concebido por cada município, com o apoio da autoridade de nível central.

Os procedimentos de avaliação das escolas apresentam uma configuração bastante homogênea

Apesar das diferenças em relação ao âmbito e variedade das atividades avaliadas, a implementação da avaliação externa das escolas na Europa assenta numa estrutura fortemente homogênea que compreende três etapas básicas: (1) analisar; (2) visitar; e (3) informar. Todos os países que fazem avaliação externa adotam procedimentos que refletem este esquema. Adicionalmente, na maioria dos sistemas educativos, os avaliadores têm à sua disposição uma ampla e rica variedade de instrumentos que lhes oferecem a possibilidade de diversificar as fontes de informação, aumentar o diálogo com os atores relevantes e chegar a conclusões transparentes e bem fundamentadas. Não obstante as diferenças existentes como, por exemplo, o grau de autonomia dos avaliadores na escolha dos instrumentos específicos ou o objetivo explícito para o qual são utilizados, constata-se que existe, em geral, um quadro convergente no conjunto dos países, com uma estrutura sólida e ferramentas adequadas.

Num número muito limitado de países utilizam-se abordagens baseadas na análise de risco e atividades de valorização do perfil

A análise dos processos que são implementados para a avaliação externa também revela duas práticas interessantes que são utilizadas num pequeno grupo de países: abordagens baseadas na análise de risco e atividades de valorização do perfil da escola.

- Em seis sistemas de educação (Dinamarca, Irlanda, Países Baixos, Suécia e Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte)), tem vindo a ser introduzida nos últimos anos uma abordagem baseada na análise de riscos. Este método permite focar o trabalho dos avaliadores em escolas com um desempenho abaixo dos níveis esperados (Dinamarca, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido (Inglaterra)), ou escolher entre diferentes tipologias de inspeção (Suécia e Reino Unido (Irlanda do Norte)). A abordagem tem implicações a nível de eficiência, tanto no plano orçamental como em termos de centrar a atenção e os recursos onde são mais necessários, mas também depende do rigor e relevância dos indicadores utilizados. Além disso, reforça o papel da avaliação externa como um processo destinado a identificar as debilidades no sistema e pode potencialmente produzir um efeito contrário de tornar as boas práticas invisíveis. Ainda assim, a abordagem baseada no risco e as suas implicações devem ser objeto de estudos mais aprofundados e podem constituir uma área de cooperação entre os países numa lógica de aprendizagem entre pares.
- São poucos os sistemas educativos (França (CITE 1), Lituânia, Polónia e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte)) em que a avaliação externa tem outros objetivos para além da identificação de falhas no desempenho das escolas, nomeadamente aumentar a visibilidade das escolas com bom desempenho e bons resultados. A abordagem que consiste em utilizar a avaliação externa como um instrumento de identificação e de dar visibilidade às boas práticas permite reunir e partilhar evidências sobre o que funciona e em que circunstâncias, com um impacto positivo a nível de escola e do sistema educativo. Além disso, alarga o âmbito da avaliação externa e propicia uma via para desenvolver o seu papel e funcionamento.

A utilização dos resultados da avaliação revela diferentes conceções relativamente à prestação de contas das escolas

A análise da forma como a avaliação externa é concebida e organizada nos diferentes sistemas educativos parece apontar para diferentes perspetivas sobre a prestação de contas das escolas. Em linha com Harris e Herrington (2006) ⁽⁴⁾, distinguimos aqui entre prestação de contas baseada no Estado e prestação de contas baseada no mercado. Tendo em devida consideração as diferenças entre os sistemas educativos na Europa e dos Estados Unidos da América, a dicotomia ilustrada pelos autores coloca num extremo os sistemas que consideram que as escolas devem prestar contas à população ou, para usar um termo emprestado da economia, ao mercado, e no extremo oposto os sistemas em que Estado, ou a autoridade pública relevante, é responsável pela qualidade da educação e deve, por conseguinte, assegurar que as escolas cumprem os padrões definidos. Uma prestação de contas baseada no mercado «proporciona aos pais uma escolha mais diversificada de escolas para os seus filhos frequentarem» (Harris & Herrington 2006, p. 221) e estimula uma espécie de dinâmica de mercado em que as escolas têm de funcionar e competir pelos alunos, quer em termos de variedade da oferta, quer da sua qualidade. Uma prestação de contas ao Estado delega na autoridade responsável a gestão dos instrumentos que podem influir no desempenho das escolas. Esses instrumentos consistem em incentivos, sanções, atribuição de verbas em função dos indicadores socioeconómicos, etc.

Os dois pilares fundamentais dos sistemas de prestação de contas baseados no mercado são o acesso à informação e a liberdade de escolha dos pais e alunos. Nos sistemas de prestação de contas baseados no Estado, a distribuição dos alunos nas escolas assenta largamente em regras predefinidas de tipo descendente (do topo para a base) que se aplicam a todos, e a informação sobre

⁽⁴⁾ Harris, D. N. & Herrington, C. D., 2006. Accountability, Standards, and the Growing Achievement Gap: Lessons from the Past Half-Century. *American Journal of Education*, 112(2), pp. 209-238.

a qualidade das escolas deve ser acessível principalmente aos indivíduos que tomam decisões relativas ao sistema. Os dois indicadores que parecem enquadrar os sistemas numa categoria ou na outra são: (1) a publicação do relatório de avaliação externa, e (2) o grau de liberdade parental ou do aluno na escolha da escola que vai frequentar ⁽⁵⁾. Um relatório que é tornado público no seio de um sistema que atribui poderes plenos aos pais e alunos para escolherem o estabelecimento de ensino gera dinâmicas de mercado em que o relatório e, por conseguinte, também o sistema de avaliação externa que permite a produção do mesmo, se converte numa alavanca que pode influenciar a escolha dos pais e, em consequência, pressionar as escolas a melhorar o seu desempenho. Pelo contrário, um relatório que não é tornado público ou que é distribuído de forma restrita no seio de um sistema que coloca os alunos nas escolas com base em critérios predefinidos, como a proximidade geográfica, transfere a prestação de contas das escolas para a esfera de competências do Estado, que é, em última instância, responsável pela educação dos seus cidadãos e pela melhoria do desempenho das escolas.

No âmbito da perspetiva orientada para o mercado situam-se sistemas de educação como o da Bélgica (Comunidade flamenga), Irlanda, Lituânia, Países Baixos, e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, e Irlanda do Norte). Em contraste, para países como a França, Chipre, Eslovénia, e Turquia, a prestação de contas das escolas está claramente associada ao Estado. Todos os outros sistemas de educação podem ser posicionados ao longo deste espectro, sem subscreverem claramente uma ou outra perspetiva. Em alguns países, de facto, apesar de os relatórios serem públicos, há uma margem limitada ou nula para que pais e alunos escolham o estabelecimento de ensino (por exemplo, Estónia, Polónia, Portugal e Islândia), enquanto noutros países, uma ampla ou total liberdade dos pais e alunos para elegerem a escola não é acompanhada de informação publicamente disponível sobre a qualidade dos estabelecimentos de ensino (por exemplo, Bélgica (Comunidade francófona), Itália, Letónia e Espanha), transferindo os eventuais juízos dos cidadãos sobre a qualidade das escolas para redes informais de pais e de alunos.

AVALIAÇÃO INTERNA DAS ESCOLAS

No decurso dos últimos dez anos aumentaram as expectativas sobre a avaliação interna das escolas na Europa. A partir de inícios da década de 2000, o estatuto da avaliação interna das escolas deixou de ser uma recomendação ou uma possibilidade para se converter numa obrigatoriedade numa dúzia de sistemas educativos ⁽⁶⁾. A legislação a nível central/superior estabelece atualmente que a avaliação interna tem carácter obrigatório em 27 sistemas educativos. Nos países onde a avaliação interna não é obrigatória, é habitualmente recomendada. Os únicos países onde as escolas não são impelidas ou aconselhadas a realizar avaliações internas são a Bulgária e a França, limitando-se neste último país às escolas primárias.

A avaliação interna encontra-se estruturada em diferentes graus pelas autoridades de nível central/superior de cada país

Para além do panorama geral das escolas em que se prevê a realização de uma avaliação interna, as políticas relativas à sua implementação variam largamente e, em muitos casos, oferecem às escolas autonomia nesta matéria.

Os países onde as escolas são obrigadas a utilizar o mesmo quadro conceptual que os avaliadores externos (Roménia e Antiga República Jugoslava da Macedónia) ou um quadro específico de autoavaliação (Grécia), ou em que o conteúdo do relatório de avaliação interna é prescrito por lei (Letónia e Eslováquia), representam exceções. No Reino Unido (Escócia), todas as escolas adotaram a mesma estrutura usada pelos avaliadores externos com base num consenso nacional.

A maioria dos sistemas educativos dispõe de regulamentações que determinam quem deve participar nos processos de avaliação interna. Podem ser estabelecidos dois grandes grupos: 16 sistemas

⁽⁵⁾ Figura 5B p. 35, EACEA/Eurydice/Eurostat 2012. *Números-Chave da Educação na Europa 2012*. Bruxelas: EACEA P9 Eurydice.

⁽⁶⁾ Estónia (2006), Irlanda (2012), Grécia (2013/14), Croácia (2008), Itália (2011), Luxemburgo (2009), Hungria (2011), Áustria (2012), Portugal (2002) e Reino Unido (Irlanda do Norte (2010) e País de Gales (2010)).

requerem a participação da comunidade educativa incluindo alunos e/ou pais, enquanto sete sistemas só regulamentam a participação de membros do pessoal da escola. Neste último caso, o envolvimento de outros agentes pode, de qualquer forma, ser incentivado.

A forma como os resultados da avaliação interna são usados a nível da escola depende, em larga medida, da autonomia do pessoal da própria escola. As autoridades educativas emitem habitualmente indicações gerais sobre o uso das conclusões da avaliação interna para fomentar a qualidade das escolas. No entanto, numa dúzia de sistemas educativos, as escolas devem usar os resultados da avaliação interna para produzir um documento estratégico que estabeleça medidas de melhoria ⁽⁷⁾. Quanto à publicação dos resultados da avaliação interna, esta é exigida somente na Irlanda, Grécia, Letónia, Países Baixos, Roménia, Eslováquia, Islândia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia.

Quase todos os países colocam medidas de apoio e ferramentas ao dispor das escolas para fins de avaliação interna

Independentemente de a autoavaliação ser obrigatória ou recomendada, todas as escolas (exceto na Bulgária) empregam pelo menos uma (com frequência mais) medida de apoio que as ajuda a realizar a sua avaliação interna. Entre essas medidas de apoio conta-se a formação especializada em avaliação interna, a utilização de estruturas ou quadros de avaliação externa, indicadores que permitem às escolas a comparação com outras escolas, orientações e manuais específicos, fóruns *online*, aconselhamento por parte de especialistas externos e ainda apoio financeiro.

Se em países como a Bélgica (Comunidade flamenga), Alemanha, Estónia, Irlanda, Espanha, Lituânia, Malta, Áustria, Polónia, Roménia e Reino Unido, as escolas dispõem de cinco ou mais tipos diferentes de medidas de apoio, em outros países estas medidas são mais limitadas. A Bélgica (Comunidade francófona), por exemplo, usa apenas indicadores que permitem às escolas uma comparação com outras escolas. No Chipre (apenas no nível CITE 2) e nos Países Baixos, as escolas têm a possibilidade de usar uma estrutura de avaliação externa que os ajuda nos seus processos de autoavaliação, mas não contam com outras medidas de apoio à sua disposição.

A forma mais comum de prestar apoio às escolas, por toda a Europa, é a oferta de diretrizes e de manuais. Com exceção da Bélgica (comunidades francófona e germanófona), França (CITE 1), Chipre, Hungria ⁽⁸⁾, Países Baixos e Antiga República Jugoslava da Macedónia, todos os restantes sistemas educativos oferecem diretrizes e manuais para a avaliação interna das escolas. Por outro lado, o apoio financeiro é a medida de apoio menos disponibilizada, estando acessível apenas em Espanha e na Croácia.

Em 2004, somente um quarto dos países ofereceram às escolas a possibilidade de usarem indicadores como os resultados dos exames dos alunos para comparar o seu desempenho com outras escolas que trabalham em condições semelhantes, ou com as médias nacionais ⁽⁹⁾. Atualmente, este cenário ocorre em dois terços dos sistemas educativos, o que coloca em segundo lugar estes indicadores como a segunda ferramenta mais frequentemente disponibilizada para a avaliação interna em toda a Europa. Esta tendência coincidiu com a introdução, nos últimos anos, de mecanismos de implementação de exames nacionais obrigatórios em muitos países, e com o facto de alguns países entregarem às escolas os resultados agregados dos seus exames ⁽¹⁰⁾.

⁽⁷⁾ Bélgica (Comunidade germanófona), Estónia, Irlanda, Espanha, Luxemburgo (CITE 1), Áustria, Reino Unido (Irlanda do Norte e Escócia), e Islândia.

⁽⁸⁾ A Autoridade Educativa encontra-se no processo de desenvolver um manual de autoavaliação para as escolas.

⁽⁹⁾ Para informações adicionais, pode consultar-se: Eurydice, 2004. *Evaluation of schools providing compulsory education in Europe*. Bruxelas: Eurydice.

⁽¹⁰⁾ Para informações adicionais, pode consultar-se: EACEA/Eurydice, 2009. *Exames nacionais de alunos na Europa: objetivos, organização e utilização dos resultados*. Bruxelas: EACEA P9 Eurydice.

RELAÇÕES ENTRE AVALIAÇÃO INTERNA E AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Em 31 sistemas educativos, as escolas não só efetuam a sua avaliação interna como também são avaliadas por avaliadores externos. Uma forma disseminada de interdependência entre ambos os processos é o uso que os avaliadores externos fazem das conclusões da avaliação interna. Em dois terços dos sistemas educativos em que coexistem estes dois tipos de avaliação (externa e interna), os resultados da avaliação interna fazem parte da informação analisada durante a fase preliminar da avaliação externa. Juntamente com outras fontes de informação, os resultados da avaliação interna permitem muitas vezes aos avaliadores externos aprofundar o conhecimento acerca do perfil da escola a visitar e assim centrar melhor o seu trabalho. Por norma, os avaliadores externos não têm em consideração os resultados da avaliação interna quando esta tem uma finalidade ou âmbito diferente, ou quando a avaliação interna não é obrigatória ou não está plenamente implementada.

A avaliação interna das escolas pode apresentar características diversas e constituir um processo fortemente baseado em estratégias de tipo descendente (do topo para as bases) ou ter uma dimensão mais ascendente (das bases para o topo)⁽¹¹⁾. No primeiro caso, os critérios, procedimentos ou materiais de referência que sustentam a avaliação são fixados a nível central. Esta abordagem é extremamente útil quando o exercício de avaliação interna também se destina a prestar informações aos avaliadores externos. No entanto, pode impedir os avaliadores internos de se focarem nas áreas mais úteis para a escola em questão e, por conseguinte, limitam as possibilidades de melhoria na qualidade da educação oferecida. Em contraste, a abordagem ascendente tem uma lógica mais participativa. Através desta abordagem, o pessoal da escola adapta os critérios e processos de avaliação interna às suas próprias necessidades, tendo em conta os objetivos locais e nacionais. Esta lógica responsabiliza os avaliadores relativamente aos objetivos e processos a seguir, delegando plenamente a responsabilidade pela definição das questões de avaliação aos atores mais próximos das atividades avaliadas. Esta abordagem tem o potencial de gerar compromissos partilhados para a implementação de melhorias resultantes das conclusões da avaliação. No entanto, os peritos também apontam para algumas debilidades, como a falta de competências dos avaliadores ou a dificuldade em acomodar uma pluralidade de pontos de vista no momento de tomar decisões sobre ações corretivas⁽¹²⁾.

As autoridades educativas influenciam o conteúdo da avaliação interna de muitas formas, por exemplo, por via da formulação de recomendações sobre o uso de uma lista predeterminada de critérios, facultando diretrizes e manuais, ou através da produção e disseminação de indicadores que permitam às escolas compararem-se com outras. Apesar de, na maioria dos casos, existirem recomendações relativas ao conteúdo da avaliação interna, é muito raro que o processo seja inteiramente determinado pelas autoridades educativas, e nos casos em que as escolas são obrigadas por regulamento a utilizar os mesmos critérios empregues por avaliadores externos, permitem-se alguns ajustes. Na Roménia, por exemplo, as escolas são encorajadas a adicionar às normas nacionais as suas próprias áreas de interesse na avaliação interna. Por conseguinte, os países europeus tendem a deixar espaço para abordagens participatórias de tipo ascendente (das bases para o topo) em relação à avaliação interna. Esta orientação também se reflete em certa medida nas práticas relacionadas com a avaliação externa das escolas, como os processos dialógicos em torno do relatório de avaliação final entre avaliadores externos e o pessoal da escola, ou o envolvimento de alunos, pais e comunidade local na avaliação externa.

⁽¹¹⁾ Eurydice, 2004. *Evaluation of schools providing compulsory education in Europe*: Bruxelas: Eurydice.

⁽¹²⁾ Dupriez, V., Franquet, A., 2013. L'évaluation dans les systèmes scolaires: au-delà d'un effet miroir? In: V. Dupriez, dir. *L'évaluation dans les systèmes scolaires. Accommodements du travail et reconfiguration des professionnalités*. Bruxelas: De Boeck, pp. 21-34.

INTRODUÇÃO

Os sistemas de educação e de formação de alta qualidade são essenciais para proporcionar aos jovens o conhecimento e as competências adequados e assim apoiar o desenvolvimento social e económico da Europa. A melhoria da qualidade da educação e da formação é uma preocupação constante no debate sobre política educativa tanto a nível nacional como da UE, conforme vem refletido nos objetivos comuns e partilhados para os sistemas educativos que constam no quadro estratégico para a cooperação europeia neste domínio ⁽¹⁾.

A necessidade de sistemas e políticas que visam assegurar e fomentar a qualidade da educação tem sido amplamente reconhecida a nível europeu. Uma Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001 realçou a importância de desenvolver a avaliação da qualidade das escolas ⁽²⁾. Desde então, a importância de monitorizar e avaliar a qualidade da educação tem vindo a ser reiterada pelo Conselho ⁽³⁾ em diversas ocasiões. Em 2014, o Conselho convidou a Comissão Europeia a reforçar a aprendizagem mútua e apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento dos seus mecanismos de garantia da qualidade ⁽⁴⁾.

O presente relatório oferece um retrato nacional de cada país e uma análise comparativa das estruturas, objetivos e modalidades de implementação da avaliação das escolas em toda a Europa, a fim de promover a partilha de conhecimento e de abordagens à garantia da qualidade nos sistemas educativos europeus.

O ENFOQUE DO RELATÓRIO: A AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

A garantia da qualidade na educação pode ser entendida como as políticas, procedimentos e práticas concebidas para obter, manter ou melhorar a qualidade em áreas específicas, e que dependem de um processo de avaliação. Por “avaliação”, entendemos um processo geral de análise sistemática e crítica de um objeto definido que inclui a recolha de dados relevantes e conduz à elaboração de juízos e/ou recomendações para melhoria. A avaliação pode centrar-se em várias vertentes: escolas, diretores de escolas, professores e outro pessoal educativo, programas de educação, autoridades locais ou no desempenho do conjunto do sistema educativo.

No contexto mais geral da garantia da qualidade, o atual relatório centra-se na **avaliação das escolas** que dispensam a escolaridade obrigatória. Com base no quadro conceptual definido no estudo prévio realizado pela Eurydice sobre o mesmo tópico (2004) ⁽⁵⁾, considera-se que a avaliação das escolas se centra em atividades realizadas pelo pessoal da escola considerado coletivamente. Este tipo de avaliação procura monitorizar ou melhorar a qualidade geral da escola e os resultados são apresentados num relatório geral que não inclui informação sobre a apreciação individual sobre os professores.

A avaliação das escolas pode ligar-se a um vasto leque de atividades escolares, incluindo o ensino e a aprendizagem e/ou todos os aspetos da gestão escolar. O atual relatório preocupa-se sobretudo com as abordagens centradas em atividades educativas e de gestão. A avaliação das escolas conduzida por avaliadores especializados, e portanto concernentes a tarefas específicas (registos contabilísticos, saúde, segurança, arquivos, etc.), não é considerada neste relatório.

⁽¹⁾ Ver Conclusões do Conselho, de 12 de Maio de 2009, sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (“EF 2020”), OJ C 119, 28.5.2009, p. 2.

⁽²⁾ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Fevereiro de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário, OJ L 60, 1.3.2001, p. 51.

⁽³⁾ Ver Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a eficiência e a equidade nos sistemas de educação e formação, OJ C 298, 8.12.2006, p. 3 Conclusões do Conselho, de 12 de Maio de 2009, sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (“ET2020”), OJ C 119, 28.5.2009, p. 2.

⁽⁴⁾ Ver Conclusões do Conselho, de 20 de maio de 2014, sobre a garantia da qualidade como forma de apoiar o ensino e a formação OJ C 183, 14.6.2014, p. 30.

⁽⁵⁾ Eurydice, 2004. *Evaluation of schools providing compulsory education in Europe*. Bruxelas: Eurydice.

A avaliação das escolas pode ser externa ou interna. No primeiro caso, é conduzida por avaliadores que não são membros do pessoal da escola em questão e com frequência é organizada por um órgão de inspeção que reporta às autoridades responsáveis pela educação. O segundo caso refere-se à avaliação realizada essencialmente por membros do pessoal da escola ⁽⁶⁾. Ambas as avaliações podem envolver outros agentes escolares, como alunos, pais ou membros da comunidade local.

Distinguem-se, entre os países europeus, diversos fatores que favorecem o desenvolvimento da avaliação das escolas como prática disseminada de medição e melhoria da qualidade da educação ⁽⁷⁾. A tendência para a descentralização dos sistemas educativos a partir da década de 1980, combinada com a mais tradicional autonomia conferida a nível local e de escola em alguns países, conduziram ao aparecimento das autoridades locais e escolas como atores chave da política educativa. Numa série de países, atribuem-se às escolas responsabilidades na tomada de decisão na gestão de pessoal e de recursos, assim como na oferta de conteúdos educativos. Por vezes, esta autonomia é combinada com responsabilidades pela definição de planos estratégicos de melhoria e desenvolvimento da oferta educativa. As reformas que visam promover a autonomia das escolas têm cimentado o caminho para uma transferência da prestação de contas das autoridades educativas para as escolas individuais.

A importância da avaliação das escolas no âmbito do sistema educativo varia entre os países. Efetivamente, cada país desenvolve uma cultura de avaliação centrada em diferentes aspetos. A avaliação das escolas é apenas um aspeto dos sistemas de garantia da qualidade, que podem ser mais ou menos desenvolvidos dependendo do país. Para ilustrar a forma como a avaliação das escolas se inscreve no contexto de cada sistema educativo, o presente relatório apresenta perfis nacionais que descrevem as outras abordagens usadas para a garantia da qualidade.

Os perfis nacionais também proporcionam uma descrição do sistema de garantia da qualidade em países que não contam com um sistema para a avaliação externa, e por vezes interna, das escolas, ou seja, a Bulgária, Croácia, Grécia, Chipre (CITE 1), Luxemburgo, Finlândia e Noruega. Para assegurar a qualidade, estes países podem depender amplamente da monitorização do sistema educativo no seu conjunto com base nos resultados dos alunos em exames normalizados, da avaliação da oferta educativa das autoridades locais, ou da avaliação de professores a título individual. Na análise comparativa incluída no presente relatório são poucas as referências a estes países.

⁽⁶⁾ O termo “autoavaliação” é comumente utilizado para referir de forma genérica todos os tipos de avaliação que ocorrem nas escolas. Para clarificar os conceitos, estabeleceu-se uma distinção entre autoavaliação (em que os avaliadores formulam juízos relativamente às tarefas que eles próprios desempenham) e avaliação interna (em que, independentemente da recolha de informações, o juízo é formulado por cada indivíduo ou por um conjunto de indivíduos que são membros do pessoal ou alunos da escola). No âmbito do atual relatório, todas as avaliações conduzidas por uma determinada escola são referidas como “internas”.

⁽⁷⁾ Ver Eurydice, 2007. *School Autonomy in Europe. Policies and Measures*. Bruxelas: Eurydice.

OBJETIVOS E CONTEÚDO DO RELATÓRIO

A principal finalidade deste relatório é proporcionar uma visão do desenvolvimento e organização da avaliação das escolas na Europa. Pretende ainda destacar as características comuns, tendências e iniciativas nacionais que possam inspirar a evolução das políticas noutros países europeus.

O relatório é dividido em três partes: uma breve análise comparativa, perfis nacionais e um glossário.

A análise comparativa explora aspetos chave da organização da avaliação externa e interna das escolas.

O primeiro capítulo é dedicado à avaliação externa das escolas. Identifica os países que empregam esta abordagem e analisa sinteticamente a situação dos restantes países. Em seguida, aborda os seguintes tópicos principais:

- o tipo de órgão responsável pela avaliação externa das escolas;
- o objeto ou enfoque da avaliação e os critérios tidos em conta para formar juízos acerca das escolas;
- os procedimentos (por exemplo, visitas à escola, observação de aulas, avaliação de riscos, consulta da comunidade educativa, etc.) utilizados para realizar a avaliação e para a elaboração de um relatório de avaliação;
- os possíveis resultados da avaliação externa para as escolas;
- a disseminação das conclusões da avaliação;
- as principais qualificações e experiência profissional dos avaliadores externos.

Tal como sucede em qualquer processo de avaliação, quer a avaliação externa quer a avaliação interna das escolas implicam etapas similares, incluindo a recolha de dados e a elaboração de um parecer que obedece a critérios estabelecidos. No entanto, devido à autonomia atribuída às escolas ou autoridades locais na área da avaliação interna, o alcance da informação reunida para este tipo de avaliação é mais limitado do que no caso da avaliação externa.

O segundo capítulo, que se debruça sobre a avaliação interna das escolas, aborda as seguintes questões:

- os requisitos oficiais estabelecidos para as escolas relativamente à avaliação interna;
- o envolvimento de pais, alunos e outras partes interessadas nos processos de avaliação interna;
- as várias ferramentas e medidas de apoio postas à disposição das escolas pelas autoridades educativas para realizarem as avaliações internas;
- o uso feito dos resultados da avaliação interna pela escola e pelas autoridades de nível superior, incluindo para fins de avaliação externa.

Os perfis nacionais oferecem uma perspetiva geral das características principais da abordagem de cada país às avaliações externa e interna das escolas, assim como outras abordagens utilizadas para a garantia da qualidade. É disponibilizado um guia para os perfis nacionais.

O glossário contém uma definição para todos os termos específicos usados no relatório.

ÂMBITO DO RELATÓRIO E FONTES DE INFORMAÇÃO

O presente relatório apresenta uma panorâmica dos sistemas de avaliação a nível das escolas básicas e secundárias gerais (inferior e superior) do ensino obrigatório a tempo integral ⁽⁸⁾.

O relatório abrange as escolas públicas em todos os países. Não são incluídas as escolas privadas, exceto as escolas privadas subvencionadas num pequeno número de países onde este tipo de escola inscreve uma larga proporção de alunos, designadamente a Bélgica, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido (Inglaterra). As escolas privadas subvencionadas são aquelas onde mais de metade do seu financiamento básico provém do erário público.

O ano de referência é 2013/14. O relatório abrange todos os Estados-Membros da União Europeia, assim como a Islândia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, a Noruega e a Turquia ⁽⁹⁾.

A informação foi recolhida através de questionários e de formulários para perfis nacionais preenchidos pelos peritos nacionais e/ou pelo representante nacional da Rede Eurydice. As principais fontes de informação são os documentos oficiais emitidos pelas autoridades educativas a nível central/superior.

⁽⁸⁾ Para uma informação exata sobre o ensino obrigatório a tempo inteiro e ensino secundário geral em cada país, pode consultar-se: Estruturas dos Sistemas Educativos na Europa 2014/15, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/facts_and_figures_en.php#diagrams

⁽⁹⁾ Não participaram neste relatório os seguintes países da Rede Eurydice: Bósnia e Herzegovina, Listenstaine, Montenegro e Sérvia.

CAPÍTULO 1: AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

A avaliação externa das escolas constitui uma abordagem à garantia da qualidade firmemente implementada na Europa. Conforme já referido no presente relatório (ver Introdução), é realizada por avaliadores que não são membros do pessoal da escola em questão e que reportam às autoridades responsáveis pela educação. A avaliação externa das escolas incide sobre as atividades realizadas na escola sem procurar atribuir a responsabilidade a nenhum membro do pessoal em concreto. Este tipo de avaliação destina-se a monitorizar ou melhorar a qualidade da escola e/ou os resultados dos alunos. No entanto, o leque de aspetos avaliados varia de um país para outro, dependendo, por exemplo, de questões como o grau de autonomia das escolas.

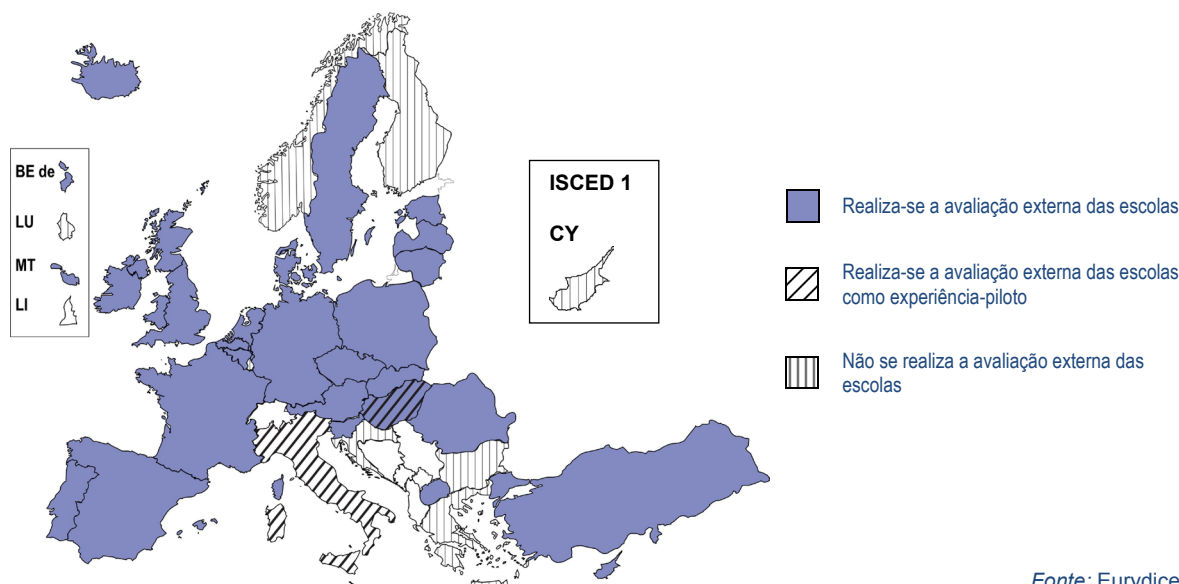
O presente Capítulo descreve a forma como é organizada a avaliação externa das escolas na Europa. A Secção 1.1 oferece uma imagem global da sua situação em cada país. A Secção 1.2 identifica os órgãos e as autoridades educativas responsáveis pela condução da avaliação externa das escolas. A Secção 1.3 discute os critérios usados para formar juízos sobre cada escola. A Secção 1.4 é dedicada aos procedimentos usados para recolher informação, retirar conclusões e comunicar resultados. A Secção 1.5 descreve as várias consequências possíveis da avaliação externa das escolas. A Secção 1.6 analisa em que medida os resultados da avaliação externa são disseminados. Por último, a Secção 1.7 destaca as qualificações e a experiência profissional dos avaliadores.

1.1. Estatuto da avaliação externa

Esta Secção apresenta um panorama geral da existência da avaliação externa na Europa, tendo igualmente em consideração a situação dos países onde não constitui um aspeto relevante do seu sistema de garantia da qualidade.

A avaliação externa das escolas encontra-se amplamente disseminada na Europa, sendo realizada em 31 sistemas de educação, distribuídos por 26 países (ver Figura 1.1).

Figura 1.1: Estatuto da avaliação externa das escolas de acordo com as regulamentações a nível central/superior, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

França: As regulamentações centrais preveem a avaliação externa das escolas, mas não como parte de um processo sistemático concretizado regularmente. O sistema de inspeção centra a sua atenção, tradicionalmente, em membros do pessoal individualmente, e esta continua a ser a prática preponderante no trabalho de inspeção.

Itália: A plena implementação da avaliação externa das escolas tem início em 2015/16, após uma fase piloto.

Hungria: Está atualmente a decorrer um projeto-piloto de três anos que irá preparar a introdução de um tipo abrangente de avaliação externa ("inspeção pedagógica/profissional") em 2015, em paralelo com a avaliação externa encarregue de verificar que as escolas funcionam em conformidade com a legislação em vigor.

Sete sistemas educativos não emitem disposições centrais em matéria de avaliação externa das escolas.

Na Croácia, a avaliação externa das escolas ou dos professores não constitui o principal foco das reformas ou políticas nacionais de educação. O mesmo acontecia na Bulgária até há pouco tempo. Todavia, entre 2012 e 2014, foi desenvolvido um projeto destinado à conceção de um sistema de inspeção. No seguimento deste projeto, o Ministério da Educação e Ciência está a preparar uma nova lei para a educação pré-escolar e escolar que incorpora um sistema geral de inspeção. A lei pode vir a ser adotada em 2015.

Na Grécia, Chipre (ensino primário) e Luxemburgo, a avaliação externa efetuada pelo órgão de inspeção ou por consultores pedagógicos centra-se sobretudo nos professores. Apesar de nestes países existirem modalidades de avaliação externa das escolas, são de alcance bastante limitado, pois estão associadas a aspetos específicos, como contabilidade, saúde, segurança, arquivos e outros assuntos.

Na Finlândia, não existem regulamentações centrais em matéria de avaliação externa das escolas. No entanto, as autoridades locais podem decidir usar esta abordagem para as escolas que se encontram sob a sua responsabilidade. A legislação sobre o ensino básico não se dirige às escolas mas aos prestadores de serviços de educação (isto é, os municípios no caso das escolas públicas). Consequentemente, os direitos e responsabilidades são definidos para estes últimos e não para as escolas. Os prestadores de serviços de educação têm o dever legal de avaliar a educação que oferecem e de participar nas avaliações externas do sistema educativo no seu conjunto ou a nível regional. Os resultados relevantes destas avaliações externas devem ser publicados. Os regulamentos não especificam as formas e procedimentos da avaliação a nível local e deixam um grau de liberdade considerável aos prestadores de serviços de educação. O objetivo da avaliação é apoiar o desenvolvimento da educação e melhorar as condições de aprendizagem.

Na Noruega, a avaliação externa realizada pelo órgão nacional de inspeção procura assegurar a conformidade das atividades dos prestadores locais de educação com a legislação em matéria de educação. Em concreto, os inspetores verificam se os prestadores cumprem as suas obrigações estatutárias de modo a assegurar a igualdade no direito das crianças e jovens à educação, independentemente do género, estatuto social e cultural, o local onde vivem ou quaisquer necessidades especiais que possam ter. As escolas podem participar nos processos de avaliação externa através de entrevistas com agentes chave. Porém, os inspetores focam-se sobretudo nos poderes de tutela das escolas.

1.2. Órgãos responsáveis pela avaliação externa

Esta Secção lida com os órgãos de avaliação responsáveis por levar a cabo as avaliações externas nas escolas. Fornece informações sobre a sua natureza e o nível de autoridade com que funcionam. A Secção também destaca os casos em que há diversos órgãos envolvidos na condução da avaliação externa das escolas.

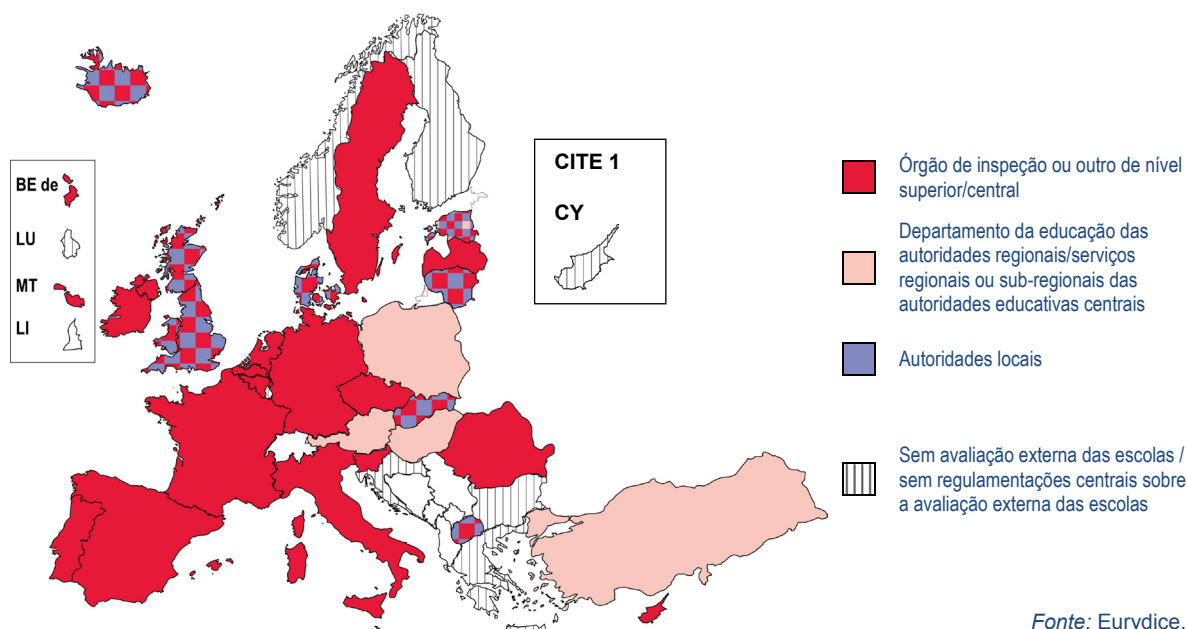
Na maioria dos sistemas educativos (27 entre os 31 sistemas onde existe uma avaliação externa das escolas), a responsabilidade pela avaliação externa das escolas cabe a um órgão de nível central/superior (ver Figura 1.2). Existem dois tipos principais de órgãos, mais ou menos representados equitativamente. O primeiro é um departamento da autoridade de nível central ou superior, normalmente identificada como “a inspeção” ou, menos frequentemente, como o “departamento de avaliação”. O segundo tipo é uma agência autónoma especificamente dedicada à inspeção escolar.

Em cinco países, as responsabilidades pela implementação da avaliação externa das escolas é descentralizada em graus diferentes a nível regional ou sub-regional.

Na Estónia, a “supervisão estatal” das escolas é da responsabilidade dos departamentos de educação dos governos regionais em nome do Ministro da Educação e da Investigação. No entanto, caso haja uma queixa muito grave ou urgente contra uma determinada escola, a avaliação externa

passa a ser da competência do Departamento de Avaliação Externa do Ministério da Educação e da Investigação. Na Hungria, as unidades sub-regionais da administração pública são responsáveis pela execução de inspeções em escolas (quer seja a verificação da conformidade com os requisitos legais quer no âmbito do sistema de avaliação profissional/pedagógica em experimentação), seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério que tutela a educação. Na Áustria, a supervisão das escolas é uma responsabilidade federal dividida entre nove serviços federais e uma série de serviços distritais. Em certa medida, estes diferentes serviços atuam de forma independente uns dos outros. Na Polónia, a avaliação externa das escolas é realizada por serviços regionais de superintendência (órgãos regionais de inspeção) que implementam a política do Ministério da Educação mas são responsáveis perante o governador da província (*voivode*) que representa o Primeiro-Ministro nas regiões. Na Turquia, as direções provinciais de educação são responsáveis pela avaliação externa das escolas, enquanto a direção de orientação e controlo no Ministério da Educação Nacional assegura a coordenação entre elas.

Figura 1.2: Órgãos responsáveis pela execução da avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Nota explicativa

Este mapa representa o órgão ou órgãos responsáveis pela avaliação externa das escolas. Não inclui os órgãos que exercem somente a responsabilidade formal.

Os serviços regionais ou sub-regionais das autoridades educativas centrais são divisões administrativas das autoridades de nível central/superior que funcionam a nível regional ou sub-regional.

Notas específicas por país

França: A inspeção é da tutela da autoridade educativa central mas os inspetores atuam a nível local (escolas primárias) ou regional (escolas secundárias).

Itália: A informação baseia-se em dois projetos-piloto (ver o Perfil Nacional).

Hungria: Os dados estão relacionados quer com o sistema de verificação da “conformidade legal”, quer com o sistema de avaliação “pedagógica/profissional” em experimentação (ver Perfil Nacional). Além disso, de acordo com a Lei do Ensino Geral (2011, CXG), os responsáveis pelas escolas (autoridades locais) também podem efetuar a avaliação das escolas.

Finlândia: Os prestadores de serviços de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo no seu conjunto ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e os procedimentos de avaliação a nível local.

Em seis sistemas educativos (Estónia, Eslováquia, Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Escócia) e Antiga República Jugoslava da Macedónia), as autoridades locais ou os poderes de tutela das escolas regionais assumem responsabilidades a nível da avaliação das escolas que estão sob a sua responsabilidade. Estas abordagens não constituem o objeto central deste estudo comparativo e não serão contempladas nas próximas secções do atual Capítulo.

Dependendo do país, as avaliações conduzidas pelas autoridades educativas locais inter-relacionam-se de modo variável, quanto ao foco e aos objetivos, com a abordagem principal da avaliação externa das escolas levada a cabo por um órgão de nível central ou regional. Na Estónia, a supervisão das escolas efetuada pelo Estado e a avaliação realizada pelos poderes de tutela das próprias escolas têm o mesmo foco, ou seja, o cumprimento pelas escolas dos requisitos legais em várias áreas. Na Eslováquia e na Antiga República Jugoslava da Macedónia, o âmbito da avaliação efetuada pelas autoridades locais é mais reduzido do que o da inspeção das escolas públicas pelo Estado. Na Eslováquia, enquanto a Inspeção das Escolas Públicas se foca sobretudo nos aspetos educativos e na conformidade com os regulamentos, os poderes de tutela das escolas (município ou região autónoma) realizam auditorias financeiras às suas escolas e verificam o cumprimento geral das normas vinculativas. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, tanto os municípios como a Inspeção Pública centram-se na aplicação das regulamentações por parte das escolas. Adicionalmente, os inspetores avaliam a qualidade e a eficácia das atividades educativas. Por último, no Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Escócia), as abordagens levadas a cabo pelas autoridades locais e centrais possuem, de um modo geral, os mesmos objetivos e foco, mas os procedimentos usados e os resultados diferem de uma escola para outra. No Reino Unido (Inglaterra e País de Gales), as autoridades educativas locais têm a obrigação legal de promover uma educação de elevada qualidade nas escolas que tutelam. Não são prescritos procedimentos de avaliação específicos e as autoridades educativas locais geralmente não realizam inspeções, apesar de algumas conduzirem visitas a escolas como parte das suas atividades de monitorização. Analisam sobretudo o desempenho das escolas através dos dados disponíveis e identificam as escolas que necessitam de melhoria e intervenção. No Reino Unido (Escócia), exige-se às autoridades locais a melhoria da qualidade da educação proporcionada nas escolas que tutelam.

Na Dinamarca, Lituânia e Islândia, as responsabilidades pela avaliação externa são partilhadas entre os níveis central e local.

Na Dinamarca, a Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão efetua um exame anual a cada escola em confronto com um conjunto limitado de indicadores, de modo a identificar lacunas. Uma vez terminada esta primeira fase, cabe aos municípios a responsabilidade de aplicar medidas de acompanhamento e de melhoria, se necessário. Em última instância, a Agência pode exigir aos municípios a elaboração de um plano de ação de forma a assegurar a melhoria da qualidade académica da escola.

Na Lituânia, a responsabilidade pela avaliação externa é partilhada entre a Agência Nacional de Avaliação das Escolas (NASE) e a autoridade responsável pela escola, que é o município ou a administração central (exceto no caso das escolas privadas). Esta autoridade inicia e planifica a avaliação externa da sua própria escola, a qual é depois efetuada pela NASE, oferece assistência à escola antes e depois da avaliação e monitoriza o seu desempenho após a avaliação.

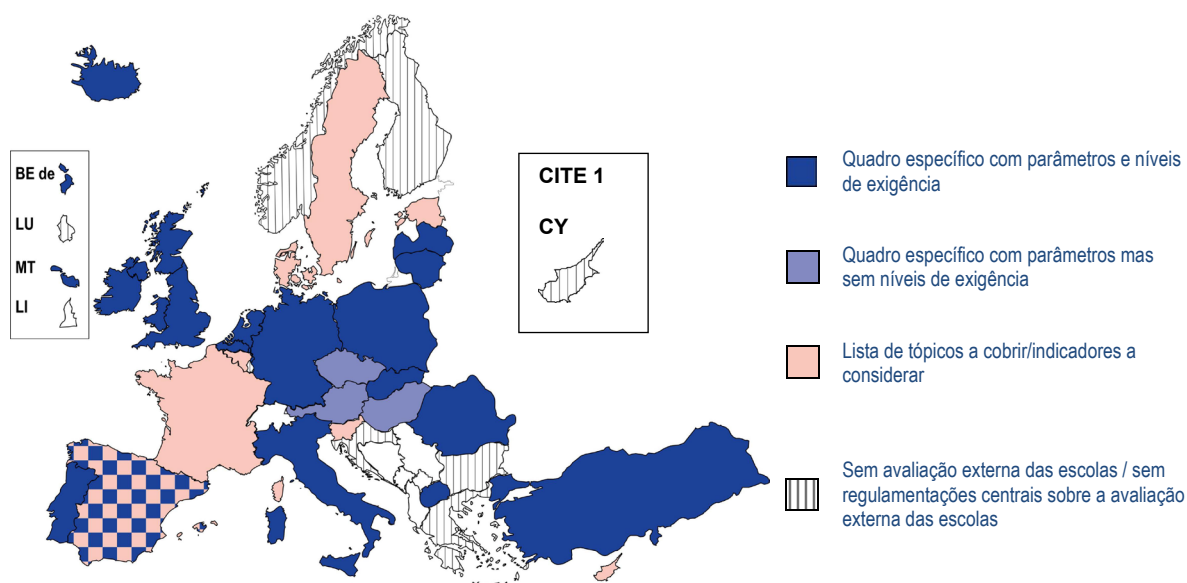
Na Islândia, o Instituto de Avaliação Educacional do Ministério que tutela a educação realiza uma inspeção/avaliação conjuntamente com as 74 autoridades educativas locais. O município de Reikiavique avalia as suas próprias escolas de forma independente.

1.3. Utilização de quadros conceptuais para a avaliação externa

A atual Secção apresenta uma perspetiva sobre o objeto das avaliações e a forma como os países estabelecem os critérios que devem ser considerados pelos avaliadores. Os critérios de avaliação baseiam-se em dois componentes, designadamente o parâmetro (ou o aspeto mensurável de uma área a ser avaliada), e o nível de exigência (ponto de referência, nível de desempenho ou norma) em relação ao qual o parâmetro é avaliado. Ambos oferecem a base quantitativa e/ou qualitativa sobre a qual são formulados juízos. A análise comparativa revela que, na maioria dos países, os avaliadores externos usam critérios normalizados definidos a nível da autoridade central/superior e focam-se num vasto leque de atividades escolares. Nos restantes países, nos casos em que os critérios de avaliação não são normalizados a nível central/superior, a avaliação externa tende a centrar-se em aspetos limitados do funcionamento das escolas e/ou não é realizada de maneira sistemática.

Dois terços dos sistemas educativos em que é implementada a avaliação externa das escolas possuem quadros de referência estruturados e estandardizados que estabelecem o conteúdo e as expectativas das avaliações externas (ver Figura 1.3). Em tais países, todos os avaliadores externos têm de utilizar os mesmos quadros. Este processo foi iniciado na década de 1990 ⁽¹⁾, e no caso de alguns países prolongou-se no novo milénio. Por exemplo, em 2009, a Bélgica (Comunidade germanófona) publicou o primeiro documento que descrevia de forma sistemática um conjunto de características e normas essenciais para uma boa escola (Quadro orientador para a qualidade das escolas ⁽²⁾). É de salientar que a utilização obrigatória de um quadro de referência centralmente estabelecido também se observa em países onde a responsabilidade pela avaliação externa é descentralizada para o nível regional, por exemplo, na Polónia e na Áustria (ver Secção 1.2).

Figura 1.3: Disposições a nível central/superior relativas ao estabelecimento de conteúdos e critérios para a avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Dinamarca: A fim de identificar os aspetos que requerem melhoria e informar os municípios, a Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza o seu exame anual a cada escola, focando-se em indicadores específicos. A restante parte do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade central.

Alemanha: A maioria dos *Länder* disponibiliza aos avaliadores externos, para a avaliação da qualidade das escolas, quadros que incluem os critérios de avaliação que definem o que são escolas e práticas pedagógicas de boa qualidade.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas realizada por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

Espanha: A natureza dos quadros de avaliação disponibilizados por cada Comunidade Autónoma para a inspeção das avaliações externas pode variar, desde uma lista de área de intervenção geral até quadros detalhados que contêm parâmetros e níveis de exigência.

Itália: Informação baseada no projeto-piloto VALeS (ver Perfil Nacional).

Hungria: O mapa mostra a situação para o sistema de avaliação "pedagógica/profissional" em experimentação (ver Perfil Nacional). Para a análise da conformidade legal em curso, os avaliadores examinam as escolas a partir de critérios comuns.

Finlândia: Os prestadores de ofertas educativas têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

⁽¹⁾ Eurydice, 2004. *Evaluation of schools providing compulsory education in Europe*. Bruxelas: Eurydice.

⁽²⁾ http://www.ahs-dg.be/PortalData/13/Resources/20131009_Der_Orientierungsrahmen_Schulqualitaet.pdf

Tradicionalmente, os quadros para a avaliação externa concebidos a nível central abrangem um vasto leque de aspetos, incluindo a qualidade do ensino e da aprendizagem, os resultados da aprendizagem dos alunos, várias áreas da gestão escolar, e ainda a conformidade com as normas. No entanto, na Turquia, a avaliação externa das escolas centra-se sobretudo na conformidade com as regulamentações.

Os quadros de avaliação são variáveis em extensão e complexidade. Habitualmente estruturam-se segundo as principais áreas de atividade das escolas (por exemplo, ensino e aprendizagem, apoio aos alunos, liderança), que por sua vez estão organizadas em parâmetros mais específicos. A fim de ajudar o avaliador na sua tarefa de avaliar e classificar a qualidade da escola, o quadro contém descritores que definem o nível de desempenho previsto para cada parâmetro ou área de atividade ou os diferentes níveis de desempenho que é possível encontrar. Em dois casos (República Checa e Áustria), os parâmetros a considerar são fixados a nível central, mas os níveis de exigência previstos não são. Os inspetores determinam o que esperam de uma escola com base na sua própria experiência.

Diversos países com quadros concebidos pelas autoridades centrais estabeleceram sistemas para adaptar o alcance e a escala da avaliação às circunstâncias particulares de cada escola. Este sistema de “inspeção diferenciada” visa colocar maior ênfase em escolas situadas em áreas onde existe maior risco de um baixo desempenho (ver Secção 1.4).

Em sistemas educativos em que não existe um quadro de avaliação a nível a central/superior com parâmetros e níveis de exigência que assegurem um processo altamente estruturado para a avaliação externa das escolas, os requisitos são normalmente mais limitados. A avaliação externa tende a centrar-se em aspetos específicos do funcionamento das escolas.

Na Bélgica (Comunidade francófona), a avaliação externa centra-se em aspetos limitados do funcionamento da escola, que se especificam no decreto que regula o atual sistema de inspeção. Este sistema de inspeção está tradicionalmente organizado em torno da avaliação individual dos professores. A partir de 2007, a legislação deslocou o foco para a avaliação do “nível de estudos” (*niveau des études*) no seio das escolas, o que significa que o principal objeto de inspeção passaram a ser as equipas docentes de uma determinada área de estudos.

Na Dinamarca, no seu exame anual do ensino primário e secundário inferior, a Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão foca a sua atenção nos indicadores de qualidade fixados pelo Ministério da Educação. Estes indicadores incluem, por exemplo, os resultados nos exames nacionais e nos exames finais, assim como as taxas de inscrição no ensino secundário superior.

Em França não existe um protocolo estandardizado que defina o conteúdo e procedimentos da avaliação externa. No entanto, para orientar o trabalho dos inspetores locais e regionais, as autoridades educativas disponibilizam um conjunto de indicadores relativos aos principais resultados da educação e às variáveis contextuais discriminadas por escolas. Além disso, a monitorização dos “contratos por objetivos” (*contrat d’objectifs*), introduzidos em 2005, conduziu as autoridades educativas regionais a realizar avaliações mais sistemáticas das políticas das escolas secundárias e do seu funcionamento em relação aos objetivos educativos gerais fixados em tais contratos.

Na Estónia e na Eslovénia, a avaliação externa das escolas dirige-se sobretudo ao cumprimento da legislação em relação a um conjunto de tópicos fixados anualmente (Estónia) ou que constam da Lei da Inspeção (Eslovénia).

Na Suécia, o objeto da avaliação externa encontra-se estipulado na Lei da Educação, assim como nas orientações gerais para a Inspeção e no respetivo contrato de serviço público. A Inspeção-Geral das Escolas da Suécia (SSI) tem autonomia em relação aos parâmetros e níveis de exigência a considerar. As principais áreas sob escrutínio na avaliação externa são: o progresso dos alunos em relação aos objetivos educativos, a liderança, a melhoria da qualidade da educação e os direitos individuais dos alunos.

1.4. Procedimentos de avaliação externa

Esta Secção analisa os procedimentos de avaliação externa das escolas adotados nos sistemas educativos europeus.

Encontra-se dividida em seis subsecções que cobrem diferentes aspetos dos protocolos usados para avaliar as escolas.

A primeira subsecção lida com a frequência das avaliações. A segunda apresenta uma visão geral das diferentes etapas. As quatro subsecções seguintes abordam aspetos específicos dos procedimentos, a saber: recolha e análise de informação, visitas às escolas, envolvimento das partes interessadas e elaboração do relatório de avaliação.

Sempre que se considere relevante e apropriado, são descritas em maior detalhe as abordagens usadas em determinados países.

Frequência da avaliação externa

Os países determinam a frequência da avaliação externa das escolas segundo três modelos principais:

- um modelo cíclico em que todas as escolas são avaliadas a intervalos regulares especificados pelas autoridades de nível central/superior ou pela inspeção;
- um modelo baseado em amostragens, avaliação de riscos e uso de critérios *ad hoc* estabelecidos por uma autoridade de nível central/superior e através de um programa de trabalho anual ou plurianual;
- uma combinação de ambos os modelos.

No caso do modelo cíclico, as avaliações decorrem em intervalos regulares que podem variar entre três anos (Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia) e um máximo de 10 anos (Bélgica (Comunidade flamenga)). O intervalo mais comum fixado entre duas avaliações externas é de cinco anos.

O princípio de que todas as escolas devem ser avaliadas em intervalos regulares não se aplica em todos os sistemas educativos. O Reino Unido (Escócia) abandonou recentemente os ciclos de inspeção geracionais para adotar um sistema de recolha de amostras em que é identificada uma amostra estatisticamente válida de escolas a serem inspecionadas no âmbito de um programa anual. Neste sistema são utilizados critérios como a dimensão, a localização numa área urbana ou rural ou carenciada, etc. Na Islândia, a amostra tem de ser representativa dos diferentes municípios. Na Irlanda e Dinamarca, é utilizada uma abordagem baseada no risco para selecionar as escolas a serem avaliadas, enquanto na Bélgica (Comunidade francófona), Espanha, Estónia e Hungria (sistema de verificação da conformidade legal), os órgãos responsáveis pela realização da avaliação externa das escolas determinam numa base anual ou plurianual, os critérios a seguir para selecionar as escolas a visitar. No Chipre, a avaliação externa das escolas (CITE 2) decorre quando a administração central a julga necessária, tendo em conta o desempenho administrativo e académico das escolas. Por último, em França, os inspetores têm bastante autonomia na seleção das escolas a submeter a avaliação externa, e não estão obrigados a avaliar cada escola de maneira sistemática.

Nos Países Baixos, Suécia e Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte) coexistem os dois sistemas. A programação das avaliações externas é cíclica para todas as escolas mas pode ser modificada ou influenciada pelos resultados da avaliação de riscos (ver “Avaliação de riscos” em baixo).

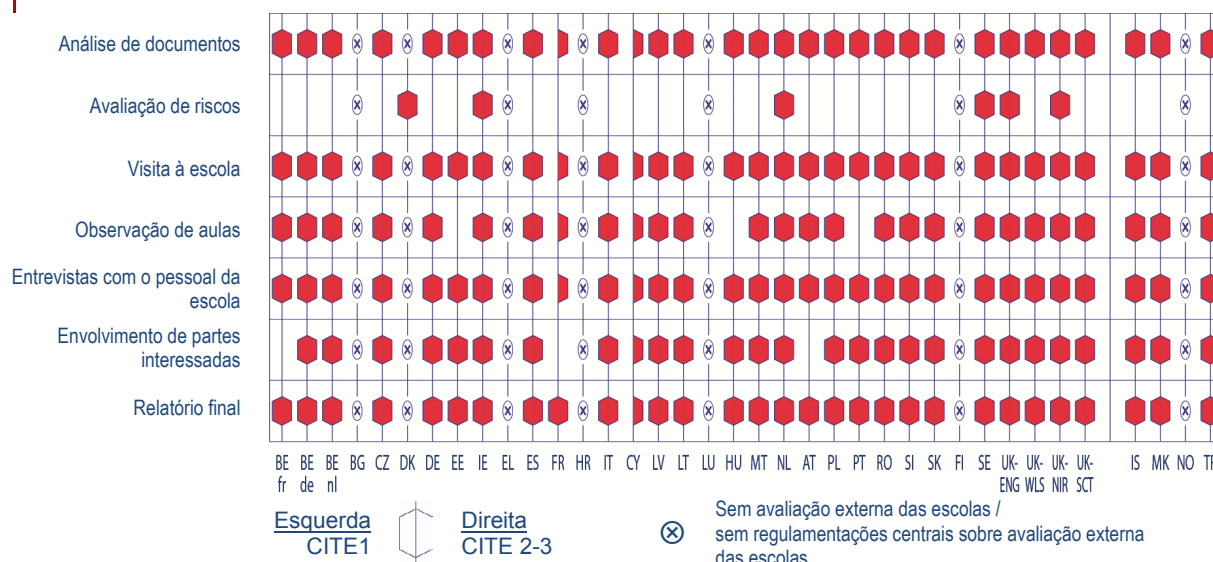
Etapas do processo de avaliação externa

A comparação entre os países revela que o processo prático de implementação da avaliação externa se pode dividir genericamente em três fases:

- a primeira fase consiste na recolha e análise de dados sobre as escolas individualmente e, ocasionalmente, a realização de uma análise inicial dos riscos;
- a segunda fase envolve uma visita à escola para observar as práticas, inspecionar documentos, e consultar agentes internos da escola e, em alguns casos, outros agentes relevantes;
- a terceira fase consiste na preparação do relatório de avaliação.

Estas etapas estão presentes em todos os países apesar da possibilidade de cada passo ser implementado de forma diferente em cada país e de revelarem diferentes graus de complexidade. Dentro desta estrutura esquemática, a análise comparativa revela uma variedade rica de abordagens e de práticas.

Figura 1.4: Procedimentos de avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

MK: Ver Glossário.

Notas específicas por país

Dinamarca: A autoridade central faz uma análise de risco direta sobre as escolas, informa os municípios sobre quais são as escolas que ficam aquém das normas fixadas e apoia os municípios no seu esforço para melhorar os serviços de educação que oferecem.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: A informação aplica-se só ao modelo principal de avaliação externa das escolas aplicado por um órgão de nível central (ou regional), e não à responsabilidade que as autoridades locais têm de avaliar as escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

França: Para o nível CITE 1 não existe um protocolo estandardizado de avaliação das escolas.

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Chipre: Para o nível CITE 1, não existe avaliação externa das escolas.

Hungria: Os dados correspondem quer ao sistema de “verificação da conformidade legal”, quer ao sistema de avaliação “pedagógica/profissional” em experimentação (ver Perfil Nacional).

Finlândia: Os prestadores de serviços de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino que oferecem e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

Recolha e análise de dados

A fase preliminar de recolha e análise de informação e dados sobre as escolas individuais é uma parte integrante do processo em todos os países onde existe avaliação externa. Contudo, nem sempre obedece aos mesmos propósitos: se na maioria dos países permite aos avaliadores definir o perfil da escola a visitar e centrar melhor a sua avaliação, num limitado número de países esta etapa é concebida como um instrumento de diferenciação entre as escolas que requerem inspeção e as que não a necessitam ou, em alguns casos, como forma de escolher entre diferentes tipos de inspeção (ver “Avaliação de riscos” em baixo).

Na maioria dos casos, os avaliadores recolhem uma variedade de dados de diferentes fontes antes da visita a efetuar à escola. A natureza dos documentos e dos dados recolhidos e analisados varia de um país para o outro, mas de um modo geral encaixa-se numa das quatro categorias seguintes:

- Dados estatísticos sobre o desempenho e outros indicadores quantitativos: o principal indicador é o rendimento ou desempenho dos alunos nos exames nacionais, por vezes avaliados comparativamente a nível regional ou nacional ou com escolas de contextos socioeconómicos semelhantes. Tais dados são complementados habitualmente com outra informação quantitativa, como a dimensão das turmas, a proporção aluno/professor, o número de crianças com necessidades especiais, taxa de abandono escolar, rotatividade dos professores ou o registo de assiduidade dos alunos e do pessoal. No Reino Unido (País de Gales), as avaliações atribuídas pelos professores aos alunos também são contempladas. Em certos casos (Bélgica (Comunidade flamenga), alguns *Länder* na Alemanha e Eslováquia), os inspetores solicitam informações às escolas através de um questionário.
- Relatórios e outros documentos qualitativos: em muitos países, os inspetores fazem uso de relatórios prévios de avaliação externa e, sempre que possível, interna. São consultados outros documentos, tais como o plano de desenvolvimento da escola, a oferta pedagógica, o sítio de Internet da escola e documentos relativos à política geral da escola. Na Islândia, os avaliadores também consideram os planos de ação das escolas no que concerne o bem-estar dos alunos.
- Documentos administrativos: horários, calendário escolar anual, atas das reuniões do conselho diretivo, planos de atividades, planos de organização espacial da escola ou regulamentos internos. Em alguns países, também se tomam em consideração documentos específicos, como os procedimentos para lidar com reclamações (República Checa, Áustria, Eslováquia e Suécia), programas de desenvolvimento profissional contínuo (República Checa e Alemanha), relatórios financeiros (Malta), ou decisões emitidas pela direção da escola (Eslováquia).
- Uma quarta fonte de informação procede de diferentes atores ligados à escola, tais como líderes escolares, professores, pais, alunos ou representantes da comunidade local. No entanto, tal informação nem sempre é reunida antes da visita à escola, especialmente quando a informação é recolhida através de entrevistas ou no decurso de reuniões (ver “Participação das partes interessadas” em baixo).

Avaliação de riscos

A avaliação de riscos é efetuada como uma etapa preliminar na Dinamarca, Irlanda, Países Baixos, Suécia e Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte). Esta prática emprega-se para focar o trabalho dos avaliadores em escolas cujo desempenho está abaixo dos níveis previstos (Dinamarca, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido (Inglaterra)), ou para escolher entre diferentes tipologias de inspeções (Suécia e Reino Unido (Irlanda do Norte)). Um dos aspetos chave são os indicadores de rendimento escolar dos alunos – largamente baseados nos resultados obtidos em exames nacionais. Contudo, os dados sobre os resultados da aprendizagem são complementados por outras fontes de informação como, por exemplo, os dados financeiros da escola nos Países Baixos; os resultados de um inquérito escolar na Suécia; a retenção dos alunos e a sua assiduidade na Irlanda; e juízos formulados em inspeções prévias no Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte).

No Reino Unido (Inglaterra), as inspeções são cíclicas e cada escola é submetida a uma inspeção no prazo de cinco anos. No entanto, as escolas consideradas “excecionais” na avaliação prévia estão

isentas de novas inspeções de rotina e só têm de passar por uma avaliação de risco decorridos três anos da última inspeção e daí em diante, com periodicidade anual, desde que a qualidade da escola seja mantida; no caso das escolas que foram categorizadas como “boas”, é a primeira avaliação de riscos que determina o intervalo que decorre antes da inspeção seguinte. Noutros países (Irlanda, Países Baixos e Suécia), a avaliação de riscos é realizada numa base anual. Na Irlanda, para além das escolas selecionadas através da avaliação de riscos, a inspeção inclui no seu programa anual um conjunto de escolas selecionadas aleatoriamente em todos os níveis de qualidade.

Visitas à escola

As visitas às escolas são uma etapa estandardizada nos procedimentos de todos os países. Destinam-se a providenciar aos avaliadores provas empíricas do desempenho e funcionamento das escolas e aplicam-se de forma semelhante em quase todos os países.

A duração das visitas pode variar de um país para outro, desde um mínimo de um dia (Áustria e Suécia) a um máximo de sete dias na Eslováquia, situando-se a média entre dois e três dias. Na maior parte dos países, a duração depende da complexidade da inspeção ou da dimensão da escola, calculada em função do número de alunos. Em Malta, é o número de docentes que determina a duração da visita.

Na maior parte dos países as visitas são organizadas em torno de três atividades principais:

- entrevistas com o pessoal;
- observação de aulas;
- inspeção das atividades escolares, instalações e/ou documentos internos da escola.

As **entrevistas com o pessoal** são uma característica comum em todas as visitas. As conversações decorrem sobretudo com líderes escolares e outros representantes da gestão da escola. Os professores também são entrevistados regularmente, assim como outro pessoal da escola. No Reino Unido (Irlanda do Norte), os professores também participam através de um questionário *online*, disponível a todos os professores, numa base voluntária. Em Portugal, esta prática está limitada a uma amostra de professores. Na Hungria, a atual experiência piloto de avaliação “pedagógica/profissional” prescreve que sejam entrevistados pelo menos 5 % dos professores.

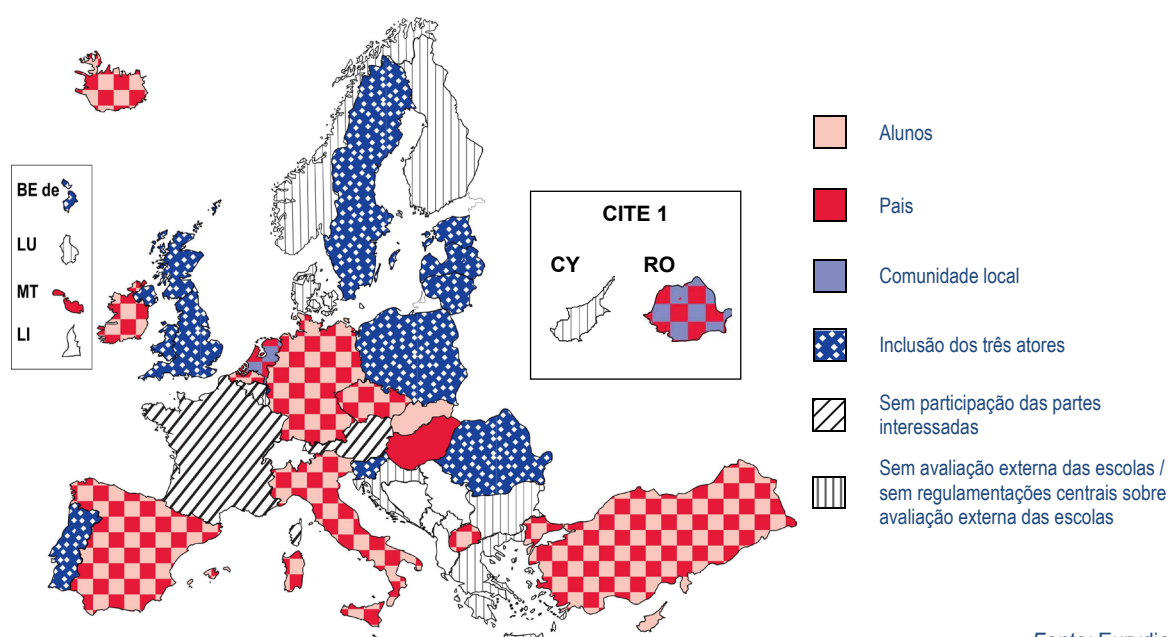
A **observação de aulas** está presente em quase todos os países, com a exceção da Estónia, Hungria (piloto) e Portugal. Em determinados países, o protocolo de visitas às escolas prescreve um número mínimo de turmas ou de aulas a observar. Na Bélgica (Comunidade germanófona), os inspetores devem observar as aulas lecionadas por, pelo menos, 50 % dos professores, enquanto na Islândia este valor sobe para os 70 % dos professores. Na Letónia, os procedimentos sugerem a observação de um mínimo de 12 aulas, enquanto em Malta se recomenda observar o máximo possível de aulas, dependendo da duração da visita e da capacidade dos avaliadores. Na Islândia e na Lituânia, os inspetores devem usar um formulário estruturado para orientar as observações.

A **observação de outras atividades escolares, inspeção das instalações da escola e/ou de documentos internos** é uma atividade bastante menos homogénea, apesar de praticada em muitos países. Geralmente, os avaliadores visitam as instalações escolares (salas de aula, laboratórios, etc.), verificam os documentos administrativos e observam os alunos durante os intervalos para uma melhor perceção do ambiente na escola.

Participação das partes interessadas

O envolvimento de atores ligados à escola consta das recomendações sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade na educação escolar formuladas pelo Parlamento Europeu e o Conselho dos Estados-Membros⁽³⁾. As recomendações preveem a participação da comunidade educativa como um instrumento capaz de “promover a corresponsabilização pela melhoria do ensino” (OJ C 60, 1.3.2001, p. 53). Se, por um lado, a participação dos líderes escolares e dos professores é em certa medida assegurada em quase todo o lado, conforme descrito nas subsecções prévias, já a prática de proporcionar aos alunos, pais e representantes da comunidade local a possibilidade de fazerem ouvir a sua voz e ter em consideração as suas opiniões, é menos uniforme ou metódica. O mapa infra mostra em que países se prevê a participação dos pais, alunos e/ou comunidade local.

Figura 1.5: Participação de alunos, pais e comunidade local na avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza um exame anual às escolas a fim de identificar os municípios onde são necessárias melhorias. A restante parte do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade de nível central.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas aplicado por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação das escolas que estão sob a sua tutela (Secção 1.2).

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Hungria: A consulta das partes interessadas está prevista apenas no âmbito do sistema de avaliação “pedagógica/profissional” que está em fase de experimentação (ver Perfil Nacional). As partes interessadas não estão envolvidas no sistema de verificação da “conformidade legal”.

Finlândia: Os prestadores de serviços de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

Treze sistemas educativos (Bélgica (Comunidade germanófona), Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Roménia (CITE 2), Eslovénia, Suécia e Reino Unido), entre os 31 que realizam avaliação externa das escolas, têm em consideração as opiniões de alunos, pais e representantes da comunidade local durante a fase de avaliação. Em nove sistemas de educação (Bélgica (Comunidade flamenga), República Checa, Alemanha, Irlanda, Espanha, Itália (experimental), Islândia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia), as partes envolvidas limitam-se aos alunos e pais,

⁽³⁾ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Fevereiro de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário, OJ C 60, 1.3.2001, p. 51.

enquanto nos Países Baixos e na Roménia (CITE 1), são os pais e a comunidade local. Em Malta, os procedimentos só preveem a participação dos pais, enquanto em Chipre (CITE 2) e na Eslováquia, os alunos são os únicos a participar no processo. Na Hungria, a avaliação “pedagógica/profissional” que entra em vigor em 2015 e está atualmente em fase experimental, prevê o envolvimento dos pais. São três os países (Bélgica (Comunidade francófona), França e Áustria) onde não existe a possibilidade de consulta das partes interessadas.

Se é certo que na vasta maioria dos países a participação das partes interessadas é uma possibilidade, nem sempre a sua aplicação é sistemática. Em seis sistemas de educação (Bélgica (Comunidade flamenga), República Checa, Alemanha, Itália (piloto), Países Baixos e Eslovénia), a recolha de informação junto de pais, alunos ou comunidade local é vista como um instrumento, entre outros, para uma melhor avaliação da qualidade da oferta educativa e para apoiar a formulação de juízos. Por conseguinte, os avaliadores podem decidir por si próprios se utilizam ou não esses instrumentos.

Nos casos em que se contempla a participação de pais e/ou alunos, esta pode viabilizar-se através de inquéritos, entrevistas ou ambos. As entrevistas podem ser individuais ou organizadas em grupos focais. Na maioria dos países, todos os alunos e pais são consultados através de questionários. No entanto, na Bélgica (Comunidade germanófona), Irlanda, Chipre (CITE 2), Portugal, Islândia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia, só uma amostra de alunos e/ou de pais ou os seus representantes nos conselhos de escola ou outros órgãos de gestão escolar são consultados. Em Malta, quando a população discente é superior a 150 alunos, a análise dos questionários limita-se a este número.

Em 14 países, a comunidade local tem a oportunidade de contribuir para a avaliação externa principalmente através de entrevistas. Em termos gerais, as comunidades locais (ou seja, municípios, conselhos, administradores ou instituições tutelares) são consideradas por todos os países como atores com uma função governativa. Na Lituânia e Roménia, a participação da comunidade local é uma possibilidade mas não uma obrigação. Na Lituânia, podem consultar-se os representantes dos sindicatos dos professores e os representantes da instituição tutelar da escola, enquanto na Roménia são os representantes da administração local que podem ser convidados a observar o processo e prestar o seu contributo durante a visita à escola. Na Suécia, no caso das avaliações exaustivas, também é auscultado o pessoal dos serviços sociais.

Os pais, alunos e, sempre que possível, a comunidade local são consultados a respeito de uma variedade de tópicos. Na maioria dos países, a questão essencial diz respeito à sua satisfação com a qualidade geral da escola, a oferta educativa e as instalações da escola. São também abordadas outras áreas, como a carga de trabalho dos alunos, a segurança, o ambiente de estudo e o clima da escola. No Reino Unido (Inglaterra), os pais podem expressar a sua opinião sobre a forma como a escola lida com o *bullying*, entre outras coisas; na Letónia a consulta contempla questões como a organização de atividades extracurriculares ou a autonomia da escola. A liderança educativa também é avaliada pelos pais e alunos na Suécia. Em Espanha, as escolas recebem uma série de questionários contextuais que devem ser preenchidos por alunos e pais, para além de professores e líderes escolares. O objetivo destes questionários é reunir informação sobre variáveis contextuais, como sejam o contexto familiar, estatuto socioeconómico, o clima da escola entre outros, permitindo assim um melhor entendimento do desempenho dos alunos nos exames nacionais.

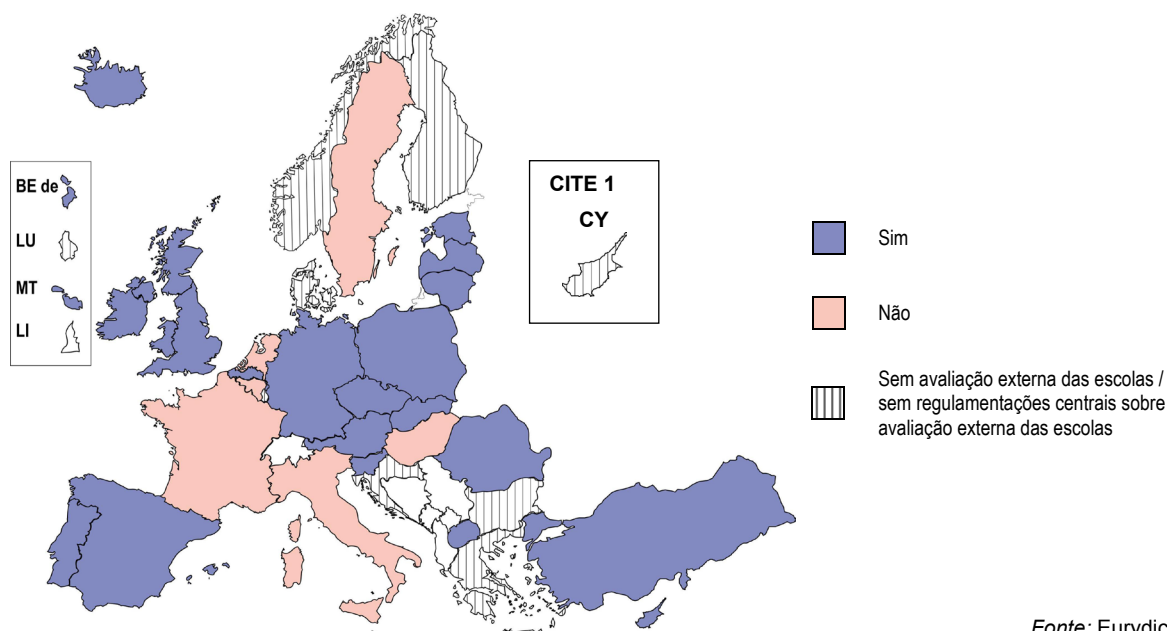
Elaboração do relatório de avaliação

O trabalho dos avaliadores, as suas conclusões e, nos casos em que é apropriado, os seus pareceres, são descritos num relatório final de avaliação. Esta prática é comum a todos os países, mas na Áustria, esse relatório é concebido como um acordo entre o inspetor e a escola sobre os aspetos que necessitam de ser tratados.

Na maior parte dos países, a elaboração de um relatório de avaliação é um processo dialógico entre avaliadores e órgãos diretivos da escola. Em alguns casos, os professores também estão envolvidos. Em seis sistemas de educação (Bélgica (Comunidade francófona), França, Itália (piloto), Hungria,

Países Baixos e Suécia), o relatório de avaliação é finalizado sem qualquer consulta com a escola. Nos Países Baixos, contudo, as escolas podem refutar as conclusões do relatório final submetendo a sua opinião à autoridade competente.

Figura 1.6: Consulta com a escola antes da finalização do relatório de avaliação, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza uma inspeção anual a cada escola a fim de identificar os municípios que carecem de melhorias. A parte restante do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade de nível central.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas aplicado por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Hungria: O mapa mostra a situação para o sistema de “verificação da conformidade legal”. Quanto ao sistema de avaliação “pedagógica/profissional” que está em experimentação (ver Perfil Nacional), ainda não foram adotados procedimentos.

Finlândia: Os prestadores de serviços de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

O processo dialógico que conduz a um relatório final de avaliação pode conter diferentes graus de complexidade. O esquema básico obedece a um padrão de três etapas, a saber, (1) os avaliadores enviam às escolas uma versão preliminar do relatório; (2) os líderes das escolas dão o seu *feedback*; e (3) os avaliadores preparam a versão final do relatório.

Todavia, alguns países apresentam variações ao esquema descrito supra, acrescentando-lhe etapas ou complementando-o.

Na Polónia, o relatório propriamente dito não pode ser comentado pela escola, mas as conclusões são debatidas oralmente com todos os professores numa reunião especialmente convocada para esse fim antes da redação final. Além do mais, as conclusões do relatório final podem ser refutadas pelo diretor da escola e, como consequência, o superintendente regional pode solicitar aos avaliadores uma nova análise dos dados recolhidos. Na Letónia, a escola tem o direito de apresentar objeções ao relatório final e de fazer propostas ao presidente da Comissão de Acreditação.

Na Bélgica (Comunidade germanófono), é prática corrente apresentar um *feedback* verbal ao relatório preliminar. Na Letónia, Portugal, Reino Unido e Turquia, este *feedback* é seguido por uma discussão com o líder da escola e, em alguns casos, com os professores, antes da elaboração do relatório preliminar. No Reino Unido (Irlanda do Norte), os avaliadores organizam uma reunião suplementar com o conselho de escola para troca de opiniões. Na Bélgica e na Irlanda, as escolas podem apresentar comentários adicionais por escrito depois de finalizado o relatório.

A resposta da escola ao relatório preliminar é geralmente aberta a qualquer tipo de questão. Porém, na Irlanda e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), o *feedback* inicial limita-se à correção de erros factuais e a apreciação geral não é objeto de discussão. Em Portugal, as escolas têm a possibilidade de apresentar por escrito um *feedback* ao relatório preliminar mostrando desacordo com as conclusões dos avaliadores. Na Bélgica (Comunidade germanófono), é organizada uma “sessão” de *feedback* no seguimento do comentário escrito ao relatório preliminar submetido pela escola. Nesta sessão, os avaliadores debatem sobre o relatório preliminar e os comentários da escola com a direção da escola, os representantes do corpo docente, um representante do conselho escolar (*Schulschöffe*) e o conselho de desenvolvimento escolar (*Schulentwicklungsberatung*), caso este órgão esteja ativo ou a escola tenha solicitado a sua presença.

1.5. Resultados da avaliação externa

A presente Secção descreve a forma como os sistemas educativos lidam com os resultados das avaliações externas.

A Secção divide-se em quatro subsecções que oferecem um retrato abrangente do tipo de ações adotadas pelos diferentes países e as circunstâncias em que o fazem. A primeira subsecção apresenta uma síntese geral sobre a tipologia de ações geralmente contempladas nos procedimentos: medidas de remediação, medidas disciplinares e medidas de valorização (que visam elevar o perfil das escolas). As restantes subsecções analisam com algum detalhe as tipologias específicas e explicam as diferentes circunstâncias em que se aplicam.

Sempre que for pertinente, são sublinhadas as abordagens utilizadas por determinados países.

Tipologia das medidas aplicadas

Se bem que na vasta maioria dos sistemas educativos os procedimentos para implementar as avaliações externas nas escolas assentem, de um modo geral, num esquema composto por três fases, já a análise dos resultados das avaliações externas revela um quadro muito mais fragmentado e diversificado, sendo poucos os modelos adotados na maioria dos países.

Apesar desta diversidade, há um elemento que parece ser partilhado pela quase totalidade dos sistemas educativos: as recomendações. De facto, em todos os países onde se realiza a avaliação externa e para os quais existem dados disponíveis, com a exceção da Bélgica (Comunidade germanófono) e da Polónia, os avaliadores formulam nos seus relatórios um conjunto de recomendações para melhoria. Na Polónia, tais recomendações são emitidas apenas em caso de serem violados os requisitos legais ou de serem cometidas outras irregularidades. Contudo, a natureza e o tom das recomendações variam de um país para o outro, alternando entre uma obrigação firme imposta às escolas para tomarem ações concretas e uma sugestão de melhoria em domínios gerais. Na República Checa, por exemplo, as escolas não têm a obrigação de seguir recomendações destinadas a melhorar a qualidade da educação, mas devem segui-las no caso de haver falhas graves. Em Itália, com a devida consideração pela atual fase piloto, e no Chipre (CITE 2), as escolas têm plena autonomia para decidir se seguem ou não as recomendações formuladas pelos avaliadores. Em França, no que diz respeito ao CITE 1, considera-se mais moral do que contratual o compromisso de seguir as recomendações. Na Estónia e Antiga República Jugoslava da Macedónia, existe a obrigação de seguir as recomendações e de alcançar os objetivos em determinados prazos.

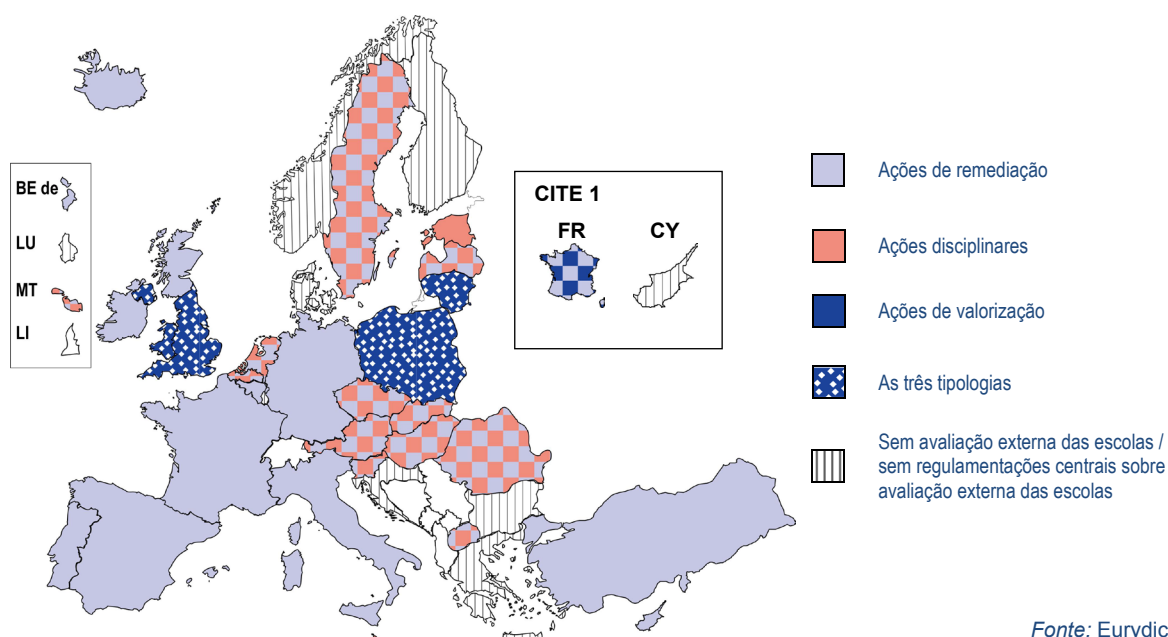
No seguimento destas recomendações, as escolas, avaliadores e/ou autoridades responsáveis tomam medidas de atuação que se podem agrupar em três categorias principais:

1. ações corretivas ou de remediação;
2. ações disciplinares;
3. ações de valorização, destinadas a elevar o perfil das escolas.

A primeira categoria diz respeito a ações que visam superar as fragilidades e carências em termos de qualidade do ensino oferecido pelas escolas, ou remediar as infrações aos regulamentos (ver a Figura 1.8). Em alguns países, os avaliadores podem envolver-se em atividades de acompanhamento, como novas inspeções ou a análise aos meios empregues pela escola para resolver as suas falhas iniciais. Noutros países, as escolas podem ser obrigadas a adotar medidas diretas focadas nos problemas assinalados pelos avaliadores e, em alguns casos, as ações devem ser incluídas num plano específico de melhoria. Por último, há países que adotam medidas de apoio em forma de recursos adicionais, orientação e formação.

A segunda categoria está relacionada com ações disciplinares, normalmente adotadas pelas autoridades responsáveis e aplicadas nos casos em que as medidas de remediação não foram eficazes.

Figura 1.7: Tipologia das medidas adotadas no seguimento do relatório da avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza uma inspeção anual a cada escola a fim de identificar os municípios que carecem de melhorias. A restante parte do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade de nível central.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas realizada por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

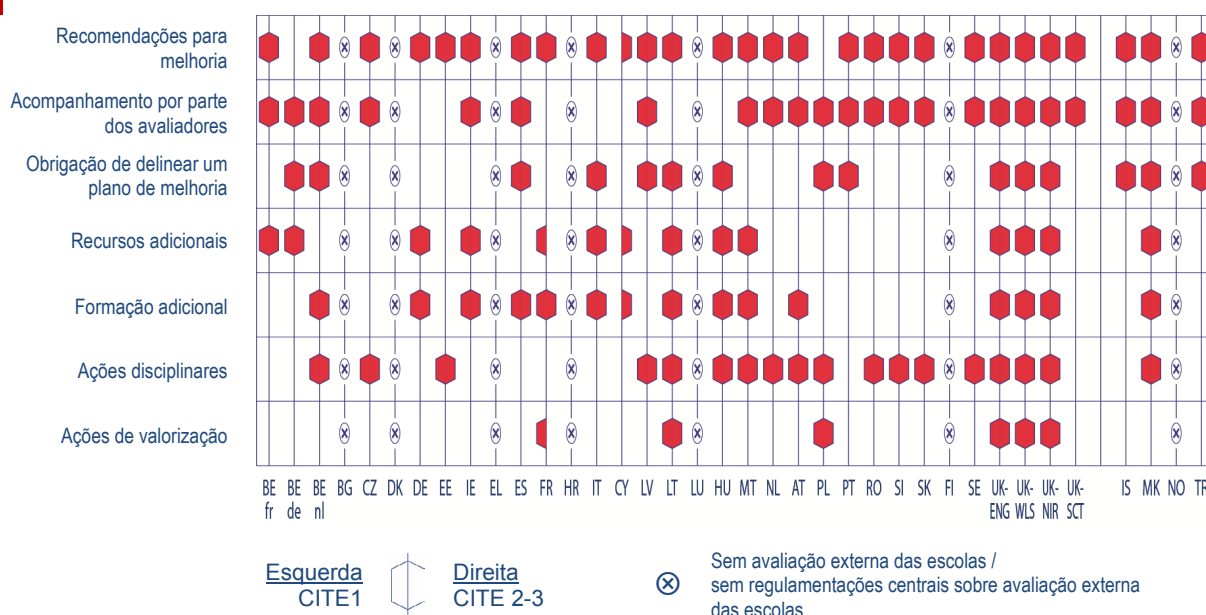
Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Hungria: O sistema de “verificação da conformidade legal” prevê apenas medidas disciplinares, enquanto o sistema de avaliação “pedagógica/profissional” que está em experimentação oferece ações de remediação (ver Perfil Nacional).

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e os procedimentos de avaliação a nível local.

A terceira categoria inclui ações que visam o reconhecimento, a disseminação e a promoção de boas práticas. Ainda que a maioria dos países tenha desenvolvido disposições pertencentes às duas primeiras categorias, em alguns casos as medidas também são concebidas como instrumentos para reforçar a visibilidade das escolas com um bom desempenho, com um potencial retorno positivo em termos de imagem para a escola e melhoria das práticas escolares no seu conjunto.

Figura 1.8: Tipologia dos resultados da avaliação externa das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

MK: Ver Glossário.

Notas específicas por país

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza uma inspeção anual a cada escola a fim de identificar os municípios que carecem de melhorias. A restante parte do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade de nível central.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas realizada por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Hungria: Os dados referem-se quer ao sistema de “verificação da conformidade legal” quer ao sistema de avaliação “pedagógica/profissional” que está em experimentação (ver Perfil Nacional).

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e os procedimentos de avaliação a nível local.

Ações de remediação

Para além de formularem recomendações, os avaliadores podem ainda envolver-se em ações de acompanhamento. No contexto do atual relatório, as ações de acompanhamento são as que envolvem os avaliadores na ação de analisar ou comprovar em que medida a escola cumpriu as recomendações formuladas no relatório de avaliação. Em aproximadamente dois terços dos sistemas educativos que realizam a avaliação externa das suas escolas é esse o caso (ver Figura 1.8). As ações de acompanhamento consistem habitualmente em visitas suplementares ou, mais raramente, numa análise dos relatórios elaborados pelas escolas e em que se prestam contas das medidas adotadas para solucionar as debilidades identificadas pelos avaliadores. Com exceção de Malta, e até certo ponto da Irlanda, as ações de acompanhamento decorrem somente quando os avaliadores detetam e comunicam fragilidades, falhas ou infrações. Na Bélgica (Comunidade germanófona) por exemplo, só as deficiências graves conduzem a ações de acompanhamento, enquanto na Eslovénia se aplica este tipo de ação apenas quando há necessidade de supervisionar as medidas por um

período de tempo prolongado. No Reino Unido (País de Gales), a severidade das fragilidades determina a planificação da visita de acompanhamento. Em Malta, todas as escolas recebem uma visita de acompanhamento não anunciada com a duração de um dia, no decurso do ano civil seguinte ao da publicação do relatório de avaliação, enquanto na Irlanda as inspeções de acompanhamento são realizadas numa amostra de escolas. Na Letónia, as escolas devem submeter relatórios todos os anos até estarem implementadas todas as recomendações.

Em todos os países onde se realiza a avaliação externa, é exigido às escolas que tomem medidas destinadas a melhorar a qualidade do ensino oferecido ou a remediar as falhas detetadas pelos avaliadores. Em 12 sistemas de educação (Bélgica (Comunidades germanófono e flamengo), Espanha, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Reino Unido (País de Gales e Irlanda do Norte), Islândia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia), os procedimentos para a avaliação externa preveem a obrigação, por parte das escolas, de apresentar um plano de ação que aborde especificamente os pontos fracos identificados. No entanto, na Polónia, esta exigência limita-se aos casos em que o desempenho é muito negativo. Na Bélgica (Comunidade flamengo), o plano de melhoria é uma opção dada às escolas para evitar o encerramento imediato, sujeito a uma decisão do Ministério. O plano é acompanhado pela obrigação de receber orientação por parte do serviço de assessoria às escolas. Em Itália, apesar de se encontrar em fase experimental, e no Reino Unido (Inglaterra), não se exige o desenvolvimento de um plano de ação específico, mas os planos de melhoria já existentes devem ser atualizados tomando em conta as recomendações dos avaliadores. A inspeção “pedagógica/profissional” na Hungria, atualmente em fase experimental e com lançamento previsto para 2015, prevê a elaboração, pelas escolas, de planos de ação para cinco anos no seguimento das recomendações dos inspetores. Somente na Bélgica (Comunidade flamengo) e na Lituânia, existem disposições claras destinadas a assegurar a participação dos professores na adoção do plano de ação.

Uma série de países dispõe de medidas de apoio para as escolas que consistem, de um modo geral, em ações de formação ou recursos adicionais, que podem ser de natureza financeira ou profissional. Em 15 sistemas de educação (Bélgica (Comunidade flamengo), Alemanha, Irlanda, Espanha, França, Itália (piloto), Hungria (somente para o sistema “pedagógica/profissional” em experimentação), Chipre (CITE 2), Lituânia, Malta, Áustria, Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), e a Antiga República Jugoslava da Macedónia), a formação suplementar é concebida como uma medida de apoio e pode ser ativada seja mediante recomendação dos avaliadores ou por iniciativa das próprias escolas como parte do seu plano de melhoria. Em 14 sistemas de educação (Bélgica (comunidades francófono e germanófono), Alemanha (alguns *Länder*), Irlanda, França (CITE 1), Itália (piloto), Hungria (somente para o sistema “pedagógica/profissional” em fase piloto), Chipre (CITE 2), Lituânia, Malta, Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte) e a Antiga República Jugoslava da Macedónia), os recursos adicionais são disponibilizados às escolas em caso de necessidade. Com a exceção da Itália, com o sistema de avaliação externa em fase piloto, e da Lituânia, os recursos adicionais são amplamente concebidos como apoio profissional, sob forma de orientação, prestada pelo próprio órgão de avaliação ou por organizações especializadas. Na Lituânia, pode ser alocado às escolas um apoio financeiro adicional para a contratação de pessoal docente que preste assistência aos alunos, por exemplo. Um dos projetos-piloto que decorrem em Itália prevê a atribuição de 10 000 EUR às escolas que procuram desenvolver práticas inovadoras nos seus planos de desenvolvimento. Em França (CITE 1), Chipre (CITE 2) e Malta, são concebidos recursos adicionais como forma de aumentar o número de pessoal ao serviço da escola. No Reino Unido (Inglaterra), o apoio pode ser concedido através de acordos de geminação entre escolas com fraco desempenho e outras com melhores resultados.

Ações disciplinares

Entre os 31 sistemas educativos onde existem regimes de avaliação externa, 18 contam com legislação que prevê o uso de ações disciplinares em caso de infração às regulamentações ou incapacidade para reparar as deficiências após um determinado período. Na República Checa, Hungria (sistema de “verificação da conformidade legal”) e Áustria, só é possível empreender ações disciplinares se houver uma infração às leis, enquanto nos restantes países o mesmo sucede no caso de terem falhado o cumprimento das recomendações formuladas pelos avaliadores.

As ações disciplinares recaem, de um modo geral, em duas categorias: as que são dirigidas ao pessoal ao serviço da escola e as que visam a escola no seu conjunto ou os respetivos órgãos responsáveis. Na maioria dos casos, os sistemas acolhem ambas as tipologias.

A primeira categoria assume normalmente a forma de multas, sanções, escrutínio ou substituição do diretor da escola e, mais raramente, de outro pessoal. A destituição do diretor da escola ou da equipa diretiva está explicitamente prevista como uma possibilidade em países como a República Checa, Polónia, Eslovénia e Eslováquia. Contudo, na Polónia é expressamente limitada a casos em que a implementação do plano de melhoria fracassou. Em Malta, apesar de não existir uma lista oficial de medidas disciplinares, esta ação já foi adotada em alguns casos. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia o avaliador pode propor a destituição de qualquer membro do pessoal ao serviço da escola em caso de infração grave, como abuso de álcool ou de droga, assédio aos alunos ou uso indevido do orçamento da escola.

A segunda tipologia de ações disciplinares refere-se normalmente à capacidade da escola para funcionar em pleno, e pode conduzir, em casos extremos, ao encerramento da escola, redução das suas provisões orçamentais, ou invalidação da sua base jurídica. Quanto a este último caso, na Letónia, por exemplo, as escolas podem perder o direito de emitir certificados oficialmente reconhecidos de conclusão do ensino geral; na República Checa e Eslováquia, o Inspetor Central das Escolas pode propor que a escola seja retirada do Registo de Escolas; na Estónia, o Ministério pode declarar como inválida a licença de ensino, impedindo assim a escola de funcionar; e no Reino Unido (Inglaterra), no caso das academias, o Secretário de Estado pode decidir terminar o respetivo acordo de financiamento. Nos Países Baixos estão ainda previstas consequências financeiras que, em casos extremos, implicam a retenção da totalidade dos fundos financeiros anuais da escola; o mesmo é possível na Comunidade francófona da Bélgica, apesar de esta medida ainda não ter sido aplicada.

Na Hungria (ao abrigo do sistema de verificação da conformidade legal) e na Suécia, as autoridades responsáveis podem encerrar completamente as escolas, uma medida também prevista na Comunidade flamenga da Bélgica, apesar de raramente ser implementada. Na Suécia, uma escola pode ser encerrada apenas durante seis meses, após os quais a inspeção intervém para tomar medidas tidas como necessárias para melhorar o desempenho da escola.

Em alguns países, são aplicadas outras ações disciplinares, como por exemplo, no Reino Unido (Inglaterra), onde pode ser negada às escolas sob medidas especiais autorização para contratar professores recém-qualificados; ou na Estónia e Suécia, onde o responsável pela escola pode receber uma multa.

Se na maioria dos países as ações disciplinares são levadas a cabo pelas autoridades responsáveis, na Eslovénia são os próprios inspetores que possuem a legitimidade para aplicar algumas tipologias de sanções, incluindo a suspensão temporária de todas as atividades escolares, apesar de este último cenário ainda não ter ocorrido.

Ações de valorização destinadas a elevar o perfil das escolas

Se a maioria das ações adotadas como resultado de avaliações externas visam lidar com escolas cujo desempenho se encontra abaixo dos níveis desejados, em meia dúzia de casos os procedimentos e as práticas também preveem o reconhecimento, disseminação e promoção das melhores práticas. As ações de valorização são definidas aqui como o reconhecimento e aprovação oficiais e a disseminação de boas práticas que emergem da avaliação externa. Apenas seis sistemas

de educação, entre os 31 com avaliação externa, contemplam alguma forma de ação de valorização. Em França, as escolas de nível CITE 1 consideradas como tendo um bom desempenho ou como inovadoras, podem receber recursos adicionais; na Lituânia, o órgão de avaliação (NASE) tem a missão de recolher informação sobre as melhores práticas em escolas e de distribuir esta informação em cooperação com os diretores e professores destas escolas; na Polónia, os avaliadores têm de preparar um formulário específico de boas práticas para as escolas que obtêm uma classificação muito elevada em alguns parâmetros. Tal formulário é depois disseminado através do sítio de Internet do superintendente; no Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), as provas recolhidas durante as inspeções podem ser utilizadas para elaborar relatórios temáticos sobre boas práticas e outros temas, disponibilizados através da Internet no sítio dos órgãos de inspeção.

Esta abordagem permite fomentar a consciencialização sobre aquilo que funciona e em que circunstâncias, e eleva o perfil das escolas que alcançaram bons resultados. Também apoia uma cultura de *feedback* positivo e de aprendizagem pelos pares que pode contribuir para a evolução do papel e objetivos da avaliação externa.

1.6. Disseminação dos resultados da avaliação externa

A presente Secção descreve de que forma são distribuídos os resultados da avaliação externa e quem tem acesso aos mesmos.

Deve ser feita uma distinção prévia entre os relatórios de avaliação de cada escola e os relatórios que fornecem informação agregada sobre as conclusões das avaliações externas. Os primeiros referem-se a relatórios individuais produzidos pelos avaliadores após o seu trabalho de avaliação de uma escola e estão associados a cada escola individualmente, enquanto os segundos consistem muitas vezes em relatórios compilados através da agregação de dados de atividades realizadas durante um ou mais anos.

A primeira subsecção considera o grau de distribuição dos relatórios de avaliação externa de cada escola tendo em consideração as várias possibilidades entre os dois extremos: relatórios tornados públicos no decurso do processo e relatórios que não são distribuídos em absoluto.

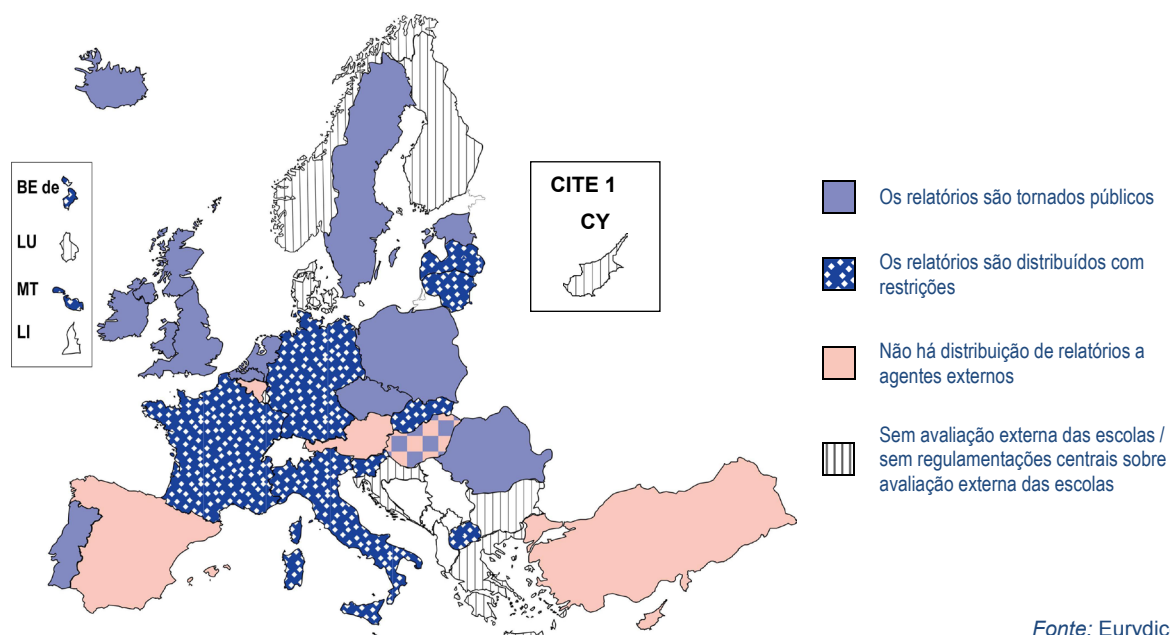
A segunda subsecção lida com a comunicação de informação agregada sobre as conclusões da avaliação externa, um método usado efetivamente pela maioria dos órgãos de avaliação como um meio para informar as autoridades de nível central/superior.

Distribuição dos relatórios de avaliação

Distinguem-se três grandes abordagens relativamente à distribuição dos resultados da avaliação externa: (a) os relatórios são publicados; (b) os relatórios são distribuídos com certas restrições; e (c) os relatórios não são distribuídos ao público em geral ou aos atores relevantes, apesar de poderem ser transmitidos, como parte do procedimento, às autoridades de nível central ou superior. Como se observa na Figura 1.9, na vasta maioria dos sistemas de educação, os relatórios de avaliação são distribuídos ao público na íntegra ou com restrições, e apenas em alguns países não é feita qualquer distribuição.

Tal como ilustra a Figura 1.9, em 15 sistemas de educação os relatórios são disponibilizados ao público, geralmente através de publicação no sítio de Internet da autoridade de nível central/superior, do organismo que executou a avaliação externa, ou da própria escola. Em alguns destes países, para além de se disponibilizar o relatório ao público em geral, as escolas são obrigadas ou convidadas a informar os diferentes agentes da comunidade educativa da sua existência. Este é o caso na Bélgica (Comunidade flamenga), República Checa, Irlanda, Países Baixos, Polónia, Reino Unido e Islândia. Nos Países Baixos, são tomadas medidas adicionais concretas para as escolas mais fracas: a escola em questão é adicionada a uma lista publicada no sítio de Internet do órgão de inspeção e é adicionada ao relatório uma página dirigida aos pais dos alunos.

Figura 1.9: Distribuição dos relatórios da avaliação externa das escolas individualmente, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

O mapa refere-se aos relatórios de avaliação externa das escolas individualmente. Não tem em consideração a distribuição de relatórios com dados agregados produzidos em alguns países. A categoria "Não há distribuição de relatórios a agentes externos" não exclui a possibilidade do relatório ser transmitido às autoridades educativas de nível central/superior.

Notas específicas por país

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão publica os resultados globais da inspeção anual sem transmitir informação concreta sobre cada escola.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas realizada por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Letónia: Só uma parte do relatório está acessível ao público.

Hungria: Os resultados da "verificação da conformidade legal" não são tornados públicos; por outro lado, o sistema de avaliação "pedagógica/profissional" em fase piloto obriga as escolas a publicar o relatório de avaliação no seu sítio de Internet (ver Perfil Nacional).

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e os procedimentos de avaliação a nível local.

Em dez sistemas de educação, os relatórios são acessíveis com restrições seja através da sua disponibilização ao público mediante pedido ou por via de uma distribuição seletiva, ou seja, entre as principais partes interessadas.

Na Bélgica (Comunidade germanófona), o relatório é transmitido a todos os que estão envolvidos no exercício de avaliação, que inclui habitualmente agentes da comunidade educativa, como representantes dos pais e alunos. Em Malta, são preparados relatórios sucintos específicos para os pais e prevê-se que o diretor da escola comunique aos pais, por escrito, as principais conclusões do relatório. Em França, a distribuição do relatório a pais e alunos fica à discrição do diretor da escola. De igual modo, na Lituânia, a distribuição do relatório é uma decisão que cabe à escola. No entanto, é solicitado ao diretor da escola uma apresentação dos resultados da avaliação ao pessoal da escola, pais e alunos, e as principais conclusões da avaliação em termos de pontos fortes e pontos fracos são publicadas no sítio de Internet do órgão de avaliação.

Em Itália, Eslováquia e Antiga República Jugoslava da Macedónia, o relatório de avaliação pode ser consultado mediante pedido. No que diz respeito a Itália, o novo sistema de avaliação externa em experimentação prevê uma "fase de informação social", apesar de ainda não terem sido estabelecidas as modalidades, deixando alguma liberdade às escolas para disponibilizar os seus

relatórios ao público em geral através dos respetivos sítios de Internet. Na Eslovénia, alguns dados de natureza pessoal ou confidencial permanecem reservados. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, a gestão da escola é sempre obrigada a informar todos os interessados sobre as conclusões da avaliação.

A Letónia constitui um caso especial, pois a restrição incide sobre a tipologia da informação e não sobre a forma como é distribuída. Neste país, de facto, só algumas partes do relatório são tornadas públicas obedecendo a um modelo específico que contém os nomes dos peritos, a escala de notação, os pontos fortes e as recomendações. O modelo é publicado no sítio de Internet do organismo avaliador, sendo acessível a qualquer pessoa. Não obstante, mediante solicitação, o relatório completo pode ficar acessível a pais, professores e representantes municipais.

Na Alemanha, o relatório é distribuído aos atores relevantes ou disponibilizado mediante solicitação, e ambas as modalidades coexistem dependendo do *Länder* em concreto. Na Eslovénia, é distribuído aos funcionários cujo trabalho é diretamente afetado pela inspeção, ou aos municípios no caso de qualquer uma das recomendações introduzidas se situar na sua esfera de competência. O relatório também pode ser disponibilizado mediante solicitação, mas alguns dados de natureza pessoal ou confidencial são reservados.

Por último, em sete sistemas educativos (Bélgica (Comunidade francófona), Dinamarca, Espanha, Chipre (CITE 2), Hungria (para o sistema de verificação da conformidade legal), Áustria e Turquia), os relatórios de avaliação (ou resultados detalhados do exercício de avaliação de riscos no caso da Dinamarca) não estão acessíveis ao público.

Informação agregada sobre os resultados da avaliação

Na maioria dos países, os resultados da avaliação também são distribuídos às autoridades de nível central/superior. Apesar de, em alguns casos, os relatórios de avaliação sobre escolas individuais serem diretamente transmitidos a estas autoridades, é mais frequente que os organismos de avaliação elaborem relatórios anuais ou bienais que oferecem uma panorâmica geral. Todavia, este tipo de relatório presta-se a diferentes fins. Em Espanha, Eslovénia e Roménia, por exemplo, foca-se nas atividades do organismo de avaliação; na Bélgica (Comunidade francófona), Letónia, Lituânia e Eslováquia, oferece um panorama geral das conclusões e recomendações. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, abrange os dois tópicos. Na Roménia, de novo, cada quatro anos é preparado um relatório sobre a qualidade geral do sistema educativo. Em alguns países, como a República Checa e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), para além dos relatórios anuais sobre a atividade e/ou as conclusões da avaliação, são elaborados relatórios temáticos específicos. Na Áustria, os dados agregados sobre a inspeção escolar a nível das províncias constitui a base para a elaboração de planos de desenvolvimento regional por tipo de escola, e as conclusões agregadas a nível regional informam o plano de desenvolvimento nacional. Na maioria dos casos, os relatórios temáticos, anuais ou bienais são publicados através do sítio de Internet do organismo avaliador ou nos canais de distribuição da autoridade central/superior.

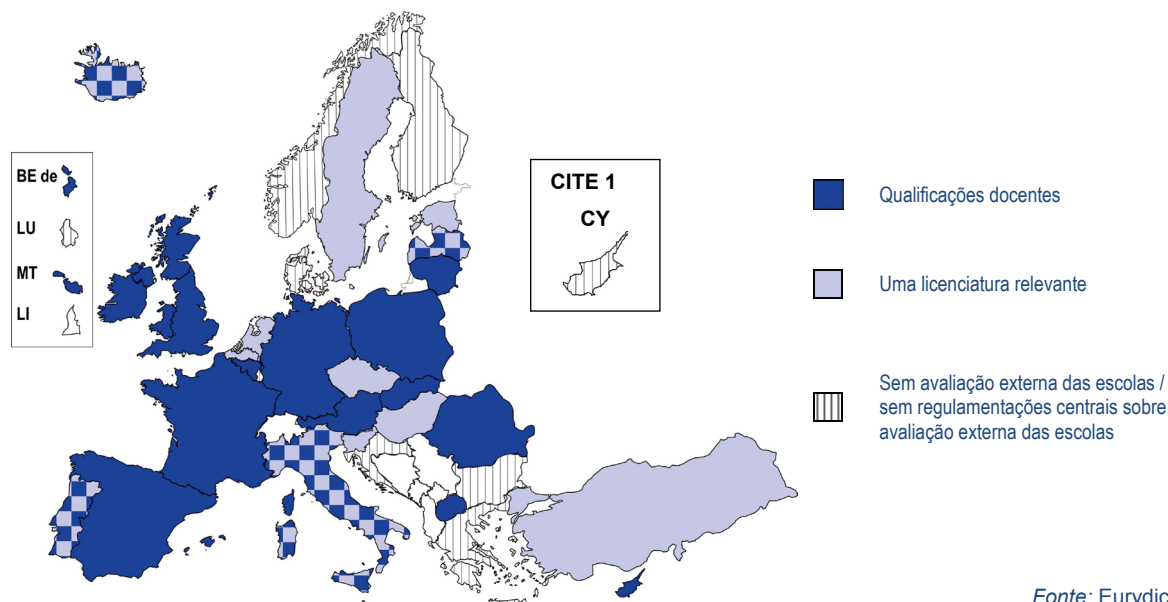
1.7. Qualificações dos avaliadores externos

A presente Secção analisa as qualificações e a experiência profissional necessárias para um indivíduo se tornar avaliador externo de escolas. Descreve ainda em que países a formação especializada faz parte dos requisitos. Esta Secção não tem em consideração as qualificações dos membros não especializados que participam em avaliações externas como voluntários, como sucede na Alemanha e no Reino Unido (Escócia e País de Gales). De modo semelhante, não analisa os requisitos para peritos em diferentes domínios que integram equipas de inspetores numa base *ad-hoc* e estão associados a domínios específicos (República Checa, Estónia, França e Eslovénia). Os Perfis Nacionais dos países concernentes oferecem informação adicional sobre avaliadores não especializados e peritos envolvidos numa base *ad hoc*.

Qualificações formais e experiência profissional

Na maioria dos países concernentes, para um indivíduo se tornar um avaliador externo é exigida uma qualificação docente (ver Figura 1.10) e, habitualmente, um determinado número de anos de experiência profissional numa escola como professor ou num cargo de gestão.

Figura 1.10: Qualificações exigidas aos avaliadores externos das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Nota explicativa

A Figura não contempla os membros leigos ou não especializados que se juntam à equipa de avaliação numa base voluntária nem peritos em domínios específicos que integram as equipas de inspetores numa base *ad-hoc*. Uma "licenciatura relevante" pode incluir uma qualificação docente mas não se limita a esta.

Notas específicas por país

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza uma inspeção anual a cada escola a fim de identificar os municípios que carecem de melhorias. A restante parte do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade de nível central.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas realizada por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Hungria: O mapa mostra a situação para os avaliadores que realizam a verificação da conformidade legal. Os avaliadores para a inspeção "pedagógica/profissional" a implementar plenamente em 2015 devem ser titulares de uma qualificação docente.

Eslováquia: Para além da sua qualificação docente, os inspetores escolares deverão ter obtido aprovação no exame de ingresso na função pública.

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

Reino Unido (ENG, SCT): A Figura mostra os requisitos para *Her Majesty's Inspectors*. Para informações sobre as qualificações dos restantes avaliadores externos, ver Perfil Nacional.

Numa dúzia de países, podem tornar-se avaliadores externos candidatos com um leque mais amplo de qualificações e experiência profissional mais diversificada.

Na Bélgica (Comunidade flamenga), República Checa, Estónia, Hungria (avaliadores que comprovam a conformidade legal), Países Baixos, Eslovénia, Suécia e Turquia, ainda que se exija uma qualificação académica mais elevada, não se impõem limitações a campos específicos; adicionalmente, é possível adquirir a experiência profissional necessária para exercer a função de avaliadores fora das escolas, em setores como a educação, investigação, psicologia ou administração educacional. Na Turquia, para além do grau de licenciatura em diversas áreas de estudo, os inspetores candidatos podem ter experiência na área da docência ou ter obtido uma

classificação mínima específica no Exame de Seleção de Pessoal da Função Pública. Na República Checa, durante o controlo financeiro, a equipa de inspeção deve incluir um supervisor/auditor especializado em gestão e administração de recursos.

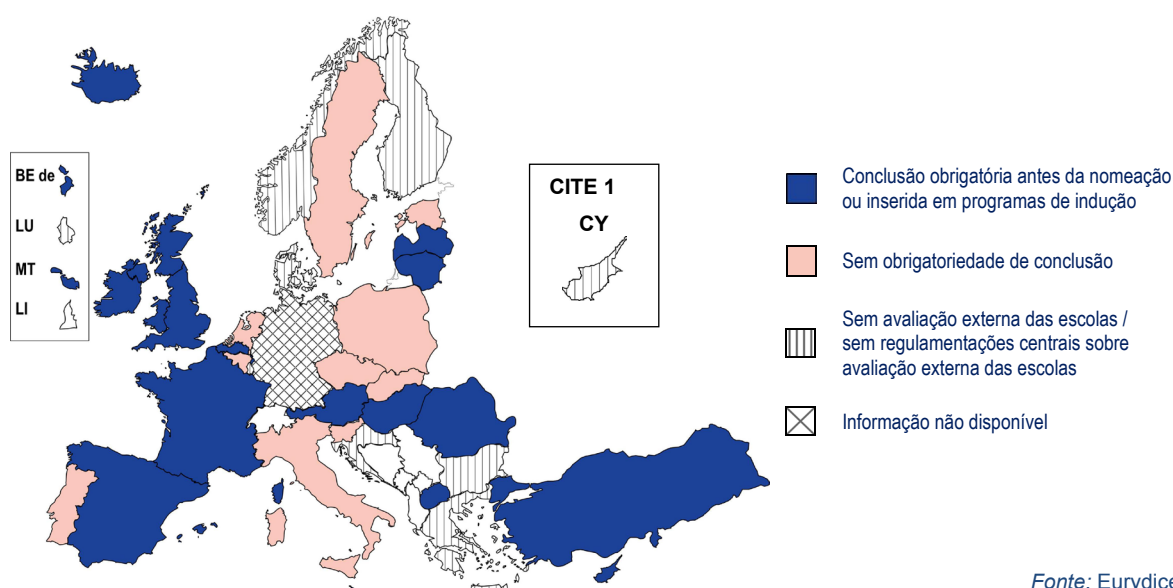
Em Itália (piloto), Portugal e Islândia, a equipa de inspetores inclui avaliadores com um perfil de investigação ou académico, para além de avaliadores com qualificações docentes e experiência profissional em escolas. Na Letónia, os avaliadores externos devem ser titulares de uma qualificação docente ou no âmbito da gestão educativa, e ter experiência de trabalho numa escola como professor ou num cargo de gestão.

Para além das qualificações formais e experiência profissional, diversos países selecionam os candidatos também com base nas suas aptidões, conhecimentos e competências. Na Bélgica (Comunidade flamenga), Irlanda, Eslováquia, e Reino Unido (País de Gales), por exemplo, exigem-se competências de comunicação e de elaboração de relatórios. As competências linguísticas também podem ser importantes: em Espanha, os avaliadores devem dominar a língua co-oficial da Comunidade Autónoma correspondente quando é o caso; na Irlanda, os inspetores devem demonstrar capacidade para comunicar eficazmente em inglês e irlandês; na Eslováquia, os inspetores devem dominar a língua da minoria nacional diretamente relacionada com a sua atividade profissional. As competências analíticas fazem parte dos critérios mencionados na Lituânia e Reino Unido (País de Gales). As competências em TIC são frequentemente previstas, como sucede na Bélgica (Comunidade flamenga), Irlanda e Reino Unido (Inglaterra). Os candidatos podem ainda ter de possuir um conhecimento especializado sobre o sistema educativo, como é o caso na Alemanha e Reino Unido (País de Gales).

Formação especializada

Em 19 sistemas de educação (ver Figura 1.11), os avaliadores externos devem ter recebido uma formação especializada antes da sua nomeação ou durante o período de indução ou estágio. Dependendo do país, a formação especializada pode lidar especificamente com a avaliação ou abranger outros domínios.

Figura 1.11: Conclusão obrigatória de uma formação especializada para avaliadores externos das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Esta Figura não tem em consideração os membros não especializados que integram a equipa de avaliação numa base voluntária nem os peritos em campos específicos que se juntam a equipas de inspetores numa base *ad-hoc*.

Notas específicas por país (Figura 1.11)

Dinamarca: A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão realiza uma inspeção anual a cada escola de modo a identificar os municípios que carecem de melhorias. A restante parte do processo é da competência dos municípios com o apoio da autoridade de nível central.

Estónia, Eslováquia, Reino Unido (ENG/WLS, SCT) e Antiga República Jugoslava da Macedónia: O mapa aplica-se apenas ao modelo principal de avaliação externa das escolas realizada por um órgão de nível central (ou regional), e não às responsabilidades das autoridades locais pela avaliação de escolas que tutelam (ver Secção 1.2).

Itália: Informação baseada em dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional).

Hungria: O mapa mostra a situação para os inspetores que realizam a verificação da conformidade legal. Os candidatos a uma posição de avaliador para a inspeção “pedagógica/profissional”, a ser plenamente implementada em 2015, terão de ter participado num programa de formação organizado pela Autoridade Educativa antes da nomeação.

Eslovénia: Está disponível a candidatos, ou nomeados como inspetores, um curso de formação de 16 horas organizado pelo ministério que tutela a administração pública, com o fim de prepará-los para o exame obrigatório de inspetores de educação.

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

Em nove sistemas educativos, os candidatos à função de avaliador externo devem seguir uma formação especializada em avaliação das escolas ou avaliação em geral. Na Bélgica (Comunidade germanófona), os candidatos devem ter vários meses de formação intensa, oferecidos pelo Ministério da Educação e Formação da Renânia do Norte-Vestefália, sobre variados aspetos do processo de avaliação das escolas. Em Espanha, fazem parte do processo de seleção uma formação profissional obrigatória e uma fase prática. Em França, os candidatos aprovados para o cargo de Inspetor Nacional de Educação passam por um ano de alternância de trabalho e formação. Na Lituânia, Letónia, Roménia e Reino Unido (Inglaterra), onde os avaliadores externos são contratados especificamente para uma ou várias avaliações, o direito de realizar avaliações só é concedido depois de concluir um curso de formação obrigatório na área da avaliação de escolas. Em Inglaterra, os inspetores suplementares recebem uma formação que consiste em 5-6 dias de avaliação e de *workshops*, intercalados com experiência prática. Na Islândia, onde os avaliadores externos também são contratados para avaliações específicas, deve haver em todas as equipas pessoas que frequentaram um curso de avaliação de escolas no ensino superior ou um curso especializado em avaliação dirigido pelo Instituto de Avaliação Educacional. Por último, na Antiga República Jugoslava da Macedónia, os candidatos a cargos de inspetor devem concluir as sessões de formação profissional dirigidas por inspetores principais com uma duração entre três a seis meses.

Na Bélgica (Comunidade flamenga), Irlanda, Malta, Reino Unido (País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia) e Turquia, é fornecida a todos os novos avaliadores ou inspetores uma formação especializada em avaliação durante o programa de indução ou o período de estágio. No Reino Unido (Inglaterra), isto aplica-se a *Her Majesty's Inspectors*, diretamente contratados pelo órgão de Inspeção.

Em Chipre e na Hungria (sistema de verificação da conformidade legal), antes da sua nomeação, os avaliadores externos das escolas devem ter frequentado uma formação específica em domínios distintos da avaliação das escolas. No Chipre, os avaliadores das escolas do secundário inferior devem ter participado num curso de formação de 200 horas em liderança escolar. Na Hungria, os inspetores que realizam a verificação da conformidade legal devem ser titulares de um certificado de formação especial em administração pública. Na Áustria, os inspetores devem ter formação em gestão escolar, obtida antes ou após a sua nomeação.

CAPÍTULO 2: AVALIAÇÃO INTERNA DAS ESCOLAS

A avaliação interna das escolas é um processo iniciado e realizado pelas próprias escolas para avaliar a qualidade da educação que oferecem. É realizada principalmente pelos membros do pessoal da escola e, em alguns casos, em colaboração com outros agentes da comunidade educativa, como alunos, pais ou membros da comunidade local. Pode lidar com qualquer aspeto do quotidiano escolar, desde a abordagem pedagógica à eficácia administrativa. A Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário ⁽¹⁾ enfatiza o interesse desta abordagem para a melhoria da qualidade. A Recomendação incita os Estados-Membros a «incentivar a autoavaliação dos estabelecimentos de ensino como método para promover a aprendizagem e melhorar as escolas».

O presente Capítulo oferece um panorama das atuais políticas nacionais em matéria de avaliação interna das escolas. Aborda três aspetos chave salientados na Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001: (1) o apoio metodológico prestado às escolas através da formação e de outros instrumentos; (2) a participação de vários agentes da comunidade educativa; e (3) a inter-relação entre a avaliação interna e externa das escolas.

A primeira Secção avalia os diferentes tipos de requisitos publicados pelas autoridades educativas sobre a forma como deve ser implementada a avaliação interna das escolas. A Secção 2.2 investiga quais são os agentes envolvidos na avaliação interna e de que forma é assegurada essa participação. A Secção 2.3 centra-se nas medidas de apoio proporcionadas pelas autoridades educativas às escolas para realizarem a avaliação interna. A Secção final descreve a utilização dos resultados da avaliação interna, com especial atenção a quem usa os resultados e de que maneira.

2.1. Estatuto da avaliação interna

Esta Secção esclarece se a avaliação interna das escolas na Europa se trata de uma obrigação imposta ou de uma recomendação e analisa a frequência com que é realizada.

De acordo com a normativa central/superior, a avaliação interna das escolas é obrigatória em dois terços dos sistemas educativos (ver Figura 2.1). Em Chipre e Luxemburgo, a avaliação interna das escolas é obrigatória para o ensino secundário (CITE 2) e escolas primárias respetivamente; quanto às escolas que ministram os outros níveis de ensino obrigatório, a avaliação interna é uma recomendação. Na maioria dos sistemas educativos onde a avaliação interna é obrigatória, deve ser realizada anualmente. São poucos os países onde não se exige que as escolas a realizem todos os anos. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, por exemplo, as escolas devem produzir um relatório de avaliação interna cada dois anos, e na Letónia, cada seis anos. Na Bélgica (Comunidade germanófona), Luxemburgo (CITE 1) e Reino Unido (Irlanda do Norte), a avaliação interna deve realizar-se cada três anos. Na Estónia, as escolas devem produzir pelo menos um relatório de avaliação interna durante a vigência de um plano de desenvolvimento, o qual dura um mínimo de três anos. No Reino Unido (País de Gales), a frequência de produção obrigatória de um plano de autoavaliação de uma escola depende da frequência da inspeção, ou seja, pelo menos uma vez cada seis anos. Na Alemanha, cada *Land* decide sobre a frequência da avaliação interna. Por último, na Croácia, Lituânia, Hungria e Suécia, os regulamentos sobre a avaliação interna não prescrevem a frequência.

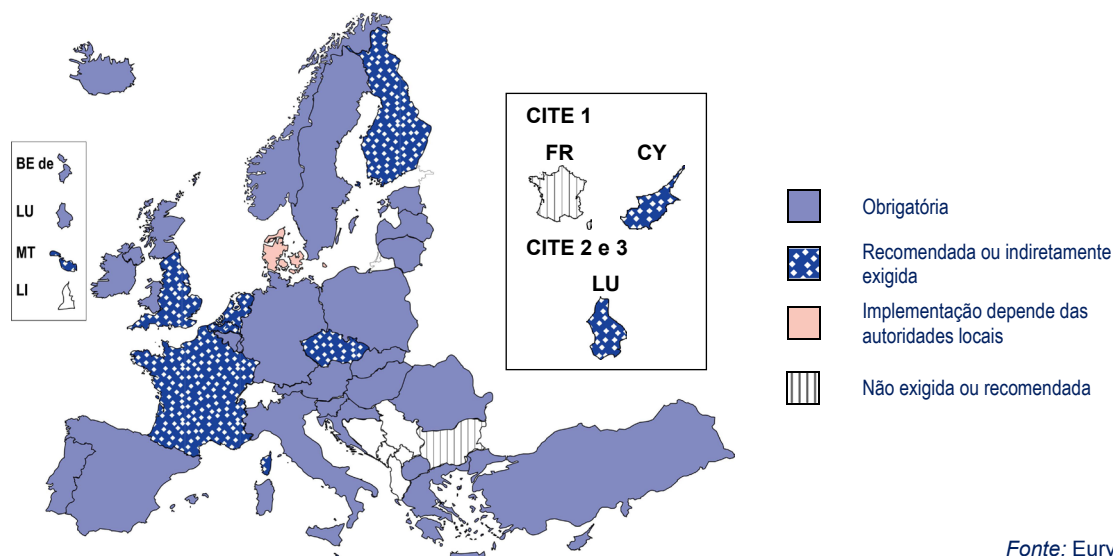
Em dez sistemas de educação, a avaliação interna das escolas não é considerada obrigatória pela autoridade central/superior, mas pode ser recomendada, seja em consequência de outras obrigações ou como uma prerrogativa das autoridades locais.

Em Chipre (CITE 1), Luxemburgo (CITE 2 e 3), Malta e Reino Unido (Inglaterra), a avaliação interna é recomendada pelas inspeções ou outros órgãos encarregues da garantia da qualidade do sistema educativo. Em Chipre, os inspetores incentivam as escolas primárias a realizar a avaliação interna e a desenvolver planos de melhoria da escola. No Luxemburgo, a Agência para o Desenvolvimento da Qualidade das Escolas recomenda aos estabelecimentos de ensino secundário a elaboração e

⁽¹⁾ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário, OJ L 60, 1.3.2001, p. 51.

implementação de um plano de desenvolvimento de três anos e a fazer uma revisão dos seus resultados. Em Malta, o Departamento de Garantia da Qualidade no seio da Agência para o Desenvolvimento da Qualidade e Normas em Educação recomenda que a avaliação interna seja um processo contínuo baseado num ciclo de três anos. No Reino Unido (Inglaterra), o Ofsted recomenda que a autoavaliação seja realizada como parte do ciclo contínuo de revisão e planeamento da melhoria. As escolas podem apresentar aos inspetores uma breve síntese escrita da sua autoavaliação, mas sem obrigatoriedade.

Figura 2.1: Estatuto da avaliação interna das escolas de acordo com as regulamentações centrais/superiores, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Itália: A avaliação interna tornou-se obrigatória para as escolas no contexto do novo Sistema Nacional de Avaliação que começou a ser implementado no país a partir de 2014/15.

Hungria: A Lei sobre o Ensino Geral de 2011 refere-se aos processos de avaliação interna das escolas em relação à atual experiência piloto de avaliação “pedagógica/profissional” que será introduzida em 2015.

Em França, as autoridades educativas recomendam às escolas secundárias a condução de uma fase de avaliação interna antes da renovação dos seus contratos por objetivos (*contrats d'objectifs*) periódicos assinados com as autoridades regionais (*Académies*). Estes contratos, obrigatórios desde 2005, visam avaliar a eficácia das escolas secundárias em relação a alguns objetivos educativos gerais que se consideram uma prioridade.

Na Bélgica (Comunidade flamenga) e Países Baixos, os requisitos centrais relacionados com a avaliação interna das escolas referem-se à responsabilidade geral das escolas pela monitorização da qualidade da educação oferecida. Por conseguinte, ainda que a avaliação interna não esteja diretamente regulada, os inspetores verificam que esta se realiza efetivamente.

Na República Checa, não existem regras para a avaliação interna estipuladas por lei. No entanto, é pedido às escolas que produzam um relatório anual baseado na avaliação interna, o qual é consultado pelos inspetores como parte da sua análise de preparação da avaliação externa.

Na Dinamarca e Finlândia, as regulamentações centrais não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível escolar. Os prestadores locais de educação podem decidir sobre as áreas a focar, os métodos e a frequência dos procedimentos de garantia da qualidade. Todavia, na Finlândia, o Ministério da Educação e Cultura lançou em 2009 um instrumento designado “Critérios de Qualidade para o Ensino Básico”⁽²⁾, destinado a recomendar e apoiar os esforços de garantia da qualidade a nível escolar e municipal.

⁽²⁾ http://www.minedu.fi/OPM/Julkaisu/2009/Perusopetuksen_laatuksiteerit.html?lang=en

Por último, na Bulgária e em França (CITE 1), não existem regulamentações ou recomendações sobre avaliação interna das escolas.

2.2. Agentes envolvidos na avaliação interna

Tal como no que respeita a avaliação externa (ver Secção 1.4 no Capítulo 1), a participação dos vários agentes na avaliação interna das escolas é fortemente apoiada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho nas suas Recomendações sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário ⁽³⁾. A participação de alunos, pais e outros agentes da comunidade educativa para além do pessoal da escola, é vista como um dos aspetos chave de uma avaliação interna bem-sucedida, pois promove a responsabilidade partilhada pela melhoria das escolas. Adicionalmente, a participação de membros da comunidade local no processo de avaliação interna pode assegurar que as escolas estão mais recetivas às necessidades do seu meio envolvente.

Esta Secção explora as partes envolvidas na avaliação interna de acordo com as regulamentações centrais/superiores. Não tem em consideração os vários especialistas externos que apoiam o processo de maneira sistemática ou a pedido da escola. O último tópico é explorado na Secção que se segue (ver Secção 2.3).

A informação sobre os agentes envolvidos na avaliação interna está limitada aos 23 sistemas de educação com regulamentações nesta matéria (ver Figura 2.2). No entanto, deve referir-se que em países sem tais regulamentações, a participação das partes interessadas na avaliação interna é frequentemente recomendada pelas autoridades centrais. É este o caso, por exemplo, na Irlanda, Malta, Finlândia, Reino Unido (Escócia) e Noruega.

Podem dividir-se em dois grandes grupos os países que regulam a participação dos agentes da comunidade educativa na avaliação interna: de um lado aqueles que solicitam a participação de um vasto leque de agentes, incluindo alunos e/ou pais, e do outro os que só regulam a participação dos membros do pessoal da escola. É importante salientar que nos casos em que a regulação se limita aos membros do pessoal de uma escola, esta tem autonomia para decidir em relação à participação de outros agentes da comunidade e pode efetivamente ir mais além da regulação nesta área, incluindo os pais, os alunos ou a comunidade local. Além do mais, quando as regulamentações se limitam aos membros do pessoal da escola, as autoridades educativas podem ainda assim incentivar as escolas a incluir um leque mais amplo de agentes da comunidade educativa. Na Polónia, por exemplo, a legislação determina que o diretor da escola deve realizar a avaliação interna em cooperação com os professores. No entanto, os inspetores das escolas verificam se é oferecida aos pais e alunos a oportunidade de participar no processo de avaliação interna, o que é igualmente muito fomentado nas formações em avaliação interna proporcionadas aos professores.

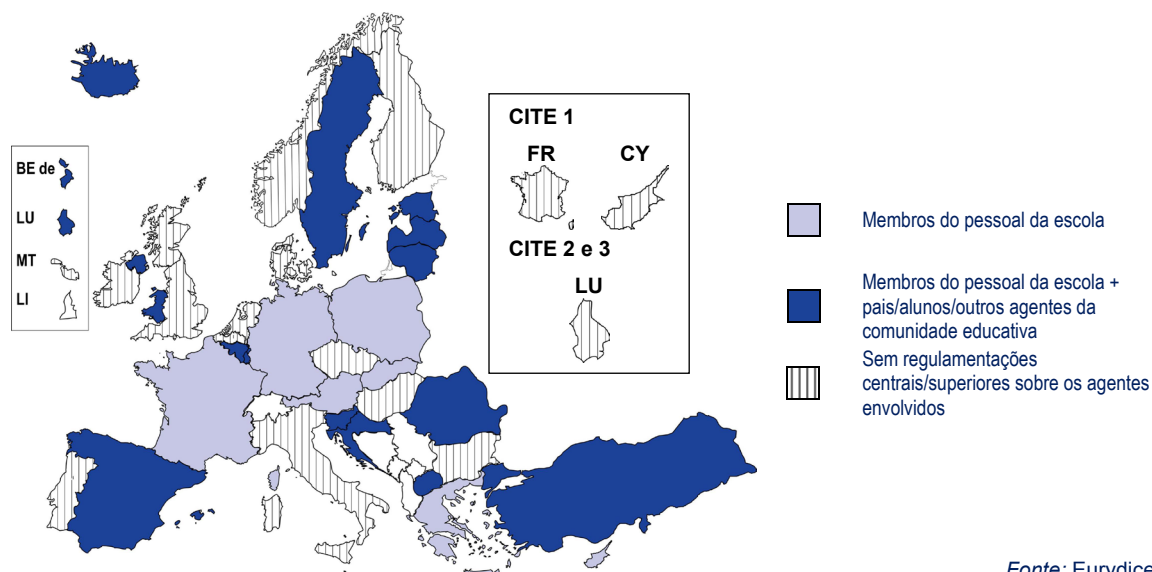
As modalidades de participação na avaliação interna de agentes da comunidade educativa (pais, alunos, etc.), para além do pessoal da escola, variam entre os países, desde a simples aprovação de um relatório, até à plena participação na conceção do processo, na análise de dados e elaboração de pareceres.

Em nove sistemas de educação, os conselhos de escola que integram representantes da comunidade educativa incluindo pais e/ou alunos, intervêm em variados graus no processo de avaliação interna. Na Estónia, Eslovénia, Roménia e Reino Unido (País de Gales), os conselhos das escolas intervêm no final do processo. Os seus membros debatem e aprovam o relatório de avaliação interna submetido pelo diretor da escola. Na Lituânia, o conselho de escola determina a abrangência e os métodos a utilizar para a avaliação interna, e analisa os seus resultados. Nas Comunidades francófona e germanófona da Bélgica, os próprios conselhos de escola são responsáveis pela execução do processo de avaliação interna. Na Comunidade francófona, o conselho de participação (*conseil de participation*) avalia o desempenho da escola em relação ao projeto da escola, enquanto

⁽³⁾ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário, OJ C 60, 1.3.2001, p. 51.

na Comunidade germanófona, o conselho pedagógico verifica se e até que ponto as estruturas, métodos e resultados da escola são consistentes com os objetivos fixados no plano da escola. Em Espanha, o Conselho Escolar é corresponsável pela avaliação interna, juntamente com a assembleia de professores. No final do ano letivo, o Conselho Escolar avalia o funcionamento global da escola assim como os resultados obtidos em relação ao Plano de Desenvolvimento da Escola e o Programa Geral Anual. No Reino Unido (Irlanda do Norte), o conselho de administração (*board of governors*) partilha com o diretor da escola a responsabilidade geral pela avaliação interna.

Figura 2.2: Agentes envolvidos na avaliação interna das escolas de acordo com as regulamentações centrais/superiores, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Para uma definição sobre os agentes da “comunidade educativa”, ver Glossário.

Notas específicas por país

Bulgária: Sem avaliação interna.

Itália: Tendo em devida conta os dois projetos-piloto (ver Perfil Nacional) lançados para preparar a implementação integral do novo Sistema Nacional de Avaliação, Invalsi indica que as escolas devem envolver professores, pessoal não docente, alunos e pais na avaliação interna.

No Luxemburgo, são vários os agentes da comunidade educativa a intervir na análise dos dados e na elaboração de pareceres durante o processo de avaliação interna realizado nas escolas primárias. O comité escolar em colaboração com os representantes dos pais, coordenadores dos grupos disciplinares e o presidente da comissão escolar da autoridade local, é responsável pela realização da autoavaliação da escola que gira em torno do plano trienal de desenvolvimento.

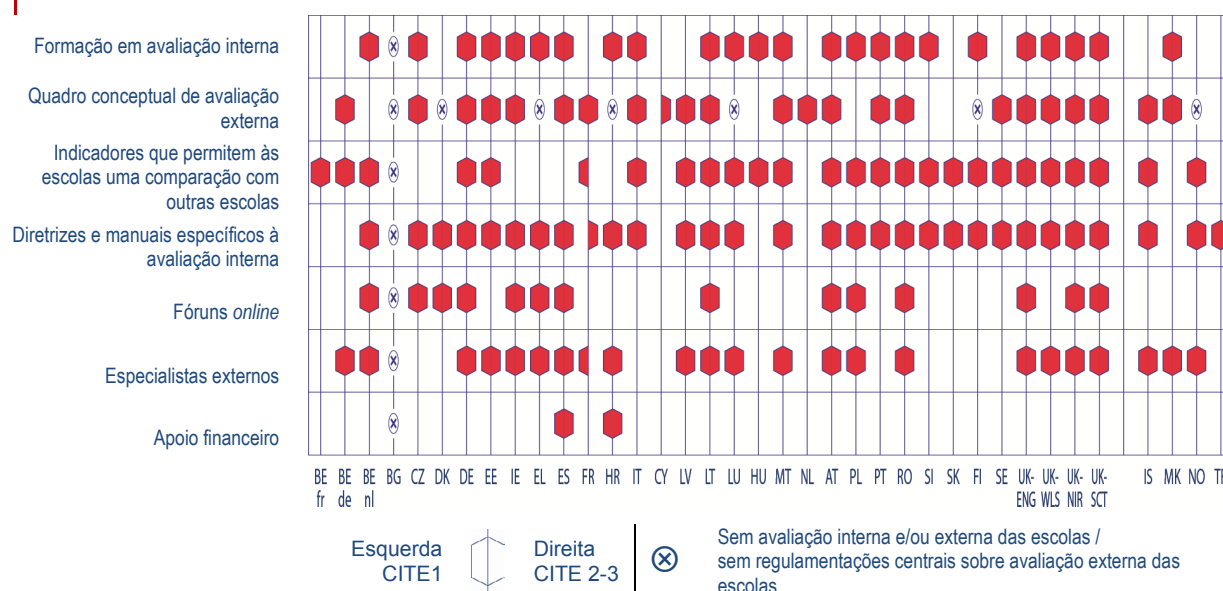
Por último, na Roménia, Islândia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia, existe a obrigação ou a recomendação de as escolas formarem grupos compostos por vários agentes e com o objetivo concreto de efetuar a avaliação interna. Na Roménia, o Comité para a Avaliação e a Garantia da Qualidade de cada escola deve incluir representantes de professores, pais, alunos (do nível secundário inferior em diante), administração local, minorias étnicas, assim como outros agentes considerados relevantes para a escola. O comité concebe a estratégia e o plano de melhoria da qualidade, supervisiona as atividades de avaliação interna e produz o relatório anual sobre a avaliação interna. Na Islândia, é exigida a cada escola a avaliação sistemática dos resultados e da qualidade das atividades da escola com a participação ativa do pessoal da escola, alunos e pais, conforme for conveniente. Para este fim, recomenda-se às escolas a formação de um grupo responsável pelo planeamento, execução e informação sobre a avaliação interna. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, o diretor da escola deve incorporar tantos agentes quanto possível nos grupos de avaliação interna que devem ser criados. Na Turquia, é criada em cada

escola uma equipa de autoavaliação que inclui o diretor, outros administradores da escola, docentes, alunos, pais e outros agentes da comunidade educativa.

2.3. Medidas de apoio à disposição dos avaliadores internos

A presente Secção analisa o conjunto de medidas de apoio ao dispor das escolas para a realização da sua avaliação interna. Para além da formação específica que os avaliadores recebem em determinados países, existem outros instrumentos, dados, documentos ou medidas disponíveis, como o uso de quadros conceptuais de avaliação externa, indicadores que permitem às escolas comparar o seu desempenho com outras escolas, diretrizes e manuais específicos, assim como fóruns *online*. Como medida adicional, as escolas também podem receber ajuda e assessoria de especialistas externos e em certos casos beneficiar de apoio financeiro.

Figura 2.3: Medidas de apoio à disposição dos avaliadores internos das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativas

Os “indicadores que permitem às escolas uma comparação com outras escolas” refere-se a dados quantitativos que tornam possível a uma escola comparar-se com outras ou com as médias nacionais, regionais ou locais. Podem estar associados aos resultados de exames realizados pelos alunos, ao progresso dos alunos, dados administrativos sobre pessoal ou condições de trabalho na escola, etc.

MK: Ver Glossário.

Notas específicas por país

Alemanha: Os métodos e ferramentas podem variar entre os *Länder*.

Itália: A informação na figura aplica-se integralmente no contexto do novo Sistema Nacional de Avaliação que começou a ser implementado a nível nacional em 2014/15.

Letónia: As escolas que são fundadas por administrações locais são livres de solicitar qualquer tipo de apoio por parte de peritos educativos durante o processo de avaliação interna.

Hungria: Existe uma reforma em curso sobre a avaliação interna das escolas que irá introduzir como medidas de apoio manuais de autoavaliação e peritos externos.

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

Formação em avaliação interna

Em mais de metade dos sistemas de educação a formação especializada em avaliação interna é oferecida às escolas como uma medida de apoio. A formação é desenvolvida e oferecida por uma diversidade de organismos, incluindo instituições de ensino superior, centros de formação contínua ou agências e departamentos ministeriais que lidam com a garantia da qualidade do sistema educativo. A formação dirige-se frequentemente a diretores e a vice-diretores de escola, mas também pode envolver professores e, em alguns países, outros membros do pessoal. Na Estónia, por exemplo, os diretores de escola decidem se determinados membros do pessoal devem participar ou se a escola participa como uma equipa. Na Irlanda, para além do diretor da escola, é convidado a participar na formação um outro membro do pessoal.

Em geral, a formação em matéria de autoavaliação não é obrigatória, mas é disponibilizada mediante solicitação. Contudo, a formação em avaliação é de carácter obrigatório no Luxemburgo - a Agência para o Desenvolvimento da Qualidade das Escolas (ADQS) organiza formações anuais obrigatórias e sessões de trabalho regulares para as escolas primárias -, e em países como a Hungria, Malta, Eslováquia e Reino Unido, onde constitui parte da formação inicial ou em contexto de trabalho para diretores de escolas e/ou professores. Na Hungria e Eslováquia, apesar de não existirem cursos de formação específicos sobre avaliação interna, as formações em contexto de trabalho obrigatórias para os diretores e/ou vice diretores das escolas incluem elementos relacionados com esta matéria. Diversos cursos de formação em contexto de trabalho para professores também lidam com a avaliação interna das escolas. Na Polónia, o diretor da escola é obrigado a oferecer aos professores formação especial sobre avaliação interna caso considere que há necessidade. Na Eslovénia, os professores e diretores de escola podem, como parte do seu desenvolvimento profissional contínuo, frequentar cursos de formação em autoavaliação de escolas.

A formação em avaliação pode assumir concretamente a forma de seminários, *workshops* ou módulos *online*. Em termos de conteúdo, centra-se principalmente no apoio metodológico para desenvolver processos de avaliação interna, e para a compreensão e utilização dos dados relativos ao desempenho e ferramentas de análise de dados.

Ferramentas, dados e documentos de apoio

Esta parte descreve o conjunto de ferramentas, dados e documentos que estão à disposição das escolas como suporte à sua avaliação interna, como sejam os quadros de avaliação externa, indicadores que permitem às escolas estabelecer uma comparação com outras escolas, diretrizes e manuais específicos, assim como fóruns *online*.

Quadros conceptuais de avaliação externa

Em quase dois terços dos sistemas educativos em análise, as escolas podem utilizar, sem serem necessariamente obrigadas a fazê-lo, os quadros empregues na avaliação externa como apoio à autoavaliação. Só na Roménia e na Antiga República Jugoslava da Macedónia as escolas são obrigadas a utilizar o mesmo quadro. De modo semelhante, no Reino Unido (Escócia), todas as escolas usam sistematicamente o quadro de avaliação externa usado pela *Education Scotland* e pelas autoridades locais para autoavaliação, apesar de não ser obrigatório ou exigido por lei.

Na maioria dos sistemas educativos, as escolas são livres de escolher as ferramentas que melhor se adaptam aos seus processos de avaliação interna, incluindo a escolha dos quadros de avaliação externa. São vários os documentos, como a análise dos resultados da avaliação externa ou os modelos de questionário e de elaboração de relatórios usados para as avaliações externas, que podem alimentar-se do processo de avaliação interna.

Indicadores que permitem a comparação entre escolas

Para além da utilização de quadros de avaliação externa, uma outra medida de apoio muito difundida é o acesso a indicadores que permitem às escolas comparar-se com outras escolas. Em dois terços dos sistemas educativos, são colocados à disposição das escolas indicadores como os resultados

dos exames dos alunos comparados com os de outras escolas homólogas, ou seja, que funcionam em condições similares (tipo de educação, dimensão da escolas e localização geográfica, o contexto socioeconómico dos alunos, etc.) ou comparados com as médias nacionais. Estes indicadores permitem às escolas avaliar e comparar o seu desempenho com outras escolas e estabelecer um ponto de referência para a sua autoavaliação e análise.

Em geral, estes dados estão disponíveis nos sítios de Internet dos ministérios e várias outras páginas e plataformas *online*. Algumas aplicações baseadas na Internet oferecem uma ampla variedade de ferramentas virtuais para analisar e comparar dados de formas diferentes. Em determinados países, o acesso a estes indicadores restringe-se às escolas, mas noutros, muitos indicadores estão disponíveis ao público nos sítios de Internet dos serviços nacionais de estatística.

Diretrizes e manuais específicos da avaliação interna

Com a exceção da Bélgica (Comunidades francófona e germanófona), França (CITE 1), Chipre, Hungria ⁽⁴⁾, Países Baixos e Antiga República Jugoslava da Macedónia, foram emitidos pelas autoridades responsáveis, pelos respetivos órgãos executivos ou de assessoria ou por outros órgãos que apoiam os processos de educação ou de avaliação, orientações e manuais específicos para a avaliação interna das escolas. Estes documentos variados focam-se nas ferramentas que podem ser utilizadas, tais como as análises SWOT, questionários, entrevistas, utilização de critérios de medição do desempenho, etc. Por vezes, como sucede na Irlanda, podem refletir os quadros conceptuais usados na avaliação externa. Na Eslováquia, a própria regulamentação central incorpora diretrizes e um manual para a avaliação interna, e ainda prescreve o conteúdo dos relatórios de autoavaliação. Na Islândia, a Associação das Autoridades Locais publicou um manual de informação para as autoridades educativas locais no sentido de contribuir para o seu apoio à avaliação interna nas escolas. Além do mais, uma equipa de voluntários da Sociedade Islandesa de Avaliação (grupo de pessoas com experiência em avaliação) organizou um breve guia de orientação sobre a avaliação interna para apoiar as escolas nesse processo.

Em alguns países, estes manuais e diretrizes estão publicamente acessíveis no sítio de Internet da autoridade educativa relevante.

Na Grécia e Finlândia, as autoridades centrais não implementaram um sistema ou quadro de avaliação externa das escolas, mas desenvolveram um quadro de avaliação interna bastante elaborado. Na Grécia, o Instituto de Política Educacional (IEP), um órgão executivo do Ministério da Educação e dos Assuntos Religiosos, elaborou um quadro específico para a avaliação das escolas que se foca em *input*, processos e resultados, sendo a oferta educativa da escola avaliada de acordo com 15 indicadores qualitativos e quantitativos que podem diferir em importância e significado em função da situação e contexto particular da escola. Na Finlândia, o Ministério da Educação e Cultura emitiu uma lista de critérios de qualidade que serve como um instrumento para o reforço da qualidade da escola a nível local e escolar. Quatro das principais áreas estão relacionadas com a qualidade das estruturas e abordam aspetos como a governança, pessoal, recursos económicos e avaliação. As outras seis áreas principais estão relacionadas com os alunos e lidam com a implementação do currículo, a organização do ensino, apoio à aprendizagem, crescimento e bem-estar, inclusão e influência, cooperação entre escola e casa, e segurança do ambiente de aprendizagem.

Fóruns online

Num terço dos sistemas educativos, ministérios, inspeções, autoridades educativas ou outros órgãos que lidam com a educação desenvolveram o acesso a fóruns *online* nos seus sítios de Internet com o objetivo de apoiar a avaliação interna. Estes fóruns dão acesso a uma ampla variedade de aplicações baseadas na Internet que permitem o intercâmbio de informação, opiniões, partilha de boas práticas e de ideias entre diferentes categorias de pessoal escolar/peritos em avaliação. Estes instrumentos baseados na Internet dão acesso a ferramentas úteis (folhas de observação, questionários, tutoriais em vídeo, FAQ, serviço de assistência, etc.). Na Polónia, por exemplo, o fórum está disponível como

⁽⁴⁾ A Autoridade Educativa está em processo de desenvolver um manual de autoavaliação para as escolas.

parte da formação e de *workshops* organizados sobre avaliação interna. Em Espanha, algumas Comunidades autónomas estabelecem redes de trabalho virtuais entre as escolas a fim de trocarem experiências e boas práticas, ferramentas e recursos de avaliação. Na Lituânia, a plataforma *online* “IQES online Lietuva” dá acesso a instrumentos de avaliação interna profissionalmente concebidos, que podem ser personalizados, assim como a aconselhamento sobre metodologia e acesso a informação mais genérica. Na Roménia, a aplicação *online* permite a cada escola solicitar ajuda e apoio e oferece aos peritos da Agência Romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Pré-Universitário (ARACIP) um fórum para publicar novidades e um sistema para contactar escolas selecionadas encarregues de executar determinadas tarefas.

Recursos adicionais

Especialistas externos

Em mais de metade dos sistemas educativos, as escolas recorrem ao aconselhamento e apoio de peritos externos, com diferentes formações. Podem ser peritos académicos, assessores ou consultores em matéria de educação e melhoria da escola, especialistas de departamentos de educação das autarquias, formadores de professores, líderes escolares ou professores. A participação de especialistas externos consiste principalmente no aconselhamento, orientação e formação sobre como realizar uma avaliação interna e melhorar os processos, que tipo de ferramentas utilizar, como apresentar as conclusões e elaborar planos de ação baseados em tais conclusões. Podem também prestar apoio a nível de planeamento de objetivos e de medidas de garantia e desenvolvimento da qualidade, assim como para a sua implementação efetiva.

Estes peritos externos podem ser funcionários públicos ou do setor privado. Em ambos os casos, é a autoridade educativa que os coloca à disposição das escolas de forma gratuita, mediante pedido. Na Bélgica (Comunidade germanófona), por exemplo, é o conselho de desenvolvimento escolar no seio do Ministério da Educação que oferece os seus serviços às escolas de forma gratuita. Na Polónia, o apoio à avaliação interna das escolas é realizado por funcionários dos centros de formação dos professores, centros de orientação e de aconselhamento, e bibliotecas de educação (por exemplo, professores, psicólogos, peritos em educação, bibliotecários, etc.). Tal como estipulado pela regulamentação central sobre a supervisão pedagógica, é obrigação destas instituições apoiar o processo de melhoria das escolas. Estas podem solicitar apoio conforme a necessidade. No Reino Unido (Escócia), a autoridade local tem a obrigação legal de apoiar a avaliação e, em consequência, algumas autoridades locais envolvem consultores independentes para ajudar na análise de dados ou com outros aspetos da autoavaliação. Algumas autoridades locais envolvem os professores na “avaliação de pares” de outras escolas.

Em alguns sistemas educativos, os especialistas externos são sistematicamente envolvidos no processo de avaliação. Por exemplo, no Reino Unido (País de Gales), é alocado a cada escola um membro do pessoal da autoridade local que trabalha com aquela durante um número mínimo de dias por ano a fim de apoiar o processo de avaliação. Na Noruega, algumas regiões estabeleceram grupos de avaliação externa que intervêm em vários municípios e que são compostos por educadores provenientes de vários municípios que já trabalharam como professores, líderes escolares ou com a autoridade educativa; alguns municípios também convidam consultores do setor privado.

Em dois países, a própria inspeção está muito envolvida no processo de avaliação interna e até certo ponto atua como um “especialista externo” para as escolas. É o caso em Espanha, por exemplo, onde os Serviços de Inspeção Educativa desempenham um papel chave no processo de avaliação, em colaboração com os atores da escola e tendo em consideração os resultados da avaliação externa e da avaliação interna. O Luxemburgo também coloca uma ênfase significativa na avaliação interna das escolas como meio para melhorar a sua qualidade e a Agência para o Desenvolvimento da Qualidade das Escolas (ADQS), criada no seio do Ministério da Educação, das Crianças e da Juventude (MENJE), oferece apoio metodológico e baseado em evidências para ajudar as escolas a melhorar a sua qualidade. Os inspetores escolares (não envolvidos na avaliação externa) e os “professores de recurso” (professores específicos legalmente afetos a cada inspetor para apoio

pedagógico extraordinário) prestam um apoio significativo às escolas na implementação dos seus planos e na monitorização do seu progresso.

Apoio financeiro

Por último, em Espanha e na Croácia, estão disponíveis dotações financeiras como recurso adicional. Em Espanha, com o fim de incentivar, fomentar e promover a implementação de planos de autoavaliação e de melhoria da qualidade da educação na escola, algumas autoridades regionais financiam as despesas e organizam pedidos de financiamento. Na Croácia, a autoavaliação das escolas faz parte do projeto do Centro Nacional para a Avaliação Externa da Educação. As verbas para este projeto estão incluídas no orçamento nacional para a educação, e são disponibilizadas através do Ministério da Ciência, Educação e Desporto.

2.4. Utilização e disseminação dos resultados da avaliação interna

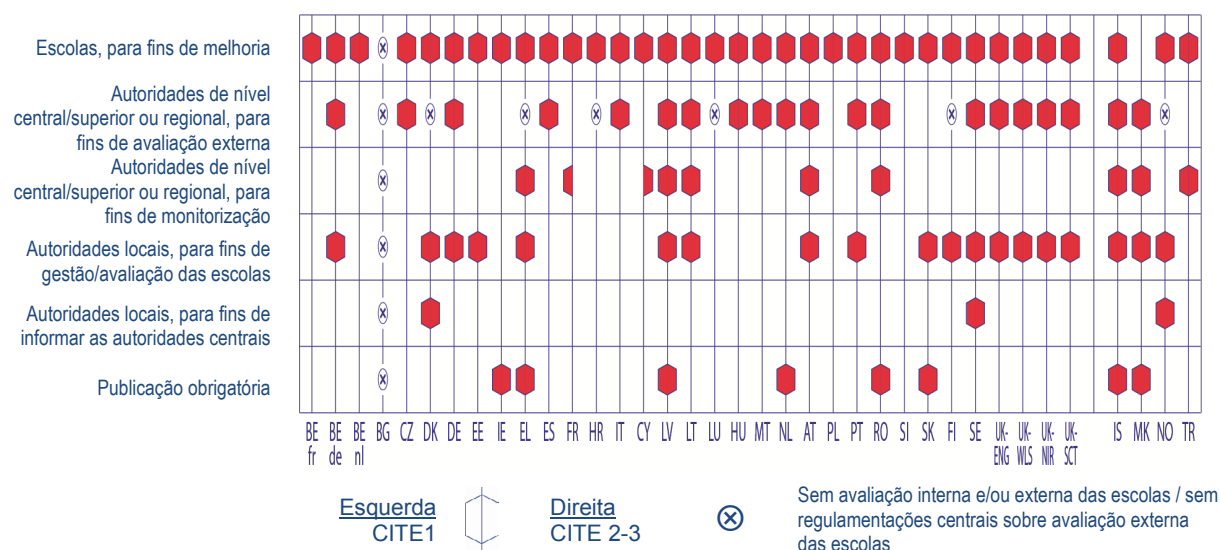
Nesta Secção é analisada a utilização e os utilizadores dos resultados da avaliação interna. Utilizadores são aqueles que realizam ações ou tomam decisões como consequência de tais resultados. Em função da informação recolhida, os resultados da avaliação interna podem ser utilizados:

- pelas escolas para fins de melhoria;
- pelas autoridades de nível central/superior ou regional para a avaliação externa das escolas e/ou para a monitorização do sistema de educação;
- pelas autoridades locais para a gestão ou avaliação das escolas e/ou para informar as autoridades do ensino superior.

A presente Secção também oferece informação sobre a publicação dos resultados da avaliação interna.

Em quase todos os países, é suposto que as escolas utilizem os resultados da avaliação interna para reforçar a sua qualidade interna e o seu funcionamento (ver Figura 2.4). Adicionalmente, na maioria dos países, as autoridades educativas ou determinados organismos nacionais, têm em conta as conclusões da avaliação interna para orientar as suas atividades de gestão, monitorização ou avaliação.

Figura 2.4: Utilização e utilizadores dos resultados da avaliação interna das escolas, ensino geral obrigatório a tempo inteiro, 2013/14



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa (Figura 2.4)

MK: Ver Glossário.

Notas específicas por país

Bulgária: Sem avaliação interna.

Itália: A informação na Figura aplica-se integralmente no contexto do novo Sistema Nacional de Avaliação que começou a ser implementado a nível nacional a partir de 2014/15.

Hungria: A informação na Figura será aplicada integralmente no âmbito da “inspeção pedagógica/profissional” em 2015, atualmente em fase de pilotagem.

Eslováquia: A utilização dos resultados da avaliação interna para fins de avaliação externa não é mencionada no decreto de 2006 sobre a avaliação interna. No entanto, os relatórios da avaliação interna são geralmente analisados por inspetores.

Finlândia: Os prestadores de educação têm a obrigação legal de avaliar o ensino oferecido e de participar em avaliações externas do sistema educativo como um todo ou a nível regional. As regulamentações não especificam as formas e procedimentos de avaliação a nível local.

Utilização dos resultados da avaliação interna pelas escolas

A forma como cada escola utiliza os resultados da sua avaliação interna depende, em larga medida, da autonomia do pessoal da própria escola. Em geral, as autoridades educativas emitem indicações genéricas sobre a utilização das conclusões da avaliação interna para fomentar a qualidade das escolas. Na Roménia, por exemplo, a legislação exige às escolas a melhoria de qualquer área identificada na avaliação externa “insatisfatória”, assim como a seleção de outras áreas que carecem de melhoria. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, o objetivo da avaliação interna é preparar a escola para a sua avaliação externa regular e as regulamentações não mencionam qualquer utilização específica dos resultados da avaliação interna a nível da escola.

Alguns países emitem regulamentações que estipulam que as escolas devem utilizar os resultados para elaborar regularmente documentos estratégicos que indiquem medidas de melhoria. De facto, na Bélgica (Comunidade germanófona), Estónia, Irlanda, Espanha, Luxemburgo (CITE 1), Áustria, Reino Unido (Irlanda do Norte e Escócia) e Islândia, as escolas devem basear nos resultados da avaliação interna o seu plano periódico de desenvolvimento ou de melhoria. Em Malta, os avaliadores externos exigem às escolas que apresentem um plano de ação com medidas de melhoria baseadas nas conclusões da avaliação interna. Na Polónia, o diretor da escola deve incluir no plano de supervisão pedagógica os resultados de eventuais avaliações de qualidade da escola que tenham sido realizadas no ano precedente. Além disso, em França, é suposto as escolas secundárias incluírem no seguinte “contrato por objetivos” (*contrat d’objectifs*) o seu diagnóstico de pontos fortes e de pontos fracos identificado com o apoio de uma ferramenta de autoavaliação fornecida a nível central.

Só em oito países os resultados da avaliação interna são tornados públicos por regra. Na Irlanda, no seguimento da introdução de uma abordagem mais sistemática à autoavaliação das escolas (SSE) em 2012, todos os estabelecimentos de ensino são obrigados a fornecer à comunidade educativa, no final do ano letivo, sumários dos seus relatórios de autoavaliação e planos de melhoria. Na Grécia, Letónia, Eslováquia, Islândia e Antiga República Jugoslava da Macedónia, as escolas têm de publicar esses resultados no seu sítio de Internet. Na Letónia, os resultados da avaliação interna devem ser publicados no sítio de Internet da escola ou do organismo de tutela (autarquia). Nos Países Baixos, os dois documentos em que as escolas expõem os passos adotados para garantir a qualidade, ou seja, o plano e a brochura da escola, podem ser obtidos através da escola ou do seu sítio de Internet. Por último, na Roménia, a partir de 2014/15, as escolas devem carregar os respetivos relatórios anuais de avaliação interna numa plataforma eletrónica centralizada. Antes disso, os relatórios eram publicados no sítio de Internet da escola ou expostos no *placard* público da escola.

Em alguns outros países, como a Eslovénia, a publicação dos resultados da avaliação interna das escolas vem recomendada nas diretrizes emitidas pelas autoridades educativas e é prática comum.

Utilização dos resultados da avaliação interna pelas autoridades de nível central/superior ou regional

As autoridades de nível central/superior ou regional utilizam os resultados da avaliação interna em aproximadamente dois terços dos países. Estes resultados são explorados para fins de avaliação externa das escolas, para monitorização ou para ambos os propósitos.

Utilização dos resultados da avaliação interna para a avaliação externa

Os resultados da avaliação interna são frequentemente usados como parte do processo de avaliação externa realizado por órgãos de nível central/superior, regional ou provincial. No entanto, o seu significado nos processos de avaliação externa varia consoante os países. Os resultados da avaliação interna são geralmente explorados como uma fonte de informação para a avaliação externa de uma escola específica. Em alguns países, os avaliadores externos consideram estes resultados como parte das evidências usadas para avaliar a qualidade e a eficácia dos processos de avaliação interna implementados pelas escolas individualmente. Por exemplo, em Portugal, o quadro de referência utilizado pelos avaliadores externos inclui o impacto da autoavaliação no planeamento, organização e nas práticas profissionais. Por último, em alguns casos, os resultados da avaliação interna servem como a referência principal para definir o âmbito da avaliação externa. No Reino Unido (Escócia), por exemplo, os inspetores usam o relatório de autoavaliação e o plano de melhoria que as escolas têm de produzir anualmente como ponto de partida para a avaliação externa. O sistema baseia-se fundamentalmente na avaliação interna. As escolas devem informar sobre os níveis de exigência e a qualidade de todos os aspetos do seu funcionamento, enquanto a atenção dos inspetores se limita a cinco aspetos principais da atividade da escola, sendo a avaliação interna um desses aspetos.

Em dez sistemas de educação (ver Figura 2.4), a utilização dos resultados da avaliação interna pelos órgãos centrais ou regionais que executam a avaliação externa não é prática comum ou sistemática. Na Polónia, as escolas podem optar por partilhar os resultados da avaliação interna com os avaliadores externos, se assim o desejarem. Esta política pode refletir a vontade de permitir que as escolas sejam as principais responsáveis pelos seus processos de avaliação interna. Na Bélgica (Comunidade flamenga), a avaliação interna não é obrigatória e as escolas decidem como utilizar os resultados. A inspeção verifica se existe um procedimento ou sistema de avaliação interna na escola mas não utiliza os resultados da avaliação interna. Na Bélgica (Comunidade francófona), quer a avaliação interna quer a externa centram-se em aspetos específicos e distintos da atividade da escola. Os inspetores efetuam a avaliação das disciplinas de estudo, enquanto a avaliação interna lida com a implementação do projeto da escola e o relatório de atividades. Na Estónia, Eslovénia e Turquia, a avaliação externa das escolas trata essencialmente da sua conformidade com a legislação em vigor, enquanto a avaliação interna está mais orientada para a melhoria e os resultados. Na Irlanda, onde está em curso a implementação integral de uma abordagem mais sistemática à autoavaliação da escola introduzida no final de 2012, os inspetores ainda não consideram de forma sistemática os resultados da avaliação interna para fins de avaliação externa. Na França, ambos os processos (interno e externo) têm o mesmo foco, ou seja, a implementação de “contratos por objetivos” entre escolas e autoridades educativas, e estes processos são concebidos como paralelos. As escolas secundárias efetuam a avaliação interna de forma a adaptar os seus contratos. Os inspetores avaliam o desempenho da escola no que respeita à implementação dos objetivos estipulados no contrato.

Utilização dos resultados da avaliação interna para fins de monitorização

Em dez sistemas de educação (ver Figura 2.4), as autoridades centrais ou regionais usam os resultados da avaliação interna para fins de monitorização. Estes resultados podem informar decisões como a seleção de tópicos para a formação em exercício ou a afetação de recursos. Os resultados também podem permitir às autoridades educativas a disseminação de exemplos de boas práticas. Por exemplo, na Turquia, as autoridades educativas promovem, através de reuniões e de visitas no terreno, as boas práticas selecionadas com base em relatórios de avaliação interna. A forma como os

resultados são submetidos às autoridades centrais ou regionais e seguidamente utilizados para fins de monitorização varia entre os países. Por exemplo, a Agência Romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Pré-Universitário utiliza os relatórios de avaliação interna das escolas para produzir o relatório anual de atividades assim como os relatórios periódicos sobre a qualidade do sistema educativo. Na Islândia, cabe ao Ministério responsável pela educação pedir informação sobre a avaliação interna das escolas, a qual se encontra disponível nos sítios de Internet das escolas.

As conclusões da avaliação interna utilizam-se menos frequentemente para fins de monitorização do que para avaliação externa. De facto, a utilização dos resultados da avaliação interna para traçar um retrato geral da qualidade do sistema educativo pode ser mais fácil quando as autoridades correspondentes são responsáveis por um número relativamente limitado de escolas dada a dimensão da área geográfica sob a sua jurisdição (Chipre, Letónia, Lituânia, regiões na Áustria e Islândia). Também se utilizam nos casos em que não existe a avaliação externa das escolas e por conseguinte os relatórios de avaliação interna representam uma fonte crucial de informação acerca de cada escola, como é o caso na Grécia.

Utilização dos resultados da avaliação interna pelas autoridades locais

As autoridades locais utilizam os resultados da avaliação interna em 19 sistemas educativos, tendo em todos estes sistemas a responsabilidade pela gestão das escolas.

As autoridades locais utilizam os resultados da avaliação interna para a gestão e/ou avaliação das escolas. Na Finlândia, por exemplo, onde as autoridades locais têm o dever legal, enquanto prestadores de educação, de avaliar a educação que oferecem, os resultados das autoavaliações realizadas a nível local e de escola são usados para apoiar o desenvolvimento educativo e melhorar as condições de aprendizagem. No Reino Unido (País de Gales), as autoridades locais consideram os resultados da avaliação interna para identificar necessidades de desenvolvimento, fixar metas de adequadas, ter um diálogo estruturado com as escolas e informar decisões acerca da afetação de recursos. Em Portugal, os municípios utilizam os resultados da avaliação interna na tomada de decisão sobre a afetação de meios destinados a ajudar as escolas a melhorar a sua oferta.

Em três países apenas (Dinamarca, Suécia e Noruega), as autoridades locais usam os resultados em relatórios sobre a sua oferta educativa. Na Dinamarca, as autoridades locais têm de publicar no seu sítio de Internet relatórios anuais sobre a qualidade, descrevendo o sistema escolar municipal, o nível de ensino da escola, as medidas implementadas pela autoridade local para avaliar o nível de ensino e os passos dados pela autoridade local para dar seguimento ao relatório de qualidade mais recente. Na Suécia, o organismo responsável pelas escolas usa a avaliação interna para preparar relatórios que submete à Agência Nacional para avaliação. Na Noruega, desde 2009 que as administrações escolares a nível local são obrigadas a elaborar um relatório anual acerca do estatuto da aprendizagem nas suas escolas e a submeter o mesmo aos políticos locais como base para debates sobre educação e melhoria da qualidade nas escolas. Além disso, a Inspeção usa os relatórios sobre o estatuto municipal para avaliar a qualidade da educação a nível local (ver Perfil Nacional).

GLOSSÁRIO

Códigos dos países

UE/UE-28	União Europeia	HU	Hungria
		MT	Malta
BE	Bélgica	NL	Países Baixos
BE fr	Bélgica – Comunidade francófona	AT	Áustria
BE de	Bélgica – Comunidade germanófona	PL	Polónia
BE nl	Bélgica – Comunidade flamenga	PT	Portugal
BG	Bulgária	RO	Roménia
CZ	República Checa	SI	Eslovénia
DK	Dinamarca	SK	Eslováquia
DE	Alemanha	FI	Finlândia
EE	Estónia	SE	Suécia
IE	Irlanda	UK	Reino Unido
EL	Grécia	UK-ENG	Inglaterra
ES	Espanha	UK-WLS	País de Gales
FR	França	UK-NIR	Irlanda do Norte
HR	Croácia	UK-SCT	Escócia
IT	Itália		
CY	Chipre	IS	Islândia
LV	Letónia	MK*	Antiga República Jugoslava da Macedónia
LT	Lituânia	NO	Noruega
LU	Luxemburgo	TR	Turquia

MK*: Código ISO 3166) Código provisório que não afeta a denominação definitiva do país a ser atribuída após a conclusão das negociações atualmente em curso nas Nações Unidas (http://www.iso.org/iso/country_codes/iso_3166_code_lists.htm).

Códigos estadísticos

:	Informação não disponível	(-)	Não aplicável
---	---------------------------	-----	---------------

Definições

Acompanhamento da avaliação: procedimento de avaliação existente em alguns países, durante o qual os avaliadores externos examinam em que medida as escolas atingiram os objetivos estipulados durante a sua avaliação, ou verificam o cumprimento das recomendações que lhes foram feitas.

Autoavaliação: refere-se a todos os tipos de avaliação que ocorrem nas escolas. Para clarificar os conceitos, estabeleceu-se uma distinção entre autoavaliação (em que os avaliadores formulam juízos relativamente às tarefas que eles próprios desempenham) e avaliação interna (em que, independentemente da recolha de informações, o juízo é formulado por cada indivíduo ou por um conjunto de indivíduos que podem ser membros do pessoal ou alunos da escola). No âmbito do atual relatório, todas as avaliações conduzidas por uma determinada escola são referidas como “internas”.

Autoridades de nível central/superior: a autoridade de nível superior com responsabilidades pela educação num determinado país, geralmente localizada a nível nacional (estatal). No entanto, na Bélgica, Alemanha, Espanha e no Reino Unido, as *Communautés*, *Länder*, *Comunidades Autónomas* e administrações descentralizadas do Reino Unido são responsáveis por todos ou pela maior parte dos assuntos em matéria de educação e são considerados como a autoridade de nível superior nessa área.

Avaliação da oferta educativa da autoridade local: pode ser da responsabilidade das autoridades educativas de nível central/superior, inspeções gerais ou agências nacionais de educação. Avaliam as autoridades locais relativamente à sua administração das escolas situadas na área geográfica sob a sua jurisdição.

Avaliação das escolas: centra-se nas atividades realizadas pelo pessoal da escola sem procurar atribuir responsabilidades a membros específicos do pessoal. Este tipo de avaliação procura monitorizar ou melhorar a qualidade da escola e/ou os resultados dos alunos, e as conclusões são apresentadas num relatório global que não inclui informações sobre a avaliação dos professores numa base individual. A avaliação das escolas pode ser externa ou interna.

Avaliação de professores numa base individual: envolve a formulação de um juízo acerca do trabalho desenvolvido pelos professores e o fornecimento de um *feedback* pessoal, oralmente ou por escrito, com vista a aconselhar e ajudar a melhorar o seu desempenho como docentes. Esta avaliação pode inserir-se no processo de avaliação da própria escola (neste caso resulta geralmente num *feedback* oral), ou pode realizar-se de forma independente (dando origem, possivelmente, a uma apreciação formal do professor).

Avaliação externa das escolas: é realizada por avaliadores que prestam contas a uma autoridade educativa local, regional ou central/superior e que não estão diretamente envolvidos nas atividades da escola que é objeto de avaliação. Tal avaliação cobre um vasto leque de atividades educativas, incluindo o ensino e aprendizagem e/ou todos os aspetos da gestão da escola. A avaliação conduzida por avaliadores especializados e que incide sobre tarefas específicas (relativa a (registos contabilísticos, saúde, segurança, arquivos, etc.) não é considerada como avaliação externa da escola.

Avaliação interna das escolas: avaliação realizada por indivíduos ou grupos de indivíduos que estão diretamente envolvidos com a escola (tal como o diretor da escola ou o pessoal docente e administrativo e ainda os alunos). Podem debruçar-se sobre a avaliação das atividades docentes e/ou de gestão.

Avaliação: processo geral de uma análise sistemática e crítica que conduz à emissão de pareceres e/ou recomendações para melhoria relativamente à qualidade de uma instituição educativa, um professor ou uma autoridade local. A avaliação pode ser interna ou externa.

Avaliadores: pessoa ou grupo de pessoas cuja responsabilidade é a seleção de dados relevantes e a formulação de um juízo avaliativo acerca do seu conteúdo.

Comunidade educativa: abrange todos os atores implicados no funcionamento de uma determinada escola (professores, direção da escola, alunos, ou qualquer membro de um órgão da escola), bem como todos os atores que lhe estão indiretamente associados. Estes últimos não pertencem ao pessoal da escola e não estão representados em nenhum dos seus órgãos mas são encarados como parte integrante dos seus parceiros pois são parte interessada nas suas atividades e beneficiam com as mesmas. Podem ser pais, representantes das autoridades locais, representantes da comunidade económica local, etc.

Consulta com o órgão de gestão da escola antes da elaboração do relatório final de avaliação: procedimento de avaliação existente em alguns países e que envolve um debate entre avaliadores e determinados membros da escola sobre as conclusões da avaliação. Este debate ocorre antes da redação final do relatório de avaliação e atribui às escolas – e especialmente aos seus órgãos de gestão – uma oportunidade para reagir, corrigindo erros factuais ou clarificando determinados pontos.

Critérios: os critérios de avaliação baseiam-se em dois componentes, nomeadamente o parâmetro (ou o aspeto mensurável de uma área a ser avaliada), e o nível de exigência (ponto de referência, nível de desempenho ou norma) em relação ao qual o parâmetro é avaliado. Ambos oferecem a base quantitativa e/ou qualitativa sobre a qual são formulados juízos avaliativos.

Especialistas externos: Pessoas não diretamente envolvidas nas atividades realizadas pela escola que é objeto de avaliação interna e que apoiam o processo de avaliação de várias maneiras possíveis. São pessoas capacitadas especializadas no campo da educação ou da avaliação e podem ser provenientes de uma variedade de contextos profissionais (peritos académicos que trabalham em áreas relevantes à avaliação das escolas, consultores privados, formadores de professores, peritos de instituições do setor público, etc.). No âmbito do atual relatório, só são tidas em consideração situações em que as autoridades educativas proporcionam algum tipo de apoio (financeiro ou outro) às escolas para que estas recorram a especialistas externos.

Exames nacionais: referem-se à aplicação de exames normalizados e organizados a nível central para avaliar os alunos. Os exames incluem procedimentos fixados centralmente para a elaboração do seu conteúdo, para a sua administração e correção e ainda para a interpretação e utilização dos seus resultados. Estes exames são normalizados pelas autoridades educativas de nível central (ou superior).

Garantia da qualidade: pode ser entendida como um termo global que se refere às políticas, procedimentos e práticas concebidos para obter, manter ou melhorar a qualidade em áreas específicas, e que dependem de um processo de avaliação. Por “avaliação”, entendemos um processo geral de análise sistemática e crítica de um objeto definido que inclui a recolha de dados relevantes e conduz à formulação de juízos e/ou recomendações para melhoria. A avaliação pode centrar-se em várias vertentes: escolas, diretores de escolas, professores e outro pessoal educativo, programas, autoridades locais ou ainda no desempenho do conjunto do sistema educativo.

Monitorização do desempenho do sistema educativo a nível nacional ou regional: implica um processo de recolha e análise de informação com vista a verificar o desempenho do sistema em relação aos objetivos e níveis de exigência e a permitir concretizar as mudanças necessárias. Entre os dados utilizados figuram, por exemplo, os resultados da autoavaliação da escola, avaliações

externas ou outras avaliações nacionais, indicadores de desempenho especialmente preparados ou resultados de avaliações internacionais (incluindo PIRLS, TIMSS, PISA, etc.). Alguns países baseiam-se no contributo de peritos ou de uma autoridade especial, como um conselho criado para fins de supervisão da reforma.

Nível de exigência: ponto de referência, norma, regulamento ou nível de proficiência em relação ao qual se pode avaliar um aspeto mensurável de determinada atividade.

Parâmetro: aspeto mensurável de uma tarefa que é objeto de avaliação.

Quadro conceptual de avaliação: um ou vários documentos usados pelos avaliadores para elaborar os seus parâmetros e/ou níveis de exigência de forma a avaliar as escolas. Proporciona a base (quantitativa e/ou qualitativa) a partir da qual são formulados juízos.

PERFIS NACIONAIS

Bélgica – Comunidade francófona	59
Bélgica – Comunidade germanófona	61
Bélgica – Comunidade flamenga	65
Bulgária	69
República Checa	71
Dinamarca	74
Alemanha	77
Estónia	79
Irlanda	82
Grécia	87
Espanha	89
França	96
Croácia	102
Itália	103
Chipre	108
Letónia	111
Lituânia	115
Luxemburgo	119
Hungria	121
Malta	124
Países Baixos	129
Áustria	133
Polónia	136
Portugal	141
Roménia	144
Eslovénia	149
Eslováquia	152
Finlândia	156
Suécia	159
Reino Unido – Inglaterra	163
Reino Unido – País de Gales	168
Reino Unido – Irlanda do Norte	175
Reino Unido – Escócia	179
Islândia	184
Antiga República Jugoslava da Macedónia	188
Noruega	194
Turquia	197

Perfis Nacionais

Estes Perfis Nacionais oferecem um retrato conciso dos aspetos chave da abordagem de cada país à avaliação externa e à avaliação interna das escolas. Cada ficha de informação está dividida em quatro secções:

- avaliação externa das escolas
- avaliação interna das escolas
- outras abordagens usadas na garantia da qualidade
- reformas

Devido a uma considerável variação entre os países na forma como está organizada a avaliação externa e interna, os Perfis Nacionais apresentam diferenças em extensão e em detalhe. Nos casos em que autoridades educativas distintas partilham responsabilidades pela avaliação externa das escolas, é prestada informação para todos os níveis envolvidos.

I. Avaliação externa das escolas

A secção sobre a avaliação externa divide-se em seis subsecções:

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Esta subsecção identifica o órgão ou organismos que conduzem ou organizam a avaliação externa das escolas, e os objetivos principais da avaliação das escolas. No caso de existirem diferentes tipos de avaliação externa (por exemplo, inspeções regulares, avaliações temáticas, etc.), são igualmente explicados os respetivos objetivos.

2. Avaliadores

A subsecção apresenta informação sobre as qualificações e experiência profissional dos avaliadores. São mencionados detalhes sobre eventuais formações especializadas em avaliação e a respetiva duração. É incluída informação sobre o estatuto profissional dos avaliadores.

3. Quadro de avaliação

Os avaliadores utilizam com frequência listas de parâmetros e/ou normas exigidas para analisar o desempenho da escola e elaborar os seus pareceres. A subsecção indica se estes elementos existem, e caso existam, se são aplicados a todas as escolas e em que circunstâncias e ainda quais os aspetos a serem examinados.

4. Procedimentos

Esta subsecção descreve os vários procedimentos usados pelos avaliadores externos para recolher informação, tecer conclusões e comunicar os resultados. Inclui os protocolos específicos adotados para assegurar a participação da comunidade educativa, ou a elaboração do relatório final de avaliação. Identifica ainda a frequência com que são realizadas em cada país as avaliações externas.

5. Resultados da avaliação externa

Esta parte descreve o tipo de resultados que se seguem aos relatórios dos avaliadores externos: formulação de recomendações para melhoria; medidas que as escolas são obrigadas ou aconselhadas a implementar no seguimento de tais recomendações (por exemplo, elaboração de um plano de melhoria); nos casos aplicáveis, as sanções disciplinares tomadas pelas autoridades responsáveis e quaisquer recursos adicionais ou (eventual) formação para as escolas como medidas de apoio.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

A subsecção descreve com quem e de que forma os resultados da avaliação externa são partilhados.

II. Avaliação interna das escolas

Esta secção dedicada à avaliação interna subdivide-se em quatro subsecções:

1. Estatuto e objetivos

Esta subsecção especifica se existem requisitos ou recomendações a nível central/superior sobre a implementação da avaliação interna e explica os seus objetivos (por exemplo, reforçar a qualidade da escola, elaborar um relatório destinado às autoridades educativas, fornecer dados para a avaliação externa, etc.). Explica ainda em que medida o objeto central da avaliação interna é imposto pelas autoridades educativas ou deixado ao critério das escolas.

2. Partes envolvidas

Esta subsecção descreve como se encontra regulamentada em cada país a participação na avaliação interna, e se possível, qual o papel desempenhado pelos vários agentes da comunidade educativa implicados no processo.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Em muitos países, estão disponíveis instrumentos de avaliação e medidas de apoio para as escolas realizarem a sua avaliação interna. Pode tratar-se de quadros de avaliação externa, indicadores que permitem às escolas uma comparação com outras escolas, especialistas externos, formação em avaliação interna, apoio financeiro, fóruns *online*, diretrizes e manuais específicos para a avaliação interna. Esta subsecção fornece um resumo das práticas de cada país.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Os resultados da avaliação interna são utilizados por diferentes atores e órgãos e para distintos fins. A subsecção descreve se existem orientações ou recomendações das autoridades centrais/superiores sobre o modo como as escolas devem utilizar os resultados da avaliação interna. Sempre que for relevante, esta subsecção explica qual o uso que as autoridades educativas centrais/superiores e/ou o governo local ou prestadores/autoridades regionais na área da educação fazem das conclusões da avaliação interna e se os resultados têm de ser publicados e, em caso afirmativo, por quem.

III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Esta secção descreve quais são as abordagens à garantia da qualidade existentes em cada país, para além da avaliação das escolas. Entre essas abordagens incluem-se a avaliação individual de professores ou diretores das escolas; a avaliação da oferta educativa das autoridades locais; a monitorização do desempenho do sistema educativo a nível nacional ou regional; a publicação dos resultados das escolas nos exames nacionais; e a transmissão ao pessoal de cada escola de informação agregada sobre os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais.

IV. Reformas

A presente secção evoca as futuras reformas que proponham uma alteração significativa da informação indicada nas três secções prévias. Só as reformas já introduzidas no processo de tomada de decisão política são mencionadas, sendo excluídas as que ainda são objeto de debate geral.

- Informação adicional sobre os sistemas educativos nacionais e políticas relacionadas

EURYPEDIA, a **Enciclopédia Europeia sobre Sistemas Educativos Nacionais** apresenta informação atualizada e abrangente por país e por nível de ensino.

<http://eacea.ec.europa.eu/education/euryperia>

Bélgica – Comunidade francófona

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A organização do sistema escolar não envolve, historicamente, a avaliação das “escolas”. Em vez disso, a inspeção centra-se, tradicionalmente, na avaliação dos professores. Porém, desde a emissão do Decreto de 2007 que os inspetores são responsáveis pela avaliação do “nível de estudos” nos estabelecimentos de ensino. Estas avaliações externas das escolas são realizadas pelo Serviço Geral de Inspeção, que faz parte da Administração Geral da Educação e Investigação Científica no seio do Ministério da Comunidade francófona.

Ao abrigo do Decreto de 8 de março de 2007, os inspetores são responsáveis por:

- avaliar e inspecionar o “nível de estudos”, ou seja, a conformidade com os currículos estabelecidos ou aprovados pelo governo, se os materiais de aprendizagem e o equipamento escolar satisfazem as necessidades educacionais, e a consistência das práticas pedagógicas, incluindo as práticas de avaliação;
- detetar quaisquer mecanismos de segregação no seio das escolas e ajudar a eliminar os mesmos;
- verificar se é assegurada a neutralidade, sempre que for necessário.

2. Avaliadores

Os inspetores são antigos professores que devem ser funcionários efetivos a tempo inteiro (nomeados), tendo lecionado por um período mínimo de 10 anos; ou são antigos diretores de escola. Devem ter as qualificações académicas exigidas. São recrutados com base num exame de seleção seguido de um período experimental de dois anos.

3. Quadro de avaliação

O único quadro oficial de avaliação externa é o decreto que estabelece as principais funções dos inspetores e determina os aspetos das atividades escolares que devem ser objeto de avaliação externa (ver Secção I.1).

4. Procedimentos

Os procedimentos de avaliação externa não são definidos de forma exata pelas autoridades educativas. Os inspetores gozam de um grau de autonomia considerável no seu trabalho. Não é oficialmente estabelecida qualquer frequência mínima para a avaliação externa das escolas. Cada ano, o Serviço Geral de Inspeção seleciona as escolas a avaliar.

Ao abrigo do Decreto de 2007, a recolha de dados pelos inspetores envolve assistir a aulas e atividades da escola, analisar o trabalho e a documentação dos alunos, rever os resultados obtidos nos exames externos que não conduzem à certificação, entrevistar alunos, analisar dados quantitativos sobre taxas de retenção, repetição ou reorientação, e analisar planos de aulas preparados pelos professores. Os inspetores são livres para determinar a duração da sua visita à escola.

Este trabalho é registado num relatório de avaliação, que inclui a programação e objetivo(s) das visitas, procedimentos para recolha de informação, observações feitas e opiniões emitidas acerca da qualidade e eficácia do ensino proporcionado. Os diretores das escolas ou, no caso das escolas privadas subvencionadas, os órgãos de administração, podem apresentar comentários adicionais, por escrito, sobre o relatório oficial.

O relatório pode incluir conclusões sobre uma turma, escola ou diferentes escolas.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de avaliação é entregue ao diretor da escola. A partir da reforma de 2007, os inspetores avaliam o “nível de estudos” numa escola, o que implica inspecionar equipas e não indivíduos. No entanto, cada professor abrangido pela inspeção recebe um *feedback* individual. Os inspetores também podem prestar aos professores e à equipa de gestão da escola informações e aconselhamento ligados às conclusões a que chegaram durante a inspeção.

Na ocorrência de um relatório desfavorável ou que contenha reservas, o inspetor fixa uma data para visitar a escola para verificar se introduziu melhorias com base no relatório. Se não for esse o caso, o procedimento permite ao inspetor enviar uma nota informativa aos serviços de apoio educativo e aconselhamento para que intervenham no processo. Estes serviços são estruturas também criadas pelo “Decreto de Inspeção” de 2007, constituídas por consultores pedagógicos com estatuto independente e formação específica. O seu trabalho envolve apoiar e supervisionar as equipas pedagógicas e de gestão escolar nos seus esforços para melhorar os resultados da sua ação educativa. É exigido a estes serviços o aconselhamento a professores, equipas pedagógicas e escolas onde os inspetores identificaram debilidades e carências. Teoricamente, se as melhorias exigidas não são implementadas pela escola, pode ser ativado um procedimento para reter os subsídios da escola, mas esta situação nunca se verificou.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os relatórios de avaliação não são publicados.

A 5 de julho de cada ano, os inspetores apresentam aos seus superiores hierárquicos uma avaliação das suas atividades. Esta avaliação inclui um relatório sobre a implementação de currículos, atividades educativas nas escolas e nível de estudos com referência às observações feitas pelo inspetor e, se aplicável, aos dados relativos à avaliação externa dos alunos.

Cada dois anos, no mínimo, o inspetor-geral/coordenador (chefe dos serviços de inspeção) produz um relatório geral sobre as atividades do serviço de inspeção na sua totalidade, que é depois submetido ao governo.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Não há um mecanismo específico para a avaliação interna das escolas, que é essencialmente deixada ao critério destas.

Todavia, existem dois mecanismos que podem contribuir para esta avaliação:

- desde que o Decreto de 1997 definiu as missões prioritárias da educação, o conselho de escola (*conseil de participation*) passou a assumir a responsabilidade pelo acompanhamento do plano de escola, avaliando a sua implementação e monitorizando o relatório de atividades da escola;
- os diretores da escola dispõem de um painel anual que contém dados administrativos e estatísticos que caracterizam a escola e o seu funcionamento. Este conjunto de indicadores está disponível para as escolas primárias desde 2011 e para as secundárias desde 2012.

2. Participação dos agentes

O conselho escolar de cada escola, sendo responsável pela avaliação da implementação do plano de escola (ver Secção II.1), inclui membros da escola (gestão, representantes do pessoal), pais, representantes dos alunos e representantes externos.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As autoridades educativas fornecem variados instrumentos, indicadores e métodos às escolas, as quais por sua vez decidem sobre a abordagem a adotar na sua avaliação interna.

Estes instrumentos incluem o painel de avaliação que apresenta dados sobre pessoal (anos de serviço, etc.) e o progresso dos alunos (taxa de repetição, taxa de retenção, fluxo de alunos, proporção de novos alunos, etc.). O painel de avaliação inclui ainda as classificações médias atingidas pelas escolas em toda a Comunidade francófona.

De um modo geral, os resultados das avaliações externas dos alunos podem fornecer elementos de informação. Os resultados da avaliação externa das escolas não podem ser publicados, mas as escolas podem comparar os seus resultados com os resultados globais da Comunidade francófona.

Podem utilizar ferramentas de análise tais como os *Résultats et commentaires et les Pistes didactiques* (“Resultados e comentários e Métodos didáticos”) publicados pelo Serviço de Orientação do Ministério da Comunidade francófona, o qual inclui os resultados para todo o sistema educativo.

Em alguns casos, as escolas podem socorrer-se de consultores pedagógicos para apoiar os seus processos de avaliação interna ou organizar um dia de formação interna dedicado a este tipo de questão. No entanto, esta iniciativa é deixada ao critério das escolas.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Como as avaliações internas são deixadas à discrição das escolas, não existem medidas sistemáticas a este respeito.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Como parte integrante das inspeções que, desde a reforma de 2007, passaram a avaliar o “nível de estudos” e as equipas docentes, cada professor abrangido recebe *feedback*. Os inspetores também podem inspecionar os professores a título individual, mas apenas mediante solicitação do diretor da escola ou da autoridade educativa.

Os diretores de escola são avaliados pela respetiva autoridade educativa durante o seu período experimental ou estágio, antes da nomeação definitiva.

O sistema educativo no seu conjunto é avaliado através de vários mecanismos (avaliação externa dos alunos, síntese dos relatórios de inspeção, resultados de avaliações internacionais, etc.), sob responsabilidade do Ministério da Comunidade francófona. A autoridade de nível superior publica os resultados globais das avaliações externas na Comunidade francófona e cada escola tem acesso aos seus próprios resultados. Os resultados por escola não são publicados.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Bélgica – Comunidade germanófona

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A avaliação externa é obrigatória desde janeiro de 2009, sendo realizada por um departamento de avaliação externa estabelecido no seio da única instituição de ensino superior na Comunidade germanófona. Este departamento é tutelado pelo Ministério da Educação.

A Comunidade germanófona considera a avaliação como um instrumento importante para a garantia da qualidade e para assegurar a melhoria das escolas e do ensino. Os objetivos da avaliação externa das escolas são:

- incentivar a melhoria das escolas e o desenvolvimento do ensino;
- estabelecer a comparabilidade entre escolas com base em normas de qualidade;
- facilitar a prestação de contas entre as escolas independentes;
- fornecer uma base sólida para a monitorização do sistema educativo na Comunidade germanófona da Bélgica.

2. Avaliadores

Os três indivíduos atualmente envolvidos na execução da avaliação externa das escolas são funcionários a tempo inteiro no serviço de avaliação externa das instituições de ensino superior. Os avaliadores devem ser titulares de uma qualificação docente para um dos níveis de ensino a avaliar (primário, secundário inferior ou secundário superior). No decurso da avaliação de uma escola, pelo menos um dos avaliadores deve ter qualificações para lecionar o nível de ensino em foco. Os avaliadores devem possuir pelo menos 10 anos de experiência docente.

As pessoas responsáveis pela avaliação externa não podem ter qualquer envolvimento com o Conselho de Desenvolvimento Escolar (um serviço do Ministério da Educação) ou com os serviços de inspeção escolar pois ambos assumem a missão de apoiar às escolas na implementação das melhorias após a avaliação externa (ver ponto 5 em baixo). Há, portanto, uma clara separação de

funções entre a avaliação externa e os serviços de apoio à melhoria das escolas.

Os candidatos ao cargo de avaliador externo devem realizar formação intensiva dispensada pelo Ministério da Educação e Formação da Renânia do Norte-Vestefália. Esta formação centra-se em variados aspetos do processo de avaliação, incluindo o quadro de avaliação (parâmetros e níveis de exigência); técnicas de avaliação; princípios de comunicação; gestão do conflito e trabalho de equipa; assim como os métodos de preparação de relatórios de avaliação. Esta estreita cooperação com a Renânia do Norte-Vestefália na Alemanha e – adicionalmente – a Comunidade flamenga da Bélgica, resulta numa formação regular de reciclagem para os avaliadores externos.

3. Quadro de avaliação

O quadro de orientação para a qualidade das escolas⁽¹⁾ publicado em 2009, é o primeiro documento publicado pela Comunidade germanófona da Bélgica que descreve sistematicamente um conjunto de características e normas essenciais para uma escola de qualidade.

O quadro identifica seis áreas de qualidade:

1. resultados escolares
2. aprendizagem e ensino
3. cultura da escola
4. liderança e gestão escolar
5. profissionalismo do professor
6. objetivos e estratégias de desenvolvimento da qualidade

Estas seis áreas subdividem-se em 28 aspetos relativos à qualidade, por sua vez associados a 149 níveis de qualidade, incluindo 42 centrados na observação em sala de aula.

Os avaliadores externos utilizam os níveis de qualidade para atribuir à escola uma notação entre um e quatro, para cada uma das seis áreas de qualidade do quadro de avaliação. Os quatro níveis de notação são descritos como “exemplares”, “mais pontos fortes do que pontos fracos”, “mais pontos fracos do que pontos fortes”, e “sérias necessidades de melhoria”.

4. Procedimentos

Todas as escolas são objeto de avaliação externa em ciclos de cinco anos.

A direção da escola e o “corpo organizador” da escola recebem uma notificação com três meses de pré-aviso sobre a realização de uma avaliação externa (excluindo as férias escolares). A equipa de avaliação decide qual a duração da visita à escola e os procedimentos a incluir tendo em conta os seguintes elementos: número de alunos, dimensão da escola e se existe um departamento germanófono e francófono.

Cada avaliação externa baseia-se num método estandardizado e utiliza instrumentos normalizados, que incluem:

- uma análise preliminar de vários documentos (relativos à política da escola nas áreas pedagógica e organizacional, dados relativos ao desempenho dos alunos; documentos de autoavaliação, brochura da escola, dados factuais sobre o pessoal, informação sobre recursos e instalações);
- uma visita à escola, concernente à infraestrutura (edifício e áreas de recreio) para a qual o “corpo organizador” da escola é convidado pelo diretor da escola;
- observações de aulas, abrangendo pelo menos 50 % dos professores (exceto aulas de disciplinas de filosofia e ética);
- entrevistas individuais e coletivas para debater vários tópicos incluídos no quadro orientador para a qualidade das escolas (ver ponto 3). As entrevistas são geralmente conduzidas com a direção da escola e o conselho pedagógico⁽²⁾ e/ou representantes da escola. São ainda realizadas entrevistas com o pessoal da escola, o conselho de alunos e/ou representantes de alunos, os pais (dependendo da sua disponibilidade e do “corpo organizador” da escola);
- um questionário aos pais sobre a vida das crianças na escola, ensino dispensado, informação prestada em matéria de ensino e aprendizagem, participação parental e níveis de satisfação;
- *feedback* verbal inicial seguido de *feedback* escrito.

⁽¹⁾ http://www.ahs-dg.be/PortalData/13/Resources/20131009_Der_Orientierungsrahmen_Schulqualitaet.pdf

⁽²⁾ O Conselho Pedagógico é composto pelo diretor da escola, representantes do “corpo organizador” da escola, e ainda cinco membros do pessoal incluindo docentes, assistentes educativos, pessoal paramédico e de psicologia social.

Cerca de cinco semanas após a visita à escola, o diretor do estabelecimento e o “corpo organizador” da escola recebem uma versão preliminar do relatório de avaliação. A direção da escola é obrigada a informar o pessoal docente acerca desta versão e, juntamente com o pessoal, preparar o “protocolo de resposta ao relatório preliminar”. Deve ser enviada uma resposta à equipa de avaliação pelo menos uma semana antes da sessão de *feedback*.

Durante esta sessão, a equipa de avaliação debate o relatório preliminar com a direção da escola, o conselho pedagógico ou um representante do pessoal docente, o “corpo organizador” da escola e, eventualmente, o conselho de desenvolvimento escolar (ver Secção II).

A equipa de avaliação pode ter em conta os comentários da escola no relatório de avaliação.

O relatório de avaliação é enviado à escola e ao “corpo organizador” da escola cerca de uma semana após a sessão. A escola tem a oportunidade de formular uma resposta por escrito no prazo de cinco dias úteis após a receção do relatório de avaliação.

5. Resultados da avaliação externa

Após a avaliação externa, a escola analisa o relatório de avaliação e outros dados disponíveis (resultados médios para a Comunidade germanófona em exames normalizados como o DELF (exame de proficiência em língua francesa), PISA, etc., e estudos de desempenho e resultados da avaliação interna). A escola desenvolve então os seus próprios objetivos e medidas para a garantia da qualidade e melhoria da escola.

A escola decide se deve pedir apoio neste processo e quem deve abordar, por exemplo, o conselho de desenvolvimento escolar no departamento pedagógico do Ministério da Educação, o conselho científico da instituição de ensino superior ou peritos externos (ver Secção II).

O diretor da escola é responsável por este processo e, com base num formulário normalizado, informa o serviço de inspeção da escola no prazo de quatro meses após a receção do relatório de avaliação acerca dos novos objetivos da escola para a garantia e desenvolvimento da qualidade.

Após estabelecer os seus objetivos, a escola efetua as medidas de melhoria planeadas.

Em cooperação com a escola, o serviço de inspeção monitoriza normalmente o progresso de uma escola relativamente aos objetivos fixados para a garantia da qualidade e melhoria e cada dois anos realiza-se um controlo. Contudo, em casos de falhas graves, a equipa de avaliação pode decidir que é necessária uma reavaliação. Esta reavaliação decorre 16 meses após a receção do relatório de avaliação e só foca os objetivos de garantia da qualidade fixados pela escola em resposta ao relatório.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

A equipa de avaliação envia o relatório de avaliação das escolas e eventuais observações ao Ministro da Educação, Formação e Emprego. No prazo de 20 dias úteis após a receção, o diretor da escola disponibiliza o relatório de avaliação aos grupos envolvidos na avaliação externa (docentes, “poder organizador” da escola, etc.) e ao Departamento de Educação no Ministério.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Segundo o Artigo 20º do Decreto Base de 31 de agosto 1998, as escolas são obrigadas a basear os seus esforços de melhoria no plano de escola que deve ser, sistematicamente, a base para as alterações a realizar. Este plano define a visão da escola, os seus pontos fortes, objetivos de desenvolvimento, metas a alcançar e processos de avaliação. As escolas devem verificar se, e em que medida, as suas estruturas, métodos e resultados são consistentes com os objetivos estipulados no plano da escola. Devem realizar a avaliação interna em função do plano de escola cada três anos, mas podem decidir o âmbito deste processo. Com efeito, a avaliação interna não deve ser uma avaliação sistemática de todas as áreas mas referir-se a domínios específicos determinados pelo conselho pedagógico ou pelo “poder organizador” da escola.

2. Partes envolvidas

O conselho pedagógico é responsável pela organização da avaliação interna em função do plano da escola; deve solicitar-se a opinião dos pais e representantes de alunos. Para além disso, a escola é livre de decidir se deve solicitar apoio neste processo (ver ponto 3).

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas são livres de escolher os instrumentos e apoio apropriados para a avaliação interna. Podem utilizar o quadro de avaliação para a qualidade das escolas usado na avaliação externa, pois contém vários critérios relativos à avaliação interna.

As escolas podem optar pelo apoio de especialistas do conselho de desenvolvimento escolar, do conselho científico da instituição de ensino superior ou por peritos externos. O conselho de desenvolvimento escolar e o conselho científico da instituição de ensino superior oferecem o seu apoio às escolas de forma gratuita. O conselho de desenvolvimento escolar apoia a fixação de metas e o desenvolvimento de medidas para a garantia e melhoria da qualidade, e ainda para a implementação de mudanças. Se as escolas optam pelo apoio de peritos externos, devem suportar os custos desse serviço.

As escolas não recebem os resultados agregados relativos a exames normalizados realizados por alunos, exceto no caso do exame VERA (exame de proficiência em língua alemã) (ver Secção III).

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A escola utiliza os resultados da avaliação interna relativa ao plano de escola para definir objetivos e implementar mudanças. Além disso, os resultados da avaliação interna e das medidas derivadas são utilizados no processo de avaliação externa.

Os resultados da avaliação interna não têm de ser publicados, mas a escola disponibiliza-os ao “poder organizador” para informação.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os membros do pessoal docente são regularmente avaliados pelo diretor da escola; no

entanto, a frequência varia em função do seu estatuto (permanente, temporário, etc.). A inspeção escolar pode intervir na avaliação de alguns membros do pessoal com vínculo temporário, e na avaliação de um membro permanente do pessoal docente mediante pedido por escrito do diretor de escola e/ou do “poder organizador” da escola.

O processo de inspeção escolar também analisa procedimentos de reclamação das escolas e assegura que estas observam o princípio da escolaridade obrigatória.

O desempenho do sistema educativo na Comunidade germanófona é avaliado através da análise dos resultados de um conjunto de inquéritos e exames (por exemplo, PISA, VERA-Alemão, Matemática, IGLU-Leitura em Língua Alemã, DELF-Competências de Francês, SurveyLang). A análise pode ser fornecida pela própria organização (por exemplo, DELF, SurveyLang) e em alguns casos pela única IES na Comunidade germanófona da Bélgica (no caso do PISA, VERA, IGU). Os resultados gerais da Comunidade germanófona são publicados no sítio de Internet do Ministério da Educação e apresentados numa conferência de imprensa. As escolas só recebem os seus próprios resultados do inquérito VERA e podem compará-los com os resultados gerais para a Comunidade germanófona.

Para assegurar a garantia da qualidade e a melhoria da escola, a Comunidade germanófona da Bélgica cria conselhos pedagógicos que visam melhorar as escolas e a qualidade do ensino através da resposta a questões específicas colocadas pelas escolas, grupos de professores ou indivíduos, oferecendo apoio direcionado às escolas e proporcionando dias de formação.

Secção IV. Reformas

De acordo com o Decreto sobre a Inspeção Escolar e o Conselho de Desenvolvimento Escolar (25 de junho de 2012), a pedido da autoridade escolar, os diretores de escola podem ser avaliados pelos inspetores, conjuntamente com as autoridades escolares. Esta reforma está prevista, não tendo ainda sido implementada.

Bélgica – Comunidade flamenga

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A avaliação externa das escolas na Comunidade flamenga of Bélgica é realizada pela Inspeção, um órgão independente sob a jurisdição direta do Ministro da Educação e da Formação do Governo flamengo. A Inspeção está ligada à Agência para a Qualidade na Educação e na Formação, a qual faz parte do Ministério da Educação e da Formação. O papel da Inspeção é monitorizar a qualidade educativa e agir como alavanca para a melhoria da qualidade neste setor.

Ao abrigo do Decreto sobre a Qualidade da Educação, o papel da Inspeção é:

- aconselhar sobre quais são as instituições que devem ser formalmente reconhecidas pelo Governo;
- conduzir inspeções a instituições;
- assumir quaisquer outras funções decretadas pelo Governo flamengo.

Todas as escolas devem ser inspecionadas pelo órgão de inspeção para fins de reconhecimento pelo Governo flamengo. A Inspeção assume, formalmente, um papel de consultoria – as suas recomendações devem ser confirmadas pelo Governo flamengo de modo a serem validadas e aplicadas.

2. Avaliadores

Os inspetores são membros do pessoal pedagógico contratado pela Inspeção ao abrigo de um estatuto específico. Em conformidade com o Decreto de 2009 sobre a Qualidade da Educação, os inspetores devem possuir oito anos de experiência profissional relevante numa escola, como docentes, diretores ou gestores intermédios. Os candidatos à função de inspetor podem ter outro perfil profissional relevante no setor da educação, garantia e avaliação da qualidade.

A Inspeção define conjuntos de requisitos de qualificação para futuros candidatos focados em resultados (auditoria, elaboração de relatórios, competências de comunicação, etc.),

competências (especialização num certo nível de ensino ou disciplina) e comportamentos. De um modo geral, as competências genéricas como literacia informática são testadas por uma agência externa; as competências específicas são avaliadas por um painel de peritos internos e externos.

Os novos inspetores devem completar um período experimental de um ano, que termina com uma avaliação do inspetor coordenador. Durante este período, os novos inspetores são apoiados por um tutor e recebem cerca de 30 dias de formação focada em etapas nucleares de uma inspeção, diferenciada em função do nível de ensino que irão inspecionar e adaptada ao seu plano de desenvolvimento pessoal.

3. Quadro de avaliação

A Inspeção verifica se a escola respeita a legislação relevante e se controla de forma sistemática a sua qualidade. Se a escola não respeita as condições para ser formalmente reconhecida (objetivos mínimos, segurança e higiene, etc.), pode ser emitida uma recomendação restritiva ou até negativa (deficiências múltiplas, severas e estruturais). Na ocorrência de uma recomendação “negativa”, a Inspeção decide explicitamente se a escola é capaz de elaborar autonomamente uma política para remediar as suas deficiências (as chamadas “capacidades de elaboração de políticas das escolas”).

O **Quadro CIPO (contexto, input, processo e output)**, incorporado na legislação ao abrigo do decreto de 2009 sobre a Qualidade da Educação, é usado como quadro conceptual geral para a inspeção. O resultado (*output*) é o componente chave no Quadro CIPO. O **contexto, input e processo** são componentes subjacentes que indicam de que forma são atingidos os **resultados (outputs)**. Com a ajuda do Quadro CIPO, a Inspeção avalia em que medida a escola consegue desenvolver processos eficientes e monitorizá-los, tendo em conta o seu contexto específico e as variáveis de *input* de modo a melhorar os resultados. Os principais indicadores utilizados são: “desempenho dos alunos”, “satisfação/bem-estar dos agentes”, “percursos escolares” (progresso dos alunos e matrículas efetivas) e “resultados” (destino dos alunos, ou seja, ensino pós-secundário/superior, mercado de trabalho).

O **contexto** inclui a “identificação”, “localização”, “história” e “quadro regulamentar”. O **input** abrange o pessoal e as características dos alunos, enquanto o componente “**processo**” é mais detalhado e divide-se em quatro grandes categorias:

- “Geral”, com indicadores sobre “liderança”, “desenvolvimento da visão da escola”, “processos e procedimentos de tomada de decisão” e “garantia da qualidade”;
- “Recursos Humanos”, com indicadores sobre “gestão do pessoal” e “desenvolvimento profissional”;
- “Logística”, com “infraestrutura e equipamento” e “bem-estar” (segurança, saúde física e mental do pessoal, alunos e outros);
- “Política educativa” com “currículos” (áreas de estudo e organização da escola); “*coaching* e aconselhamento” (relações com outros parceiros, orientação escolar, orientação de carreira e aconselhamento socioafetivo aos alunos); e “avaliação” (que contém as práticas de avaliação e de elaboração de relatórios).

O **Quadro CIPO** é usado para avaliar se uma escola cumpre a normativa e consegue alcançar os objetivos mínimos. O **output** (resultados) de uma escola (se esta atingiu os objetivos mínimos prescritos), determina a notação que lhe é atribuída (ou a um elemento da sua oferta). O sistema de classificação inclui as notações: “positivo”, “positivo com algumas reservas”, ou “negativo”.

O quadro foi convertido pela Inspeção numa série de itens para todos os níveis de ensino. Estes itens são analisados de forma a determinar se a escola atingiu os objetivos mínimos. Assim, por exemplo, no ensino secundário, a equipa verifica sempre se o currículo é abrangente, equilibrado e adequado para atingir os objetivos mínimos (a nível de conhecimentos, compreensão, competências e atitudes); se o equipamento é adequado e usado eficazmente; se a avaliação é completa, equilibrada e adequada; e se o apoio preventivo e de remediação para os alunos (em termos de diferenciação, política de linguagem, etc.) é eficaz.

Para além da concretização dos objetivos mínimos, a equipa de inspeção também olha para um conjunto básico de condições que devem ser cumpridas para que seja atribuída a certificação oficial, como sejam os requisitos de saúde e de segurança e um contrato com um centro de

orientação de alunos. Também analisa a adesão a outras regulamentações que têm impacto na qualidade da educação, como seja a igualdade de oportunidades na educação e a avaliação dos alunos.

Para avaliar a garantia da qualidade interna das escolas, a Inspeção desenvolveu um modelo cíclico ⁽³⁾. Este modelo baseou-se num estudo da literatura relativa a diferentes sistemas de gestão da qualidade e compreende quatro etapas.

- **PLANEAR**: foca-se em objetivos e metas, exigindo visão mas também fornecendo um quadro para a prestação de contas;
- **EXECUTAR**: providenciar o apoio necessário para superar as barreiras estruturais e culturais e cumprir os objetivos fixados;
- **VERIFICAR**: assegurar a autorreflexão e autoavaliação adequadas para avaliar o progresso no sentido da consecução dos objetivos fixados. Os métodos de avaliação devem ser precisos e a escola deve estar aberta a um exame pelos avaliadores externos;
- **AGIR e ADAPTAR**: fase de desenvolvimento, em que é essencial haver reatividade quanto às lições aprendidas.

4. Procedimentos

A Inspeção faz uma auditoria a todas as escolas pelo menos cada 10 anos, conforme estipulado no decreto de 2009 sobre a Qualidade da Educação. A auditoria segue um modelo de três semanas: investigação preliminar (primeira semana), a visita de inspeção propriamente dita (segunda semana), e elaboração do relatório (terceira semana).

A investigação preliminar consiste em estudar os dados disponíveis e efetuar uma curta visita prévia à escola. A equipa de inspeção avalia o perfil da escola fornecido pelo Armazém de Dados, incluindo informações sobre qualificações, resultados, percursos escolares, contextos socioeconómicos dos alunos e valores de referência. Os inspetores também analisam os relatórios de inspeção anteriores e o curto questionário preenchido pela escola (perguntas S/N). Antes da inspeção, cada escola pode convidar os seus alunos a preencher um inquérito sobre o bem-estar na escola. Os resultados são transmitidos à escola e são utilizados pela equipa de inspeção. Durante a visita preliminar, são efetuadas entrevistas com o diretor e a equipa de

⁽³⁾ www.onderwijsinspectie.be

gestão intermédia, é examinada a documentação e feita uma breve visita às instalações da escola. Todas estas ações transmitem uma imagem dos pontos fortes e fracos da escola, e permitem focar melhor o trabalho de inspeção.

Durante a investigação preliminar e a visita de inspeção propriamente dita, são fornecidos pela escola documentos como os resultados dos exames realizados pelos alunos, as decisões dos conselhos de turmas (deliberações e motivação), documentação sobre planeamento, registos dos alunos, projeto pedagógico, etc.

A visita de inspeção propriamente dita dá à equipa a oportunidade de realizar uma investigação mais aprofundada sobre os pontos fortes e fracos identificados. O método é, de novo, triangular (observações de aulas, análise de documentos e entrevistas). A sua duração varia entre três e seis dias em função da dimensão da escola e termina com uma reunião de balanço no decurso da qual o diretor da escola e (regra geral) alguns representantes do pessoal são informados das conclusões.

No prazo de 30 dias depois desta reunião, a escola recebe uma versão provisória do relatório. Esta versão é verificada pela escola e ocasionalmente por representantes do pessoal da escola. Nos 60 dias seguintes, a escola recebe a versão final do relatório e tem depois 30 dias para submeter os seus comentários, os quais serão adicionados em anexo.

A Inspeção investiga se a escola atua em conformidade com a legislação relevante e se faz a monitorização sistemática da qualidade. Se a escola não respeita as condições básicas para o reconhecimento (objetivos mínimos, saúde e segurança, etc.) pode ser-lhe atribuída uma classificação de “positivo com reservas” ou até de “negativo” dependendo do tipo de deficiências (múltiplas, graves ou estruturais).

No caso de ser atribuída a classificação de “positivo com reservas”, é agendada uma inspeção de acompanhamento no prazo de três anos. O mesmo se aplica a uma classificação de “negativo”, mas neste caso, aplicam-se requisitos adicionais relativamente à composição da equipa de inspeção (o Governo flamengo pode decidir que convém nomear um chefe de equipa externo).

5. Resultados da avaliação externa

Todos os relatórios contêm uma secção que descreve os pontos fortes da escola, as áreas que carecem de melhoria e, no caso de uma classificação “positiva com reservas” ou “negativa”, os pontos fracos a remediar.

Em caso de uma classificação “positiva com reservas”, a escola pode decidir por si própria a forma de remediar as suas falhas.

No caso de uma classificação “negativa”, a inspeção decide – com base na capacidade da escola de remediar as suas falhas – se é necessária a cooperação de serviços externos de orientação. Este é normalmente o caso, e os serviços de assessoria às escolas (financiados pelo Governo) prestam apoio, em geral.

A escola pode optar por desenvolver um plano de melhoria a fim de prevenir o encerramento. A Inspeção aconselha então o Ministro a aprovar, ou não, o plano de melhoria da escola. Este plano deve incluir as medidas necessárias para garantir o progresso ao nível de objetivos, ações, participantes, meios, calendarização, instrumentos e principais etapas do progresso. O plano de melhoria deve ser partilhado com o pessoal da escola no prazo de 30 dias.

Se, durante a visita de acompanhamento, a equipa de inspeção considera que as falhas que conduziram a uma classificação negativa não foram resolvidas, aconselhará o Ministro a encerrar a escola (ou a parte que fracassa). Contudo, na prática, este procedimento raramente é posto em prática.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Desde 2009 que todos os relatórios de inspeção sobre escolas individuais são disponibilizados ao público no sítio de Internet⁽⁴⁾. Os relatórios começam com um resumo em linguagem acessível para o público em geral. Mediante solicitação, podem ser consultados relatórios anteriores.

Após a receção da versão final do relatório, a escola tem 30 dias para discutir o seu conteúdo numa reunião com o pessoal e informar alunos e pais da possibilidade de consultarem o documento.

⁽⁴⁾ www.doorlichtingsverslagen.be

O relatório anual da Inspeção contém informação sobre as inspeções escolares e as avaliações adicionais a nível do sistema que decorreram no ano prévio. Este relatório é dirigido ao Governo flamengo (é uma das tarefas da Inspeção) e está disponível ao público no sítio de Internet da Inspeção.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

As escolas são os principais órgãos responsáveis pela qualidade da educação que proporcionam. O decreto de 2009 sobre a Qualidade da Educação estipula que cada escola tem a responsabilidade de providenciar uma educação de boa qualidade e de monitorizar a sua qualidade. As escolas são livres para decidir como moldar o seu sistema de qualidade interno e como demonstrar a qualidade da sua oferta educativa.

Não existe a obrigação geral de as escolas efetuarem a autoavaliação e o Ministério da Educação e da Formação não especifica quaisquer domínios a avaliar. No entanto, as inspeções verificam se as escolas conseguem demonstrar ou não quais as medidas adotadas para instaurar um sistema abrangente de garantia da qualidade, o que implica que alguma forma de autoavaliação é inevitável. Os serviços pedagógicos/consultoria ligados às diferentes redes educativas, têm a obrigação legal de apoiar as escolas nos seus esforços para promover a qualidade da educação.

As escolas que recebem verbas no âmbito da Política de Igualdade de Oportunidades na Educação (GOK, *Gelijke Onderwijskansenbeleid* ⁽⁵⁾) foram previamente obrigadas a efetuar uma autoavaliação a fim de elaborar um projeto sobre a utilização eficaz de recursos suplementares.

Inquérito: Em 2011, a Flandres participou no “Exame da OCDE sobre os quadros de avaliação para a melhoria dos resultados das escolas”. Em resultado desta participação, sucederam-se diversas recomendações para a melhoria da avaliação interna (e externa). As principais conclusões relativas à avaliação interna foram que a capacidade das escolas para formular políticas varia significativamente, e inclui a sua capacidade

para trabalhar com dados de avaliação e de planejar estratégias para atingir melhores resultados. Se bem que as escolas contem, em geral, com alguma forma de monitorizar a qualidade, o seu rigor e o impacto sobre as práticas é muito variável.

2. Partes envolvidas

Nos casos em que uma escola elabora um plano de melhoria da qualidade após a obtenção de uma notação negativa, numa última tentativa para manter o reconhecimento oficial (ver Secção I.5), devem ser consultados todos os agentes chave mencionados no decreto de 2004 sobre a participação.

Desde 2004 que as escolas secundárias são obrigadas a ter um conselho de alunos. Cada escola secundária cria o seu próprio mecanismo de recolha de *feedback* dos alunos. A Organização de Alunos da Flandres (VSK) desenvolveu um recurso “Shsh! Formação de professores – 25 maneiras de descobrir como os alunos experienciam as suas aulas ⁽⁶⁾” para encorajar os alunos a contribuir para a autoavaliação da escola.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas dispõem de diferentes instrumentos e testes que lhes permitem obter uma visão sustentada sobre a qualidade dos seus processos e resultados.

O Ministério da Educação e da Formação gere o sistema “Armazém de Dados” que contém informação específica sobre as escolas relativamente ao número total de alunos e ao número de alunos provenientes de contextos desfavorecidos, valores sobre a retenção de alunos e a rotatividade do pessoal da escola. Desde o ano letivo corrente (2013/14), foram fornecidos às escolas lotes de informação visando aumentar a sua capacidade em matéria de formulação de políticas. Estes lotes contêm dados prestados pela própria escola, tendo subsequentemente sido enriquecidos com informações sobre a autarquia, a comunidade educativa, a zona educativa e a educação flamenga em geral. É elaborado um relatório individual por escola, com dados estatísticos sobre seis temas genéricos (número de alunos; características dos alunos; número de pessoal;

⁽⁵⁾ <http://www.ond.vlaanderen.be/gok/>

⁽⁶⁾ <http://www.scholierenkoepel.be/DeLeerkrachtLeert>

certificados e comprovativos de frequência dos cursos; retenção e progressão dos alunos; e o número de alunos que se matriculam ou que saem da escola). Este documento também permite à escola uma comparação entre o seu desempenho e o das outras escolas.

Instituições como os serviços de aconselhamento a escolas apoiam estas na sua tarefa de reforçar a capacidade para formular políticas e, consequentemente, o seu processo de avaliação interna. Estes serviços de aconselhamento, em colaboração com as autoridades flamengas, desenvolveram um instrumento para a autoavaliação que pode ser usado pelas escolas para avaliar a sua própria capacidade de formulação de políticas. Além disso, o Governo flamengo organiza e subsidia formação adicional para docentes e líderes escolares e transmite às escolas informação valiosa sobre políticas, por exemplo, na área da literacia informática.

Para avaliar, salvaguardar e melhorar a qualidade do ensino, o Governo flamengo organiza exames baseados em amostragens no âmbito do Programa de Avaliação Nacional (NAP). Estes exames recolhem informação sobre o desempenho dos alunos em relação aos objetivos de realização. As escolas que participam no NAP recebem um relatório de *feedback* que lhes permite avaliar o desempenho dos seus alunos em comparação com um estabelecimento de referência.

Foram desenvolvidas versões paralelas dos exames usados no NAP como forma de ajudar as escolas a obter informações sobre o desempenho dos seus alunos em relação às metas a alcançar. Tais versões permitem às escolas avaliar se foram bem-sucedidas na concretização dos seus objetivos e comparar os seus resultados com a média e com escolas flamengas de referência. As escolas participantes recebem um relatório de *feedback*.

O desempenho do sistema educativo a nível regional é medido através de exames no âmbito do NAP. Além disso, cada escola é comparada com escolas homólogas (comparáveis em termos de tipo de educação, localização geográfica, características dos alunos, etc.) num perfil de referência. As escolas podem assim comparar o seu desempenho com outras dentro do grupo de referência para cada indicador individual. O perfil de referência permite às escolas com características semelhantes comparar os seus resultados.

Um sítio de Internet criado pelo Ministério da Educação e da Formação designado “Exames para as Escolas” ⁽⁷⁾ oferece três tipos de exame com potencial de apoiar as escolas nos seus processos internos de garantia da qualidade. Incluem-se aqui os exames desenvolvidos a nível nacional, exames desenvolvidos por organizações de coordenação e os exames do NAP e respetivas versões paralelas, como descrito supra.

Para concluir, os relatórios de avaliação externa elaborados pela inspeção (ver Secção I) também podem atuar como catalisadores para uma reflexão mais aprofundada sobre a garantia da qualidade interna nas escolas.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Não existe uma política a nível governamental que estipule de que forma os resultados das avaliações internas devem ser usados pelos diversos participantes. Esta decisão é deixada ao critério das escolas. Consequentemente, cabe às próprias escolas a disseminação dos resultados da sua avaliação interna.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Na Flandres, quer os professores quer os líderes escolares são avaliados a título individual com base numa descrição das respetivas funções profissionais. Um membro do pessoal com uma função profissional específica é avaliado pelo menos uma vez em cada quatro anos, por um colega com mais tempo de serviço, que, na prática é frequentemente o diretor da escola.

Os diretores da escola e os gestores de escolas particulares são avaliados diretamente pelo seu conselho de administração (no caso das escolas da Comunidade) ou pelo seu conselho de escola (no caso das escolas de ensino subvencionado).

Na Comunidade flamenga, os resultados de cada escola nos exames externos não são publicados.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

⁽⁷⁾ <http://www.ond.vlaanderen.be/toetsenvoorscholen/>

Bulgária

Secção I. Avaliação externa das escolas

Não existe avaliação externa das escolas.

Secção II. Avaliação interna das escolas

Não existem regulamentações ou recomendações centrais ou locais sobre a avaliação interna das escolas que ministram o ensino primário e secundário geral.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

No seguimento de um pedido ou de uma reclamação, os inspetores dos órgãos regionais de inspeção escolar podem verificar o cumprimento das normas nas diversas vertentes do funcionamento de uma escola. Estas vertentes podem incluir a organização dos processos de ensino e qualificação, documentação da escola, atividades de gestão e administração desempenhadas pelo diretor da escola, atividades financeiras, auditoria ao orçamento da escola, equipamentos e materiais da escola, etc. No final da inspeção, os avaliadores podem transmitir instruções ao diretor de escola sobre as medidas a adotar para solucionar a falta de cumprimento das regulamentações. Os inspetores também reportam ao Ministério da Educação e Ciência que, por sua vez, pode tomar medidas políticas para prevenir o incumprimento das normas.

O conselho pedagógico da escola pode decidir incluir o desempenho individual dos professores ou os resultados da avaliação externa dos alunos entre os requisitos de elegibilidade para um aumento de remuneração dos docentes.

Os resultados académicos nos exames nacionais realizados pelos alunos no 4º, 7º e 12º anos de escolaridade são publicados pelo Ministério da Educação e Ciência. O Centro para a Monitorização e Avaliação da Qualidade da Educação, estabelecido pelo Ministério, analisa os resultados dos alunos nos exames normalizados a nível nacional.

Secção IV. Reformas

O Projeto BG051PO001-3.2.05 “Melhoria do Sistema de Inspeção da Educação” funciona desde 2012, tendo sido criado com o apoio financeiro do “Programa Operacional de Desenvolvimento dos Recursos Humanos 2007-2013”, e cofinanciado pela União Europeia (UE) através do Fundo Social Europeu (FSE). Os objetivos gerais do projeto consistiam em melhorar a eficácia dos processos de gestão e elevar a qualidade do ensino através da introdução de um modelo melhorado de inspeção, e preparar uma proposta sobre a melhoria do órgão nacional de inspeção. Os objetivos específicos eram:

- sincronizar os níveis de exigência relativamente à inspeção com os níveis de exigência a nível educativo, de currículo e programas escolares em todos os níveis de ensino;
- assegurar que a avaliação educativa é objetiva, que os níveis de exigência nacionais em matéria de educação são implementados de forma correta e que o processo educativo e as escolas são eficazes;
- estabelecer um ambiente escolar propício ao planeamento e implementação das mudanças necessárias para melhorar a aprendizagem dos alunos;
- sugerir melhorias na organização e gestão do órgão nacional de inspeção;
- incorporar o sistema de avaliação a nível das escolas;
- introduzir um sistema regular de avaliação do trabalho dos diretores e professores a fim de melhorar o ambiente de aprendizagem.

O projeto terminou em abril de 2014. O novo modelo de avaliação das escolas ainda tem de ser integrado no sistema educativo nacional através da adoção de nova legislação ou através da reforma da base jurídica em vigor para a educação e formação. No seguimento deste projeto, o Ministério da Educação e Ciência propôs alterações relevantes na lei da educação pré-escolar e do ensino escolar que preveem um sistema de inspeção do ensino geral. A nova lei pode ser adotada em 2015.

República Checa

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A avaliação externa das escolas é realizada pela Inspeção Nacional das Escolas⁽⁸⁾, organismo instaurado por lei em 1991, que é uma autoridade administrativa do governo com competências a nível nacional. O Inspetor Central das Escolas é nomeado pelo Ministério da Educação, Juventude e Desporto. As regras para a avaliação externa das escolas são estipuladas na Lei da Educação. A principal finalidade da avaliação é a monitorização da qualidade. São efetuadas inspeções regulares e avaliações temáticas. Enquanto o resultado da inspeção regular é um relatório de inspeção sobre uma escola individual, já a avaliação temática reúne dados recolhidos em escolas selecionadas e aborda tópicos definidos pela Inspeção Nacional das Escolas ou pelo Ministério da Educação, como sejam *bullying*, proteção da saúde, etc.

A Inspeção Nacional das Escolas:

- recolhe e analisa informação sobre: a educação de crianças, alunos e estudantes; as atividades e infraestruturas das escolas registadas no Registo de Escolas; e avalia a eficácia do sistema educativo;
- verifica e avalia as condições, processos e resultados da educação de acordo com os respetivos programas educativos das escolas;
- verifica e avalia o conteúdo do programa educativo da escola e a sua conformidade com a legislação e a matriz do programa educativo;
- verifica que a oferta educativa e os serviços prestados pela escola satisfazem os requisitos legais;
- efetua um controlo administrativo da utilização de fundos estatais.

2. Avaliadores

As atividades de inspeção em escolas são levadas a cabo por inspetores, controladores / auditores (ao serviço da Inspeção Nacional das Escolas), e por outras “pessoas convidadas”. Os inspetores de educação devem ser titulares de um diploma universitário e possuir pelo menos cinco anos de experiência docente ou experiência pedagógica e psicológica (de preferência em cargos de gestão). O seu papel consiste em avaliar as funções educativas e de gestão. As pessoas convidadas são peritos externos aptos a emitir opiniões especializadas sobre um assunto ou problema específico. Não há requisitos de qualificação definidos para os especialistas convidados. Os controladores financeiros ou auditores devem ser titulares de um diploma universitário e ter pelo menos cinco anos de experiência profissional, ou o ensino secundário confirmado por um exame de conclusão deste nível e 20 anos de experiência profissional. A sua função é avaliar operações relativas a contabilidade e finanças.

3. Quadro de avaliação

A avaliação obedece aos Critérios para a Avaliação das Condições, Planos de Estudo e Resultados da Educação⁽⁹⁾ estabelecidos pela Inspeção Nacional das Escolas e aprovados pelo Ministério da Educação. Os mesmos critérios aplicam-se a todas as escolas. Os inspetores de educação determinam, com base na sua própria experiência, o que esperam de uma escola para cada indicador na lista.

Os critérios abrangem os seguintes tópicos: igualdade no acesso à educação, programa educativo da escola, gestão da escola, recursos humanos e condições de trabalho do pessoal, equipamento, finanças, organização do ensino, apoio ao desenvolvimento individual dos alunos, parcerias, apoio ao desenvolvimento da literacia funcional, avaliação individual dos alunos e resultados dos grupos, avaliação dos resultados globais da escola. Estes 12 tópicos principais são ainda subdivididos em 78 indicadores.

4. Procedimentos

A Inspeção Nacional das Escolas articula as suas atividades de inspeção em torno dos principais objetivos definidos para um determinado ano letivo, os quais são aprovados pelo Ministro da

⁽⁸⁾ <http://www.csicr.cz>

⁽⁹⁾ <http://www.csicr.cz/cz/DOKUMENTY/Kriteria-hodnoceni>

Educação, Juventude e Desporto. As visitas de inspeção escolar decorrem atualmente cada três anos e incluem visitas às escolas na época dos exames de conclusão da escolaridade, avaliações temáticas e visitas para investigar queixas apresentadas. Uma vez em cada quatro anos é realizada uma inspeção completa. Se forem detetadas deficiências durante esta inspeção, é efetuada uma inspeção de acompanhamento após um período mais curto. Além disso, as atividades de inspeção são realizadas em resposta às iniciativas, reclamações e petições. O processo de inspeção é constituído por três fases essenciais.

Durante a fase preliminar, os inspetores trabalham com fontes de informação secundárias – recursos públicos, programa educativo da escola, os três relatórios anuais prévios, o relatório de inspeção anterior e um leque de documentos da escola (sítio de Internet, artigos de imprensa, reclamações sobre a escola, resultados dos exames dos alunos). Também verificam se o programa educativo da escola corresponde à matriz nacional dos programas escolares.

Os inspetores entrevistam o diretor da escola durante a visita de inspeção a propósito das condições na escola, processos de educação e resultados. Similamente, são realizadas entrevistas com o pessoal docente relativas a questões de ensino. Se necessário, os alunos e os pais preenchem questionários para reunir informação acerca do grau de satisfação com o trabalho da escola. A duração média da visita de inspeção é de dois ou três dias. Nesta fase, são debatidos os resultados da inspeção.

A fase de comunicação dos resultados inicia-se com a submissão do relatório ao diretor da escola. Este pode submeter os seus comentários sobre o relatório de inspeção no prazo de 14 dias após a receção.

O diretor da escola e a entidade tutelar da escola (geralmente a autoridade local, ou autoridade regional no caso de uma escola secundária com mais de um nível) são responsáveis pela resolução de eventuais falhas reveladas pela inspeção escolar.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de inspeção contém recomendações para a melhoria da qualidade da educação. Não obstante, cabe às escolas decidir se seguem as ditas recomendações. O relatório especifica quais as falhas identificadas e os prazos para as remediar. Pode ser realizada uma inspeção de acompanhamento para verificar os pontos tratados mas, na prática, só as escolas com um número significativo de falhas são objeto de nova inspeção.

Caso não tenham sido tomadas medidas ou se não foram concluídas até ao prazo limite fixado pelo procedimento administrativo, a Inspeção Nacional das Escolas pode multar o responsável. Se a escola não atuou ou se são identificadas deficiências graves nas escolas ou nas suas instalações, pode ser lançado um procedimento administrativo, o qual pode resultar na submissão pelo Inspetor Central das Escolas de uma proposta ao Ministério da Educação, Juventude e Desporto para remover a escola do Registo Nacional de Escolas. A Inspeção Nacional pode ainda submeter uma proposta à entidade de tutela da escola para destituição do diretor da escola.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O resultado de uma inspeção é um relatório que inclui: a identificação e avaliação das condições nas escolas; processos educativos implementados e resultados alcançados de acordo com o programa educativo da escola; a identificação e avaliação do conteúdo do programa educativo da escola e o seu grau de conformidade com a legislação e a matriz do programa educativo. O relatório de inspeção é um documento público. O diretor da escola enquanto autoridade recebe em primeira instância o relatório de inspeção e tem o direito de tecer comentários sobre o mesmo. Subsequentemente, o relatório é enviado à entidade de tutela e ao Conselho Escolar. É disponibilizado na Internet e em cópia impressa na escola, sendo mantidas cópias pela entidade de tutela e o relevante órgão regional de inspeção. O serviço central da Inspeção Nacional utiliza a informação que consta dos relatórios de inspeção de cada escola para compilar o Relatório Anual da Inspeção Nacional das Escolas e os relatórios temáticos.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Apesar de a avaliação interna das escolas ser a base para os relatórios anuais obrigatórios das escolas, não há regras, critérios ou termos para a avaliação interna prescrita pela lei. Não estão disponíveis inquéritos nacionais ou fontes de informação sobre a implementação efetiva da avaliação interna.

2. Partes envolvidas

As escolas têm poderes plenos para decidir quem participa numa avaliação interna. Não estão disponíveis inquéritos nacionais ou fontes de informação sobre as partes envolvidas na avaliação interna

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas podem utilizar os critérios de avaliação externa (ver Secção I.3) para a sua avaliação interna mas tal não é obrigatório. Estão disponíveis no sítio de Internet⁽¹⁰⁾ gerido pelo Instituto Nacional de Educação⁽¹¹⁾ – organismo criado pelo Ministério da Educação, Juventude e Desporto – vários instrumentos para ajudar as escolas na sua avaliação interna. Tais instrumentos incluem: fichas de observação, questionários, manuais e instruções, fóruns, etc.

São dispensados pelo Instituto Nacional de Formação Contínua⁽¹²⁾ cursos de formação em serviço para os professores. Estes cursos incluem a avaliação interna e dirigem-se a diferentes grupos-alvo (diretores de escola, vice-diretores e professores).

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Não existe a obrigação de preparar um relatório escrito após a avaliação interna, mas os resultados desta avaliação interna formam a base para elaborar e apresentar o relatório anual da escola. Este documento é preparado em conformidade com a Lei da Educação e um decreto específico. Entre outros elementos, deve

conter informação sobre: o rendimento escolar dos alunos em linha com as metas especificadas no programa educativo da escola e o nível de ensino oferecido; a prevenção de comportamentos de risco (*bullying*, absentismo, etc.); atividades letivas e perfil público da escola; a participação da escola em programas de desenvolvimento e de cariz internacional; projetos realizados pela escola e financiados por fontes externas; e cooperação com sindicatos, associações patronais e outros parceiros relevantes para o cumprimento dos objetivos educativos. Qualquer pessoa pode ter acesso ao relatório anual e fazer cópias do mesmo. A Inspeção Nacional das Escolas usa os resultados da avaliação interna como uma das fontes para a avaliação externa da escola.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores são avaliados pelo diretor da escola como parte do processo de avaliação interna da escola. Não existem critérios centrais para a avaliação interna das escolas.

A avaliação das escolas também pode ser realizada por uma entidade organizadora (autoridade local ou regional) de acordo com os critérios previamente publicados. Mas esta situação é rara (geralmente é efetuada só pelas autoridades regionais), e apenas cobre os aspetos financeiros.

As autoridades regionais preparam um relatório anual sobre o estado e o desenvolvimento do sistema educativo nas respetivas regiões.

O desempenho do sistema educativo também é abordado pela Inspeção Nacional das Escolas em relatórios anuais e temáticos, que se baseiam em inspeções regulares e também específicas (temáticas) das escolas e outros dados oficiais (estatísticas, dados no Registo de Escolas, etc.). Os relatórios anuais da Inspeção Nacional das Escolas são a base para o relatório anual sobre o estado e o desenvolvimento do sistema educativo na República Checa, publicado pelo Ministério da Educação, Juventude e Desporto.

⁽¹⁰⁾ http://evaluacninastroje.rvp.cz/nuovckk_portal/

⁽¹¹⁾ <http://www.nuv.cz/>

⁽¹²⁾ <http://www.nidv.cz/cs/>

Secção IV. Reformas

O Sistema Nacional de Inspeção e Avaliação da Educação (NIQES) ⁽¹³⁾ da República Checa é um projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu e decorre entre 2011 e 2014. O principal objetivo do projeto é a transformação e modernização do sistema nacional de inspeção na República Checa. Envolve investigação, desenvolvimento e experimentação de novas iniciativas. É prestado apoio para a subsequente incorporação das conclusões no trabalho da Inspeção Nacional das Escolas. A intenção é construir um sistema nacional moderno e flexível para inspecionar a qualidade e a eficácia do sistema educativo.

O projeto envolve os exames nacionais de alunos nos 5º e 9º anos (faixas etárias de 10/11 anos e 14/15 anos), com o objetivo de prestar um *feedback* relevante aos alunos, pais, professores, diretores de escola e o Estado. Após dois anos consagrados à verificação dos resultados de alunos matriculados nestes anos do ensino básico, envolvendo quase todas as escolas com alunos nos anos relevantes, a Inspeção Nacional das Escolas preparou um inquérito por amostragem para alunos nos 4º e 8º anos do ensino básico (faixas etárias de 9/10 e 13/14 anos) e para alunos no 2º ano do ensino secundário superior das escolas profissionais (16/17 anos de idade). O teste envolve aproximadamente 400 escolas e centra-se na verificação dos resultados em literacia linguística e científica e na área de estudos “As pessoas e o seu meio”. Para além da implementação dos resultados do projeto NIQES, a Inspeção Nacional das Escolas pretende alargar o atual ciclo de inspeção para 6 anos. O novo ciclo está a ser introduzido para corresponder à duração do mandato de diretor de escola, que é de 6 anos.

⁽¹³⁾ <http://www.niqes.cz/>

Dinamarca

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Na Dinamarca, a autarquia é responsável pelas escolas públicas, incluindo a qualidade da escola. As regulamentações do Estado exigem aos municípios a preparação de um relatório da qualidade cada dois anos ⁽¹⁴⁾ com a descrição da evolução do sistema escolar (ver Secção III).

A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão é responsável pela monitorização dos municípios na preparação do seu relatório anual. A Agência faz parte do Ministério da Educação.

A Agência realiza um exame anual a todas as escolas públicas (ensino primário e secundário inferior) e, a partir do outono de 2014, publica os seus resultados globais. Se as escolas revelam sinais repetidos de má qualidade (incumprimento da legislação ou resultados abaixo das médias nacionais), o pessoal da Agência inicia um diálogo com a autarquia acerca das medidas concretas a adotar.

2. Avaliadores

Os avaliadores encarregues do exame anual às escolas estão ao serviço da Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão.

3. Quadro de avaliação

No seu exame anual às escolas, a Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão centra-se nos indicadores de qualidade fixados ao longo do tempo pelo Ministério da Educação. Estes indicadores podem variar entre o ensino primário e o secundário inferior. Incluem, por exemplo, os resultados dos exames nacionais e dos exames finais, taxas de inscrição no ensino secundário superior e ainda medidas estandardizadas sobre o bem-estar dos alunos a partir de 2014/15 (ver Secção IV). O pessoal da Agência Nacional analisa o rendimento escolar dos alunos em diferentes disciplinas com o fim de avaliar se a escola está a obter o desempenho previsto em função das suas circunstâncias concretas. O contexto social dos alunos é, por conseguinte, tido

⁽¹⁴⁾ Anualmente, até setembro de 2014.

em consideração quando se comparam os resultados da escola com as médias nacionais.

4. Procedimentos

A Agência efetua o exame anual às escolas utilizando a informação que consta nos relatórios municipais sobre a qualidade (ver Secção III) e indicadores nacionais sobre a qualidade. Os municípios cujas escolas carecem de melhoria são avisados em janeiro.

Durante os doze meses seguintes, os municípios são responsáveis pela aplicação de medidas que visam melhorar a qualidade de qualquer escola com um desempenho negativo. No final deste período, a Agência contacta os municípios e as escolas com vista a abrir um canal de diálogo sobre o progresso realizado, oferecendo conforme necessário: potenciais soluções para problemas contínuos, apoio de consultores pedagógicos ou acompanhamento adicional por parte da Agência. O pessoal da agência pode visitar uma escola ou município com o seu acordo, mas tal ainda não sucedeu.

5. Resultados da avaliação externa

O Governo, municípios e comunidade educativa devem acompanhar os resultados do exame anual às escolas públicas e avaliar se são necessárias medidas adicionais.

No caso de uma determinada *Folkeskole* manter um desempenho negativo, a Agência pode solicitar ao conselho municipal o desenvolvimento de um plano de ação para assegurar a melhoria dos níveis de qualidade académica das escolas e a consequente submissão antes do final do ano. No entanto, é o município que se responsabiliza pelo *Folkeskole* e, por conseguinte, decide quais as sanções ou outras ações a aplicar às escolas de baixa qualidade ou em caso de incumprimento das normas educativas vigentes. A agência apenas pode prestar aconselhamento ao município e tecer comentários à regulamentação educativa atual. Pode exigir ao conselho municipal a implementação de um plano de ação, mas não pode especificar quais as medidas a tomar. No entanto, se o conselho municipal não respeita uma ordem para criar um plano de ação dentro do período especificado, incorre em situação de ilegalidade. Além disso, o Estado pode decidir impor sanções diárias aos membros do conselho municipal se a ordem não for respeitada. As

sanções podem continuar até a ordem ser executada.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

A difusão dos resultados dos processos que visam a melhoria das escolas de má qualidade é uma questão remetida para a autonomia local.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Cada escola é responsável pela garantia da qualidade da educação em conformidade com os objetivos da *Folkeskole*. No entanto, não existem requisitos ou recomendações centrais relativamente à avaliação interna das escolas. Os municípios decidem se e como deve ser conduzida a avaliação interna das escolas.

2. Partes envolvidas

Não existem requisitos centrais sobre a participação na avaliação interna das escolas. Cabe aos municípios estabelecer as suas próprias políticas nesta área.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Desde o outono de 2014 que o Ministério da Educação mantém uma base de dados pública sobre o rendimento escolar dos alunos de cada escola, incluindo as classificações obtidas nos exames nacionais e nos exames finais, a transição para o ensino secundário, etc. Também contém as médias nacionais e as médias das escolas que funcionam em circunstâncias especiais. Este sistema foi desenvolvido a partir de uma versão anterior, mas foi otimizado na forma de utilizar os dados. Além disso, o sistema recém-criado permite gerar dados novos.

A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão lançou e gere atualmente um portal na Internet sobre a avaliação, que oferece um amplo leque de instrumentos de avaliação, artigos e estudos de caso em investigação, etc.

O Ministério da Educação criou um programa de desenvolvimento escolar que fornece às escolas uma série de instrumentos de autoavaliação baseados em TIC. O sistema de avaliação segue um processo cíclico, em que a escola descreve o

seu estado atual, define objetivos e critérios de qualidade e subsequentemente avalia os resultados e o progresso obtido na concretização dos objetivos planeados.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Não existem requisitos centrais sobre o uso dos resultados da avaliação interna das escolas. Cabe aos municípios estabelecer as suas próprias políticas nesta área.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os diretores de escola efetuam entrevistas aos professores, que são uma forma de avaliar o desempenho individual do professor e servem de base para o desenvolvimento profissional deste.

Os municípios devem produzir, cada dois anos, um relatório anual da qualidade que atua como um meio de avaliar o desempenho da totalidade do sistema escolar da autarquia. Estes relatórios descrevem o sistema escolar do município, o nível académico de cada escola, as medidas implementadas pela autoridade local para avaliar o desempenho da escola e os passos dados pela autoridade local para dar seguimento ao anterior relatório da qualidade. O município é responsável pela definição do formato e foco do relatório. No entanto, deve existir um mecanismo para a avaliação sistemática dos relatórios e o acompanhamento a nível municipal. Os relatórios servem assim como base para o diálogo local sobre o desenvolvimento da qualidade nas escolas públicas.

Os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais numa determinada disciplina são disponibilizados ao professor dessa disciplina.

O Instituto Dinamarquês de Avaliação (EVA), instituição independente tutelada pelo Ministério da Educação, é responsável pela avaliação do ensino e aprendizagem em todos os níveis de ensino do sistema educativo. Efetua avaliações dos programas e avaliações nacionais sobre temas específicos ou aspetos do sistema global. Estas avaliações envolvem amostras de escolas e apesar de poderem ser feitos juízos individuais acerca de escolas selecionadas, o seu objetivo principal é prestar informações acerca do estado da educação a nível nacional.

A Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão administra exames nacionais obrigatórios e exames finais.

Secção IV. Reformas

Uma nova reforma escolar em vigor desde 1 de agosto de 2014 ⁽¹⁵⁾ veio introduzir diversas mudanças no sistema de avaliação.

A nova lei sublinha o papel do relatório de qualidade como um instrumento para melhorar a qualidade e os resultados escolares dos alunos através do diálogo que decorre no seio do conselho municipal, entre administradores municipais e diretores das escolas, e entre estes e docentes e educadores. O conselho de escola, por sua vez, também se apoia no relatório de qualidade para a supervisão das atividades da escola. No contexto da reforma de agosto de 2014, o Ministério estabeleceu requisitos mínimos para o conteúdo dos relatórios de qualidade, e forneceu instruções e um modelo que municípios e escolas podem utilizar ao elaborarem os seus relatórios. Observou-se ainda uma mudança na frequência com que o relatório de qualidade deve ser preparado, sendo agora bienal em vez de anual.

Um outro elemento na nova reforma da escola pública dinamarquesa é o consultor pedagógico que presta apoio ao pessoal da Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão na tarefa de monitorizar as escolas.

Por último, no âmbito da reforma das escolas, foram, pela primeira vez, estabelecidas metas nacionais ⁽¹⁶⁾, com o fim de melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas.

Distinguem-se três metas nacionais para as escolas públicas. Estas devem:

- desafiar todos os alunos a atingir o seu pleno potencial;
- reduzir o impacto do contexto social dos alunos nos seus resultados escolares;
- elevar o nível de confiança nas escolas e melhorar o bem-estar dos alunos fomentando o respeito pelo conhecimento e a prática profissionais.

⁽¹⁵⁾ Lei nº 406 de 2014.

⁽¹⁶⁾ http://eng.uvm.dk/~media/UVM/Filer/English/PDF/131007%20folkeskolereformaftale_ENG_RED.ashx

Estas metas irão contribuir para a criação de um quadro claramente definido para a avaliação sistemática e contínua.

Foram ainda fixados objetivos operacionais para os resultados dos alunos (*resultatmål*) em relação às metas nacionais. Esses objetivos visam a monitorização contínua dos progressos e servem como indicadores no exame anual das escolas realizado pela Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão a partir de 2014. Os objetivos são:

- pelo menos 80 por cento dos alunos devem obter a classificação de “bom” em leitura e matemática nos exames nacionais;
- o número de alunos com “rendimento elevado” em dinamarquês e matemática deve aumentar ano a ano;
- o número de alunos com resultados “pobres” nos exames nacionais em leitura e matemática deve reduzir ano a ano;
- os níveis de bem-estar dos alunos devem aumentar.

Alemanha

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Em 15 dos 16 *Länder*, a avaliação externa das escolas (*externe evaluation*, também: *Fremd-evaluation*, *Schulinspektion*) é regularmente efetuada. A responsabilidade cabe às autoridades educativas supervisoras das escolas (em geral, os Ministérios da Educação e dos Assuntos Culturais, por vezes as autoridades educativas supervisoras de nível intermédio das escolas) ou aos institutos pedagógicos dos *Länder* (*Landesinstitute für Schulpädagogik*).

A avaliação das escolas na Alemanha tem um objetivo duplo: monitorizar a qualidade da educação escolar e oferecer *feedback* e aconselhamento com vista a melhorar a oferta.

2. Avaliadores

As qualificações exigidas para trabalhar como um avaliador escolar são determinadas pelos *Länder*. Por norma, as equipas de avaliação são compostas por professores que são funcionários do *Land*. Com frequência estes professores têm

experiência como diretores de escola, vice-diretores ou formadores de professores. Em alguns *Länder*, os representantes do setor ou os pais podem ser membros da equipa de avaliação numa base voluntária. As equipas de avaliação consistem geralmente em três ou quatro pessoas. Os avaliadores que são professores têm geralmente vários anos de serviço como docentes. Em alguns *Länder*, pelo menos um dos professores na equipa de avaliação deve ter as mesmas qualificações para lecionar no mesmo nível que os professores da escola que é objeto de avaliação. Dependendo de cada *Land*, exige-se que os avaliadores tenham conhecimento especializado nas seguintes áreas: qualidade do ensino, pedagogia escolar, estrutura do sistema escolar, legislação e administração escolares, avaliação das escolas, procedimentos e competências de observação e de análise de dados. Os avaliadores recebem formação especializada.

3. Quadro de avaliação

Os procedimentos de avaliação das escolas dos *Länder* estão em harmonia com as normas educativas para o setor primário, *Hauptschulabschluss* e *Mittlerer Schulabschluss* adotadas pela Conferência Permanente dos Ministros da Educação e dos Assuntos Culturais em 2003 e 2004. As normas educativas são obrigatórias para todos os *Länder*. Baseiam-se em áreas de competência para cada disciplina ou grupo de disciplinas, estabelecendo as capacidades, competências e conhecimentos que os alunos devem ter adquirido numa determinada etapa do seu percurso escolar. Estes objetivos pedagógicos adotados pelos *Länder* são, na maior parte dos casos, complementados pela oferta de quadros de referência para a qualidade da escola. Estes quadros incluem critérios de avaliação que definem escolas e práticas pedagógicas de boa qualidade, e fornecem assim aos avaliadores externos e às escolas uma referência.

Como parte destas estratégias globais de garantia e desenvolvimento da qualidade, é concedido um valor crescente às medidas de avaliação das escolas individuais. Na maioria dos *Länder*, é obrigatório o desenvolvimento de programas educativos específicos em cada escola e estes desempenham um papel central. Cada escola deve especificar os seus principais fins e objetivos no contexto regulamentar do *Land* sobre os

conteúdos de aprendizagem e as qualificações obtidas pelos alunos ao concluírem os estudos. Ao mesmo tempo, os programas específicos da escola determinam os métodos e critérios de avaliação interna em função dos requisitos específicos do *Land* (currículos e horários, por exemplo).

O principal foco da avaliação das escolas consiste na melhoria dos processos educativos (ensino e aprendizagem).

4. Procedimentos

A frequência com que são conduzidas as avaliações externas varia entre três e seis anos, dependendo do *Land*.

Os procedimentos tipicamente usados na avaliação externa incluem a análise de documentos/dados, visitas à escola, incluindo observação de aulas (entre um e cinco dias), e questionários/entrevistas estandardizadas com professores, alunos e pais.

A análise de documentos/dados restringe-se sobretudo à escola. Os dados e documentos analisados incluem estatísticas, resultados de inquéritos sobre níveis de aprendizagem, programas específicos da escola, currículos internos, atas de reuniões, orientações pedagógicas, conceitos, resoluções, informação da entidade tutelar da escola, acordos sobre objetivos, calendário para o desenvolvimento profissional contínuo. Em alguns *Länder*, as escolas devem completar uma ficha informativa previamente. A análise de documentos/dados decorre antes da visita à escola.

Os professores, alunos e pais podem ter de responder a questionários padronizados, revelando as suas opiniões e atitudes perante a escola.

Após a avaliação, é apresentada à escola uma versão provisória do relatório. A escola tem então a oportunidade de transmitir o seu parecer antes da elaboração da versão final e do seu encaminhamento para as autoridades educativas. Dependendo do *Land*, o relatório de avaliação pode conter recomendações mas a equipa de avaliação não é envolvida nas etapas seguintes.

5. Resultados da avaliação externa

Regra geral, os resultados da avaliação das escolas servem de base a acordos sobre objetivos entre a autoridade educativa central e a escola. Em alguns *Länder*, isto só se verifica no caso de o relatório de avaliação apontar para deficiências no desempenho global da escola; noutros, os acordos sobre objetivos são independentes da avaliação.

Em certos *Länder*, podem ser fornecidos recursos e formação adicionais às escolas que obtiveram piores resultados na avaliação de modo a torná-las mais aptas a melhorar o seu desempenho em determinadas áreas.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Em alguns *Länder*, o relatório de avaliação só é distribuído à própria escola e às autoridades educativas supervisoras; noutros, os membros da assembleia escolar (professores, pais, alunos) ou as autoridades educativas locais também recebem o relatório de avaliação ou têm o direito de o receber mediante pedido. Após a consulta interna sobre as conclusões do relatório, as escolas debatem com a autoridade educativa supervisora as recomendações e sugestões a fim de elaborar acordos sobre objetivos.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Regra geral, são os *Länder* que exigem às escolas a realização da avaliação interna. O principal objetivo é a melhoria da qualidade das escolas. As áreas a avaliar são determinadas pelas próprias escolas. A frequência das avaliações internas depende da regulamentação de cada *Land*.

Os programas específicos de cada escola determinam os métodos e critérios de avaliação interna em função dos requisitos próprios a cada *Land* (por exemplo, currículos, horários). As áreas a avaliar são definidas de maneira independente pelas escolas no âmbito dos seus programas específicos. Estes devem contemplar as condições sociais e demográficas da escola em concreto (por exemplo, se existem muitos alunos em situação desfavorecida na área de influência da escola, o programa da escola deve refletir essa realidade). Os quadros de qualidade escolar dos *Länder* (ver Secção I.3) são de crucial importância para a implementação dos programas específicos

das escolas e fornecem-lhes um quadro de referência para a sua avaliação interna.

2. Partes envolvidas

Em geral, a legislação do *Land* exige às escolas a realização de uma avaliação interna. O *Land* define os requisitos e oferece recomendações, mas as escolas atuam independentemente em termos de planeamento e implementação dos procedimentos de avaliação. A avaliação interna é conduzida habitualmente pelo diretor da escola e/ou por uma comissão de coordenação constituída por membros do pessoal docente. Os resultados da avaliação interna alimentam a avaliação externa.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas não são obrigadas a utilizar na avaliação interna o mesmo quadro da avaliação externa. Os questionários usados para a avaliação externa são ocasionalmente recomendados pelas autoridades centrais para a avaliação interna.

O *Land* fornece geralmente as diretrizes para a avaliação interna. Podem organizar-se fóruns *online* para troca de opiniões e pontos de vista.

Os métodos de avaliação interna incluem questionários normalizados para professores, alunos e pais com perguntas acerca das suas atitudes e opiniões relativamente à escola, análise de dados e comparação dos resultados dos exames com os de outras escolas que funcionam em condições semelhantes, visitas a aulas e *feedback* dos alunos. Os métodos e instrumentos podem variar entre os *Länder*.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A avaliação interna das escolas é um processo colaborativo e reflexivo de análise interna. Proporciona aos professores um meio para refletirem de forma sistemática sobre a forma como ensinam e como os alunos aprendem e ajuda as escolas e professores a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Os resultados da avaliação interna não são publicados mas podem disponibilizar-se às autoridades locais e centrais mediante pedido. Em geral, os resultados da avaliação interna alimentam a avaliação externa.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Em junho de 2006, a Conferência Permanente adotou uma estratégia abrangente para a monitorização da educação que consiste em quatro áreas interligadas:

- participação em estudos comparativos internacionais sobre o desempenho dos alunos;
- controlo central do cumprimento das normas de qualidade na educação no âmbito de uma análise comparativa entre *Länder*;
- estudos comparativos no seio dos *Länder* e entre eles, com vista a avaliar a eficácia em todas as escolas;
- informação conjunta sobre a educação por parte da Federação e dos *Länder*.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Estónia

Secção I. Avaliação externa das escolas

Avaliação escolar sob responsabilidade conjunta das autoridades a nível central/superior e regional

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A “supervisão estatal” das escolas é exercida pelo Departamento de Avaliação Externa ⁽¹⁷⁾ no Ministério da Educação e da Investigação, ou por um governo provincial em nome do Ministro da Educação e Investigação.

Esta supervisão estatal visa assegurar que o processo de ensino e aprendizagem satisfaz os requisitos da legislação em vigor. Ressaltam-se dois aspetos relativos a esta supervisão. Em primeiro lugar, as avaliações temáticas são realizadas com base em amostragens de escolas, implicando a recolha e análise de dados assim como visitas a escolas. Os temas destas avaliações estão ligados às atuais prioridades e áreas de intervenção específicas estabelecidas

⁽¹⁷⁾ <http://www.hm.ee/en/activities/external-evaluation>

em cada ano letivo por decreto do Ministro da Educação e Investigação (por exemplo, oferta para os alunos com necessidades educativas especiais, escolas bilingues estoniano/russo). Em segundo lugar, as inspeções a cada escola individual destinam-se a examinar questões especiais, como por exemplo, em caso de queixa contra um estabelecimento de ensino.

Os governos provinciais efetuam avaliações temáticas regulares e também levam a cabo inspeções a escolas individuais, salvo se há uma queixa muito grave ou urgente contra uma escola (por exemplo, relacionada com violência escolar, infrações dos direitos dos alunos, comportamento pouco profissional por parte de professores, etc.). Nestes casos, a investigação é realizada por técnicos do Ministério da Educação e Investigação. Por último, os governos provinciais também supervisionam os estabelecimentos de ensino que obtiveram licenças de ensino pela primeira vez.

2. Avaliadores

Os indivíduos que exercem a função de supervisão estatal são técnicos do Departamento de Avaliação Externa do Ministério ou inspetores dos departamentos de educação dos governos provinciais. O Ministro da Educação e Investigação determina os requisitos de qualificação para esses técnicos: serem titulares de um grau de Mestrado em qualquer domínio (ou qualificação equivalente), o mínimo de cinco anos de experiência no ensino e competências de liderança. A experiência docente pode incluir, por exemplo, a função de professor, investigador numa universidade ou psicólogo escolar.

Sempre que necessário, os peritos podem participar na supervisão estatal se for exigida uma análise mais aprofundada e complexa. Por exemplo, peritos universitários ou do Centro de Desenvolvimento Curricular podem participar na avaliação sobre a implementação de currículos.

3. Quadro de avaliação

A supervisão estatal (avaliações temáticas e inspeções individuais) das escolas verifica se as atividades de uma escola cumprem com a legislação e se o ensino e aprendizagem estão de acordo com os currículos nacionais.

4. Procedimentos

Em cada ano letivo, as avaliações temáticas cobrem cerca de 10 % dos estabelecimentos de ensino: ou seja, 60 estabelecimentos de educação pré-escolar e 60 escolas de ensino geral. Adicionalmente, são realizadas inspeções individuais em cerca de 10-15 estabelecimentos de ensino por ano.

Os avaliadores externos envolvidos em avaliações temáticas ou inspeções individuais têm o direito de visitar uma escola se o seu diretor for notificado com antecedência. Os avaliadores também podem participar nas reuniões do conselho pedagógico, conselho de administração e de pais, e aceder a documentos da escola como registos de turmas, calendarização geral de atividades da escola e plano de desenvolvimento. Como informação contextual sobre a escola, os avaliadores também podem considerar indicadores de desempenho sobre alunos, professores e escolas publicados pelo Sistema de Informação sobre a Educação na Estónia (EEIS) (ver Secção II.1). Os avaliadores efetuam entrevistas com o pessoal, o conselho de administração, pais, alunos e com a instituição tutelar da escola para obtenção de informações sobre o tópico em avaliação ou sobre a área de interesse. Podem observar o ambiente em que decorrem o ensino e a aprendizagem, mas em geral não observam aulas, exceto se existirem queixas contra um professor ou se os resultados dos alunos são baixos.

Durante a visita à escola, os supervisores fazem recomendações ao diretor e à instituição tutelar da escola sobre a melhoria dos procedimentos (por exemplo, procedimento para exames finais, avaliação dos alunos, certificado de conclusão da escolaridade, etc.) usados pela escola e emite pareceres com indicações para modificar certos aspetos do ensino e da aprendizagem que não estejam em conformidade com a legislação. Antes de ser finalizado, o relatório provisório é submetido ao diretor da escola, à instituição tutelar da escola e ao agente escolar visado, no prazo de 15 dias consecutivos após a realização da inspeção. Todas as partes mencionadas podem apresentar comentários e *feedback* no prazo de 3 dias consecutivos.

5. Resultados da avaliação externa

Os resultados da supervisão (avaliação temática ou inspeção individual) são formulados num relatório que se torna público. Este relatório contém a hora e a descrição de quaisquer infrações, pareceres ou propostas feitas e o período de notificação permitido para apresentar

recurso a quaisquer juízos. Estes incluem o nome da pessoa ou órgão ao qual se dirige, a obrigação de alterar as práticas para evitar futuras infrações e o prazo limite para a execução da decisão. O Ministro da Educação e Investigação ou o governador da província aprova o relatório.

O relatório é submetido ao diretor da escola e à instituição tutelar da escola no prazo de 60 dias consecutivos a partir do início da supervisão estatal. Se a instituição tutelar da escola falha o cumprimento da decisão dentro do período especificado, o órgão supervisor pode impor uma penalização até 640 euros. Na eventualidade de uma escola falhar a execução dos requisitos impostos pela supervisão estatal, a sua licença de ensino pode ser declarada inválida e o estabelecimento pode fechar.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os resultados da supervisão estatal são consignados num certificado que é enviado ao diretor da escola e à entidade que a tutela. Os resultados da inspeção e o certificado são publicados no sítio de Internet do Ministério da Educação e Investigação e, se a inspeção foi conduzida pelo governo provincial, também aparece no respetivo sítio de Internet.

No fim de cada ano letivo, o governador provincial submete um relatório síntese ao Ministério da Educação e Investigação, incluindo a análise dos resultados da supervisão estatal temática conduzida na província.

No final de cada ano civil, o Ministério da Educação e Investigação produz uma síntese geral sobre o funcionamento do sistema educativo, incluindo as conclusões do processo de supervisão estatal.

- **Avaliação das escolas sob a tutela das autoridades locais**

A monitorização das escolas municipais é exercida pelas autoridades locais e destina-se a verificar se uma escola cumpre os requisitos legais e garante a utilização adequada dos recursos disponíveis. Todas as áreas de atividade da escola são inspecionadas neste contexto, incluindo a utilização de recursos financeiros e humanos. Cada autoridade local é livre de determinar a sua própria organização e procedimentos, e as

medidas a tomar para lidar com os problemas identificados.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Em 2006, o Ministério da Educação e Investigação impôs a obrigação das escolas pré-primárias, escolas de ensino geral e escolas profissionais realizarem avaliações internas.

Os estabelecimentos de ensino devem produzir um relatório de avaliação interna durante o período de vigência de um plano de desenvolvimento, que tem a duração mínima de três anos. O relatório deve enumerar os pontos fortes e as fragilidades das escolas.

Apesar de não ter sido imposto um formato de relatório ou critérios de avaliação, recomenda-se (sem obrigatoriedade) a utilização de indicadores de desempenho disponíveis no EEI (ver Secção I). Estes incluem: liderança e gestão; gestão de recursos humanos; cooperação com grupos de interesse; gestão de recursos; o processo de ensino/escola; resultados dos alunos/estudantes em exames nacionais, taxas de conclusão, retenção e absentismo, pessoal e grupos de interesse, e estatísticas do estabelecimento de ensino. As escolas também podem incluir os seus próprios indicadores que estão em conformidade com os objetivos de ensino/educativos incluídos no plano de desenvolvimento da escola. Os métodos para realizar a avaliação interna dependem de cada estabelecimento de ensino.

2. Partes envolvidas

O relatório de avaliação interna é elaborado pelo diretor da escola que o submete ao conselho de administração e à instituição tutelar da escola para esta emitir um parecer com a devida antecedência. As escolas são livres de decidir sobre o envolvimento de outras partes.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Os indicadores de desempenho disponíveis no EEIS dão aos estabelecimentos de ensino a oportunidade de acompanhar as tendências. O desempenho de uma escola pode ser comparado durante um período de três anos, ou em relação a dados médios para escolas do mesmo tipo.

Escolas semelhantes são agrupadas de acordo com a sua dimensão e localização para além de outros critérios.

São propostos às escolas cursos de formação de equipas no sentido de serem capacitadas com os conhecimentos e as competências necessárias para realizar uma avaliação interna. Os cursos de formação em avaliação interna são organizados pelas universidades ou instituições de educação de adultos. A participação na formação é voluntária e o diretor da escola decide quem participa: membros do pessoal ou a escola como equipa. Os tópicos cobertos relacionam-se normalmente com os indicadores do EEIS (ver supra).

As escolas podem solicitar ao Ministério apoio e consultoria qualificada. O objetivo desta última é ajudar as escolas a melhorar o seu processo de avaliação interna através, por exemplo, da verificação do cumprimento das metas fixadas. O Ministro da Educação e Investigação estabelece as condições gerais e procedimentos para aconselhar as escolas em matéria de avaliação interna.

Existem diretrizes e manuais para melhorar o processo de avaliação interna. Estes manuais são acessíveis ao público no sítio de Internet do Ministério e incluem recomendações para a análise dos indicadores mencionados supra.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

O relatório de avaliação interna indica os pontos fortes de uma escola assim como as áreas a melhorar. As escolas podem utilizar os resultados nos seus planos de desenvolvimento a fim de melhorar o desempenho.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores são avaliados internamente de acordo com as regulamentações de cada escola ou por vezes externamente durante o processo de “supervisão estatal”, caso tenham sido objeto de queixas ou caso os resultados dos seus alunos sejam medíocres.

O órgão de tutela da escola decide se e quando o diretor de estabelecimento deve ser objeto de avaliação. Esta não é uma prática corrente.

Os resultados dos exames finais a nível nacional (no final do 9º e do 12º anos) estão acessíveis ao público no EEIS. As escolas podem comparar os seus resultados com as médias obtidas por outras escolas nas mesmas circunstâncias. A “Fundação Innove”, uma instituição autorizada pelo Ministério da Educação e Investigação responsável pela organização dos exames nacionais, também informa as escolas acerca dos seus resultados em avaliações nacionais.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Irlanda

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Na Irlanda, a responsabilidade legal pela avaliação externa das escolas cabe à Inspeção do Departamento de Educação e Competências⁽¹⁸⁾. A Inspeção implementa um vasto programa de avaliação utilizando um conjunto de modelos, desde as inspeções mais breves e inspeções surpresa, a outras inspeções mais intensivas.

Um dos objetivos essenciais do órgão de inspeção é a melhoria da qualidade da aprendizagem das crianças e jovens nas escolas e centros de ensino. As avaliações externas permitem identificar e reconhecer boas práticas educativas e, através de *feedback*, proporcionar às escolas e professores aconselhamento sobre formas de melhorar a qualidade da oferta educativa.

A Inspeção conduz diversos tipos de avaliação externa das escolas: avaliação completa das escolas (*WSE-Whole-School Evaluation*), inspeções pontuais e inspeções por disciplina.

A inspeção pontual representa um risco pouco elevado, pois a tónica é colocada no aconselhamento e não é publicado relatório de inspeção. Em contraste, a avaliação completa das escolas envolve o órgão de direção da escola, docentes, pais e alunos num exame ao

⁽¹⁸⁾ <https://www.education.ie/en/The-Department/Management-Organisation/Inspectorate.html>

funcionamento da escola e é publicado um relatório de inspeção.

As inspeções pontuais não são anunciadas e referem-se à visita que um inspetor realiza a uma escola com a finalidade de avaliar um aspeto específico do seu funcionamento e da sua oferta (ensino, aprendizagem, rendimento dos alunos e apoios para os alunos). Têm a vantagem de facilitar uma análise do trabalho em sala de aula num dia de escola normal sem a formalidade de uma avaliação completa que é planeada.

As inspeções por disciplina avaliam o funcionamento dos departamentos curriculares e/ou a oferta de um programa específico tal como *Leaving Certificate Applied*, *Leaving Certificate Vocational Programme* ou *Transition Year*.

Outros tipos de inspeção:

- Avaliações de programas: os inspetores avaliam a eficácia de currículos específicos ou de programas no nível pós-primário.
- Avaliações focalizadas: a Inspeção avalia tipos específicos de escolas ou centros educativos. Por exemplo, em 2013 e 2014, a Inspeção avaliou atividades de planeamento em escolas participantes no “*Delivering Equality of Opportunity in Schools*” (DEIS), um programa para escolas desfavorecidas.
- Avaliações da Oferta de Necessidades Educativas Especiais (NEE) – os inspetores avaliam a oferta disponível para alunos com NEE em escolas de ensino regular e especial.

2. Avaliadores

Os candidatos ao cargo de inspetor devem ser titulares de um diploma reconhecido de primeiro ou segundo grau (Nível 8, Quadro Nacional de Qualificações) e possuir uma qualificação em formação de professores reconhecida (Nível 8 no mínimo). Têm de estar registados no Conselho Docente (*Teaching Council*) e ter pelo menos cinco anos de serviço docente com classificação de Satisfaz. Também têm de estar aptos a demonstrar capacidade para comunicar de forma eficaz em Inglês e em Irlandês, assim como possuir um excelente nível de competências interpessoais e de comunicação, incluindo boas competências em TIC.

Os inspetores são nomeados após um concurso aberto organizado pelo *Public Appointments Service*.

Nos casos em que o cargo exige uma especialização, pode ser solicitada experiência adicional numa determinada função, por exemplo, como líder escolar.

Durante o extenso período de indução, o próprio órgão de inspeção encarrega-se de dispensar uma formação especializada em avaliação, normalmente com a duração de seis meses. É exigida a participação em cursos de desenvolvimento profissional contínuo (DPC), organizados no seio da Inspeção, ao longo do ano. A Inspeção conta regularmente com a participação de facilitadores/intervenientes do setor educativo mais vasto cuja especialização em determinadas áreas é relevante para o trabalho de inspeção.

O *Department of Education and Skills* apoia a frequência de estudos pós-graduados por parte de inspetores através de subvenções financeiras. Um número significativo de inspetores obteve um doutoramento.

3. Quadro de avaliação

O trabalho de inspeção centra-se num número relativamente pequeno de aspetos chave das escolas com maior impacto na qualidade da experiência de aprendizagem.

A Inspeção utiliza diferentes formas de atuação dependendo das condições da escola e de outros fatores. Desse modo, pode direcionar uma parte da atividade de inspeção para áreas onde a aprendizagem dos alunos está em maior risco. Por exemplo, a informação adquirida durante inspeções breves e não anunciadas pode ser usada para destacar as áreas onde é mais necessário desenvolver inspeções mais completas e intensivas. No sítio de Internet do Departamento de Educação e Competências⁽¹⁹⁾ estão disponíveis guias para cada tipo de inspeção, incluindo o quadro de avaliação aplicado.

A avaliação completa das escolas foca-se na gestão, planeamento, oferta curricular, ensino e aprendizagem e ainda no apoio ao aluno. No nível pós-primário, a maioria das avaliações completas é mais curta e mais focada na gestão, liderança e aprendizagem.

Os inspetores analisam cada elemento da oferta educativa da escola com base num *continuum* de

⁽¹⁹⁾ www.education.ie/en/Schools-Colleges/Services/Quality-Assurance/

qualidade: consideráveis pontos fortes; mais pontos fortes do que pontos fracos; mais pontos fracos do que pontos fortes; e consideráveis pontos fracos.

4. Procedimentos

A frequência da avaliação externa é determinada pelo órgão de Inspeção do Departamento de Educação e Competências (*Department of Education and Skills*). A Inspeção passou de uma avaliação cíclica às escolas para um “controlo inteligente” das escolas. É utilizada uma abordagem baseada no risco com vista a apoiar o planeamento da inspeção. No nível primário, o processo de planeamento da inspeção envolve a avaliação de risco com base em dados obtidos a partir de um número significativo de inspeções pontuais não anunciadas conduzidas anualmente e numa série de informações adicionais, incluindo a dimensão da escola, por exemplo. A nível pós-primário, os dados extraídos a partir de inspeções às disciplinas, inspeções pontuais e outras avaliações às escolas, facilitam uma avaliação de risco com vista à seleção de escolas para uma inspeção completa ou outras formas de inspeção. Consideram-se como parte integrante do processo de avaliação de risco outros dados disponibilizados ao Departamento de Educação e Competências como sejam o desempenho em exames públicos finais, assiduidade dos alunos e dados sobre a retenção de alunos.

Para além das escolas identificadas através dos procedimentos de análise de risco do órgão de Inspeção como sendo suscetíveis de beneficiar de uma avaliação externa, o programa anual de inspeção também inclui de forma aleatória escolas em todos os níveis de desempenho da qualidade.

Os procedimentos empregues durante uma avaliação externa são determinados pela Inspeção, no seguimento de uma consulta extensa com os parceiros educativos, incluindo representantes dos órgãos de gestão, entidades patronais, pais, alunos e professores.

Com o desenvolvimento das diferentes abordagens de inspeção na Irlanda, diminuiu a ênfase colocada na documentação durante as avaliações externas. Dependendo do modelo concreto de inspeção implementado, os inspetores podem solicitar a consulta de todos ou de alguns dos seguintes elementos:

- documentos estratégicos sobre a política da escola em várias áreas (acesso, proteção de menores, código de conduta, avaliação do aluno);
- relatórios de autoavaliação da escola e planos de melhoria;
- documentos administrativos ou descritivos sobre horários e calendário escolar, atas de reuniões da direção e registos de avaliação.

As visitas às escolas primárias para fins de avaliação completa (WSE) prolongam-se normalmente entre dois a quatro dias, dependendo do tamanho da escola. No nível secundário, uma equipa de inspeção efetua avaliações semelhantes durante três dias. Todas as avaliações externas incluem normalmente a observação de aulas.

Os inspetores elaboram pareceres com base em provas recolhidas a partir de variadas fontes, incluindo reuniões com líderes escolares, pessoal de gestão e outro pessoal relevante como representantes de pais e alunos (nível pós-primário); observação de atividades de ensino e aprendizagem; análise de documentos; e inquéritos a pais e alunos.

É inquirida uma amostra de pais e de alunos através de um questionário destinado a reunir as suas opiniões sobre determinados aspetos da oferta na sua escola. Estes questionários são em suporte papel e de tipo anónimo. Atualmente, está a ser testado um questionário *online* confidencial para professores, a usar na avaliação completa (WSE).

Durante uma avaliação completa (WSE), os inspetores consultam membros do conselho de administração, membros da associação de pais e o conselho de alunos das escolas pós-primárias.

Durante todas as inspeções, cada professor e outro pessoal cujo trabalho foi objeto de avaliação, recebe um *feedback* oral. No final da fase de inspeção na escola, é prestado *feedback* oral ao diretor da escola e ao conselho de administração e representantes dos pais (no caso de uma WSE).

Após a fase *in-loco* (na escola), os inspetores preparam um relatório provisório que é enviado à escola para verificação. Se forem comunicados erros factuais, o relatório é corrigido e uma versão final é enviada à escola, convidando-a a enviar os seus comentários. Seguidamente, o relatório final é enviado ao diretor da escola, ao presidente do conselho de administração, ao presidente da

associação de pais, ao presidente do conselho de alunos (no nível pós-primário) e ao patrono/*trustee*.

Os procedimentos sistemáticos de acompanhamento permitem à Inspeção monitorizar a reação das comunidades escolares às suas recomendações. Estes procedimentos incluem não só inspeções especiais de acompanhamento numa amostra de escolas, como também um foco específico em medidas adotadas pelas escolas, a seguir a uma avaliação completa, para implementar as recomendações de inspeções prévias. Os inspetores também aconselham a escola sobre estratégias e ações que podem ajudá-las a aplicar integralmente as recomendações feitas. Qualquer escola em que tenha sido conduzida uma avaliação pode ser submetida a uma avaliação de acompanhamento.

Em escolas onde a avaliação externa revelou graves fragilidades, os inspetores colaboram com vista a acompanhar os técnicos da Secção de Governança Escolar (*School Governance Section*) do Departamento de Educação e Competências no Grupo de Melhoria das Escolas (*School Improvement Group* (SIG)) do Departamento.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de inspeção descreve os pontos fortes da escola e faz recomendações acerca da melhoria das práticas em áreas identificadas para desenvolvimento. A responsabilidade pela implementação das recomendações e melhorias nas escolas recai sobre o diretor, professores, conselho de administração e patrono da escola.

Os conselhos de administração das escolas são responsáveis pela garantia de que haverá melhorias após uma inspeção. Devem ter em conta as recomendações no âmbito dos processos de planeamento da escola em curso. A Inspeção não exige geralmente um plano de ação às escolas, mas ao abrigo de uma nova iniciativa nacional introduzida em 2012, todas são obrigadas a realizar a autoavaliação contínua e a preparar um relatório e plano de ação derivado do processo.

Nos casos em que as escolas revelam fragilidades significativas em alguns elementos da sua prática, particularmente na liderança e gestão ou no ensino e aprendizagem, podem ser submetidas a um controlo acrescido. Este é conduzido pela Inspeção em colaboração com outros técnicos do

Departamento do *School Improvement Group*. Em alguns casos, este grupo pode solicitar um plano de ação à escola.

Dependendo da natureza das recomendações, pode ser prestado pela própria escola apoio para ações de melhoria, através dos seus próprios recursos humanos. Adicionalmente, os órgãos de gestão representativos, incluindo os que representam os diretores e vice-diretores da escola, direção ou patronos/*trustees* podem prestar apoio à escola. Esta também pode ter acesso a formação adicional por parte do Serviço de Desenvolvimento Profissional de Professores (*Professional Development Service for Teachers*), o qual pode prestar apoio direcionado às escolas em resposta a questões específicas que surgem durante a inspeção. Este serviço é financiado pelo Departamento de Educação e Competências para oferecer apoio e desenvolvimento profissional aos professores.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os procedimentos de comunicação empregues durante uma avaliação externa são determinados pela Inspeção, após uma consulta alargada com os parceiros educativos, incluindo representantes dos órgãos de administração, patronos, pais, alunos e professores.

Para concluir a avaliação (incluindo a verificação factual do relatório provisório pela escola e a anexação da resposta da escola ao relatório de avaliação), é emitido um relatório final por parte da Inspeção para conhecimento do diretor da escola, presidente do conselho de administração, presidente da associação de pais, presidente da associação de estudantes (no nível pós-primário) e do patrono/*trustee* da escola.

Os relatórios são publicados no sítio de Internet do Departamento de Educação e Competências. Como parte do processo de publicação, o pessoal da escola, a direção e as associações de pais são informadas com antecedência sobre a futura publicação do relatório e a direção tem o direito de responder por escrito ao relatório antes da sua publicação.

Os resultados dos exames dos alunos são analisados como parte das provas durante a inspeção mas os resultados agregados não são incluídos nos relatórios de avaliação externa.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Em 2012, foi introduzida em todas as escolas irlandesas uma abordagem mais sistemática à autoavaliação das escolas. Os esforços para a introdução deste processo iniciaram-se em finais de 2012 e ainda decorrem. O Departamento de Educação e Competências deu orientações às escolas quanto às medidas necessárias a nível da escola. Todas são obrigadas a preparar relatórios de autoavaliação e planos de melhoria e facultar sínteses dos mesmos à comunidade educativa até finais do ano letivo de 2013/14. Estes relatórios e planos focar-se-ão num aspeto do ensino e aprendizagem. Com a implementação do processo de autoavaliação, a produção de planos de autoavaliação e de melhoria torna-se uma exigência anual para as escolas.

Apesar do Departamento de Educação e Competências impor a obrigação de efetuar a avaliação interna, as escolas têm autonomia em relação à forma como conduzem a autoavaliação – os processos empregues, o foco da avaliação e os participantes neste exame interno são decididos autonomamente por cada escola. O Departamento disponibiliza um guia completo, *School Self-Evaluation Guidelines* (2012) ⁽²⁰⁾ para apoiar as escolas na tomada de decisão.

2. Partes envolvidas

Cabe a cada escola decidir quem deve participar no processo de autoavaliação. As escolas são aconselhadas pelo Departamento de Educação e Competências a envolverem toda a comunidade educativa (conselho de administração, diretor, pessoal docente, pais e alunos) no processo.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

A partir de finais de 2012, a Inspeção iniciou um programa de visitas de aconselhamento às escolas para apoiar a introdução de uma autoavaliação sistemática. Em finais de 2013, 93 % das escolas já tinham sido visitadas.

Em *Looking at Our School* (2003) ⁽²¹⁾ e *School Self-Evaluation Guidelines* (2012) ⁽²²⁾, a Inspeção publicou os critérios gerais usados em avaliações para ajudar as escolas com os seus próprios processos de autoavaliação. Estas orientações focam-se especificamente no ensino e na aprendizagem e o quadro apresentado reflete aquele que é usado pela Inspeção na avaliação externa destes aspetos da qualidade. A utilização destas diretrizes pelas escolas é opcional.

Através do Serviço de Desenvolvimento Profissional de Professores (*Professional Development Service for Schools*), que dispensa formação sobre a implementação da autoavaliação das escolas, é prestado às escolas um apoio adicional. Geralmente, são convidados a participar nesta formação o diretor da escola e outro membro do pessoal (por exemplo, o coordenador da autoavaliação).

A Inspeção alimenta um sítio de Internet sobre autoavaliação das escolas e publica uma *newsletter* destinada a prestar aconselhamento contínuo às escolas e proporcionar um fórum através do qual as escolas podem partilhar as suas práticas de autoavaliação.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

O processo de autoavaliação destina-se a ser usado pelas escolas como um meio de reflexão baseado em evidências que visa melhorar a aprendizagem. A análise sistemática dos elementos chave das ofertas permite à escola identificar e priorizar os domínios a melhorar e definir objetivos relevantes.

Os relatórios de autoavaliação das escolas e os planos de melhoria podem ser tidos em conta pelos inspetores como parte da avaliação externa.

Dentro dos parâmetros estipulados pelo Departamento de Educação e Competências, a escola é completamente autónoma para identificar as suas prioridades e fixar objetivos relevantes. A escola é obrigada a publicar o seu plano de melhoria para consulta dos pais.

⁽²⁰⁾ http://www.education.ie/en/Publications/Inspection-Reports-Publications/Evaluation-Reports-Guidelines/sse_guidelines_post_primary.pdf

⁽²¹⁾ https://www.education.ie/en/Publications/Inspection-Reports-Publications/Evaluation-Reports-Guidelines/insp_looking_at_self_evaluation_second_level_schools.pdf.pdf

⁽²²⁾ http://www.education.ie/en/Publications/Inspection-Reports-Publications/Evaluation-Reports-Guidelines/sse_guidelines_post_primary.pdf

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O Conselho Pedagógico é responsável pela indução e estágio de professores recém-qualificados. A pedido deste órgão, a Inspeção avalia a competência profissional dos professores primários, em conformidade com a Circular 0029/2012 a fim de sustentar as decisões do Conselho Pedagógico sobre o seu registo.

Todas as escolas dispõem de procedimentos para lidar com a competência profissional e questões disciplinares dos professores. De acordo com a penúltima etapa dos procedimentos formais, os conselhos de administração podem pedir (por solicitação ao Inspetor Principal) uma avaliação independente do trabalho de um professor caso o conselho de escola esteja descontente com a qualidade profissional do seu trabalho. Ao receber esse pedido, a Inspeção conduz as necessárias visitas de inspeção e fornece relatórios aos órgãos envolvidos.

A Inspeção publica ocasionalmente relatórios de síntese sobre aspetos da oferta educativa de modo a informar o setor educativo mais vasto sobre os seus resultados de avaliação. Mais recentemente, o relatório do Inspetor Principal (*Chief Inspector's Report 2010-2012*) apresentou conclusões chave sobre os níveis de qualidade nas escolas frequentadas por alunos do ensino primário e secundário.

Secção IV. Reformas

Entre as reformas em curso estão o desenvolvimento e revisão de modelos de avaliação externa das escolas para alunos com necessidades educativas especiais; um modelo de avaliação curricular que visa analisar o ensino/aprendizagem numa dada disciplina nas escolas primárias assim como os serviços da escola que promovem o bem-estar dos alunos.

Grécia

Secção I. Avaliação externa das escolas

Não existe avaliação externa na Grécia.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

No seguimento de um projeto-piloto de dois anos, a avaliação interna ou autoavaliação da escola tornou-se obrigatória para todos os níveis de ensino, isto é, educação pré-escolar, primária e secundária desde o ano letivo de 2013/14. A legislação ⁽²³⁾ atualmente em vigor estipula que, no início de cada ano letivo (setembro), todas as escolas são obrigadas a definir os seus objetivos educativos e planear a forma de os atingir. A autoavaliação da escola visa melhorar todos os aspetos do ensino escolar. É enfatizado o desenvolvimento de planos de ação para a melhoria de áreas específicas da ação educativa em função dos problemas identificados ou da situação concreta da escola. O processo de autoavaliação da escola inclui uma análise do ensino e da aprendizagem a partir de um quadro específico de indicadores (ver Secção 3); o planeamento de ações para a melhoria de áreas de interesse especiais; a implementação de planos de melhoria; e a monitorização e avaliação da utilização dos resultados da avaliação e progressos realizados para atingir os resultados pretendidos. No final de cada ano letivo (junho), é exigida às escolas a elaboração de um relatório baseado num modelo disponibilizado pelas autoridades centrais, que é submetido *online* e publicado no sítio de Internet da escola.

2. Partes envolvidas

O diretor da escola, em cooperação com a assembleia de docentes, é responsável pela implementação dos procedimentos para a autoavaliação da escola, assim como pela tomada de decisão em relação ao relatório final. A análise e processos associados (recolha de dados, consulta através de questionários, etc.) devem ser efetuados por grupos de professores destacados especificamente para este fim. Os representantes de pais e alunos também podem participar, com o acordo da assembleia de docentes da escola.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

A autoavaliação da escola baseia-se num quadro de avaliação definido a nível central, preparado

⁽²³⁾ Circulares nºs 30973/Γ1/05-03-2013, 190089/Γ1/10-12-2013, Decisão Ministerial nº 30972/Γ1/05-03-2014.

pelo Instituto de Política Educacional (IEP) ⁽²⁴⁾, órgão executivo do Ministério da Educação e dos Assuntos Religiosos que garante a investigação contínua e apoio técnico à conceção e implementação da política educativa. Durante o processo de avaliação, a oferta educativa da escola é avaliada em função de 15 indicadores qualitativos e quantitativos que podem diferir em importância e significado conforme a situação particular da escola e o seu ambiente. Os indicadores dividem-se em três categorias básicas:

- dados (*inputs*) sobre a escola (instalações, infraestruturas técnicas, recursos humanos e financeiros);
- processos educativos (liderança escolar, gestão e organização, processos de ensino e aprendizagem, clima e relações na escola, implementação do programa, intervenções e ações de melhoria);
- resultados escolares (assiduidade e abandono escolar, rendimento escolar e progresso dos alunos, desenvolvimento pessoal e social dos alunos, concretização dos objetivos globais da escola).

O consultor pedagógico apoia o procedimento na íntegra, oferecendo aconselhamento e formação sobre avaliações específicas ou aspetos educativos se necessário. Estes consultores são professores efetivos (nível primário e secundário do ensino público) com qualificações mais elevadas, selecionados e nomeados para um cargo executivo durante um período de quatro anos; ficam sob a tutela da Direção Regional de Educação relevante e são responsáveis pela orientação científica e pedagógica assim como pelo apoio e formação de professores numa dada região. Também participam na avaliação de docentes que trabalham nas escolas sob a sua jurisdição.

Quando o sistema de autoavaliação foi inicialmente implementado, foi ministrada pelo Instituto de Política Educacional (IEP) uma série de seminários de formação em filosofia, metodologia e utilização do quadro de avaliação e instrumentos a todos os consultores pedagógicos e diretores no início do ano letivo de 2013/14 (out.-dez. 2013). Por sua vez, os consultores pedagógicos prestaram formação inicial aos diretores das escolas nas suas áreas de influência

assim como apoio contínuo às escolas durante o processo de implementação.

Ao mesmo tempo, o IEP criou o Observatório da Avaliação Interna das Escolas com a missão de apoiar o pessoal da escola. Presta informação, orientação, manuais e outros instrumentos, formulários para relatórios, uma síntese geral sobre os sistemas de avaliação das escolas implementados noutros países, assim como exemplos de boas práticas identificadas durante o programa piloto. O observatório também disponibiliza um fórum *online* para diferentes categorias de pessoal no setor educativo (consultores pedagógicos, responsáveis educativos, diretores de escolas e docentes), no qual se debatem questões relativas à autoavaliação das escolas. O observatório é operacionalizado e gerido pelo IEP.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A própria escola é o principal beneficiário dos resultados da autoavaliação; utiliza-os para desenvolver soluções para problemas e fragilidades identificados e dessa forma melhorar a qualidade da educação que oferece. No final de cada ano letivo, todas as escolas elaboram um relatório de avaliação anual sob responsabilidade do diretor da escola em cooperação com a assembleia de professores e os consultores pedagógicos; este relatório é carregado na página de Internet da escola e submetido à respetiva Direção do Ensino Primário ou Secundário (autoridades educativas locais), através da Rede de Informação para a Avaliação Interna da Escola (plataforma digital criada e gerida pelo IEP). Por sua vez, as autoridades locais e provinciais reportam e encaminham sugestões aos órgãos centrais e regionais encarregues do planeamento da educação a fim de apoiar a política educativa e a tomada de decisão. Pode ser dispensada pelos consultores pedagógicos ao pessoal da escola formação, com base nas necessidades identificadas.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O Decreto Presidencial N° 152/2013 introduziu um novo sistema de avaliação de professores a ser implementado a partir do ano letivo 2014/15. Este decreto também define o processo de avaliação

⁽²⁴⁾ <http://www.iep.edu.gr>

para a promoção de professores e o seu mandato em cargos de responsabilidade. O objetivo do novo sistema é a melhoria do ensino, a administração das escolas e a gestão da qualidade através de uma ligação entre avaliação, formação profissional e desenvolvimento profissional. Os aspetos administrativos são avaliados por um supervisor e as questões educativas por consultores pedagógicos, ou seja, o professor é avaliado pelo diretor da escola e pelo respetivo consultor pedagógico, o diretor da escola é avaliado pelo responsável educativo e pelo consultor pedagógico, etc., com base num quadro estabelecido a nível central que define critérios, procedimentos e a forma do relatório.

A monitorização do sistema educativo no seu conjunto assenta nos resultados da autoavaliação da escola disponibilizados através da Rede de Informação (gerida pelo IEP), e em indicadores escolares de base (dados sobre recursos humanos em termos de pessoal docente e discente e o fluxo de alunos, infraestruturas, etc.) disponíveis no sistema de informação *MySchool* ⁽²⁵⁾ gerido pelo Ministério da Educação e dos Assuntos Religiosos. São fornecidos dados adicionais sobre a avaliação através de estudos focalizados conduzidos pelas autoridades educativas a nível nacional ou regional sobre questões concretas. Atualmente não existe nenhum regime nacional de avaliação normalizado que preste informações regulares sobre os resultados da aprendizagem dos alunos.

Secção IV. Reformas

A Lei nº 4142/2013 prevê o estabelecimento de uma autoridade administrativa independente designada como “Autoridade para a Garantia da Qualidade no Ensino Primário e Secundário” (ADIPPDE). Esta autoridade deve assegurar a supervisão, coordenação e apoio a todas as atividades de avaliação da educação escolar e assegurar um nível elevado de qualidade no ensino primário e secundário.

A ADIPPDE, que deverá ser instituída em breve, será responsável pelo estabelecimento de um sistema integrado de garantia da qualidade nas escolas gregas. Deverá desenvolver, normalizar e implementar processos de avaliação, incluindo critérios e indicadores e disponibilizar ao público toda a informação associada.

⁽²⁵⁾ <http://myschool.sch.gr>

Espanha

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

As Comunidades autónomas e o Ministério da Educação, Cultura e Desporto (MECD) nas cidades autónomas de Ceuta e Melilla e as escolas espanholas no estrangeiro, são responsáveis pela avaliação externa das escolas. Isto significa que ambos os níveis de administração partilham o nível máximo de responsabilidade neste domínio.

O principal órgão encarregue da avaliação externa das escolas é a Inspeção da Educação. Cada Comunidade Autónoma tem a sua própria Inspeção da Educação, dependente do ministério/departamento regional de educação em cada Comunidade, e composta por funcionários públicos que assumem a função de inspetores. Dependendo da Comunidade, este órgão pode ser subdividido em unidades menores conhecidas como Divisões Territoriais.

De acordo com a Lei Geral da Educação de 2006, a Inspeção da Educação exerce as seguintes funções: controla e supervisiona o funcionamento dos estabelecimentos de ensino assim como dos programas que oferecem; supervisiona as atividades letivas e a gestão escolar; apoia a melhoria contínua; assegura que a escola cumpre a legislação, regulamentações e diretrizes oficiais; e produz relatórios regulares que derivam do seu normal trabalho de avaliação assim como relatórios específicos a pedido das autoridades educativas. Estas funções gerais, estabelecidas a nível nacional, podem ser desenvolvidas ou alargadas em cada Comunidade Autónoma.

2. Avaliadores

As avaliações externas levadas a cabo pela Inspeção da Educação são efetuadas por avaliadores que fazem parte do corpo de inspetores de educação. A sua formação inicial é semelhante à que é exigida para fazer parte do pessoal docente com estatuto de funcionário público (doutoramento, licenciatura ou equivalente e um mestrado em Formação de Professores ou diploma equivalente na área do ensino). Para integrarem o corpo de inspetores da educação, os

candidatos têm de passar por um concurso seguido de um processo de seleção baseado no mérito e qualificações. Cada Comunidade Autónoma estabelece estes critérios para cada concurso. O processo de seleção inclui obrigatoriamente uma fase prática e de formação profissional.

Os requisitos de admissão, estabelecidos a nível nacional, incluem pelo menos seis anos de serviço e experiência docente, assim como o domínio da língua co-oficial (conforme as exigências da Comunidade Autónoma). As Comunidades autónomas podem adicionar outros critérios de seleção em função das necessidades concretas. Na fase de concurso podem ser adicionados outros critérios a nível regional, como a experiência em gestão escolar, qualificações académicas adicionais, formação científica e pedagógica, participação em formações específicas para funções de inspeção ou fazer parte do corpo de professores efetivos.

Os inspetores de educação têm o direito e a obrigação de desenvolver e atualizar as suas competências e qualificações. As autoridades educativas oferecem os cursos de formação necessários, sempre ligados ao domínio da inspeção.

3. Quadro de avaliação

A Lei da Educação de 2006 regula o quadro geral para a inspeção da educação. Cada Comunidade Autónoma desenvolve este quadro e especifica as funções da Inspeção da Educação em maior detalhe. As Comunidades também podem publicar *Planos de Ação para a Inspeção da Educação* anuais ou plurianuais, estabelecendo áreas de ação prioritárias para Inspeção, definindo o âmbito das suas responsabilidades e especificando quaisquer outras atividades que devem executar. Emitem diretrizes sobre os procedimentos de avaliação e publicam regulamentações para cada plano nos seus boletins oficiais. Estas incluem objetivos; áreas, âmbito e frequência da avaliação; e indicadores a utilizar. A natureza destes documentos varia consoante a Comunidade, tal como a informação contida, que pode incluir grandes áreas de intervenção ou indicadores específicos. O Plano de Ação Geral para a Inspeção da Educação na Andaluzia 2012-2016 ⁽²⁶⁾, por exemplo, é um plano de quatro anos

que inclui seis categorias gerais de organização e gestão escolares (fatores chave), por sua vez subdivididas em indicadores específicos que os inspetores têm de aplicar ao seu trabalho de avaliação e supervisão. O Plano também estipula os níveis de exigência e os resultados esperados para cada ação prioritária.

O Plano de Ação Geral anual para a Inspeção da Educação, ano letivo de 2013/14 da Comunidade Autónoma de Madrid, especifica as áreas prioritárias para os inspetores. Para cada área prioritária referida, o plano apresenta objetivos operacionais, uma calendarização e uma explicação sobre as modalidades de análise dos resultados.

As autoridades educativas em cada Comunidade Autónoma efetuam avaliações normalizadas aos alunos designadas como “Avaliações de Diagnóstico”, que são uma das ferramentas mais importantes usadas no processo de avaliação externa (ver Secção III para mais informações). O objetivo destas “Avaliações de Diagnóstico” é reunir informação acerca das escolas e alunos e propor planos de melhoria.

Adicionalmente, diversas Comunidades autónomas desenvolveram sistemas de indicadores que visam apresentar uma síntese da oferta educativa na sua região. Nesta síntese, seguiram o padrão estabelecido pelos Indicadores Nacionais do Sistema Educativo ⁽²⁷⁾ (ver Secção III) cobrindo: contexto, recursos, ensino e processos e resultados gerais. Apesar de esta abordagem não envolver a avaliação externa das escolas, alguns indicadores (especialmente o indicador de resultados) contribuem para a avaliação externa pois podem ser usados como quadro geral para a avaliação das escolas. Algumas Comunidades autónomas, como a Catalunha e a Andaluzia, criaram sistemas de indicadores.

4. Procedimentos

Para efetuar a avaliação externa, os inspetores estão autorizados por lei a reunir, analisar e avaliar informação, e a recorrer a uma série de procedimentos e ações especificadas nos Planos de Ação das Inspeções da Educação. Certos processos são comuns a todas as autoridades educativas regionais:

⁽²⁶⁾ <http://www.juntadeandalucia.es/boja/2012/61/d18.pdf>

⁽²⁷⁾ <http://www.mecd.gob.es/inee/sistema-indicadores.html>

- exame, verificação e análise de todos os documentos académicos, pedagógicos e administrativos em escolas, em qualquer momento do processo de avaliação;
- visitas às escolas: os inspetores têm garantido o livre acesso às escolas com o fim de reunir informação sobre o seu funcionamento. A duração das visitas, que podem incluir observações de aulas, é variável dependendo dos objetivos planeados. Os inspetores planificam as suas visitas numa base mensal ou semanal de acordo com o Plano Anual;
- entrevistas com diferentes secções da comunidade educativa: os inspetores têm o poder de entrevistar qualquer pessoa na escola, incluindo a equipa de direção, o pessoal docente, alunos e pais. Os tópicos abrangidos nestas entrevistas são fixados no Plano Anual elaborado por cada inspetor para a sua zona e escolas. Inclui, por exemplo, os resultados da escola na avaliação diagnóstica ou outra avaliação externa, assim como quaisquer planos ou medidas de melhoria. A consulta com a direção da escola (diretor da escola, vice-diretor ou outro membro do conselho diretivo) antes da elaboração do relatório de avaliação pode ser realizada numa dessas entrevistas, assim como o acompanhamento de medidas/planos/programas lançados de acordo com os resultados da avaliação diagnóstica.

Cada Comunidade Autónoma seleciona as escolas a avaliar anualmente segundo os seus próprios critérios e com base no Plano Anual de cada Inspeção da Educação. Estes critérios são indicados explicitamente no Plano de Ação e variam muito de uma Comunidade para outra.

5. Resultados da avaliação externa

A Inspeção da Educação colabora com as escolas para melhorar os processos ou áreas que receberam uma avaliação negativa nas avaliações externas. Em cooperação com a equipa de direção da escola, acorda um programa de visitas regulares à escola com o fim de avaliar o progresso realizado. Tal monitorização e supervisão é um processo dinâmico que acontece ao longo do ano letivo e que visa contribuir para a melhoria da qualidade nas escolas. Obedece aos critérios definidos nos planos de inspeção, mas os inspetores acompanham eventuais medidas de melhoria acordadas após uma avaliação diagnóstica.

Além disso, as Comunidades autónomas e o MECD estipulam nas suas regulamentações que todas as escolas devem tomar um conjunto de medidas destinadas a melhorar a qualidade da sua oferta educativa. Dependendo da Comunidade Autónoma, estas ações e medidas podem ser incluídas no Plano para a Melhoria da Escola que as escolas devem elaborar tendo em conta os resultados da avaliação diagnóstica (*Informe de Resultados*) providenciado pela Autoridade Educativa da Comunidade Autónoma correspondente. Outras fontes de informação, como o *feedback* da Inspeção da Educação, também podem contribuir. Este *feedback* dos inspetores depende da regulação de cada Comunidade Autónoma. Normalmente é apresentado como um relatório em que o inspetor inclui a informação que considera relevante para a escola, e é entregue à direção da escola. No entanto, também pode ser entregue numa forma dinâmica, ou seja, no contexto de uma visita ou processo de avaliação, ou até a pedido da própria escola. No contexto do processo de planificação das ações de melhoria da escola, esta pode beneficiar de formação, apoio e orientação por parte da Inspeção da Educação e, em algumas comunidades autónomas, dos centros de recurso de professores, que oferecem apoio externo e formação às escolas. O relatório sobre os resultados da avaliação diagnóstica devem ser tornados públicos pela escola para conhecimento dos seus órgãos de coordenação pedagógica e do conselho escolar que, com base no referido relatório, elabora um conjunto de medidas de melhoria compiladas num plano de ação (ver Secção II).

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

A Inspeção da Educação em cada Comunidade Autónoma elabora um relatório anual (*Memoria final*) sobre as tarefas executadas, que é depois submetido ao seu ministério/departamento regional de educação.

Um dos objetivos da Inspeção da Educação é a emissão de relatórios técnicos, seja da iniciativa da própria Inspeção ou a pedido das autoridades educativas. Podem ser relatórios regulares, planos de avaliação específicos para as escolas ou relatórios sobre aspetos particulares do sistema educativo.

Secção II. Avaliação interna

1. Estatuto e objetivos

Em Espanha, as instituições educativas devem implementar a avaliação interna ou autoavaliação, em conformidade com o quadro definido por cada Comunidade Autónoma ou pelo MECD competente. Esta avaliação interna tem uma finalidade formativa e destina-se a identificar os pontos fortes e as fragilidades da escola. Os processos e resultados da escola devem ser avaliados no final de cada ano letivo para prestar informação que irá orientar a tomada de decisão no contexto da autonomia pedagógica da escola.

Esta avaliação interna, que pretende ser uma análise exaustiva das concretizações e fracassos da escola, com vista a retificar eventuais falhas identificadas, baseia-se principalmente no relatório de avaliação de resultados (*Informe de Resultados*). Este último inclui os resultados obtidos pela escola nas diferentes avaliações externas realizadas pelas Comunidades Autónomas (ver Secção III). É dada uma atenção especial à avaliação diagnóstica, apesar de algumas comunidades terem implementado avaliações externas adicionais cujos resultados também são tidos em conta. Os planos de melhoria, projetos, iniciativas ou outras ações são desenvolvidos com base nestes resultados.

Além disso, as autoridades educativas das Comunidades Autónomas também podem recomendar “Projetos de Inovação para a Qualidade e a Autoavaliação” ou “Planos de Autoavaliação e Melhoria da Qualidade”, prevendo-se que sejam adotados pelas escolas. De igual modo, alguns institutos de avaliação nas Comunidades Autónomas desenvolveram uma série de indicadores para orientar a avaliação interna sugerindo as principais áreas em que as escolas se devem centrar.

Segundo o princípio da autonomia pedagógica, as instituições educativas podem determinar a forma como efetuam a sua própria avaliação interna e desenvolver os respetivos planos de melhoria. Este processo envolve geralmente dois processos: (i) o desenvolvimento de um relatório anual no final do ano letivo, que avalia as suas atividades, operações e resultados; e (ii) a implementação de projetos/planos de autoavaliação e de melhoria da qualidade propostos pelas Comunidades Autónomas, os quais especificam áreas especiais

para avaliação. A partir dos resultados de ambos os processos, cada escola define o seu Programa Geral Anual, que engloba as regras que determinam a forma e prazos de implementação das mudanças incluídas no plano/projeto de melhoria, assim como os projetos, o currículo e todos os planos de ação acordados e aprovados, incluindo os planos de melhoria.

Cabe às autoridades educativas das Comunidades Autónomas apoiar e facilitar o processo de autoavaliação conduzido pelas escolas. As inspeções de educação têm um papel chave nesta tarefa (ver Secção I).

2. Partes envolvidas

Para a maioria das Comunidades Autónomas, o procedimento de avaliação interna e as partes envolvidas são:

- no final de cada ano letivo, o conselho de escola avalia o plano de desenvolvimento e o programa geral anual em relação ao planeamento e organização do ensino, ao desenvolvimento de atividades extracurriculares, a mudanças no desempenho académico dos alunos, aos resultados das avaliações internas e externas, e à gestão efetiva dos recursos humanos e materiais. Também examina a gestão global da escola com vista a melhorar a sua qualidade;
- o conselho de docentes avalia, numa base anual, o cumprimento do currículo em cada nível e ciclo de ensino; analisa os processos de ensino e avalia o desempenho global da escola. Para este fim, utiliza os resultados das avaliações dos alunos e os resultados das avaliações interna e externa. O conselho de docentes também avalia todos os aspetos do ensino incluídos nos planos e programas de desenvolvimento da escola, bem como o funcionamento global da escola;
- as tarefas do Comité de Coordenação Pedagógica incluem a promoção da avaliação de todas as atividades e projetos escolares e a proposta de critérios e procedimentos de avaliação ao conselho de docentes;
- o diretor da escola promove a avaliação interna na escola e colabora com as avaliações externas (ver Secção I);
- os conselheiros pedagógicos (internos nas escolas secundárias e externos nas escolas primárias), responsáveis pela orientação escolar e atividades de aconselhamento, prestam aconselhamento sobre os processos de avaliação interna implementados pelas

escolas, assim como sobre o desenvolvimento, monitorização e avaliação dos planos de melhoria;

- o coordenador da autoavaliação (apenas em algumas Comunidades Autónomas) é um professor da escola, responsável pela coordenação e promoção dos processos de autoavaliação e planeamento da melhoria. Não é necessariamente um membro da equipa de direção da escola.

Outros órgãos que fazem parte da avaliação interna das escolas são:

- a Inspeção da Educação, que assegura a supervisão e dá assistência à elaboração do projeto/plano de autoavaliação e dos planos de melhoria;
- os representantes dos alunos (nível secundário), que colaboram na avaliação interna da escola através da sua participação no conselho de escola;
- outros órgãos ou agentes da comunidade educativa podem contribuir para a avaliação interna nas escolas onde estão implementados “Projetos de Inovação para a Qualidade e a Autoavaliação”;
- equipas específicas, cuja designação varia conforme a autoridade educativa (comissões de autoavaliação, equipas de melhoria, equipas de qualidade ou a própria equipa de direção da escola), estão envolvidas em projetos de autoavaliação;
- grupos de trabalho na área da qualidade, como no caso da Comunidade de Valência, que incluem a equipa de direção e pessoal docente, e ainda um representante do pessoal administrativo e técnico.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Especialistas externos:

- Inspeção da Educação: os resultados da avaliação diagnóstica (ver Secção I) são usados pelo inspetor encarregue da escola para desenvolver um relatório que inclui recomendações para melhoria. Este relatório destina-se a orientar as escolas na tomada de decisão sobre medidas de melhoria. A sua utilização é obrigatória;
- Consultores nos centros de recursos pedagógicos prestam consultoria e apoio aos processos de avaliação e melhoria da qualidade nas escolas. São qualificados como pessoal docente não universitário e trabalham como funcionários ao serviço do respetivo ministério/departamento de educação regional em cada Comunidade Autónoma.

Na maioria das Comunidades Autónomas há formação de professores na área da avaliação interna (recomendada), autoavaliação e planos de melhoria da qualidade das escolas. Estas podem procurar informação, apoio e cursos de formação nos centros de recursos pedagógicos, dependendo da autoridade educativa competente.

Algumas autoridades educativas regionais oferecem apoio financeiro para a autoavaliação; por vezes também organizam concursos para auxílio financeiro. Por exemplo, o montante atribuído pela Comunidade Autónoma de Castela e Leão⁽²⁸⁾ é incluído como suplemento na sua dotação anual, mas a avaliação deve refletir-se no relatório final do plano de melhoria que estipulou a necessidade de uma revisão da qualidade e a utilização dessa verba deve figurar no relatório final sobre a experiência da qualidade. A Comunidade de Valência organiza um regime de assistência financeira para cobrir parcialmente os custos das boas práticas implementadas pelas escolas para elevar o rendimento académico.

Fóruns *online*: certas Comunidades Autónomas criam redes de trabalho para envolver as escolas no desenvolvimento de projetos, planos de avaliação e outros esforços para melhorar a qualidade da educação na região. Também participam em comunidades e redes de trabalho virtuais para troca de experiências e boas práticas,

⁽²⁸⁾ http://www.docv.gva.es/datos/2005/04/15/pdf/2005_X3903.pdf.

assim como a partilha de instrumentos e recursos de avaliação.

Em algumas Comunidades Autónomas foram produzidos diretrizes e manuais (alguns *online*) para avaliação interna destinados a apoiar o processo de autoavaliação. Por exemplo, a Comunidade das Astúrias ⁽²⁹⁾ criou um Manual de Processos que funciona como um guia para as escolas.

A maioria das Comunidades Autónomas garante formação para os professores que participam em projetos/planos de avaliação e de melhoria da qualidade. Também em certas Comunidades Autónomas é atribuído aos coordenadores de projetos e planos de avaliação um período letivo semanal para realizarem este trabalho.

Algumas Comunidades Autónomas também desenvolveram um sistema de indicadores para avaliar os planos de melhoria da qualidade das escolas implementados no seu território. É o caso de Navarra ⁽³⁰⁾ que desenvolveu um sistema de 30 indicadores para avaliação, implementação e monitorização de planos de melhoria das escolas. Estes indicadores são divididos em quatro grandes categorias: conceção do plano; medidas propostas; implementação e avaliação; acompanhamento, avaliação e sugestões para melhoria. O objetivo é apoiar os responsáveis pela avaliação dos planos de melhoria da qualidade das escolas quer internamente (gestores de qualidade, diretores das escolas, coordenadores de departamento, etc.) quer no exterior (inspetores). Com o mesmo objetivo em mente, Castilla-La-Mancha ⁽³¹⁾ também aprovou uma série de indicadores e critérios de avaliação, que se podem agrupar em quatro áreas: processos de ensino e de aprendizagem; organização e funcionamento escolar; projeção da escola na área envolvente (indicadores relativos à melhoria das relações e conexões da escola com o contexto imediato: associações locais, empresas, autoridades, outras escolas, clubes desportivos e outros); e processos de avaliação, formação e inovação.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

As escolas são informadas sobre os resultados das avaliações diagnósticas para fins formativos e de orientação, e as famílias e outros agentes envolvidos são igualmente informados. Em nenhuma circunstância podem os resultados destas avaliações ser publicados ou utilizados para estabelecer *rankings* de escolas.

Os responsáveis pela avaliação interna produzem um relatório baseado nos resultados que não estão publicados mas são usados pela escola para elaborar o seu plano de melhoria. A Inspeção da Educação também pode analisar o relatório dos resultados para propor melhorias ou para utilizá-lo como base para a avaliação externa (ver Secção I). Os dados pessoais dos alunos devem permanecer reservados e confidenciais, conforme exigido pela Lei da Educação. A transferência de dados (incluindo dados confidenciais) está sujeita à legislação em matéria de proteção de dados.

Secção III. Outras abordagens usadas na garantia da qualidade

Os sistemas para a avaliação de professores são responsabilidade da autoridade educativa de cada Comunidade Autónoma e variam consideravelmente entre as comunidades. Em algumas, a avaliação de professores decorre numa base voluntária e, caso o resultado seja positivo, pode comportar benefícios financeiros. Noutros casos, os planos para avaliar a profissão docente foram aprovados e estão atualmente a ser desenvolvidos, devendo contemplar a avaliação de todos os professores. Os órgãos encarregues da avaliação de professores são normalmente as agências de avaliação (nas comunidades onde estes órgãos existem) ou o departamento de educação de cada Comunidade Autónoma. Uma das funções da Inspeção da Educação (dependendo da Comunidade) é a supervisão da prática docente.

O diretor de escola é avaliado no final do seu mandato na escola. O resultado desta avaliação influencia o seu nível de remuneração. Além disso, para melhorar o desempenho da escola, no âmbito das suas competências, as autoridades educativas podem elaborar e executar planos gerais para os inspetores avaliarem a direção da escola. Os órgãos responsáveis pela avaliação dos diretores

⁽²⁹⁾ http://evalua.educa.aragon.es/admin/admin_1/🔗file/BlogCPR/ASTURIAS%20MANUAL%20AUTOEVALUACION.pdf

⁽³⁰⁾ http://www.educacion.navarra.es/documents/🔗57308/57761/Sistema_indic_sgto_planes_mejora.pdf/353bab4b-6f4d-435f-acca-cb1a19903f87

⁽³¹⁾ <http://www.educa.jccm.es/es/normativa/resolucion-30-mayo-2003-direccion-general-coordinacion-poli>

de escola variam conforme a Comunidade Autónoma.

A nível nacional, o Instituto Nacional de Avaliação da Educação⁽³²⁾ (INEE), que é um órgão dependente do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, produz relatórios⁽³³⁾ a partir de dados provenientes de avaliações internacionais em que a Espanha participa.

Para além disso, com periodicidade anual ou bianual e utilizando os indicadores do sistema educativo nacional, o INEE publica um documento com informação sobre: ensino e ambiente educacional, financiamento e resultados da educação. Os dados apresentados cobrem três níveis: Comunidade Autónoma, nacional e internacional.

Adicionalmente, o INEE e organismos equivalentes das Comunidades Autónomas trabalham em conjunto para aplicar exames normalizados para os alunos, como as Avaliações Diagnósticas Gerais. Estas avaliações baseiam-se em amostras e centram-se em competências básicas fixadas no currículo. Decorrem no 4º ano do ensino primário (CITE 1, 8-9 anos) e no 2º ano do ensino secundário obrigatório (CITE 2, 12-13 anos).

Após consulta com as Comunidades Autónomas, o INEE deve apresentar um relatório ao Parlamento baseado nos principais indicadores do sistema educativo nacional assim como nos resultados das Avaliações Diagnósticas Gerais e quaisquer avaliações internacionais em que a Espanha tenha participado. Este relatório também deve incluir recomendações emanadas do relatório sobre o sistema educativo elaborado pelo Conselho de Escolas Públicas⁽³⁴⁾.

A nível regional, as autoridades educativas das Comunidades Autónomas efetuam as suas próprias avaliações diagnósticas para reunir dados sobre as escolas e os alunos e propor planos de melhoria. As avaliações diagnósticas incluem variáveis contextuais e relativas aos processos de ensino e aprendizagem, clima da escola, gestão escolar, etc. As conclusões são reunidas num relatório de resultados (*Informe de Resultados*) das autoridades educativas de cada Comunidade Autónoma.

Algumas Comunidades Autónomas efetuam igualmente a avaliação externa dos alunos em diferentes níveis de ensino. Como exemplo, refira-se a *Agencia Andaluza de Evaluación Educativa* (AGAEVE)⁽³⁵⁾ que utiliza um exame de avaliação externa designado ESCALA⁽³⁶⁾, com fins associados aos censos, para avaliar os níveis de desempenho dos alunos no 2º ano do ensino primário (7-8 anos) (CITE 1).

Várias Comunidades Autónomas criaram órgãos específicos para conduzir a avaliação externa e geral dos seus sistemas educativos, tais como as Agências de Avaliação ou os Conselhos Superiores. Em certos casos, as autoridades educativas também preparam relatórios e até desenvolvem o seu próprio sistema de indicadores.

O Ministério da Educação, Cultura e Desporto publica periodicamente as conclusões de interesse geral resultantes das avaliações levadas a cabo pelo INEE em colaboração com as Comunidades Autónomas. É redigido um “sumário executivo” direcionado para as necessidades dos administradores educativos do Estado e das Comunidades Autónomas que contém uma síntese dos principais resultados, e um relatório para peritos com informação técnica e científica relevante. Todos os resultados são expressos em termos relativos no que respeita às médias nacionais, exceto os que se referem aos níveis de desempenho dos alunos. Os resultados das avaliações, independentemente de serem nacionais ou regionais, não podem ser usados para estabelecer *rankings* de escolas.

A nível regional, não obstante a variação existente entre as Comunidades Autónomas quanto à utilização das avaliações diagnósticas, observam-se padrões e tendências comuns. Regra geral, as conclusões são distribuídas na forma de um relatório escola que pode ser elaborado por uma unidade específica dentro de cada Autoridade Educativa da Comunidade (a qual também pode receber apoio de um grupo de peritos nomeados para o efeito), ou pelas próprias escolas, após a realização de uma reunião com a Inspeção e a obtenção de apoio por parte de diferentes agências, como centros de recursos pedagógicos ou a Inspeção da Educação.

⁽³²⁾ <http://www.mecd.gob.es/inee/portada.html>

⁽³³⁾ <http://www.mecd.gob.es/inee/publicaciones.html>

⁽³⁴⁾ <http://www.mecd.gob.es/cee/portada.html>

⁽³⁵⁾ <http://www.juntadeandalucia.es/educacion/agaeve/index.html>

⁽³⁶⁾ http://www.juntadeandalucia.es/educacion/agaeve/docs/Orden_ESCALA.pdf

Secção IV. Reformas

A Espanha está atualmente a aplicar uma reforma educativa. A nova Lei Orgânica nº 8/2013 ⁽³⁷⁾, de 9 de dezembro, sobre a Melhoria da Qualidade da Educação (LOMCE), que altera diversos aspetos da Lei da Educação de 2006 (LOE) ⁽³⁸⁾, faz algumas mudanças na avaliação do sistema educativo no seu conjunto.

Esta nova lei introduz, como uma das principais inovações, “avaliações individualizadas” no 3º e no 6º anos do ensino primário, no 4º ano do ensino secundário inferior obrigatório (ESO) e no 2º ano do secundário superior geral (*Bachillerato*). Estes exames são geridos e administrados pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto e pelas autoridades educativas das Comunidades Autónomas dentro dos respetivos territórios. No ensino primário, a “avaliação individualizada” destina-se a fins diagnósticos e formativos. É direccionada para a deteção precoce de dificuldades de aprendizagem para que as medidas de apoio aos alunos possam ser colocadas em prática, e os planos para a melhoria da escola possam ser implementados com base nos resultados. Os resultados da avaliação são transmitidos por via de um relatório às famílias e às escolas. No ESO e *Bachillerato*, o novo regime de avaliação final irá determinar a atribuição do certificado de *Graduado en ESO* e o certificado de *Bachillerato*, respetivamente. No ESO e *Bachillerato*, estes exames irão permitir às autoridades estabelecer avaliações precisas e comparações justas, e ainda a monitorização da evolução dos resultados ao longo do tempo.

Adicionalmente, esta Lei propõe que as autoridades educativas das Comunidades Autónomas promovam ações para melhorar a qualidade das escolas. Devem basear-se numa perspetiva global da escola. Esta deve submeter um plano estratégico definindo metas e objetivos a alcançar.

França

Secção I. Avaliação externa das escolas

As autoridades centrais são responsáveis pela avaliação externa das escolas, mas a sua implementação é confiada aos inspetores que operam dentro dos limites das circunscrições administrativas locais (CITE 1) ou regionais (CITE 2-3).

• Avaliação das escolas primárias

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O modelo de inspeção centra-se, historicamente, em inspeções individuais de professores e, em menor grau, de outro pessoal escolar. Consequentemente, apesar dos Inspectores de Educação Nacional (IEN – *Inspecteurs de l'Éducation Nationale*) serem responsáveis pela avaliação externa das escolas primárias, o essencial do seu trabalho envolve a inspeção dos professores e a avaliação das escolas não é uma prioridade.

Os IENs operam numa jurisdição geográfica que agrupa parte das escolas num *département*. Sob a égide do Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação, os IENs conduzem avaliações externas de certas escolas em conformidade com as necessidades de regulação que envolvem a observância do ensino em relação ao programa nacional e a política local (descompartimentação do ensino, ensino de línguas modernas, parcerias locais, etc.).

O trabalho dos IENs envolve a inspeção da qualidade do ensino, taxas de repetição e orientação dos alunos em aulas regulares, assim como todos os mecanismos disponíveis aos alunos que manifestam dificuldades ou que são portadores de uma deficiência. Esta inspeção também pode cobrir questões organizacionais controladas pela escola.

⁽³⁷⁾ <http://www.boe.es/boe/dias/2013/12/10/pdfs/BOE-A-2013-12886.pdf>

⁽³⁸⁾ <http://www.boe.es/buscar/pdf/2006/BOE-A-2006-7899-consolidado.pdf>

2. Avaliadores

Os avaliadores são essencialmente pessoal de gestão do Ministério da Educação Nacional. Os IENs são recrutados entre os professores do ensino primário e secundário. Têm de comprovar 5 anos de experiência docente e a experiência como formadores é valorizada. Recebem formação em alternância durante um ano académico na Escola Superior de Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação (ESENESR), centrada na avaliação do pessoal e das escolas. Também frequentam uma formação em serviço organizada pelo Ministério da Educação Nacional ou pelas autoridades educativas regionais (*académies*).

Os IENs podem ser assistidos por consultores pedagógicos distritais e, excecionalmente, por inspetores de educação regionais.

3. Quadro de avaliação

No que respeita a avaliação externa das escolas primárias, não existem parâmetros ou normas oficiais. Os únicos documentos de referência são o referencial de competências pedagógicas ⁽³⁹⁾ e os currículos oficiais ⁽⁴⁰⁾. Os IENs encaram o plano da escola como um instrumento importante na avaliação externa. Também consultam os resultados das avaliações dos alunos realizadas pelos professores.

Os IENs dispõem de um conjunto de indicadores desagregados por escola:

- Resultados das avaliações nacionais que medem as competências adquiridas pelos alunos no âmbito de uma amostragem de escolas (CEDRE, ver Secção III);
- Indicadores referentes às taxas de repetição agregadas a nível local e nacional ⁽⁴¹⁾;
- Indicadores como pedido de matrícula em escolas “fora da área de residência” formulados pelas famílias e estabilidade do corpo docente, que transmitem informações sobre a atratividade da escola. Estes dados são agregados a nível nacional e por *département*;
- Indicadores de equipamento (número de computadores e/ou ligações de Internet facultadas pelas autoridades públicas regionais).

⁽³⁹⁾ *Bulletin officiel de l'éducation nationale* de 25 de junho de 2013.

⁽⁴⁰⁾ *Bulletin officiel de l'éducation nationale*, edição especial nº 3 de 19 de junho de 2008.

⁽⁴¹⁾ Indicadores disponibilizados pelo Departamento de Avaliação, Prospetiva e Desempenho (DEPP).

4. Procedimentos

Os IENs não avaliam sistematicamente todas as escolas. Estas são escolhidas por revelarem resultados insatisfatórios, ou para compreender os bons resultados, ou até por questões de gestão de recursos humanos ou outros motivos aleatórios. A seleção é feita pelo inspetor ou por decisão tomada por um superior hierárquico (diretor regional ou diretor académico da *académie*). Em média, os IENs inspecionam 4 000 escolas anualmente de um total superior a 50 000.

Não existe um protocolo de avaliação das escolas normalizado a nível nacional que os IENs devam seguir. Cada inspetor dispõe de um amplo poder para conduzir a avaliação externa e define os procedimentos a utilizar, que muitas vezes resultam de formações organizadas pela ESENESR.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de avaliação das escolas é redigido pelo inspetor. As escolas são convidadas a seguir as recomendações sob a forma de um compromisso, mais moral do que contratual, com as autoridades educativas nacionais representadas pelo IEN ou o diretor regional. Estas recomendações dizem respeito principalmente à forma ou conteúdo do ensino. Como a escola não tem personalidade jurídica, não pode ser sancionada em termos disciplinares.

Os inspetores distritais submetem os relatórios de avaliação das escolas aos diretores regionais, que são responsáveis pelas escolas num *département*. Estes diretores assinam os relatórios de todas as avaliações externas das escolas. Garantem que a conformidade do ensino com o programa nacional é inspecionada.

As consequências da avaliação ficam ao critério do inspetor distrital e do diretor regional, sendo este último responsável pela imposição de sanções ou alocação de recursos adicionais. A pedido do inspetor, podem ser atribuídos pela autoridade regional (diretor regional e/ou diretor académico da *académie*) recursos adicionais, tais como recursos pedagógicos ou de formação. Estes recursos podem apoiar os esforços de uma escola excecional ou inovadora e, em concreto, podem ajudar uma escola cujos baixos resultados estão associados a dificuldades sociais externas.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O relatório de avaliação das escolas é sistematicamente enviado ao diretor regional. O IEN ou diretor regional decide então se encaminha o relatório a outros atores, quando tal é solicitado ou, mais geralmente, aos docentes da escola. O relatório pode ser divulgado aos professores e, em parte, aos pais e à autarquia local (nos aspetos que lhe dizem respeito). Os indicadores referentes à escola e os indicadores a nível local e nacional (ver Secção I.3) são incluídos no relatório. Salvo circunstâncias graves, nenhum relatório da escola é submetido a níveis hierárquicos acima do *département* (diretor regional).

Os relatórios de avaliação das escolas não são publicados.

- **Avaliação das escolas secundárias**

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Existem diferentes formas de avaliação que abrangem a escola no seu conjunto (e não apenas os professores individualmente), como seja a avaliação de equipas disciplinares ou equipas pedagógicas, avaliação de níveis ou etapas chave, avaliação sistemática das unidades educativas e auditorias interdisciplinares, que resultam da iniciativa das autoridades educativas regionais (*académies*), mas não de forma sistemática.

Desde que foi implementado em 2005 o processo dos contratos por objetivos (*contrat d'objectifs*) que há um interesse renovado na avaliação das escolas. As escolas secundárias assinam agora um contrato por objetivos com a Autoridade Académica regional, o qual é renovado cada três ou quatro anos. Este contrato abrange determinados objetivos educativos genéricos considerados prioritários, mas não abrangem todas as atividades realizadas pela escola.

Assim, a monitorização destes contratos tem conduzido, nos últimos anos, as autoridades educativas regionais a efetuar avaliações mais sistemáticas das políticas seguidas pelas escolas secundárias e o seu funcionamento. O principal objetivo destas avaliações é a medição do desempenho da escola em relação ao contrato por objetivos assinado entre a escola e a autoridade educativa regional.

2. Avaliadores

As avaliações são essencialmente conduzidas por equipas de inspetores do ensino secundário (IA-IPR [inspetores regionais] ou IEN-ET/EG [inspetores de educação nacional]). Enquanto funcionários em serviços de educação nacional, os inspetores são recrutados por concurso e acumulam uma experiência docente de cerca de 15 anos. Os IA-IPRs foram aprovados no concurso de alto nível de recrutamento de professores e, por conseguinte, têm um perfil de docentes especializados no ensino da sua disciplina.

Estas equipas podem incluir pessoal com responsabilidades a nível de política regional (a maioria são antigos inspetores), nomeadamente no desenvolvimento profissional contínuo, orientação de alunos e formação profissional. As iniciativas para incluir o pessoal de direção têm sido abandonadas com frequência. Em ocasiões muito raras, peritos universitários podem participar nestas operações.

3. Quadro de avaliação

Não existe um único modelo de avaliação, ou até quaisquer recomendações nacionais sobre a abordagem a adotar. No entanto, a Inspeção-Geral da Educação Nacional produziu variados relatórios nos quais as autoridades regionais se podem inspirar (⁴²).

As principais variáveis em que as observações dos inspetores se focam figuram nos planos de escolas ou, mais recentemente, em contratos por objetivos assinados entre o diretor da escola e a autoridade educativa regional. Dizem respeito aos principais resultados obtidos pelos alunos, o seu nível de proficiência nas competências essenciais ou até o envolvimento da escola na co-construção de cursos de elevada qualidade.

O Departamento de Avaliação, Prospetiva e Desempenho (DEPP) do Ministério transmite às autoridades educativas regionais um conjunto muito detalhado de dados estatísticos (designado como APAE - Apoio à Autoavaliação e Orientação das escolas) para todas as escolas no território nacional, que descrevem o seu funcionamento e desempenho e informam sobre:

- características da população escolar;

(⁴²) Avaliação das escolas secundárias em França, balanço crítico e prospetivo em 2004; Avaliação das unidades letivas: rumo a uma abordagem metodológica e ética, 2011.

- recursos humanos disponíveis e horários de trabalho;
- desempenho – resultados dos alunos nos exames nacionais e condições de escolarização (taxa de repetição e taxas de conclusão), assim como o valor acrescentado⁽⁴³⁾ oferecido pela escola em função das características da sua população.

Dependendo dos métodos selecionados, determinadas autoridades educativas regionais optam por deter-se em aspetos específicos (desenvolvimento de ações de cidadania, compromisso com ações de parceiros, promoção da cultura e artes, etc.).

4. Procedimentos

Os métodos para efetuar a avaliação das escolas diferem entre as autoridades educativas regionais. A frequência destas avaliações é muito difícil de definir. Como as inspeções individuais ao pessoal são a prioridade no trabalho dos inspetores, o tempo tradicionalmente dispensado à avaliação das escolas é limitado: pode levar vários anos a cobrir todas as escolas (dependendo da dimensão da área regional de educação e da extensão dos recursos empregues). Acresce que o largo número de escolas em comparação com o número de inspetores não permite observações frequentes. No passado (década de 1990), uma única autoridade educativa regional (Lille) conduzia uma operação de avaliação sistemática que abrangia todas as escolas. No entanto, tais operações não têm sido conduzidas nas restantes *académies*. Um relatório recente (não publicado) indicava que apenas oito autoridades educativas regionais em trinta incluíam expressamente a avaliação das escolas secundárias no seu plano. Mas para cinco destas autoridades tratava-se de uma autoavaliação no contexto da monitorização dos contratos por objetivos.

A monitorização de contratos por objetivos (ver Secção I.1) exigiu uma avaliação mais sistemática dos contratos no momento em que expiram (geralmente após três ou quatro anos). Adicionalmente, os diretores de educação confiaram cada vez mais aos inspetores/diretores regionais (antigos inspetores regionais, membros da comissão coordenadora das *académies*) as tarefas de monitorização e supervisão das

escolas. Foram assim desenvolvidas novas iniciativas em que os inspetores/diretores regionais envolvem o pessoal de inspeção de educação, com base em novos métodos, na avaliação de contratos através de reuniões para avaliar as atividades educativas.

Na ausência de diretrizes nacionais, as autoridades educativas regionais (*académies*) organizam a sua avaliação das escolas a partir de uma variedade de modelos, sincronizando, de preferência, estas avaliações com o final dos contratos. Apesar desta diversidade, a observação empírica dos protocolos usados pelas autoridades educativas regionais confirma a existência de elementos comuns: o desenvolvimento de uma visita de protocolo que é anunciada antes; a circulação frequente de um “guia” com pedidos de informações adicionais; formação de uma equipa de inspetores interdisciplinares independentes; e *feedback* sobre o resultado das observações à equipa de direção da escola.

Estas avaliações envolvem sobretudo o tempo de observação em salas de aula e entrevistas com o pessoal. Em contraste, os pais raramente são envolvidos nestas operações de avaliação.

5. Resultados da avaliação externa

As avaliações conduzem à formulação de recomendações e conselhos para melhorar o desempenho das escolas. Nunca conduzem a reduções significativas no financiamento ou até a sanções. No melhor cenário, as escolas envolvem-se em ações de formação baseadas em iniciativas locais.

Contudo, nos últimos anos, a introdução dos contratos conduziu ao desenvolvimento do “diálogo de gestão”. Todos os anos é estabelecido um diálogo entre a autoridade educativa regional e as escolas de modo a fixar o montante da sua dotação (sobretudo para horas letivas). Este subsídio baseia-se principalmente em critérios que envolvem a dimensão da escola (número de alunos, etc.), características da população escolar e, tanto quanto possível, a extensão da oferta formativa. No entanto, sem alterar radicalmente estes critérios, o diálogo de gestão inclui também o resultado das avaliações conduzidas ao abrigo de contratos por objetivos, para que sejam melhor consideradas as variáveis contextuais e os projetos da escola que são patrocinados por agentes locais.

⁽⁴³⁾ Para o mesmo nível de desempenho dos alunos, o valor acrescentado de uma escola é maior quando o aluno pertence a um contexto socioeconómico desfavorecido.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os resultados da avaliação das escolas são principalmente comunicados à autoridade educativa regional e depois à direção da escola em questão. O diretor da escola também pode decidir comunicar os resultados ao Conselho de administração da escola (que inclui representantes dos pais e eleitos locais). No entanto, o princípio de difusão restrita é aplicado frequentemente, para evitar colocar as escolas numa situação de concorrência.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Nas escolas primárias francesas, não se faz avaliação interna no sentido estrito do termo. É apenas feito um balanço do plano multianual da escola, cada três anos. Este balanço pode assemelhar-se a uma modalidade de avaliação interna muito limitada. O conselho de escola pode avaliar anualmente a concretização de objetivos específicos fixados para as escolas a fim de melhorar o desempenho dos alunos, mas sem obrigatoriedade.

A autoavaliação das escolas secundárias é um fenómeno relativamente recente. Nos últimos anos, as autoridades nacionais incluíram práticas de autoavaliação nas suas recomendações. As recomendações feitas pelo Parlamento Europeu e o Conselho aos Estados-Membros ⁽⁴⁴⁾ (2001) e a introdução de contratos levou as escolas a adotar formas de autoavaliação desde meados da primeira década deste milénio.

Assim, a preparação de planos de escola e de contratos por objetivos são acompanhados por um diagnóstico inicial dos pontos fortes e pontos fracos da escola. Este diagnóstico baseia-se numa série de indicadores fornecidos à comunidade educativa pela direção da escola. Tais indicadores derivam sobretudo de bases de dados académicas e nacionais (Apoio à Autoavaliação e Orientação das escolas - APAE, ver Secção I.3).

O Ministério também propôs às equipas pedagógicas de escolas prioritárias um instrumento específico de autoavaliação e de orientação (OAPE). Baseado não em dados quantitativos mas num conjunto de questões chave sobre o funcionamento da escola (competências nucleares, métodos de avaliação dos alunos, relações entre atores na comunidade educativa, valorização dos alunos, etc.), este instrumento é disponibilizado aos diretores de turma que podem “abri-lo” a outros representantes na sua comunidade educativa. Porém, este instrumento ainda não está muito difundido.

2. Partes envolvidas

O plano da escola primária é avaliado pelos professores em conjunto com o diretor da escola. Mediante pedido, um consultor educativo distrital pode prestar apoio.

Muitas escolas secundárias estão atualmente a conduzir a sua autoavaliação. Em muitos casos, a equipa de direção reúne dados estatísticos sobre o desempenho geral, que inclui pessoal docente e não docente, para que se possam identificar os pontos fortes e as fragilidades da escola. O diretor da escola usa o resultado deste trabalho para preparar o contrato por objetivos (que é depois submetido à autoridade educativa regional) e o plano da escola.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Não existe um quadro ou modelo para a avaliação interna das escolas primárias. O *département* define quais os indicadores a incluir no plano de escola. Os indicadores disponíveis, que frequentemente são os mesmos usados nas avaliações externas conduzidas pelos IENs, dizem respeito aos resultados dos alunos nos exames nacionais, taxas de repetição, orientação dos alunos, atratividade da escola ou até o seu equipamento (ver Secção I.3).

As escolas secundárias têm acesso a um instrumento de autoavaliação (APAE) providenciado pelas autoridades educativas centrais com o intuito de diagnosticar os seus pontos fortes e fracos. A APAE inclui indicadores que abrangem, concretamente, as características da população escolar e os recursos humanos de que dispõe e o horário de funcionamento, para além do seu desempenho, identificado a partir do

⁽⁴⁴⁾ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário, OJ L 60, 1.3.2001, p. 51.
<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001H0166&from=EN>

conceito estatístico de valor acrescentado (ver Secção I.3). Os diretores das escolas secundárias e, por extensão, outros membros da comunidade escolar, têm acesso aos resultados do seu estabelecimento relativamente a estes indicadores.

Tem sido amplamente divulgado um guia metodológico produzido por uma das autoridades educativas regionais (Estrasburgo), o qual tem ajudado outras escolas a diagnosticar os seus pontos fortes e fracos.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A escola pode usar o balanço sobre o plano de escola para desenvolver a sua política educativa. Este balanço é sistematicamente enviado ao IEN encarregue do distrito, que o encaminha, ou uma análise do mesmo, ao diretor regional. Ao analisar este balanço, o diretor regional pode desenvolver exercícios de trabalho ou lições para orientar a sua política educativa. O balanço do plano de escola não é publicado.

Na maior parte dos casos, o resultado da autoavaliação é usado pela escola secundária para preparar o contrato por objetivos inicial e o plano de escola, e para a renovação destes documentos (avaliação do contrato prévio).

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores passam por inspeções regulares sistemáticas para gerir a sua progressão na carreira. Este tipo de inspeção reflete-se particularmente numa classificação que determina o ritmo de progressão do professor nos escalões e consequentemente nas escalas de remuneração.

O diretor da escola é avaliado de igual modo que os restantes professores (em aula, caso ainda leccione, ou por meio de uma entrevista, caso já não leccione, ou ambas as formas).

Os diretores das escolas secundárias também são regularmente avaliados pela autoridade educativa regional, seja no termo da sua carta de nomeação (cada três anos) ou, mais frequentemente, quando participam na mobilidade nacional anual. Consoante o resultado da sua avaliação, os diretores das escolas podem ficar responsáveis por escolas cada vez mais complexas e por conseguinte receber salários mais elevados.

O Departamento de Avaliação, Prospeção e Desempenho (DEPP) do Ministério da Educação Nacional é responsável pela implementação de um programa nacional de avaliação externa. Conduz vários questionários por amostragem, como o CEDRE, que avalia as competências adquiridas em várias disciplinas no final dos níveis primário e secundário, ou efetua estudos de monitorização de coortes, ou até avaliações a alunos de 18 anos, os quais são geralmente publicados. O DEPP publica os resultados destas avaliações normalizadas agregadas a nível nacional. Os resultados alcançados pelos alunos de cada escola no exame final de conclusão do ensino secundário são publicados.

Durante mais de 25 anos, foram aplicadas formas standardizadas de avaliação das competências dos alunos em francês e matemática no final do 2º ano e do 5º ano do ensino primário. Estas eram usadas pelas escolas, *départements* e autoridades educativas regionais como indicadores locais de referência. A partir de 2013, estas avaliações externas de todos os alunos da escola primária foram suspensas pelo Ministério da Educação Nacional.

Secção IV. Reformas

Os instrumentos e o quadro de referência utilizados pelos IEN para avaliar o nível de proficiência dos alunos em termos de competências e capacidades serão alterados, uma vez que os ciclos obrigatórios, os currículos e a base comum de conhecimentos e competências serão progressivamente adaptados a partir do ano letivo de 2015/16 para implementar a lei de 2013 sobre a reforma do ensino público.

Croácia

Secção I. Avaliação externa das escolas

NA – Não existe uma avaliação externa sistemática ou legalmente prescrita das escolas individuais na Croácia

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A Lei sobre a Educação nas Escolas Primárias e Secundárias (2008) estipula que deve ser conduzida uma avaliação interna em todas as escolas. Prescreve também que os resultados das avaliações normalizadas aos alunos e as (auto)avaliações internas devem ser usadas pelas escolas para uma melhoria contínua do seu trabalho. Como não existem mais diretrizes específicas, metas ou indicadores a nível nacional referentes à monitorização desta melhoria, cada escola tem uma autonomia substancial para decidir quais os fatores a abordar e como usar a sua própria autoavaliação.

2. Partes envolvidas

Segundo a Matriz Curricular Nacional para a Educação Pré-escolar e Ensino Geral Obrigatório e Secundário (2010), o «... processo de autoavaliação deve envolver, para além dos funcionários dos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolar, os alunos, pais, representantes da comunidade local, serviços administrativos e profissionais e outros. A sua opinião alargará a perspetiva sobre o ensino ministrado por essas instituições e favorecer o seu desenvolvimento» ⁽⁴⁵⁾.

Em termos práticos, o processo de autoavaliação nas escolas é organizado e gerido pela equipa de qualidade da escola, que inclui o diretor da escola, pelo menos dois docentes e um elemento do pessoal não docente (psicólogo, técnico de necessidades educativas especiais, etc.).

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

O quadro de avaliação para a autoavaliação das escolas não é regido por nenhum documento

⁽⁴⁵⁾ public.mzos.hr/fqs.axd?id=17504

oficial, mas todas as escolas que conduzem uma autoavaliação utilizam as mesmas diretrizes e modelos de relatório emitidos pelo Centro Nacional para a Avaliação Externa da Educação ⁽⁴⁶⁾ (NCEEE), agência governamental estabelecida em 2008 por uma lei específica. Na prática, as diretrizes do NCEEE (“Guia para a implementação da autoavaliação nas escolas primárias” ⁽⁴⁷⁾ e o “Manual para a autoavaliação das escolas secundárias” ⁽⁴⁸⁾) e os modelos de relatório servem como quadro de avaliação não oficial.

Estes documentos recomendam que a autoavaliação deve ser conduzida como um processo contínuo e repetido anualmente. As áreas de avaliação definidas nas orientações e nos modelos de relatório incluem: resultados escolares, processos sociais internos, questões organizacionais, definição de metas para a melhoria e plano de desenvolvimento da escola.

O quadro de avaliação é sobretudo descritivo e qualitativo; não inclui quaisquer parâmetros quantitativos. Assim, não é realmente adequado para comparar escolas diferentes mas tão-somente para monitorizar o progresso de cada escola de um ano para outro. O NCEEE auxilia as escolas a conduzir a sua avaliação interna, propondo às equipas da qualidade escolar oportunidades regulares de formação e consultoria especializada mediante pedido. Também oferece apoio à análise de resultados e monitoriza as capacidades da escola para conseguir melhorias. A autoavaliação das escolas foi introduzida no sistema educativo croata e ainda funciona, enquanto projeto do NCEEE. Os fundos alocados a projeto são provenientes do orçamento nacional para a educação, via Ministério da Ciência, Educação e Desporto.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

As escolas são livres para decidir quais as áreas a focar e como utilizar os resultados da sua própria autoavaliação. O único requisito é que utilizem avaliações normalizadas dos alunos como parte da sua avaliação interna.

⁽⁴⁶⁾ <http://www.ncvvo.hr>

⁽⁴⁷⁾ <http://dokumenti.ncvvo.hr/Samovrjednovanje/2009-03-24/vodic.pdf>

⁽⁴⁸⁾ <http://dokumenti.ncvvo.hr/Samovrjednovanje/Тiskano/prirucnik.pdf>

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O trabalho do NCEEE consiste no desenvolvimento e implementação de práticas de monitorização e que visam a melhoria da qualidade da educação pré-escolar, ensino primário e secundário (CITE 0-3) na Croácia. O NCEEE organiza e coordena os exames nacionais e o *matura* estatal (exame de conclusão do ensino secundário), e também coordena todas as atividades relacionadas com a implementação de projetos internacionais de monitorização da qualidade na educação (PISA, PIRLS, TIMMS, TALIS).

Os exames nacionais no nível CITE 2 são aplicados a uma amostra representativa de alunos e numa única disciplina. A disciplina e a idade dos alunos a testar mudam de um ano para outro.

Os resultados de todos estes exames são disponibilizados às escolas participantes.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Itália

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O novo Sistema Nacional de Avaliação – *Sistema Nazionale di Valutazione* (SNV) foi incorporado na legislação pela Lei nº 10/2011 e é regido pelo Decreto Presidencial nº 80/2013. É atualmente objeto de dois projetos-piloto: VALeS⁽⁴⁹⁾ (*Valutazione e sviluppo della scuola*) e *Valutazione e Miglioramento*. O novo sistema será integrado no ano letivo 2014/15, começando por uma fase de avaliação interna seguida de avaliação externa no ano seguinte.

Há três partes principais envolvidas na implementação do sistema:

- o Instituto Nacional de Avaliação do Sistema de Educação e Formação⁽⁵⁰⁾ (*Istituto nazionale per la valutazione del sistema di istruzione e formazione* – INVALSI) coordena o SNV. Fornece protocolos de avaliação, desenvolve indicadores de eficiência e eficácia, fornece às escolas instrumentos de avaliação, seleciona avaliadores externos e afeta-os a equipas de inspeção escolar. O INVALSI é um órgão de investigação nacional, público, supervisionado pelo Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação da Itália;
- O Instituto Nacional de Documentação, Inovação e Investigação em Educação⁽⁵¹⁾ (*Istituto nazionale di documentazione, innovazione e ricerca educativa* – INDIRE) apoia as escolas em certos domínios do processo de avaliação, ajudando-as a planificar e implementar medidas de melhoria da escola visando elevar a qualidade da oferta educativa e ainda melhorar os resultados da aprendizagem dos alunos. O INDIRE é um órgão nacional, público, de investigação, supervisionado pelo Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação da Itália;
- inspetores do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação.

A coordenação e gestão estratégica global do sistema são asseguradas pela Conferência para a Coordenação do SNV, conduzida pelos presidentes do INVALSI e INDIRE, e por um diretor técnico representante dos inspetores.

As inspeções são realizadas por equipas que incluem dois avaliadores externos escolhidos a partir de um registo de candidatos aprovados pelo INVALSI e um inspetor do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação.

O foco do SNV consiste na eficiência e eficácia do sistema de educação e formação assim como na qualidade da oferta educativa.

⁽⁴⁹⁾ <http://www.invalsi.it/invalsi/ri/vales/>

⁽⁵⁰⁾ <http://www.invalsi.it/invalsi/index.php>

⁽⁵¹⁾ <http://www.indire.it/>

O projeto-piloto de três anos VAlES (2012-2015) envolve 300 escolas de todos os níveis, selecionadas pelo Ministério a partir de um procedimento de candidatura. O objetivo é testar um processo contínuo de melhoria num ciclo de autoavaliação, avaliação externa, e (re)definição dos objetivos da escola.

O projeto *Valutazione e Miglioramento* (2013-2014)⁽⁵²⁾, conduzido pelo INVALSI, envolve sobretudo escolas primárias e de nível secundário inferior (primeiro ciclo de ensino): 400 escolas secundárias e aproximadamente 23 de nível secundário superior. Têm sido aleatoriamente atribuídos às escolas dois percursos de avaliação possíveis: 1) avaliação dos resultados e processos relacionados com o ambiente organizacional e 2) avaliação e observação de aulas com o objetivo específico de analisar as práticas educativas e pedagógicas.

O objetivo do projeto *Valutazione e Miglioramento* é reforçar o papel formativo da avaliação através da análise de processos internos, oferta de informação às escolas e promoção interna de práticas que conduzam à melhoria dos processos nas escolas.

2. Avaliadores

No contexto do VAlES, o INVALSI definiu dois perfis de avaliador externo: peritos com experiência em escolas (perfil A) e outros com conhecimentos noutras áreas (perfil B).

Para o perfil A, para além de uma licenciatura, há requisitos específicos em termos de experiência profissional para cada tipo de perito:

- A1: peritos em liderança escolar – diretor de escola atualmente em serviço e com o mínimo de três anos de experiência; diretor de escola atualmente sem cargo; inspetor em serviço; professor (em serviço ou não) com o mínimo de cinco anos de experiência em trabalho de gestão/administração em escolas.
- A2: peritos na área pedagógica/de ensino – inspetor que não está em serviço; professor (em serviço ou não) com o mínimo de cinco anos de serviço e experiência em trabalho de coordenação pedagógica em escolas.

Para o perfil B, existem também dois tipos de perito:

- B1: peritos em investigação qualitativa.
- B2: peritos em gestão e organização.

Contudo, a experiência profissional exigida é de um modo geral a mesma: três anos de trabalho de investigação no respetivo campo de estudos, em universidades, institutos públicos de investigação ou organismos equivalentes.

Outros tipos de experiência profissional considerados úteis para cada perfil: colaboração profissional com o INVALSI; experiência obtida em atividades de avaliação externa de escolas com o Ministério da Educação, serviços educativos regionais, antigos institutos regionais de investigação educacional, ou INDIRE; participação em projetos ou experiências inovadoras, trabalho publicado ou participação em cursos sobre avaliação.

O projeto *Valutazione e Miglioramento* envolve equipas de avaliação e observadores com formação *ad hoc*.

As equipas de avaliação são constituídas por dois avaliadores com perfis diferentes: um deles (interno à escola) possui competências organizacionais e de ensino (docentes com experiência no campo da avaliação de escolas); o outro, externo à escola, é composto por um investigador social ou por um perito na avaliação de organizações, com competências metodológicas e de análise de organizações.

Os observadores têm formação em ciências pedagógicas e sociais e experiência profissional e de investigação no setor universitário. Efetuam visitas de observação às escolas recorrendo a diferentes técnicas de investigação qualitativa.

3. Quadro de avaliação

Atendendo à implementação do Sistema Nacional de Avaliação, o quadro de referência é facultado pelo projeto de avaliação e desenvolvimento das escolas conhecido como VAlES⁽⁵³⁾ (*Valutazione e sviluppo della scuola*), que visa identificar critérios, instrumentos e metodologias para a avaliação externa das escolas e dos diretores das escolas. Este quadro de referência, concebido e desenvolvido pelo INVALSI (Instituto Nacional

⁽⁵²⁾ O projeto *Valutazione e Miglioramento* foi iniciado em 2008. A informação contida no perfil nacional refere-se à edição de 2013-2014 do projeto. Ver: <http://www.invalsi.it/invalsi/ri/audit/index.php?setto=progetto>

⁽⁵³⁾ http://www.invalsi.it/invalsi/ri/vales/documenti/Logiche_gen_progetto_VAlES.pdf

para a Avaliação do Sistema Educativo), divide-se em quatro áreas:

- resultados da educação e formação;
- práticas pedagógicas;
- ambiente organizacional (liderança, trabalho de equipa, parcerias e avaliação interna);
- contexto social e ambiental em que a escola funciona.

Este documento explica os elementos identificadores de uma “boa escola” nestes quatro domínios. Permite a interpretação dos resultados à luz dos processos e recursos internos da escola, e tem em conta o contexto em que a escola funciona. Os resultados finais são muito variados devido à autonomia das escolas. O objetivo é assegurar o sucesso educativo de todos os alunos, a aquisição de competências, particularmente competências nucleares, e a equidade dos resultados.

A escala de avaliação inclui quatro níveis. A escola pode ser julgada: 1 = inadequada; 2 = aceitável; 3 = boa ou 4 = excelente.

Foram desenvolvidos quadros específicos relativos ao ambiente de aprendizagem e às práticas pedagógico-didáticas, que são atualmente utilizados no projeto-piloto *Valutazione e Miglioramento*.

4. Procedimentos

A frequência da avaliação ainda não foi determinada.

O processo de avaliação no âmbito do SNV compreende quatro fases:

- a autoavaliação da escola, que envolve uma auditoria interna aos serviços da escola, a elaboração de um relatório de autoavaliação em formato eletrónico seguindo o quadro estabelecido pelo INVALSI⁽⁵⁴⁾ e o desenvolvimento de um plano de melhoria. A auditoria baseia-se em dados do sistema de informação do Ministério da Educação com um tratamento suplementar a cargo do INVALSI. Este tratamento baseia-se nos resultados dos alunos e numa estimativa do valor acrescentado da escola, tendo em conta o progresso de cada aluno nos exames normalizados, o seu ponto de partida e ambiente sociocultural;

- a avaliação externa, que se divide em: (i) identificação das instituições a avaliar pelo INVALSI com base em indicadores de eficiência e eficácia; (ii) visitas às escolas por equipas de avaliação externa de acordo com o programa de avaliação e os protocolos elaborados pelo INVALSI e adotados pela Conferência de SNV; (iii) reformulação dos planos de melhoria pelas escolas com base nos resultados da avaliação externa;
- ações de melhoria, decididas e implementadas nas escolas. É dado apoio pelo INDIRE ou via uma colaboração com universidades, institutos de investigação, e/ou organizações profissionais e culturais. Toda a colaboração deve contar com os recursos humanos e financeiros existentes e não apresentar pedidos adicionais de financiamento público;
- elaboração de relatórios pelas escolas de modo a assegurar a transparência e a prestação de contas no setor público.

O projeto VALeS compreende apenas três etapas no seu processo de avaliação externa:

- trabalho preparatório – inclui a análise de documentos, como o prospeto da escola (*Piano dell’offerta formativa*, POF), um documento preparado pela própria escola apresentando a sua oferta educativa; a sua organização e gestão; e dados sobre a escola e os alunos (fornecidos sobretudo pelo Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação) como os resultados dos alunos em exames nacionais normalizados. Esta primeira etapa também inclui uma visita de planeamento à escola;
- visita de avaliação das escolas – envolve reuniões com a equipa de direção, entrevistas com o pessoal da escola, entrevistas individuais com os representantes dos pais e dos alunos, e visitas às salas e laboratórios da escola. Podem ser utilizados questionários, entrevistas e grupos de foco para recolher a opinião das diferentes partes interessadas sobre questões estritamente ligadas às que constam do quadro de avaliação;
- reunião pós-visita – os avaliadores reúnem-se para debater os indicadores; analisar as práticas, os modelos organizacionais e a eficácia das medidas tomadas pela escola. Subsequentemente, apresentam um parecer sobre cada domínio avaliado e os resultados obtidos. No âmbito do projeto VALeS, as equipas externas comunicam os seus resultados de avaliação às escolas por via de

⁽⁵⁴⁾ <http://www.invalsi.it/invalsi/index.php>

relatórios, elaborados de acordo com as orientações do INVALSI ⁽⁵⁵⁾.

Não há consulta com a direção da escola durante a fase de finalização do relatório de avaliação.

Até ao momento, não houve qualquer procedimento de acompanhamento incluído no projeto-piloto VALeS e o SNV não tem planos para o incorporar no processo.

No que respeita o projeto-piloto *Valutazione e Miglioramento*, os procedimentos são ligeiramente diferentes em função do percurso de avaliação atribuído às escolas. No caso do percurso 1, a avaliação decorre através da visita à escola por uma equipa de avaliadores; no caso do percurso 2 (avaliação e observação de aulas), para além da visita à escola por uma equipa de avaliadores, observadores formados *ad hoc* fazem observações em sala de aula. Em ambos os casos, o processo prevê que: 1) antes da visita à escola, a equipa de avaliação examine documentos e dados respeitantes à escola e um *Questionario Scuola* preparado pela escola a propósito da visita; 2) durante a visita à escola, a equipa de avaliação recolha informação de diferentes atores através de entrevistas e grupos de foco e reúna documentos adicionais produzidos pela própria escola.

5. Resultados da avaliação externa

No quadro do SNV, as escolas devem reformular os seus planos de melhoria com base nos seus resultados da avaliação externa. No entanto, as escolas não são obrigadas a seguir as recomendações dos avaliadores desde que as medidas tomadas incidam sobre preocupações assinaladas na avaliação externa. Compete ao diretor da escola decidir qual o percurso a seguir, tendo em conta as prioridades e o contexto específico da escola. As escolas são apoiadas neste processo por um perito do INDIRE.

No âmbito do projeto VALeS, todas as escolas podem receber 10 000 EUR para desenvolver projetos incluídos no plano de melhoria a implementar no ano letivo seguinte. Os fundos podem ser usados para formação adicional relacionada com métodos pedagógicos inovadores, inovação tecnológica ou novas iniciativas a nível de programas de estudo.

No âmbito do projeto *Valutazione e Miglioramento*, todas as atividades realizadas são apresentadas num relatório final que se encontra à disposição de todas as escolas. Este relatório está também à disposição dos professores para a autoavaliação das estratégias pedagógicas e didáticas.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

A etapa do processo de avaliação designada como “fase da difusão social” exige a publicação e disseminação dos resultados de avaliação com base nos indicadores definidos no quadro de avaliação. O principal objetivo da difusão social é assegurar a transparência, a partilha de dados e outras informações com a Comunidade mais alargada. Desta forma, pretende ser uma alavanca para a melhoria dos serviços da escola.

Como o novo sistema de avaliação externa das escolas ainda não foi implementado à escala nacional, o impacto desta abordagem só será visível nos próximos anos.

Atualmente, só algumas escolas publicam os seus resultados da aprendizagem ou a sua avaliação externa, e não há obrigação de o fazerem. Quando tal acontece, o canal usado é o sítio de Internet da escola.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

O quadro e a base legal para a avaliação interna das escolas são apresentados na Carta de Serviços Escolares (DPCM de 7 de junho, 1995) e na Regulamentação sobre a autonomia (Decreto Presidencial nº 275/1999), que recomenda fortemente a prática da autoavaliação.

A Carta de Serviços Escolares identifica três domínios relacionadas com a qualidade, a saber, o ensino, a administração e o ambiente. Estabelece também a obrigação de definir os critérios e as normas de qualidade para cada um destes domínios, como os métodos a utilizar. Por exemplo, na recolha de dados, as escolas devem realizar questionários aos pais, pessoal e – nas escolas de nível secundário superior – aos alunos.

⁽⁵⁵⁾ http://www.invalsi.it/invalsi/ri/vales/documenti/Linee_guida_autovalutazione.pdf

Nos últimos anos, várias experiências locais ou regionais de autoavaliação ligadas a iniciativas individuais de escolas ou redes de escolas, começaram a proporcionar às escolas métodos mais rigorosos e sistemáticos para analisar o seu trabalho e avaliar os resultados obtidos.

Estas experiências têm vindo a disseminar-se sem a influência da administração central sobre a escolha dos métodos de autoavaliação ou dos parâmetros de referência. Consequentemente, existe atualmente uma variedade de abordagens e de modelos.

No entanto, a recente regulação sobre o SNV veio trazer um novo impulso à autoavaliação, que é agora uma obrigação explícita das escolas e deve ser efetuada com base em dados fiáveis e comparáveis providenciados pelo sistema de informação do Ministério da Educação e pelo INVALSI.

2. Partes envolvidas

As escolas são livres de escolher a sua equipa interna de autoavaliação que, juntamente com o diretor da escola, é responsável pela preparação do relatório. Tem igualmente a liberdade de decidir sobre o envolvimento de outros agentes. No contexto dos dois projetos-piloto descritos na Secção I, o INVALSI recomenda vivamente o envolvimento dos professores, pessoal não docente, alunos e pais nas equipas de avaliação.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

O quadro de avaliação e os instrumentos disponíveis às escolas são muito variados. Os mais utilizados são:

- o modelo INVALSI, que propõe às escolas um formato para a elaboração do relatório de autoavaliação, tendo em conta os quatro domínios incluídos no quadro de avaliação. O foco incide na prática reflexiva com uma explicação do contexto, processos e resultados;
- o modelo ISO⁽⁵⁶⁾, que visa a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho que melhorem gradualmente a qualidade da escola, até que seja atribuída a certificação final ISO 9001. A principal característica do modelo ISO é o envolvimento de todo o pessoal docente.

- O modelo da EFQM⁽⁵⁷⁾ (Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade), que se baseia no modelo RADAR (Resultados, Abordagem, Desdobrar, Avaliar e Refinar) e que se foca em nove critérios: liderança; políticas e estratégias; pessoal; parcerias e recursos; resultados para os clientes; resultados para o pessoal; resultados para a sociedade; e resultados chave sobre o desempenho;
- o modelo CAF⁽⁵⁸⁾ (*Common Assessment Framework* – Estrutura Comum de Avaliação) segue os princípios da Gestão pela Qualidade Total. Inspira-se no modelo do EFQM e usa o mesmo número de critérios de avaliação, mas com maior foco em fatores determinantes como a perceção das partes interessadas ou o esforço necessário para atingir os resultados esperados.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Os resultados da avaliação interna são usados sobretudo pelas próprias escolas para melhorar os seus processos de ensino, aprendizagem e de gestão. Adicionalmente, é apresentado ao INVALSI o relatório de autoavaliação como parte do processo de avaliação externa. No entanto, estes resultados não são usados para a análise a nível do sistema.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O sistema educativo nacional é igualmente avaliado/monitorizado a partir dos resultados dos exames nacionais normalizados organizados pelo INVALSI e suplementados pela recolha de dados sobre o nível obtido pelos alunos. Esta recolha de dados cobre os conhecimentos e competências em italiano e matemática dos alunos no 2º ano (7-8 anos) e no 5º ano (10-11 anos) do ensino primário, no 3º ano (13-14 anos) do ensino secundário inferior e no 2º ano (15-16 anos) do ensino secundário superior.

⁽⁵⁶⁾ http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso_9000.htm

⁽⁵⁷⁾ <http://www.efqm.org/the-efqm-excellence-model>

⁽⁵⁸⁾ <http://qualitapa.gov.it/it/iniziativa/caf-per-miur/>

Os resultados dos exames nacionais são compilados e divulgados num relatório nacional, publicado anualmente pelo INVALSI e que é utilizado para melhorar o conhecimento e a compreensão do funcionamento do sistema educativo italiano. Os resultados também são transmitidos às escolas sob a forma de dados agregados ou desagregados a fim de fornecer aos diretores e professores instrumentos úteis para a autoavaliação e melhoria da sua oferta.

Secção IV. Reformas

A reforma sobre a avaliação das escolas será implementada nos próximos três anos.

A Diretiva nº 11, de 18 de setembro de 2014, recentemente publicada, define as prioridades estratégicas do Sistema Nacional de Avaliação (SNV) para os anos letivos de 2014/15, 2015/16 e 2016/17, identificando a) prioridades estratégicas para a avaliação; b) critérios gerais para assegurar a autonomia da equipa de inspeção e c) critérios gerais para promover as escolas no quadro do processo de autoavaliação.

O sistema será alargado de forma progressiva:

Autoavaliação: a partir do ano letivo 2014/15, todas as escolas que usam o quadro do INVALSI efetuam uma autoavaliação anual. Em julho de 2015, o relatório de autoavaliação e os objetivos de melhoria ficam à disposição do INVALSI. As escolas devem atuar segundo os objetivos de melhoria a partir de 2015/16. Em julho de 2016 será realizada a primeira atualização do relatório de autoavaliação.

Avaliação externa das escolas: as atividades de avaliação externa serão realizadas no ano letivo de 2015/16. Nos próximos três anos letivos, 10 % do número total de escolas vão receber uma avaliação externa anual. As escolas são escolhidas com base em indicadores de eficiência e de eficácia, e até 3 % com base numa amostra aleatória.

Avaliação do sistema escolar: em outubro de 2015, o INVALSI deve preparar um relatório sobre o desenvolvimento do sistema escolar italiano para o ano letivo seguinte a fim de permitir uma análise a nível nacional e comparações internacionais. Este relatório visa identificar domínios fundamentais e áreas de excelência do sistema educativo italiano com o apoio de indicadores de eficiência e de eficácia.

O alargamento da reforma estará completo no final do ano letivo de 2016/17. As escolas devem publicar o primeiro relatório social no portal do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação, designado “Scuola in chiaro” e no sítio de Internet de cada escola. Este relatório indica os resultados alcançados tendo em conta os objetivos de melhoria identificados e adotados em anos prévios.

Chipre

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Em Chipre, a avaliação externa formal das escolas limita-se ao ensino secundário inferior (CITE 2) e é exercido pelas autoridades centrais, enquanto para o ensino primário (CITE 1) são as autoridades regionais que asseguram a supervisão direta e contínua do trabalho realizado por professores e diretores de escolas, e indiretamente das escolas no seu conjunto (ver Secção III).

A avaliação das escolas do ensino secundário inferior é realizada por uma equipa de inspetores sob a supervisão da Inspeção-Geral do Ensino Secundário do Ministério da Educação ⁽⁵⁹⁾.

Os principais objetivos da avaliação externa das escolas são: a verificação do cumprimento pelas escolas e respetivos diretores das regulamentações vigentes; e a avaliação dos processos pedagógicos do pessoal docente e das escolas com vista a melhorar a qualidade da oferta educativa.

A inspeção é feita de forma geral e regular.

⁽⁵⁹⁾ <http://www.moec.gov.cy/dme/en/index.html>

2. Avaliadores

Os avaliadores do ensino secundário inferior devem ser titulares de um diploma de pós-graduação numa disciplina relativa à educação e ter pelo menos 15 anos de experiência docente, dos quais:

- dois enquanto vice-diretor da escola;
- cinco como docente em escolas secundárias.

Adicionalmente, os avaliadores externos devem ter participado num curso de formação em liderança escolar – curso obrigatório de 200 horas durante um período de 8 meses – enquanto exerciam a função de vice-diretores.

Os avaliadores intervêm como inspetores em disciplinas como línguas, matemática, ciências e arte (ver Secção III para informações sobre o papel dos inspetores). Assumem regularmente a função de avaliadores externos enquanto membros de comissões *ad-hoc*. Quem preside a todas estas comissões é o Inspetor-geral do Ensino Secundário.

3. Quadro de avaliação

Todas as escolas de nível secundário inferior são avaliadas com base num quadro comum focado em onze domínios ligados às características e às atividades da escola, como a população discente, a dimensão da escola, o número e o tipo de pessoal, os serviços dispensados e as relações com pais e comunidade local.

Não há níveis de exigência estabelecidos ou documentos específicos que devem ser utilizados pelos avaliadores. A comissão de avaliação prepara um relatório de avaliação centrado nos domínios mencionados supra.

4. Procedimentos

A avaliação externa das escolas de nível secundário inferior não é conduzida sistematicamente, sendo efetuada sempre que for considerada necessária para avaliar o trabalho da escola. A decisão de realizar uma avaliação externa baseia-se em informações formais e informais recolhidas pela Administração do Ensino Secundário acerca do desempenho administrativo e académico das escolas. A análise de tal informação fornece aos inspetores a informação contextual necessária.

A escola é visitada pela unidade de avaliação durante cerca de três dias úteis. Durante este período pode haver observação de aulas, se for considerado necessário.

Antes da visita, a unidade de avaliação fornece ao diretor da escola um questionário que cobre os principais dados administrativos. Durante a visita à escola, a equipa pode realizar entrevistas com o pessoal administrativo da escola (diretor e vice-diretor), coordenadores de cursos, delegados dos alunos, conselho da escola e outros.

Antes de redigir o relatório final, a unidade de avaliação anuncia as suas conclusões preliminares ao diretor da escola e à equipa de gestão (vice-diretores). Se necessário, as conclusões são igualmente comunicadas aos professores da escola. Segue-se a fase de consulta durante a qual a direção da escola e/ou o corpo docente têm o direito de comentar ou de refutar o relatório oralmente e/ou por escrito.

5. Resultados da avaliação externa

A unidade de avaliação transmite sugestões de melhoria no final do relatório de avaliação, mas as escolas não são obrigadas a aceitá-las ou a preparar um plano de ação para melhoria.

Não são tomadas medidas disciplinares contra as escolas. A administração escolar pode solicitar à direção a disponibilização de recursos adicionais nos casos em que o relatório de avaliação salienta eventuais carências. Se forem sugeridas necessidades de formação, a administração da escola pode encorajar os professores a seguir cursos de formação providenciados pelo Instituto Pedagógico ⁽⁶⁰⁾.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os relatórios de avaliação não são publicados ou difundidos.

As unidades de avaliação entregam o relatório ao Administrador do Ensino Secundário Geral. Não existe nenhuma base de dados.

⁽⁶⁰⁾ <http://www.pi.ac.cy/pi>

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

No ensino primário, as escolas têm autonomia total para efetuar a avaliação interna e não existem regulamentações das autoridades centrais ou regionais nesta matéria. Os inspetores escolares encorajam e ajudam as escolas a realizar a avaliação interna e a desenvolver os planos de melhoria das escolas.

No ensino secundário inferior, a avaliação interna consiste num “relatório de atividades” preparado anualmente pelo diretor da escola. O relatório apoia-se num modelo específico criado a nível central. Os relatórios de atividades anuais das escolas são reunidos centralmente e ajudam as autoridades educativas a monitorizar as escolas e o sistema educativo.

2. Partes envolvidas

As escolas primárias têm autonomia plena para decidir quem participa na avaliação interna.

Nas escolas do nível secundário inferior, o diretor da escola é essencialmente responsável pela preparação do relatório anual de escola, mas os vice-diretores e outro pessoal também podem dar o seu contributo.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Os inspetores escolares podem ajudar as escolas primárias a efetuar a sua avaliação interna fornecendo instrumentos e apoio.

No caso do ensino secundário inferior, é disponibilizado pelas autoridades centrais um modelo comum de relatório anual que as escolas devem utilizar. As principais áreas a examinar são: objetivos anuais gerais e específicos; programas educativos especiais; *workshops*, palestras e seminários sobre ensino e aprendizagem; biblioteca escolar; e problemas ligados às instalações ou ao pessoal.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Se bem que as escolas primárias não utilizam de forma direta os relatórios ou os resultados da avaliação interna, os inspetores podem transmitir as conclusões à respetiva autoridade regional. Por um lado, as autoridades centrais usam os

relatórios anuais das escolas do secundário inferior para compilar um relatório sinóptico que pode servir como ferramenta para a tomada de decisão em matéria de gestão e para monitorizar o sistema escolar no seu conjunto. As autoridades regionais também podem utilizar os relatórios anuais de escola na sua tomada de decisão, por exemplo, quanto à afetação de alunos ou professores às escolas ou ao tipo de apoio financeiro a atribuir.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Para além das funções especiais que lhes são atribuídas no ensino primário, os inspetores:

- supervisionam as escolas primárias;
- supervisionam e prestam orientação aos professores;
- colaboram com diretores das escolas em questões administrativas ou pedagógicas;
- participam ativamente na organização de conferências e “seminários de formação em serviço” para o pessoal docente;

Através destes procedimentos, os inspetores têm igualmente a oportunidade de avaliar as escolas primárias.

Os inspetores avaliam os professores e os vice-diretores das escolas uma vez cada dois anos, até ao seu 25º ano de serviço, e depois disso cada três anos.

Uma vez cada três anos, os diretores das escolas são avaliados por uma equipa de inspetores sob a supervisão da Inspeção Distrital do Ensino Primário. Através deste procedimento, os inspetores têm igualmente a oportunidade de avaliar as escolas.

Quanto ao ensino secundário inferior, os professores são avaliados internamente (pelo diretor da escola) e externamente (pelos inspetores curriculares) de dois em dois anos após o seu décimo ano de serviço. Os docentes recém-contratados estão sujeitos ao mesmo tipo de avaliação semestralmente durante os primeiros dois anos, a fim de confirmar o seu estatuto. Os diretores das escolas são avaliados externamente por um grupo de inspetores cada três anos.

Secção IV. Reformas

Nenhuma reforma prevista.

Letónia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O Serviço Nacional de Qualidade da Educação (IKVD) ⁽⁶¹⁾ assegura a acreditação das escolas de ensino geral e profissional e dos centros de exame, assim como dos programas de ensino geral e profissional. A acreditação implica um processo de avaliação da qualidade.

Esta instituição é tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência. Na Letónia, a avaliação das escolas tem dois grandes objetivos: assegurar que a oferta educativa cumpre a legislação em vigor, e melhorar a qualidade da educação. A avaliação das escolas engloba quer a acreditação dos programas de ensino quer das escolas. Esta dupla função é definida por lei; só as escolas que dispensam programas de ensino acreditados têm o direito de emitir diplomas e certificados reconhecidos pelo Estado: certificados do ensino básico geral (níveis CITE 1 e 2 integrados) e do ensino secundário superior geral (níveis CITE 2 e 3).

2. Avaliadores

A avaliação externa das escolas e dos programas de ensino é efetuada por uma Comissão de Peritos em Acreditação que pode incluir: um representante do Ministério da Educação e Ciência ou do Centro Nacional para a Educação ou do Serviço Nacional de Qualidade da Educação; representantes de estabelecimentos de ensino (que não sejam da escola a ser avaliada); e peritos em educação nomeados pelos municípios. A Comissão conta com três ou quatro membros (dependendo da dimensão da escola) incluindo o presidente da comissão e peritos que devem ser titulares de uma qualificação docente ou outra licenciatura relevante (Direito ou Gestão Escolar) e ter pelo menos um ano de experiência de ensino ou em gestão escolar. Devem ainda realizar um curso de formação especializada em avaliação organizado pelo IKVD (de 8 horas). O IKVD contrata peritos para realizar a avaliação da

qualidade (*in loco*) e para produzir um relatório de avaliação sobre cada escola.

3. Quadro de avaliação

O quadro de avaliação encontra-se definido na Regulação nº 852 do Conselho de Ministros de 14 de setembro de 2010 “Procedimentos para a Acreditação de Programas de Ensino Geral e Profissional, Instituições Educativas e Centros de Exame” ⁽⁶²⁾. A Regulação define um conjunto de parâmetros a utilizar pelos avaliadores na avaliação das escolas.

Além disso, foi desenvolvido pelo IKVD, em 2011, um recurso metodológico intitulado “Metodologia para Avaliação da Qualidade de Instituições Educativas, Centros de Exame e Programas de Ensino” ⁽⁶³⁾, que se destina a apoiar os avaliadores a configurar os parâmetros definidos em função dos níveis de exigência acordados.

As principais áreas cobertas por este quadro são: (1) conteúdo da educação – programas de ensino das escolas; (2) ensino e aprendizagem; (3) rendimento dos alunos/estudantes; (4) apoio aos alunos/estudantes; (5) clima da escola; (6) recursos da escola e (7) organização, gestão e garantia da qualidade. O quadro prevê 19 parâmetros de avaliação, avaliados de acordo com quatro níveis: Nível I – não satisfatório, Nível II – satisfatório, Nível III – bom e Nível IV – muito bom. É apresentada uma avaliação descritiva para três destes parâmetros. O quadro de avaliação aplica-se ao conjunto das escolas de ensino geral.

4. Procedimentos

A avaliação externa das escolas e dos seus programas é geralmente realizada cada seis anos. No entanto, se o período de acreditação para as escolas é de seis anos, já no caso dos programas de ensino pode variar entre dois e seis anos.

Por exemplo, em 2012, 83 % dos programas de ensino foram acreditados por seis anos e 16 % foram acreditados por dois anos (a acreditação foi negada a 1 % dos programas).

⁽⁶¹⁾ <http://www.ikvd.gov.lv/>

⁽⁶²⁾ <http://m.likumi.lv/doc.php?id=217947>

⁽⁶³⁾ http://ikvd.gov.lv/assets/files/faili/24.05.2011.leksej_ie_noteikumi_Nr.5.pdf

Distinguem-se três etapas no processo de avaliação das escolas:

- uma etapa preparatória (prévia à visita), quando os avaliadores analisam o relatório de avaliação interna preparado pela escola. Nesta fase, o presidente da comissão de avaliação contacta a escola para coordenar a visita;
- a etapa seguinte é a visita à escola (com a duração de dois a três dias). Na escola, a comissão de peritos avalia a instituição e os seus programas de ensino segundo as sete áreas definidas na Regulação (ver a Secção I.3). Inclui observações de aulas (não inferior a 12 aulas) e entrevistas com alunos, pais, professores e um representante da entidade organizadora da escola (geralmente a administração local). São dirigidos questionários a professores, alunos e pais, abordando as mesmas sete áreas de avaliação. Quer as entrevistas quer os questionários abrangem tópicos sobre a oferta educativa (por exemplo, sobre a carga de trabalho, sistema de avaliação (se é claro para o inquirido, etc.), clima da escola, organização de atividades extracurriculares, autogovernança da escola, etc. É analisada a documentação da escola de modo a assegurar que foram preenchidos os documentos obrigatórios e necessários para o ensino e aprendizagem (registos pessoais dos alunos, atas de reuniões pedagógicas e do conselho de escola, pautas com as classificações dos alunos, etc.);
- a última etapa inclui a preparação do relatório de avaliação que é depois enviado ao diretor da escola para conhecimento. Antes da finalização do relatório, pode ser agendada uma fase de consulta com a escola. Além disso, antes da reunião mensal da Comissão de Acreditação no IKVD, a escola tem o direito de submeter objeções ao relatório e propostas para o presidente da Comissão. A escola pode ainda informar o presidente da Comissão da eventual presença de um representante na reunião.

Para fins de acompanhamento, é pedido às escolas a submissão de um relatório anual ao IKVD sobre o seu progresso na implementação das recomendações emitidas em resultado da avaliação. Apesar de não haver um tempo limite fixado no quadro de avaliação, geralmente as escolas são aconselhadas a apresentar pelo menos um plano para implementação conjuntamente com a submissão do seu primeiro relatório de progresso (antes de 1 de dezembro).

Devem depois apresentar um relatório de progresso anualmente até estarem implementadas todas as recomendações. A eficiência da execução deste processo é tida em conta para a acreditação seguinte.

5. Resultados da avaliação externa

A Comissão de Peritos em Acreditação submete ao IKVD o relatório de avaliação e as propostas (recomendações) de melhoria da escola. Com base nestas propostas, o IKVD decide sobre a acreditação da escola por um período de seis anos. Decide também sobre a acreditação do seu programa educativo por seis ou por dois anos, ou se recusa a acreditação. As escolas são obrigadas a tomar medidas para aplicar as recomendações. Cabe à entidade organizadora (geralmente a administração local) assegurar o apoio à implementação das melhorias necessárias nas respetivas escolas. As comissões de peritos podem recusar a acreditação de programas educativos pelo período de seis anos caso alguns aspetos não sejam classificados como sendo de grande qualidade. Quando esta situação ocorre, a acreditação pode ser atribuída apenas por dois anos. Pode decidir-se por uma recusa se algum dos critérios seguintes for avaliado como “insuficiente”: (1) conteúdo da educação – programas de ensino ministrados; (2) qualidade do ensino; (3) equipamento e outros recursos materiais; (4) recursos humanos, ou se mais de um terço dos 19 critérios são avaliados como “insuficientes”. Em alguns casos, o IKVD exige uma resposta imediata da escola relativamente às recomendações dos peritos, mas normalmente a escola deve responder antes de 1 de dezembro. A recusa da acreditação é sinal de uma oferta de baixa qualidade seja do programa educativo ou do funcionamento da escola em geral. Nesse caso, o poder de tutela toma as medidas apropriadas para melhorar a oferta educativa ou a gestão da escola. Esta pode candidatar-se a uma reavaliação num período não inferior a três meses após a recusa da acreditação. A consequência mais grave para uma escola que viu negada a acreditação do seu programa educativo é a perda do direito de emitir certificados de conclusão do ensino geral oficialmente reconhecidos.

- Quaisquer recursos adicionais ou oferta formativa alocada às escolas depende da entidade organizadora da escola.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O IKVD publica os relatórios dos peritos⁽⁶⁴⁾ (somente a parte acessível ao público) no seu sítio de Internet. Os resultados da avaliação externa são divulgados através de um modelo específico, incluindo os nomes dos peritos, a notação, pontos fortes e recomendações. As conclusões da avaliação também podem ser consultadas mediante solicitação pelos pais, alunos e outras partes interessadas. O IKVD produz um relatório anual que consolida as respostas submetidas pelas escolas acerca da implementação das recomendações dos peritos em avaliação externa e informa o Ministério da Educação e Ciência.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A atual legislação em vigor (Regulação nº 852 do Conselho de Ministros) estipula que a avaliação interna deve ser realizada pelo menos uma vez cada seis anos. No entanto, durante o processo de avaliação externa, os peritos verificam se a avaliação interna é efetuada sistematicamente todos os anos e se é centrada em áreas prioritárias. Os peritos também avaliam se o rendimento escolar dos alunos é avaliado anualmente pelas escolas. A principal finalidade da avaliação interna é a melhoria da qualidade das escolas e do seu funcionamento, e a produção de um relatório destinado a sustentar a avaliação externa das escolas. A estrutura do relatório de avaliação interna, definida pela Regulação supra mencionada, consiste em: (1) perfil geral da escola, (2) objetivos principais da escola (prioridades educativas de anos anteriores e resultados/conclusões), (3) progresso na implementação das recomendações de avaliações prévias, (4) desempenho da escola em função de indicadores de qualidade dos sete domínios de avaliação, (5) outras realizações (significantes/específicas da escola) e (6) um plano de desenvolvimento (baseado nas conclusões da avaliação interna). A avaliação interna deve incluir uma análise dos resultados dos alunos nos exames nacionais.

2. Partes envolvidas

A Regulação do Conselho de Ministros estipula que toda a comunidade educativa – professores, alunos e pais – devem participar na avaliação interna. Uma escola tem o direito de decidir qual o grau do envolvimento das partes interessadas no processo de avaliação. Contudo, durante a avaliação externa, os peritos externos consideram o envolvimento de toda a comunidade educativa parte integral dos seus critérios de avaliação. Pais, alunos e representantes da administração local são geralmente consultados através de questionários e entrevistas durante o processo de avaliação interna.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

A estrutura do relatório de avaliação interna é determinada pela Regulação do Conselho de Ministros (ver Secção II.1). As escolas devem analisar os resultados dos seus alunos nos exames nacionais normalizados. Deve ser feita uma comparação com as médias nacionais (dos últimos dois anos) e as médias de outras escolas semelhantes (por exemplo, escolas em meio rural com outras escolas rurais ou escolas localizadas na capital com outras situadas na capital, etc.). Na Letónia, a maioria das escolas são fundadas pela administração local e, durante a avaliação interna, são livres para solicitar apoio a especialistas em educação no âmbito da respetiva administração local. O *Manual para a Avaliação e Planificação do Desenvolvimento das Escolas* apresenta uma abordagem à avaliação interna das escolas e à planificação do desenvolvimento.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

O pessoal escolar utiliza as conclusões da avaliação interna para o planeamento prospetivo. As prioridades para o ensino e a aprendizagem também são determinadas em função dessas conclusões. Na Letónia, a maioria das escolas é criada por administrações locais e municípios que continuam a ser responsáveis pela manutenção das escolas e por todos os aspetos do seu funcionamento. Desse modo, os especialistas em educação na administração local analisam as conclusões da avaliação interna a fim de melhorar o funcionamento das escolas nos respetivos municípios. As autoridades educativas centrais

⁽⁶⁴⁾ <http://ikvd.gov.lv/vispareja-izglitiba/>

usam os resultados da avaliação interna para monitorizar a qualidade do desempenho das escolas.

Os resultados da avaliação interna devem ser publicados no sítio de Internet da escola ou da entidade organizadora da escola (município).

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Avaliação da Qualidade da Atividade Profissional dos Professores: os professores podem candidatar-se voluntariamente à avaliação da sua atividade docente, de acordo com uma escala de cinco níveis (o nível cinco é o mais elevado). Segundo os procedimentos fixados pelo Ministério da Educação e Ciência para o ano letivo de 2013/14, a avaliação de professores nos níveis um a três decorre na escola e é efetuada pela comissão de avaliação interna. O nível quatro é avaliado externamente a nível do município e o nível cinco é avaliado externamente a nível nacional. De acordo com a Regulação do Conselho de Ministros sobre os Salários dos Professores, os docentes avaliados nos níveis três, quatro e cinco recebem suplementos salariais de 8 %, 20 % e 25 % respetivamente, pelo seu trabalho, o que os motiva a obter qualificações profissionais mais elevadas.

A Unidade de Auditoria Interna do Ministério da Educação e Ciência tem o direito de realizar auditorias à oferta educativa das autoridades locais. O Serviço Nacional de Auditoria da Letónia tem o direito de avaliar a eficácia da oferta educativa das autoridades locais.

O rendimento dos alunos nos exames nacionais é monitorizado pelo Centro Nacional de Educação, que publica os resultados de cada escola nesses exames. Os resultados agregados são comparados por níveis de desempenho, localização da escola (em meio urbano, em meio rural, etc.), tipo de escola, língua de ensino (escolas letãs e de minorias étnicas), etc.

O Centro Nacional de Educação transmite ao pessoal da escola os resultados agregados dos alunos obtidos pelas escolas em exames nacionais. Os resultados são ponderados e comparados com as médias nacionais e as médias das escolas locais.

Secção IV. Reformas

Uma recente alteração da Lei Geral de Educação introduziu a obrigatoriedade de efetuar a avaliação externa dos diretores das escolas; está atualmente em desenvolvimento uma regulamentação do Governo e prevê-se que o processo se inicie em 2015. Estão a ser desenvolvidos os critérios de avaliação, que ficarão consagrados numa Regulação do Conselho de Ministros. Os resultados da avaliação serão usados para informar decisões sobre o desempenho e os abonos salariais dos diretores das escolas.

A partir de 2017, a lista de indicadores de desempenho usados na avaliação externa e interna das escolas será ampliada. Para além de um indicador sobre o desempenho nos exames nacionais, haverá ainda outros oito indicadores de desempenho, incluindo os percursos educativos pós-secundários e a situação dos diplomados em termos de emprego; o número de alunos que têm interesse em frequentar programas educativos (extracurriculares) de orientação escolar ou profissional; o número de alunos que aprendem através de planos individuais e os que estão a repetir o ano, etc. Esta medida permitirá uma análise abrangente da qualidade da educação em cada escola e a nível nacional. Os indicadores de qualidade permitirão a todas as partes interessadas no setor da educação um entendimento partilhado e melhor relativamente ao conceito de educação de qualidade. Os indicadores serão objeto de um controlo e análise com vista a melhorar a qualidade do sistema educativo.

Uma proposta de Regulação do Conselho de Ministros prevê que, a partir de 2015, as escolas sejam obrigadas a atualizar os seus relatórios de avaliação interna anualmente (e não cada seis anos). A medida destina-se a permitir uma análise mais frequente e mais detalhada da qualidade da educação a nível de escola e a nível nacional. Também sensibiliza as escolas para o valor da avaliação interna como instrumento de apoio ao seu trabalho quotidiano e à melhoria da qualidade. A medida visa instituir uma cultura de avaliação interna nas escolas letãs.

Lituânia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A responsabilidade pela avaliação externa é partilhada entre a Agência Nacional de Avaliação das Escolas ⁽⁶⁵⁾ (NASE) (uma instituição sob a jurisdição do Ministério da Educação e Ciência), e a entidade que tutela a escola, normalmente o município ou a administração central (exceto no caso das escolas privadas).

O poder de tutela inicia e planifica a avaliação externa das suas escolas, providencia-lhes assistência antes e após a avaliação, e monitoriza o seu desempenho após a avaliação. A NASE leva a cabo a seleção, formação e certificação dos avaliadores externos; organiza e coordena avaliações; define o calendário; constitui as equipas de avaliação, controla o progresso da escola e o apoio dado; e fornece dados sobre o desempenho da escola.

A avaliação externa de uma escola é conduzida por equipas de avaliadores externos. O objetivo declarado da avaliação externa é a promoção da melhoria da escola através do incentivo de uma cultura de (auto)desenvolvimento e melhoria dos níveis de desempenho.

2. Avaliadores

Os avaliadores externos devem possuir um diploma de estudos superiores, ter qualificações pedagógicas, acumular três ou mais anos de experiência docente ou em gestão no sistema educativo e ter literacia digital. Adicionalmente, devem ter conhecimentos de legislação da educação, ser capazes de analisar informação e possuir outras competências genéricas como a capacidade para trabalhar em equipa.

O direito de realizar avaliações só é atribuído aos avaliadores após a conclusão de um curso de formação especial e da obtenção da qualificação de avaliador externo. Existem três níveis de qualificação: avaliador, avaliador-mentor e avaliador principal. A qualificação deve ser renovada cada três anos. Os candidatos a esta qualificação pela primeira vez devem realizar

80 horas de formação teórica e 45 horas de formação prática, ou seja, devem participar na avaliação externa de uma escola como estagiários. Os avaliadores que estão a renovar a sua qualificação devem ter participado em pelo menos seis avaliações e ter efetuado pelo menos 90 horas de formação.

Os avaliadores externos são peritos independentes selecionados pela NASE, com contrato de trabalho regido pela *Lei da Contratação Pública*.

3. Quadro de avaliação

As avaliações externas são conduzidas a partir da aplicação de indicadores de avaliação global das escolas ⁽⁶⁶⁾, que fazem parte do “Procedimento para a Avaliação Externa da Qualidade do Desempenho nas Escolas de Ensino Geral”. O quadro de avaliação, válido para todas as escolas, é constituído por 67 indicadores de desempenho agrupados em 22 tópicos que cobrem cinco áreas: cultura da escola, ensino e aprendizagem, rendimento escolar dos alunos, apoio aos alunos e gestão escolar. A lista de indicadores incorpora descritores. O desempenho da escola é avaliado a partir de uma escala de cinco níveis: Nível 4 (muito bom), Nível 3 (bom), Nível 2 (razoável), Nível 1 (pobre), e Nível N (muito pobre). A descrição destes níveis figura no sítio de Internet mencionado supra.

4. Procedimentos

As escolas são avaliadas cada sete anos. Se os resultados mostram que o desempenho da escola é pobre e o progresso é insignificante, são efetuadas avaliações mais frequentes. Este tipo de avaliação pode ser iniciado pela própria escola ou pelo poder tutelar. Como etapa preliminar, a NASE recolhe dados sobre o desempenho da escola, como informação acerca do rendimento escolar dos alunos e recursos da escola (humanos e materiais), que é transmitida aos avaliadores. Adicionalmente, a escola sob análise deve prestar aos avaliadores a seguinte informação: plano de aulas e calendário de atividades semanais; informação sobre as avaliações internas; plano estratégico da escola; plano educativo; programas de atividades; e relatórios sobre os progressos dos alunos. Os avaliadores devem ter em conta o

⁽⁶⁵⁾ <http://www.nmva.smm.lt/en/>

⁽⁶⁶⁾ <http://www.nmva.smm.lt/external-evaluation-2/basic-information/>

contexto político, socioeconómico, cultural, tecnológico e pedagógico da escola. Estes elementos são tidos em conta quando a equipa de avaliadores discute o relatório final sobre a qualidade da escola e o seu desempenho.

Antes da avaliação, o avaliador principal reúne com representantes da comunidade escolar, designadamente o diretor da escola, pessoal, alunos e pais. Outros agentes como os representantes da entidade tutelar da escola e o sindicato dos professores também podem participar. Estas reuniões ou entrevistas de um dia visam saber mais sobre a autoavaliação da escola, como é avaliada por outros, e como deve ser organizada a avaliação externa (até 2014, eram ainda realizados inquéritos a pais, alunos e professores). Os dados recolhidos servem para formular hipóteses sobre pontos fortes e fragilidades da escola.

Após estes passos preliminares, a equipa de avaliadores conduz uma visita de três a cinco dias, a qual poderá ser prolongada no caso de as atividades letivas não corresponderem ao plano educativo ou calendarização aprovada. O principal foco reside na observação de aulas e na análise dos processos da escola (75 % da informação recolhida). Os avaliadores usam um formulário estruturado para se focarem nas observações. São observadas atividades de cada um dos professores (incluindo aulas). É então disponibilizado um relatório provisório ao diretor da escola, que o apresenta ao corpo docente para comentários; o relatório final tem em consideração este contributo. O acompanhamento da avaliação externa é feito pela entidade tutelar da escola e pela NASE, especialmente quando os resultados revelam um desempenho pobre. Neste processo não intervêm avaliadores externos.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de avaliação externa indica os pontos fortes e fragilidades da escola e propõe um conjunto de recomendações para melhorar o desempenho. Finalizado o relatório de avaliação, o diretor da escola, juntamente com o pessoal docente, deve elaborar um plano de melhoria e informar o poder de tutela da escola. As escolas podem obter apoio financeiro como forma de as incentivar a utilizar a informação contida nos relatórios de avaliação externa para a melhoria do seu desempenho. A entidade de tutela decide que

tipo de apoio deve alocar às escolas, por exemplo, contratação de pessoal pedagógico que garanta assistência aos alunos. Contudo, qualquer apoio suplementar depende dos recursos disponibilizados pela tutela. As sessões de formação são organizadas pela própria escola dependendo das necessidades. No entanto, a entidade de tutela também pode oferecer formação como apoio adicional. Se uma escola recebe uma classificação baixa e não faz qualquer progresso, pode ser iniciada uma avaliação à direção da escola. No sistema educativo não se incluem outras medidas disciplinares.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

A NASE envia o relatório de avaliação à escola e à respetiva instituição tutelar.

O diretor da escola deve fazer uma apresentação das conclusões ao restante pessoal, pais e alunos. As conclusões principais (pontos fortes e pontos fracos) referentes a todas as escolas são divulgadas no sítio de Internet da NASE e incluídas no Sistema de Informação e Gestão Educativa (EMIS). A escola pode optar por disponibilizar ao público uma versão integral do relatório caso. Mediante solicitação, a NASE pode prestar informação adicional acerca do desempenho de qualquer escola ou grupo de escolas (aquelas que estão sob a tutela de uma única entidade).

A NASE apresenta um relatório anual sobre a avaliação externa das escolas ao Ministro da Educação e Ciência. Este relatório é divulgado ao público. A NASE recolhe igualmente informação sobre boas práticas nas escolas e distribui esta informação em cooperação com diretores e professores das escolas.

Não foi estabelecido nenhum sistema formal para prestar informação sobre o desempenho de uma escola específica em comparação com um grupo particular de escolas. No entanto, tais análises podem ser feitas utilizando dados do EMIS e de outras fontes. Estas fontes de informação acessíveis ao público transmitem dados sobre aspetos concretos de uma escola:

- pontos fortes e pontos fracos (baseados na avaliação externa);
- grau de melhoria após a avaliação interna (se a escola fornecer esta informação);

- rendimento escolar dos alunos (resultados dos exames *Matura* realizados na conclusão do ensino secundário superior).

Podem ainda ser facultadas sínteses dos resultados da avaliação externa e interna de uma província, ou em certos grupos de escolas (por localização ou tipo de escola). Os relatórios de avaliação externa contêm informação sobre o rendimento escolar (por exemplo, em comparação com os níveis de desempenho previstos e definidos na matriz curricular geral) assim como o progresso dos alunos e outros resultados alcançados pelos alunos na escola.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A Lei Geral da Educação indica que, em paralelo com outras medidas usadas para melhorar a qualidade, deve ser realizada a avaliação interna das escolas. O conselho escolar seleciona as áreas a avaliar assim como abordagens e métodos a seguir. Recomenda-se que as avaliações internas sejam conduzidas de acordo com o modelo produzido pela NASE, aprovado pelo Ministro da Educação e Ciência: *Diretrizes para a Autoavaliação da Qualidade do Desempenho nas Escolas do Ensino Geral*. Apesar de atualmente este ser o modelo mais aplicado em todo o país, as escolas podem aplicar métodos alternativos para avaliar a qualidade do seu desempenho.

De acordo com o modelo recomendado, a avaliação interna tem vários fins, tais como auxiliar os diretores das escolas a monitorizar a oferta educativa, apoiando as escolas no seu processo de automelhoria, e identificar exemplos de boas práticas. Os objetivos da avaliação interna são:

- planear a melhoria da escola;
- reforçar um sentido de identidade e de responsabilidade pela melhoria da escola entre os membros da comunidade educativa;
- apresentar à comunidade educativa informação fiável e abrangente sobre o desempenho da escola;
- melhorar as competências pedagógicas;
- incentivar os indivíduos a refletir sobre o seu próprio papel;
- disseminar modelos de boas práticas.

A avaliação interna é um processo planeado, mas não existem recomendações ou requisitos específicos quanto à duração ou frequência; as escolas são livres para decidir estes pontos. Os resultados da avaliação interna são um aspeto chave da avaliação externa.

2. Partes envolvidas

É recomendado que o conjunto de toda a comunidade educativa participe na avaliação interna, incluindo o diretor da escola e outro pessoal, bem como alunos e pais. O modelo recomendado tem as seguintes etapas:

- preparação;
- avaliação geral;
- análise e avaliação aprofundadas de aspetos selecionados;
- informação sobre procedimentos usados na avaliação e notificação das conclusões; e
- utilização das conclusões para planear futuras melhorias no desempenho.

As responsabilidades e tarefas atribuídas são decididas no âmbito da escola. O diretor da escola, juntamente com a comunidade educativa, planifica a avaliação interna. Durante a análise detalhada das áreas selecionadas, recomenda-se que, se necessário, devem ser recolhidos dados de várias fontes: alunos, pais, residentes na área e meios de comunicação.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

O modelo utilizado na avaliação externa pode ser usado também para a avaliação interna. Recomenda-se que na fase de avaliação geral sejam utilizados todos os indicadores, enquanto na fase de análise mais detalhada se utilizem apenas os mais relevantes que possam revelar as causas dos problemas concretos. As escolas podem utilizar consultores externos treinados pela NASE, que podem ser especialistas de departamentos de educação municipal, líderes escolares e professores, para aconselhar sobre questões como a organização da avaliação interna, processamento de dados, e utilização dos resultados para o planeamento prospetivo. São também facultados por funcionários da NASE conselhos sobre o uso do modelo de avaliação interna recomendado.

O modelo recomendado sugere que membros da comunidade escolar tenham formação sobre como

utilizar o modelo. As sessões de formação são apoiadas por recursos da escola e por prestadores externos. A NASE fornece a plataforma *online* “IQES on-line Lietuva” para apoiar a melhoria da avaliação interna e das aulas. A plataforma dá acesso a instrumentos de avaliação interna concebidos por profissionais que podem ser personalizados, e ainda a aconselhamento sobre metodologia e informação mais geral. Também está disponível uma publicação que contém instrumentos para a avaliação de qualquer tipo de desempenho escolar, em qualquer área e em qualquer contexto escolar. A NASE também prepara materiais de apoio suplementar sobre assuntos relacionados com planeamento e melhoria do desempenho da escola, como sejam publicações, vídeos de aulas (série intitulada *Success Stories*) e vídeos que ilustram como uma boa gestão pode ter um impacto positivo no processo de melhoria. Estas publicações e vídeos são fornecidos a cada escola e estão também disponíveis ao público.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A Lei Geral da Educação indica que o conselho escolar deve analisar os resultados da avaliação interna e tomar decisões quanto à melhoria das atividades da escola.

As Diretrizes para a Autoavaliação da Qualidade do Desempenho nas Escolas do Ensino Geral enfatizam que a avaliação interna só é eficaz se os seus resultados forem utilizados para informar decisões sobre a gestão, melhorar a oferta educativa e ajudar os professores a aperfeiçoar competências. O documento recomenda que a comunidade educativa seja informada acerca dos processos e resultados, que lhe sejam transmitidos dados e relatórios e que os resultados da avaliação sejam usados para orientar a melhoria do desempenho da escola. A avaliação externa foca-se na forma como a escola utiliza as conclusões da avaliação interna e externa para o planeamento estratégico e melhoria do desempenho da escola.

Apesar dos dados recolhidos durante a avaliação interna serem confidenciais, a escola pode optar por partilhar esta informação com terceiros. A NASE encoraja as escolas a partilhar tal informação se isso ajudar as suas entidades de tutela e as instituições educativas nacionais a identificar tendências, alocar financiamento e

disseminar exemplos de boas práticas. Além disso, uma informação publicamente acessível permite às escolas comparar o seu desempenho com outras que funcionem em condições semelhantes (no mesmo município ou tipo de localização – urbana ou rural) e ainda é útil em termos de relações públicas. A maioria das escolas disponibiliza esta informação.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

A avaliação dos professores é efetuada por uma comissão que engloba o diretor ou o vice diretor da escola juntamente com representantes do conselho escolar (órgão de gestão da escola), pessoal docente e entidade tutelar. A comissão é aprovada pela entidade tutelar. A avaliação é voluntária, mas torna-se obrigatória se estiver em causa a competência de um professor. Os procedimentos de avaliação de professores também podem ser determinados por acordo mútuo na esfera da escola.

Os diretores das escolas são avaliados por uma comissão constituída pelos representantes da entidade tutelar da escola e outros diretores de escolas. Os líderes escolares são avaliados a cada cinco anos e em alguns casos com maior frequência. Os diretores das escolas devem ter competências necessárias para gerir um estabelecimento de ensino.

A divisão da autarquia responsável pela educação é inspecionada pelo serviço interno de auditoria do próprio município. É avaliado o seu desempenho geral e gestão financeira. Finda a avaliação, são apresentadas conclusões referentes a todas as áreas de atividade e recomendações de melhoria.

O Ministério da Educação e Ciência e respetivas instituições autorizadas são responsáveis pela organização e implementação da monitorização da educação a nível nacional. Se o diretor do EMIS acompanha a monitorização nacional, a administração municipal organiza o processo a nível local. A monitorização recorre a dados sobre: alunos e o seu rendimento escolar, pessoal escolar, financiamento da educação, serviços de fornecimento às escolas e outra informação.

O Centro Nacional de Exames (NEC) publica (e transmite às escolas) os resultados de cada escola nos exames nacionais *Matura* aplicados na conclusão do ensino secundário superior. Estes podem ser comparados às médias municipais ou

nacionais. As escolas também administram exames do ensino básico organizados a nível nacional, mas os seus resultados a nível de escola não são publicados. O NEC criou exames normalizados que as escolas podem utilizar para avaliar o rendimento dos seus alunos e compará-los com as médias nacionais. Estes resultados são tidos em conta na avaliação externa. A utilização desta informação na avaliação interna depende da área a ser avaliada e dos métodos usados.

Uma supervisão da educação ajuda a assegurar a qualidade da implementação da política educativa. A supervisão estatal é levada a cabo pelo Ministério da Educação e Ciência.

Durante a acreditação dos prestadores de ensino secundário, é avaliada a qualidade dos programas lecionados.

Secção IV. Reformas

Com as mudanças no quadro legislativo do país, está a ser desenvolvido um sistema de supervisão que inclui o setor da educação. O Governo está a considerar a possibilidade de consolidar o exercício da supervisão das instituições e a otimização das suas funções. A reorganização da supervisão do sistema educativo não se limita à mera verificação do cumprimento da legislação, mas evolui no sentido de uma análise mais aprofundada da situação da educação e prestação de maior apoio aos prestadores de educação.

Luxemburgo

Secção I. Avaliação externa

Sem avaliação externa das escolas.

Secção II. Avaliação interna

1. Estatuto e objetivos

Como resultado da crescente autonomia pedagógica atribuída às escolas através de uma série de documentos legislativos promulgados desde 2004, o Luxemburgo coloca uma ênfase acentuada na avaliação interna das escolas como forma de melhorar a sua qualidade. Em 2009, foi criada a Agência para o Desenvolvimento da Qualidade das Escolas (ADQS) no seio do Ministério da Educação, das Crianças e da Juventude (MENJE) cuja missão principal é a oferta de apoio metodológico e sustentado por evidências às escolas para estas melhorarem a sua qualidade.

Todas as escolas primárias têm a obrigação legal de elaborar, implementar e analisar os resultados do seu plano de desenvolvimento trienal⁽⁶⁷⁾. As escolas secundárias são fortemente aconselhadas pela ADQS a fazer o mesmo apesar de não estar prescrito por lei.

Esta abordagem à autoavaliação, baseada em orientações e modelos nacionais, implica uma análise inicial do contexto da escola, dos seus pontos fortes e fragilidades, após a qual são identificadas prioridades, definidos objetivos e elaborados e implementados planos de ação anuais. Os progressos e as realizações são revistos anualmente.

Nas escolas primárias, cada plano de desenvolvimento deve obedecer a um formulário padronizado disponível no sítio de Internet da ADQS. Deve ser feito um diagnóstico dos pontos fortes e pontos fracos das escolas de acordo com uma metodologia comum. Cada plano de desenvolvimento da escola deve conter entre um e cinco objetivos, sendo pelo menos um deles baseado no ensino e na aprendizagem. As escolas são encorajadas a avaliar os resultados

⁽⁶⁷⁾ O plano de desenvolvimento da escola é referido como "*plan de réussite scolaire*" nas escolas primárias e como "*plan de développement scolaire*" nas escolas secundárias.

do desempenho dos alunos ao avaliarem as suas prioridades em termos de melhoria. Para além destes requisitos e recomendações, as escolas são livres de escolher as modalidades de recolha e análise de dados, e de definir as suas prioridades. O plano de desenvolvimento da escola é produzido cada três anos, a avaliação do seu plano de ação é conduzida anualmente pela equipa pedagógica com o apoio da ADQS.

Esta avaliação centra-se claramente na escola e os resultados visam exclusivamente a sua melhoria e não a prestação de contas a uma autoridade externa.

2. Partes envolvidas

A avaliação interna das escolas gira em torno do seu plano de desenvolvimento interno. Nas escolas primárias, a comissão escolar (composta por professores e representantes da direção) é responsável pela produção deste plano em colaboração com representantes dos pais, coordenadores dos grupos disciplinares e o presidente da comissão escolar da autoridade local. O plano apoia-se em recomendações e conselhos pedagógicos dos inspetores. A ADQS verifica se o plano está em conformidade com as recomendações metodológicas nacionais antes da sua aprovação final pela autoridade local.

O procedimento não está legalmente definido para as escolas secundárias, apesar de a maioria elaborar o seu próprio plano de desenvolvimento interno. Na prática, a gestão da escola faz um esforço para assegurar um nível elevado de participação dos professores, pais e parceiros da comunidade educativa.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

A ADQS oferece apoio metodológico às escolas para as fases de recolha, análise e interpretação de dados, que devem ser efetuadas para o plano de desenvolvimento da escola. A ADQS disponibiliza às escolas vários tipos de dados (características demográficas da população escolar, desempenho dos alunos (ver Secção III) e dados descritivos sobre práticas de ensino e perspetivas das parcerias escolares). A ADQS oferece ainda instrumentos para análise e interpretação desses dados.

A ADQS disponibiliza os seguintes instrumentos no seu sítio de Internet ⁽⁶⁸⁾:

- guias práticos para elaborar o plano de desenvolvimento da escola;
- um formulário estruturado para elaborar o plano de desenvolvimento da escola;
- um quadro de referência que define os tópicos e as dimensões relevantes para a qualidade da escola;
- instrumentos para recolha de dados (questionários, grelhas de entrevistas, tabelas).

A ADQS oferece às escolas primárias apoio individual mediante solicitação, formação anual obrigatória e sessões de trabalho regulares, incluindo apoio metodológico na elaboração e monitorização da implementação do plano de desenvolvimento da escola; interpretação e utilização de dados sobre o desempenho da escola; e comunicação dos resultados da escola. Com base na formação dada e na experiência obtida, muitas escolas realizam atualmente inquéritos frequentes para avaliar o grau de satisfação dos alunos, professores e pais. Os inspetores escolares e os “professores de recurso” (professores específicos que são legalmente destacados para facultar apoio pedagógico extra a cada inspetor) também concedem um apoio significativo às escolas na implementação dos seus planos e na monitorização do progresso.

Deve salientar-se que a ADQS oferece apoio semelhante sob solicitação às escolas secundárias no âmbito de projetos escolares inovadores concebidos para melhorar a sua qualidade ⁽⁶⁹⁾.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A avaliação interna visa a melhoria da qualidade da escola, pelo que os resultados são apenas para uso interno. Se os objetivos fixados no plano de desenvolvimento da escola não são atingidos, não há consequências diretas. O processo de avaliação visa ajudar a decidir se os objetivos definidos no seu plano de desenvolvimento devem ser modificados ou transpostos para o próximo plano.

⁽⁶⁸⁾ <https://portal.education.lu/qualitescolaire/Accueil.aspx>

⁽⁶⁹⁾ <http://www.ccpe.lu/index.php>

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O Ministério da Educação, das Crianças e da Juventude (MENJE) supervisiona a utilização dos recursos humanos e financeiros em escolas secundárias. Todos os anos, durante o primeiro trimestre do ano letivo, funcionários do Ministério visitam as escolas para controlar e debater a utilização de recursos, incluindo orçamentos, alocação de pessoal e infraestrutura. São igualmente examinados os horários.

Os inspetores são responsáveis pela supervisão do trabalho das escolas primárias, dando *feedback* sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem. A nível secundário, o diretor da escola desempenha este papel. No entanto, devido à pressão excessiva sobre o horário dos inspetores em virtude de tarefas administrativas, as inspeções só são efetuadas quando um professor pede a transferência de uma escola para outra ou quando é necessário resolver um problema específico.

Os resultados dos alunos nos exames normalizados ⁽⁷⁰⁾, aplicados a todos os alunos no 3º e 9º anos, são enviados às escolas pelo MENJE, para ajudá-los a monitorizar e elevar o nível de desempenho dos alunos. Os resultados individuais dos alunos podem ser comparados a nível de turma, escola e médias nacionais em função do estatuto socioeconómico dos alunos. O *feedback* da turma encoraja os professores a identificar pontos fortes e pontos fracos e adaptar o seu ensino. Estes dados a nível de escola e alunos não são publicados em tabelas de classificação nem utilizados para fins de controlo externo ou sancionatórios. A publicação dos resultados individuais das escolas para fins de prestação de contas continua a ser tópico de discussão entre parceiros educativos. Os diretores de turma são livres de distribuir os resultados dos alunos aos pais mas raramente isso acontece. Os pais podem solicitar à escola os resultados dos seus educandos, mas esta prática não é habitual.

Cada três anos é publicado um relatório nacional baseado nos resultados dos exames normalizados. O MENJE utiliza este relatório para adaptar as suas políticas com vista a responder às necessidades de ensino e aprendizagem de uma população discente cada vez mais diversificada. A

pedido do Ministro, o SCRIPT-ADQS ⁽⁷¹⁾ produz outros relatórios específicos sobre variados tópicos como o desempenho dos alunos, avaliações de projetos-piloto e recolha e síntese dos comentários qualitativos enviados pelas escolas (inspetores, presidentes das comissões escolares e diretores de escolas).

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Hungria

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Na Hungria, a Lei sobre a Educação Geral (2011, CXC) indica três organismos de participação fundamentais e duas formas de avaliação externa das escolas.

Os organismos de participação envolvidos na avaliação externa são:

- o ministério responsável pela educação, que tem a responsabilidade global e apoia certos aspetos da sua implementação;
- a autoridade educativa, um órgão da administração central sob a tutela do Ministério responsável pela educação, com deveres de coordenação, recolha de dados a nível central, determinação do âmbito e método de avaliação, melhoria dos níveis de qualidade e instrumentos de avaliação utilizados;
- a unidade sub-regional da administração pública húngara (*kormányhivatal*), responsável pela realização de inspeções escolares.

As formas de avaliação externa das escolas previstas na Lei sobre a Educação Geral são:

- a verificação da conformidade legal (*Hatósági ellenőrzés*), que permite assegurar que as escolas funcionam de acordo com a legislação relevante. A unidade sub-regional da administração pública húngara (SRU) realiza este exame de acordo com um programa de trabalho aprovado anualmente pelo Ministério

⁽⁷⁰⁾ Toda a informação relativa aos exames normalizados está disponível online em <http://www.epstan.lu/cms/fr/>

⁽⁷¹⁾ A Agência para o Desenvolvimento da Qualidade da Escola é uma divisão do SCRIPT (*Service de Coordination de la Recherche Innovative, Pédagogique et Technologique*).

da Educação. O programa de trabalho indica quais as escolas e aspetos da oferta a analisar, apesar de não estabelecer procedimentos sistemáticos e abrangentes quanto à forma como é feita a verificação. O ministério pode sugerir e oferecer cooperação ao SRU, disponibilizando documentos de apoio, especialmente quando é o próprio Ministério inicia uma verificação da conformidade.

- A inspeção “pedagógica/profissional” (*Pedagógia- szakmai ellenőrzés*) deverá ser lançada em 2015, no final de um programa-piloto de três anos. Trata-se de um processo de avaliação abrangente regulado por lei, que abrange a avaliação de professores, diretores das escolas e da própria escola. O objetivo da inspeção e da avaliação é melhorar a qualidade das práticas escolares. O SRU é responsável pela realização das inspeções, enquanto a autoridade educativa recolhe informação e dados a nível nacional e fornece normas e critérios de avaliação.
- De acordo com a Lei sobre a Educação Geral (2011, CXC) as autoridades responsáveis (municípios) também podem conduzir a avaliação das escolas.

2. Avaliadores

Não há avaliadores diretamente nomeados pelo Ministério ou autoridade educativa.

Os inspetores encarregues da verificação da conformidade legal são funcionários públicos, na maioria dos casos membros efetivos do SRU, titulares de, no mínimo, uma qualificação superior e um certificado especial de formação em administração pública.

Os avaliadores encarregues da inspeção “pedagógica/profissional” são profissionais externos, sobretudo professores, nomeados pelo SRU por um período específico para efetuar inspeções específicas. Para serem nomeados devem figurar num catálogo publicado pela autoridade educativa. Os inspetores devem ser titulares de um curso superior, ter qualificação docente e pós-graduação em docência, assim como 14 anos de experiência docente. Devem participar no programa de formação em serviço organizado pela autoridade educativa.

Para continuarem a figurar no catálogo de peritos, devem cumprir todas as suas funções; participar regularmente no programa de formação em serviço organizado pela autoridade educativa; e atingir um determinado nível ou pontuação no

quadro (*scorecard*) completado por pessoal avaliado.

3. Quadro de avaliação

Para a verificação da conformidade legal, o SRU examina todas as escolas segundo critérios variados relativos a questões como, por exemplo, igualdade de tratamento, número de alunos na turma, prevenção de acidentes e implementação de planos de ação.

No quadro do sistema de inspeção “pedagógica/profissional”, a autoridade educativa fornece os parâmetros a utilizar e a orientação sobre como aplicá-los. O SRU competente inspeciona todas as escolas com o objetivo de lhes facultar orientações para a melhoria do seu trabalho pedagógico e profissional. Esta inspeção é igualmente usada para avaliar a forma como a instituição implementa o seu próprio programa pedagógico. A inspeção abrange as seguintes áreas: processos educativos (planificação/ implementação/monitorização/avaliação/*feedback*/ melhoria); desenvolvimento pessoal e social dos alunos; gestão e administração dos resultados dos alunos com especial atenção às questões da proteção de dados e privacidade; partilha do conhecimento institucional, comunicação e relações profissionais; parcerias escolares (trabalho em rede); recursos da escola e clima da escola (por exemplo, ferramentas TIC, aspetos ambientais, equipamento para crianças com necessidades educativas especiais; processos de decisão; desenvolvimento profissional contínuo); e cumprimento dos objetivos do Currículo Nacional de Base e do programa da escola.

4. Procedimentos

O programa anual de trabalho do SRU especifica quais são as escolas e os aspetos da sua oferta a verificar. Não existe uma frequência fixa para a verificação da conformidade legal mas o processo inclui:

- análise dos documentos relevantes às áreas inspecionadas, por exemplo, no caso de igualdade de tratamento dos alunos, registos de matrícula e de turmas indicando a distribuição dos alunos nas turmas;
- entrevistas com os responsáveis; na maioria dos casos o diretor e vice diretor da escola, tendo em conta as áreas sob inspeção definidas no plano de trabalho do avaliador;

- visita à escola e observações relativas às áreas a inspecionar. A duração e frequência das visitas dependem do caso concreto;
- acompanhamento da avaliação – as escolas devem executar todas as medidas que o parecer vinculativo do SRU especifica.

Cada cinco anos, o SRU competente realiza a inspeção “pedagógica/profissional”, que se baseia no processo seguinte:

- distribuição, recolha e análise de inquéritos à satisfação dos professores, funcionários da escola e pais;
- análise de documentos, tais como autoavaliações conduzidas pela escola, resumos dos documentos ligados a inspeções prévias, programa pedagógico da instituição, planos de desenvolvimento profissional contínuo, estatutos da escola, regulamento da escola, síntese da documentação sobre a avaliação dos professores e diretor da escola e análise dos resultados dos alunos;
- entrevistas com pelo menos 5 % dos membros do corpo docente;
- visita de um dia à escola para entrevistar o pessoal, clarificar informações e dados recolhidos através da análise documental, observar o ambiente da escola e avaliar as infraestruturas da escola;
- no prazo de uma semana após a visita, os avaliadores enviam um relatório para a autoridade responsável pela escola e diretor da escola. Este deve preparar um plano de ação de cinco anos. A implementação deste plano e a documentação das inspeções prévias são examinados durante as inspeções ulteriores.

5. Resultados da avaliação externa

As medidas resultantes da verificação da conformidade legal dependem da gravidade das infrações identificadas. O SRU:

- informa a instituição e o respetivo órgão responsável acerca das conclusões e em caso de incumprimento, convoca a entidade competente a agir;
- pode impor uma multa;
- pode retirar a escola do registo (encerrando-a);
- pode iniciar um processo judicial.

No seguimento da inspeção “pedagógica/profissional” e do relatório preparado pelos avaliadores, a escola irá desenvolver um plano de ação de cinco anos tendo em conta as conclusões e recomendações. O pessoal docente deve

aprovar o plano de ação e o diretor da escola envia o plano à autoridade responsável pela escola. A escola pode receber formação e recursos adicionais dependendo do plano de ação desenvolvido pelo diretor e da decisão da autoridade responsável.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

As conclusões da verificação da conformidade legal não são publicadas, mas o SRU competente deve colocar essa informação na plataforma da autoridade educativa.

Segundo a legislação relevante, os dados e informações emanadas da inspeção “pedagógica/profissional” são recolhidos pela autoridade educativa. Esta deve preparar um relatório nacional e, tendo em conta as conclusões, procura melhorar os métodos, instrumentos e critérios utilizados. O novo sistema de inspeção será implementado a partir de 2015 mas, neste momento, está por especificar a forma como serão comunicados os resultados. A escola deve publicar no seu sítio de Internet o relatório especializado compilado durante a inspeção “pedagógica/profissional”.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Segundo a Lei sobre a Educação Geral (2011, CXC), os processos de avaliação interna das escolas devem ser analisados no decurso da inspeção “pedagógica/profissional” externa que será efetuada numa fase piloto em 2015 (ver Secção I). Um despacho ministerial estipula que os métodos usados durante a avaliação interna do trabalho pedagógico da escola devem ser especificados num documento.

De acordo com a regulamentação atual, as próprias escolas podem decidir como efetuar a avaliação. No entanto, a autoridade educativa fornecerá às escolas os instrumentos de autoavaliação e inquéritos de satisfação (ver Secção II.3).

Apesar da ausência de recomendações específicas sobre frequência, a inspeção pedagógica/profissional externa a realizar cada cinco anos implica a condução de uma avaliação interna regular. Quer a avaliação interna quer a externa são parte integral do sistema de garantia

da qualidade. O objetivo da avaliação interna é assegurar a qualidade.

2. Partes envolvidas

As escolas têm plena autonomia para decidir quem deve participar no processo de avaliação interna e não existem requisitos ou recomendações centrais. Não há uma perspetiva de conjunto sobre a participação da comunidade educativa nos processos de avaliação interna.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

A autoridade educativa desenvolve atualmente instrumentos para a avaliação externa das escolas, que servirão para orientar as escolas na sua avaliação interna. Além disso, a autoridade educativa fornece às escolas os resultados dos alunos nos exames nacionais, que as escolas devem utilizar ao desenvolver os seus planos de ação.

Apesar de não existirem cursos de formação específicos sobre avaliação interna, a formação em serviço obrigatória para os diretores das escolas (com a duração de dois anos ou de 60 horas), inclui elementos sobre este tópico. Vários cursos de formação em serviço para professores também lidam com a avaliação interna das escolas. Instituições de ensino superior, institutos de formação em serviço para professores a nível da provincial e regional, e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Educacionais húngaro ministram formação em serviço.

A autoridade educativa está a desenvolver um manual de autoavaliação para as escolas e um curso *online* de aprendizagem a distância.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Não existem diretrizes centrais sobre a utilização dos resultados da avaliação interna mas, a partir de 2015, as inspeções escolares irão cobrir esta questão e os avaliadores poderão passar a transmitir recomendações e diretrizes neste domínio. Os resultados da avaliação interna serão tidos em conta no relatório de avaliação externa das escolas a enviar à autoridade responsável pela escola e à autoridade educativa. As escolas não são obrigadas a publicar os resultados da sua avaliação interna.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

A partir de 2015, os professores e diretores das escolas serão avaliados através de uma inspeção “pedagógica/profissional”. No entanto, também podem ser avaliados individualmente no decurso da avaliação interna.

Todos os anos é realizado, com carácter obrigatório, o exame nacional às competências dos alunos nas áreas da literacia da leitura e matemática no 6º, 8º e 10º anos. Os resultados são agregados a nível de escola, regional e nacional. As tendências no desempenho e os resultados médios são identificados por género e contexto socioeconómico dos alunos, a nível sub-regional, regional e nacional. O relatório a nível nacional apoia a monitorização do desempenho do sistema educativo em todos os níveis de ensino. A autoridade educativa é responsável pela compilação de dados e publicação da informação (no seu sítio de Internet) e pela elaboração de relatórios a nível nacional. A autoridade entrega os resultados às escolas. Os dados e os resultados individuais dos alunos são disponibilizados exclusivamente ao professor responsável e aos seus pais.

Secção IV. Reformas

A inspeção “pedagógica/profissional” já se encontra inscrita na lei e será implementada a partir de 2015. As autoridades competentes foram identificadas e a maioria dos instrumentos necessários para a avaliação foram desenvolvidos. Estão previstas medidas de apoio como aconselhamento profissional.

Malta

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A autoridade responsável pela avaliação externa das escolas em Malta é o Departamento de Garantia da Qualidade⁽⁷²⁾ (QAD) no seio da

⁽⁷²⁾ <https://education.gov.mt/en/education/quality-assurance/Pages/default.aspx>

Direção Geral para a Qualidade e as Normas em Educação (DQSE). Trata-se de uma autoridade pública que faz parte do Ministério da Educação e do Emprego (MEDE) do Governo de Malta. É regida pelo Capítulo 327 da legislação maltesa (Lei Geral da Educação), o qual também descreve os seus principais objetivos e termos de referência.

O departamento assume uma função dupla na condução da avaliação externa:

- apoia a avaliação interna das escolas e ao fazê-lo, ajuda-as nos seus esforços contínuos para melhorar a qualidade;
- monitoriza o cumprimento das normas e aspirações nacionais conforme descrito na Matriz Curricular Nacional (*A National Curriculum Framework for All*)⁽⁷³⁾ para as escolas maltesas.

2. Avaliadores

Os avaliadores são funcionários do QAD, designados como “Agentes Educativos”. Devem apresentar as seguintes qualificações, experiência docente e profissional:

- qualificações mínimas: licenciatura em Ciências da Educação ou diploma equivalente ao 1º ciclo do ensino superior, assim como um certificado de pós-graduação em Educação;
- experiência docente mínima: dez anos pelo menos;
- outras qualificações e experiências: os candidatos à função de avaliador devem ter quatro anos de experiência num dos seguintes cargos (com diplomas específicos): *Vice diretor da escola*; *Coordenador de Departamento*; *Coordenador da Educação Inclusiva* (INCO); *Orientador escolar*.

É proporcionada formação profissional especializada a todos os avaliadores. Os novos avaliadores frequentam um programa de indução de três meses durante o qual são formados por membros efetivos e experientes do QAD e/ou da Direção Geral de Serviços Educativos (DES) e/ou da DQSE. Os novos avaliadores são acompanhados por colegas mais experientes e supervisionados por Diretores Adjuntos da Educação do QAD.

3. Quadro de avaliação

O quadro de avaliação externa usado pelo QAD para todas as escolas é descrito no documento “Estrutura Integrada de Melhoria das Escolas: a análise externa” (*The Integrated School Improvement Framework: the External Review*)⁽⁷⁴⁾.

O quadro de avaliação centra-se nas seguintes áreas-chave:

- **liderança e gestão educacionais** – liderança educacional, avaliação interna e desenvolvimento e gestão eficaz das escolas;
- **ensino e aprendizagem** – acesso ao currículo por todos os alunos, eficácia do ensino/aprendizagem e formas de avaliação;
- **ethos da escola** – centra-se no aconselhamento dos alunos, ambiente da escola e participação dos pais.

Cada uma destas três áreas chave subdivide-se em três subáreas que consistem numa série de parâmetros; estes parâmetros variam em número (1-5). Por sua vez, cada parâmetro está associado a níveis de exigência que servem de base à avaliação externa. As práticas escolares são avaliadas em função destes níveis que servem de indicadores.

O contexto escolar e outra informação concreta da escola, como a origem social dos alunos e as suas eventuais necessidades educativas especiais, são tidos em conta através de um documento designado como “Perfil da Escola”, que é compilado pelo diretor da escola e dado aos avaliadores externos três semanas antes da avaliação externa.

4. Procedimentos

O QAD não fixa a frequência das avaliações externas, mas estas fazem-se ciclicamente. As escolas que, através do seu plano de desenvolvimento, (a) mostram que estão cientes dos principais desafios que enfrentam, particularmente nas áreas da Liderança & Gestão e Aprendizagem & Ensino, e (b) apresentam provas (sob a forma de planos de ação claros) de que trabalham ativamente para resolver os problemas e obtêm melhorias, serão avaliadas novamente depois de finalizada a avaliação das outras escolas (ou seja, quando começa o

⁽⁷³⁾ <http://curriculum.gov.mt/en/Resources/The-NCF/Documents/NCF.pdf>

⁽⁷⁴⁾ <http://education.gov.mt/en/education/quality-assurance/Pages/External-Reviews.aspx>

segundo ciclo). Porém, se uma escola não consegue provar estes pontos, o QAD exige um ciclo de avaliação mais severo e será efetuada nova avaliação um ano depois.

O procedimento seguido pelos avaliadores externos envolve a análise de documentos recolhidos antes, durante e após a avaliação. Estes incluem: listas de pessoal com as respetivas funções, calendário de atividades da escola, plano de desenvolvimento e documentos da avaliação interna, resultados dos alunos nos exames anuais juntamente com a média nacional e a pontuação média, plantas da escola, horários das aulas, relatórios financeiros, sistemas de trabalho dos professores, registos de assiduidade dos alunos e do pessoal e eventuais publicações da escola.

Vinte dias antes da avaliação externa, o QAD fornece ao diretor da escola exemplares impressos dos questionários de pré-avaliação externa que consistem em rubricas que cobrem os três domínios chave do quadro de avaliação. O pessoal educativo e os pais devem preencher questionários que são depois recolhidos confidencialmente pelo líder da equipa de avaliação externa uma semana após a distribuição. Os questionários dos professores são analisados e reportados pela equipa de avaliação externa. Em escolas com mais de 150 alunos, é analisada uma amostra aleatória de 150 questionários dos pais, que também é reportada pela equipa de avaliação externa.

A avaliação externa envolve uma visita de três, quatro ou cinco dias à escola dependendo do número de pessoal docente. Durante esta visita, os avaliadores externos observam o máximo número de aulas, e outras práticas, como a entrada e saída dos alunos do edifício escolar e a sua atividade durante os intervalos. A equipa de avaliação entrevista o diretor da escola, o vice diretor, o pessoal docente, o conselho de alunos e o conselho de pais a respeito das três áreas chave do quadro de avaliação.

Duas semanas após a avaliação, a equipa de avaliação envia um relatório provisório ao diretor da escola que, por sua vez, pode submeter um *feedback* no prazo de 3 dias úteis.

A equipa de avaliação efetua uma visita surpresa de um dia à escola para fins de acompanhamento, no decurso do ano civil que se segue à publicação do relatório final de avaliação. Este acompanhamento é feito em todas as escolas

avaliadas, independentemente dos resultados da avaliação externa e serve para verificar se os resultados anteriores foram indevidamente influenciados pelo comportamento tático do pessoal da escola e se a escola começou a trabalhar nas recomendações dos avaliadores. Se encontrar evidências de tal comportamento tático, embora não possa alterar o relatório de avaliação final, a equipa de avaliação externa solicita outra avaliação externa no ano letivo seguinte.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de avaliação externa inclui as conclusões e recomendações comunicadas ao diretor da escola eletronicamente num relatório provisório. O diretor da escola é obrigado a agir com base nestas conclusões e recomendações, debatendo o relatório com o pessoal educativo, e em conjunto, elaborar planos de ação com metas e prazos específicos.

Para as escolas que não revelam melhorias e que não respondem positivamente às medidas de apoio oferecidas pelo QAD, o Ministério da Educação e do Emprego pode iniciar medidas disciplinares. Não existe uma lista oficial de medidas concretas que o Ministério possa adotar. Como o QAD começou a realizar avaliação externas em 2010, as medidas tomadas até à data consistem em alterações a nível da equipa principal de gestão da escola ou de outro pessoal da escola.

O apoio a escolas que necessitam de melhoria é fornecido sob a forma de formação, geralmente prestada pelos Agentes Educativos aos diretores das escolas e ao pessoal docente. Os avaliadores externos também podem recomendar que sejam atribuídos à escola mais recursos humanos para ajudar à sua melhoria.

Não são atribuídos benefícios na forma de recursos às escolas que obtêm um bom desempenho nas avaliações externas.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O relatório final de avaliação externa é enviado aos diretores gerais das Direções Gerais do Ministério da Educação e do Emprego, ao *college principal* (em Malta, as escolas públicas estão agrupadas em *colleges*, cada qual sob a liderança de um diretor geral), e ao diretor da escola. Este relatório inclui as classificações médias e as

medianas dos alunos no exame anual comparadas com os resultados nacionais do exame anual.

É ainda preparada pelos avaliadores externos uma síntese do relatório final de avaliação externa, que contém as principais conclusões (excluindo as provas), recomendações e estatísticas dos questionários aos docentes e aos pais. É facultada uma cópia impressa a todos os membros do pessoal docente.

Os avaliadores externos preparam ainda um relatório impresso com as conclusões que emergem dos questionários aos pais. Este relatório é distribuído a todos os pais.

É igualmente solicitada pelo QAD ao diretor da escola a realização de uma reunião com o pessoal docente para debater as conclusões e recomendações do relatório final de avaliação externa. O QAD espera que o diretor da escola comunique por escrito aos pais as principais conclusões e recomendações deste relatório final. Esta comunicação deve ser aprovada pelo chefe da equipa de avaliação externa antes de ser divulgada.

Após a visita surpresa de acompanhamento, é elaborado pelos avaliadores externos um relatório de avaliação externa de acompanhamento que distribuem pelo diretor da escola, o *college principal* e os diretores das Direções Gerais de Educação.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

O QAD recomenda que as escolas sigam os documentos *Knowing Our School* ⁽⁷⁵⁾ e *School Development Plan Handbook* ⁽⁷⁶⁾ ao realizarem as avaliações internas. “*Knowing Our School*” considera que a avaliação interna é um processo contínuo baseado num ciclo de três anos. Enumera oito áreas distintas a avaliar: Liderança, Gestão & Garantia da qualidade, Ensino & Aprendizagem, Currículo, Resultados dos Alunos, Apoio à Aprendizagem, *Ethos* da escola e Recursos.

Os avaliadores externos examinam os relatórios da avaliação interna para encontrar provas de que a equipa de direção gere a escola com intenção de melhorar os resultados.

A avaliação interna é essencialmente um processo autónomo da iniciativa das escolas. O QAD, enquanto órgão externo de avaliação, fornece às escolas instrumentos de avaliação interna validados e procedimentos e práticas de elaboração de relatórios, assegurando que o processo de avaliação interna é válido.

2. Partes envolvidas

Segundo a prática descrita, o QAD recomenda que a avaliação interna envolva toda a comunidade educativa, ou seja, a direção da escola, pessoal educativo, alunos, pais, conselho de escola e comunidade local. O QAD não define o papel de cada um destes agentes no processo de avaliação interna.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Não obstante o quadro de avaliação externa estar disponível às escolas para a sua avaliação interna, não existe uma obrigatoriedade de o utilizar.

Atualmente, no final do ensino primário, os alunos submetem-se a um exame nacional de inglês, língua maltesa e matemática, organizado pelo Departamento de Gestão Curricular do Ministério da Educação e do Emprego. No seguimento deste

⁽⁷⁵⁾ <http://education.gov.mt/en/education/quality-assurance/Documents/QAD%20SCHOOL%20IMPROVEMENT/Knowing%20Our%20School.pdf>

⁽⁷⁶⁾ <http://education.gov.mt/en/education/quality-assurance/Documents/QAD%20SCHOOL%20IMPROVEMENT/SDP%20handbook%20FINAL%20COPY.pdf>

exame, as escolas primárias recebem as classificações (médias e medianas nacionais) que lhes permitem uma comparação com os resultados obtidos a nível nacional. De igual modo, no final do ensino secundário, os alunos têm de realizar exames para obtenção do Certificado do Ensino Secundário, organizados pela Universidade de Malta em várias disciplinas. Cada escola recebe então os resultados brutos obtidos pelos alunos de forma a permitir uma comparação com os resultados brutos obtidos a nível nacional.

O QAD oferece apoio às escolas na condução da avaliação interna providenciando os serviços profissionais dos Agentes Educativos, que normalmente atuam como avaliadores externos. Estes agentes desempenham o papel de consultores que orientam as escolas sobre as formas de conduzir a avaliação interna, que instrumentos utilizar, como apresentar as conclusões e elaborar planos de ação com base nessas conclusões.

A formação em avaliação interna não é imposta às escolas e nem faz parte dos cursos de Licenciatura em Ciências da Educação propostos pela Universidade de Malta para a formação inicial de professores. No entanto, os candidatos a funções de liderança em escolas têm de ser titulares de um Diploma de Pós-graduação em Liderança Educacional conferido pela Universidade de Malta, que inclui o equivalente a cinco ECTS no âmbito da avaliação interna das escolas.

Os documentos “Knowing Our School” e “School Development Plan Handbook” fornecem as diretrizes e orientações para a condução de avaliações internas. Estes documentos focam-se nos instrumentos que podem ser utilizados, tais como a análise SWOT, questionários, entrevistas, utilização de critérios de medição de desempenho, e na forma como os líderes escolares podem utilizar esses instrumentos com o pessoal docente, pais e alunos num esforço colegial que visa uma melhoria nas áreas da Liderança, Gestão & Garantia da Qualidade, Ensino & Aprendizagem, Currículo, Resultados dos Alunos, Apoio à Aprendizagem, *Ethos* da escola e Recursos.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

O QAD incentiva os diretores das escolas e o pessoal docente a utilizar as conclusões da

avaliação interna para criar planos de ação apropriados que conduzam à melhoria da escola.

Os avaliadores externos do QAD exigem planos de ação baseados em conclusões da avaliação interna como prova de que a escola está ativamente empenhada na avaliação e melhoria contínuas. Assim, a avaliação interna está diretamente ligada à avaliação externa.

As escolas não são obrigadas a publicar os resultados das avaliações internas mas são incentivadas pelo QAD a fazê-lo. Este organismo conta com a participação do pessoal docente, pais e alunos na avaliação interna para assegurar a validade do processo.

A escola é livre para decidir se publica ou não os resultados da avaliação interna. Todavia, o QAD exige que a escola informe o pessoal docente dos resultados da avaliação interna; cabe à escola decidir se os pais são informados sobre esses mesmos resultados.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Ao serem contratados para trabalhar no setor público da educação, os professores passam por uma fase de indução de dois anos, durante a qual são avaliados por Agentes Educativos do QAD. Após este período, a Direção-Geral dos Serviços Educativos deve continuar a monitorizar os professores. Não existe, atualmente, uma estrutura formal de avaliação contínua. Contudo, se os diretores das escolas ou os pais apresentam ao QAD ou à Direção-Geral dos Serviços Educativos uma queixa sobre um professor, os Agentes Educativos desses departamentos devem proceder a uma avaliação formal desses professores.

Por norma, os diretores das escolas não são avaliados mas, tal como os professores, podem ser objeto de avaliação externa se for apresentada uma queixa ao QAD por parte de pais ou professores.

Prevê-se ainda que a DQSE monitorize o desempenho do sistema educativo nacional através da monitorização dos resultados dos exames nacionais, competências nacionais de literacia, taxa de abandono escolar precoce, taxa de alunos que prosseguem os estudos pós-secundários e resultados obtidos pelos alunos

malteses em avaliações internacionais como PISA, TIMSS e PIRLS.

A prática atual consiste em fornecer às escolas análises estatísticas (valores médios e medianas) dos exames nacionais para que possam comparar os resultados obtidos pelos seus alunos com as médias nacionais. As escolas não são obrigadas a entregar os resultados agregados dos seus alunos ao pessoal da escola. Quanto tal acontece é a própria escola que difunde esses resultados junto dos seus professores.

Secção IV. Reformas

Atualmente, o QAD está a trabalhar numa reforma da avaliação interna nas escolas. Prevê-se que a fase piloto desta reforma termine em agosto de 2014. A nova política sobre a avaliação interna das escolas deve ser publicada em setembro de 2014 e entrará em vigor em maio de 2015.

Países Baixos

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A avaliação externa das escolas é confiada à Inspeção-Geral da Educação⁽⁷⁷⁾ neerlandesa. Este órgão atua sob a supervisão do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, mas é independente no plano profissional e organizacional.

A avaliação externa efetuada pela Inspeção-geral destina-se a avaliar a qualidade da educação oferecida nas escolas e incentivar as escolas a manter e melhorar a educação dispensada. Além disso, verifica o cumprimento das escolas em relação aos regulamentos financeiros e outros, e reporta sobre a qualidade de cada estabelecimento de ensino e do sistema educativo como um todo. Por último, a avaliação externa efetuada pela Inspeção-Geral visa fornecer informação fiável sobre educação.

Para além de inspecionar os estabelecimentos de ensino individualmente, a Inspeção-Geral realiza inspeções temáticas sobre questões importantes para as escolas, como o ensino de línguas no

ensino primário ou a carga letiva no ensino secundário. Adicionalmente, a Inspeção-Geral produz relatórios anuais que descrevem os desenvolvimentos positivos e negativos no sistema educativo e apresentam recomendações de melhoria.

2. Avaliadores

Os avaliadores são funcionários da Inspeção-Geral de Educação neerlandesa, que lhes exige um diploma do Ensino Superior e de preferência experiência profissional e/ou conhecimentos num ou mais níveis de ensino. Os candidatos devem ser capazes de apresentar um “certificado de boa conduta” (*Verklaring omtrent gedrag*).

Os avaliadores beneficiam de formação em serviço, mas o conteúdo, duração e abordagem são adaptados ao nível de ensino específico.

3. Quadro de avaliação

A Inspeção-Geral trabalha com diversos quadros de avaliação baseados no risco (diferenciados em função dos níveis e setores da educação)⁽⁷⁸⁾, que incorporam os indicadores e níveis de exigência para avaliar a qualidade das escolas.

No seguimento da alteração de 2008 relativamente aos requisitos para os relatórios anuais das escolas, a Inspeção-Geral passou a trabalhar com um sistema de inspeção baseado no risco que distingue entre: (i) escolas “em risco”, que recebem uma “inspeção à qualidade” completa; e (ii) escolas “fiáveis”, que são visitadas apenas uma vez a cada quatro anos para uma “inspeção básica”.

O quadro para a inspeção básica cobre a análise dos resultados dos alunos, a garantia da qualidade, aspetos de conformidade legal, oferta para alunos com necessidades especiais e orientação.

Um quadro de inspeção completo cobre os aspetos chave dos processos pedagógicos e organizacionais que podem ter impacto nos resultados dos alunos. Inclui cinco parâmetros: resultados, processo de ensino-aprendizagem, oferta para necessidades educativas especiais e orientação, garantia da qualidade e disposições regulamentares. Estes são então repartidos em dez indicadores de qualidade, por sua vez

⁽⁷⁷⁾ <http://www.onderwijsinspectie.nl/english>

⁽⁷⁸⁾ <http://www.onderwijsinspectie.nl/onderwerpen/Toezicht/Toezichtkaders>

subdivididos em sub-rubricas. A Inspeção-Geral também verifica a conformidade das escolas com a lei em vigor e a sua situação financeira.

Com base nestes indicadores, a Inspeção-Geral determina se a escola é de “qualidade básica” ou se deve ser classificada como “fraca” ou “muito fraca”.

Esta abordagem é usada para todas as escolas no ensino primário e secundário. Podem ser adicionados alguns indicadores relativos às necessidades educativas especiais.

4. Procedimentos

A Inspeção-Geral efetua uma análise de risco em todas as escolas anualmente e visita cada escola pelo menos uma vez a cada quatro anos.

Todos os anos, os resultados dos alunos, os dados financeiros e quaisquer sinais de alarme em relação à qualidade do ensino são examinados para determinar o nível de risco de cada escola. Os sinais de alarme incluem, por exemplo, queixas e notícias negativas nos meios de comunicação social. Se forem identificados riscos potenciais, é organizada uma inspeção.

As visitas de inspeção são planeadas com antecedência. Incluem observações de aulas de um mínimo de quatro aulas por escola, focadas na qualidade geral do ensino da escola e não na avaliação individual dos professores. Tais observações ajudam os inspetores a compreender se a equipa de liderança da escola apresenta descrições exatas sobre a qualidade da escola. Nas escolas onde são identificados riscos, os inspetores examinam os aspetos qualitativos em maior detalhe, o que pode implicar um olhar mais próximo em relação à política de recursos humanos da escola e às exigências pedagógicas entre outros aspetos. A Inspeção-Geral tem a opção de utilizar um questionário para recolher as opiniões do pessoal, pais e, se necessário, outras partes interessadas, em função da área avaliada. São efetuadas entrevistas ao pessoal docente, docentes de apoio educativo, diretores e conselhos de escola.

Após a produção de um relatório pelos inspetores, as escolas têm a oportunidade de refutar factos e, se discordarem das suas conclusões, podem submeter uma resposta.

Nos casos em que os riscos identificados são considerados como controláveis pela própria escola, a Inspeção-Geral visita a escola um ano depois; se a escola foi considerada muito fraca, é organizada uma visita de acompanhamento.

5. Resultados da avaliação externa

As escolas consideradas com bom desempenho com base na análise anual de risco recebem uma breve visita a cada quatro anos.

As escolas consideradas de nível fraco ou muito fraco recebem uma inspeção adaptada ao seu caso durante os anos seguintes, até atingirem um nível básico de qualidade.

Neste último caso, a escola em questão é adicionada a uma lista de escolas muito fracas publicada no sítio de Internet da Inspeção-Geral. Após a visita, a Inspeção-Geral combina com a direção da escola quais as necessidades a colmatar e em que prazos. As escolas têm um máximo de dois anos para atingir os objetivos acordados. Durante este período, a Inspeção-Geral conduz entrevistas à escola a cada seis meses para verificar se a qualidade da educação está a melhorar e a que ritmo. Se as escolas não revelam melhoria, a Inspeção-Geral aumenta a pressão, agravando o regime de inspeção adotado, visitando a escola mais frequentemente e/ou dirigindo uma advertência oficial à escola.

São tomadas ações disciplinares contra as escolas se, por exemplo, tiverem um desempenho insuficiente em termos de qualidade ou de gestão financeira. As escolas muito fracas são incitadas a melhorar sob pena de sanções. A Inspeção-Geral e, por último, o Ministro exercem uma pressão crescente para melhorar a qualidade da escola, conduzindo, em casos extremos, à suspensão do orçamento total da escola.

Se as escolas não revelam progresso suficiente durante o processo de melhoria, o inspetor pode exigir ao conselho da escola um plano de emergência, que pode incluir a transferência para outro conselho de escola, uma fusão ou o encerramento da escola.

Se a escola mostra melhorias deixa de ser classificada como “fraca” ou “muito fraca”; as escolas muito fracas serão removidas da lista de escolas publicada no sítio de Internet da Inspeção-Geral.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os resultados da avaliação são publicados.

O juízo avaliativo da Inspeção-Geral é explicado num relatório publicado no seu sítio de Internet. Este relatório é em primeira instância escrito para as escolas e respetivos conselhos escolares e as escolas devem comunicar a sua existência aos pais. Para as que obtêm uma classificação de muito fraco, é incluída no relatório uma página separada para os pais.

A Inspeção-Geral também reporta ao Ministro da Educação, Cultura e Ciência sobre as escolas muito fracas e, com base neste relatório, o Ministro pode impor sanções administrativas e/ou de financiamento. A lista de escolas muito fracas é atualizada mensalmente.

O acesso às conclusões da inspeção também é garantido pela lei sobre a transparência administrativa (*Wet openbaarheid bestuur*) que permite que partes terceiras possam solicitar documentação de escolas, desde que os documentos não façam parte dos materiais de trabalho da Inspeção-Geral.

Os resultados dos alunos não são publicados mas são verificados em relação ao contexto da escola. Escolas com muitos alunos provenientes de contextos desfavorecidos podem ser avaliadas de acordo com normas diferentes de outras escolas. As escolas não são classificadas pela Inspeção-Geral.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Por razões de prestação de contas de entidades públicas, as escolas devem informar os pais sobre o progresso dos alunos e produzir informação sobre resultados escolares, qualidade da educação, situação financeira da escola e mecanismos de governança profissional. Esta informação também pode ser usada para a avaliação interna. No entanto, não existem requisitos legais para as escolas implementarem um determinado processo de autoavaliação, mas é-lhes solicitada a elaboração de uma brochura, um relatório anual e um plano educativo quadrienal, baseado geralmente numa análise interna da qualidade da escola.

Desde agosto de 2010 que as escolas são obrigadas a estabelecer um órgão de supervisão interno responsável pela aprovação do relatório anual da escola, e pela supervisão da conformidade das escolas e dos seus quadros diretivos com os requisitos legais, códigos de boa conduta e eficácia da sua gestão financeira. As escolas são também obrigadas a atingir níveis mínimos em relação ao rendimento escolar dos alunos.

2. Partes envolvidas

O conselho de escola é responsável pela gestão da qualidade interna e autoavaliação.

Se o conselho de escola tem a responsabilidade formal de assegurar que o estabelecimento possui um sistema fiável de gestão da qualidade interna, já a implementação das atividades de autoavaliação é gerida pelo diretor e pela sua equipa, que também decidem quem deve participar neste exercício.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

A Lei sobre o Ensino Primário exige às escolas a produção de diversos documentos estratégicos: (i) um relatório anual, (ii) um plano escolar para quatro anos e (iii) um guia da escola (brochura). Para as escolas secundárias existem regulamentações semelhantes. Estes documentos fazem referências explícitas à qualidade, desempenho e estratégias de melhoria e são preparados regularmente.

No relatório anual, as escolas descrevem as várias atividades do ano letivo anterior, a política da escola e os seus resultados. Inclui um relatório de gestão e um balanço financeiro anual.

O plano de escola, que deve ser atualizado cada quatro anos, descreve como a escola prevê melhorar a sua qualidade. Deve ser aprovado pela “assembleia participativa”, que no ensino primário é constituída por pais e professores e no ensino secundário também inclui os alunos. Através deste documento, a escola passa a prestar contas a Inspeção-Geral sobre suas políticas. O conselho de escola também deve explicar as suas funções a nível da monitorização e melhoria da qualidade da escola.

A brochura da escola é um documento atualizado anualmente baseado na análise interna da escola. Descreve a sua política educativa, a política de

recursos humanos e a forma como controla e melhora a qualidade do seu ensino. Contém informação para pais e alunos. É atualizada em função do plano de escola e descreve em algum pormenor as atividades da escola, os seus objetivos e resultados atingidos. As escolas podem escolher como apresentar esta informação. A brochura pode incluir informações sobre o contributo dos pais, os direitos e obrigações dos pais e alunos e a oferta existente para alunos com dificuldades de aprendizagem ou problemas comportamentais. A escola envia um exemplar da sua brochura à Inspeção-Geral, à qual presta contas. Este organismo pode decidir verificar se as declarações são exatas e correspondem à prática.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A brochura e plano de escola são utensílios ao dispor das escolas para prestarem contas ao público. Estes documentos também são avaliados pela Inspeção-Geral, que verifica se a informação fornecida está completa e é exata. Por exemplo, verifica se a brochura da escola contém informação sobre o procedimento de submissão de reclamações e se reflete o seu conhecimento da escola com base na avaliação de riscos e no trabalho de inspeção.

O plano de escola e a brochura podem ser obtidos na escola ou via o seu sítio de Internet.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O progresso dos alunos da escola primária é monitorizado através de observações e de exames. Atualmente, o exame Cito⁽⁷⁹⁾ para alunos do 8º ano que estão a concluir o ensino primário, é utilizado por aproximadamente 85 % das escolas neerlandesas para determinar qual o tipo de ensino secundário mais apropriado para cada aluno. As escolas usam este exame para determinar os resultados do seu ensino e compará-los com os de outras escolas. É igualmente um dos indicadores usados para determinar se as escolas estão em risco. A partir de 2015, todos os alunos no último ano do ensino primário terão de realizar um exame de conclusão de nível, e os resultados agregados dos alunos da escola serão publicados.

Os resultados agregados nos exames nacionais são incluídos na avaliação inicial do risco e são comunicados ao conselho de escola.

A avaliação dos professores nos Países Baixos é da responsabilidade da autoridade que emprega os docentes de cada escola. As regulamentações centrais especificam que as escolas devem efetuar entrevistas regulares a todo o pessoal, com um foco no desempenho. No entanto, as autoridades empregadoras são livres para desenvolver os seus próprios quadros para avaliação dos professores. Muitos conselhos de escola delegam nos líderes escolares a responsabilidade pela gestão dos recursos humanos, incluindo a avaliação dos professores, e as práticas variam de uma escola para outra. Os conselhos de escola são obrigados a monitorizar as competências dos professores e os diretores realizam uma avaliação anual ou bienal do desempenho de cada professor.

A avaliação do diretor da escola pode ser feita pelo conselho de escola. Este é livre de decidir quais os métodos de avaliação a usar e aspetos a avaliar.

A responsabilidade pela avaliação do sistema educativo neerlandês é essencialmente partilhada entre o Ministério da Educação, Cultura e Ciência e a Inspeção-Geral de Educação. As principais responsabilidades do Ministério nesta avaliação são:

- desenvolver instrumentos para monitorizar o desempenho do sistema educativo (por exemplo, quadro de indicadores, avaliação nacional dos alunos e estudos de coorte);
- promover estudos de avaliação sobre aspetos particulares do sistema educativo (por exemplo, avaliação de políticas e de programas); e
- encorajar a utilização de resultados de avaliação na tomada de decisão e no desenvolvimento de políticas.

A Inspeção-Geral de Educação assume a responsabilidade principal pela monitorização da qualidade da educação. A Constituição neerlandesa confia à Inspeção-Geral de Educação a preparação de um relatório anual sobre o estado da educação nos Países Baixos. No geral, a Inspeção-Geral é responsável pela informação pública sobre o sistema educativo como um todo, facultando informação para a elaboração de políticas e fornecendo dados fiáveis sobre educação. Em consulta com o Ministério da

⁽⁷⁹⁾ <http://www.cito.com/>

Educação, Cultura e Ciência, participa em avaliações políticas e conduz investigações e análises sobre aspetos específicos do sistema educativo.

Secção IV. Reformas

A partir do ano letivo de 2014/15, a Inspeção-Geral irá reforçar uma abordagem diferenciada, com base na avaliação de risco. Serão adicionadas ao sistema de classificação categorias suplementares. Para além de “suficiente”, “fraco” e “muito fraco”, haverá outras categorias como “moderado”, “médio”, “bom” e “excelente”. Adicionalmente, as escolas excelentes serão recompensadas.

Será atribuído às escolas do ensino primário e secundário um perfil de qualidade a partir do ano letivo de 2016/17. Este perfil indica o nível de desempenho da escola e as áreas onde é possível uma melhoria. Serão usados cinco parâmetros: resultados escolares, processo educativo, ambiente da escola e segurança, garantia da qualidade e ambições, recursos financeiros e materiais.

Além disso, o conselho de escola é responsável pela qualidade da escola e a Inspeção-Geral dedica ao órgão uma atenção crescente, especialmente na supervisão da “gestão administrativa” (*Bestuurlijk handelen*).

Estas mudanças serão introduzidas através de um projeto-piloto iniciado em agosto (2014) que envolve escolas primárias e secundárias assim como escolas que dispensam um ensino adaptado a necessidades educativas especiais.

Áustria

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A inspeção escolar na Áustria é regulada pela Lei Federal da Inspeção Escolar (*Bundesschul-aufsichtsgesetz*), alterada pela última vez em 2013. A supervisão das escolas (*Schulinspektion*) é uma responsabilidade federal dividida entre nove serviços federais e uma série de serviços distritais. Há uma diferenciação por tipo de escolas, entre escolas do ensino geral obrigatório (primário, secundário geral e novas escolas secundárias), academias secundárias, escolas profissionais e escolas de ensino profissional de nível secundário superior. Estes diferentes serviços atuam, em certa medida, de forma independente uns dos outros.

O Ministério Federal da Educação e dos Assuntos da Mulher assume a responsabilidade geral pela inspeção das escolas, desenvolvimento das normas educacionais e exames nacionais, assim como pela melhoria geral da qualidade. Os diretores dos departamentos do Ministério efetuam análises de desempenho globais. Além disso, numa base anual, conduzem debates bilaterais sobre objetivos de desempenho para cada tipo de escola com representantes dos técnicos de inspeção escolar dos nove *Länder* austríacos. Este processo conduz a um plano de desenvolvimento nacional por tipo de escola.

Os inspetores escolares têm a obrigação de monitorizar a qualidade da educação e o trabalho das escolas, assim como de prestar aconselhamento sobre a melhoria das escolas.

2. Avaliadores

Os inspetores são contratados como funcionários da administração central mas exercem a sua função nos serviços de inspeção das direções de educação nos nove *Länder* e distritos.

Os inspetores escolares regionais são nomeados para as escolas de ensino geral obrigatório ou academias secundárias.

Os inspetores escolares distritais são responsáveis apenas pelo ensino geral obrigatório

(primário, secundário geral e novas escolas secundárias).

Adicionalmente, há inspetores especializados (*Fachinspektoren*) integrados nos conselhos escolares do *Land* (*Landesschulrat*) que são responsáveis por disciplinas específicas na sua região (ensino religioso, educação física, informação tecnológica, etc.).

Os inspetores devem ser titulares de um diploma de ensino apropriado e ter pelo menos dois anos de experiência docente no tipo de escola concernente. Apesar de não constituir um requisito, a maioria dos inspetores escolares são antigos diretores de escolas. São recrutados com base num concurso gerido pelo Conselho Colegial da Direção de Educação de cada *Land*. No entanto, é o Ministro da Educação que seleciona os candidatos a partir de uma lista final providenciada pelo Conselho. Antes ou depois da nomeação, os inspetores devem realizar formação em gestão escolar. Esta formação aborda a legislação escolar, liderança e comunicação, desenvolvimento dos recursos humanos e formação de equipas, assim como gestão da qualidade.

3. Quadro de avaliação

Os inspetores baseiam o seu trabalho num leque de documentos oficiais, diretamente ligados à avaliação externa, com informação necessária para assegurar consistência no seu trabalho. São os seguintes documentos:

- A Lei Federal da Inspeção Escolar⁽⁸⁰⁾, que inclui uma definição e descrição da qualidade das escolas e prescreve um sistema de planeamento e relatórios periódicos. Também exige acordos regulares sobre a fixação de objetivos para todos os níveis de ensino e proporciona orientação e instrumentos de autoavaliação, bem como medidas de apoio para as escolas.
- O Mandato de Inspeção (Diretiva Geral), que define os valores essenciais das inspeções escolares, como o respeito pelos princípios educativos, cooperação e eficácia na supervisão.
- A SQA⁽⁸¹⁾ (Qualidade da Escola no Ensino Geral), iniciativa implementada a partir do ano letivo 2013/14 para a gestão da qualidade, que faz referência a seis parâmetros de avaliação:

resultados da aprendizagem, ensino e aprendizagem, ambiente em sala de aula e ambiente na escola em geral, liderança e gestão escolar, profissionalismo do pessoal e desenvolvimento dos recursos humanos, parcerias escolares e relações externas.

4. Procedimentos

A frequência das inspeções escolares não é definida centralmente, apesar de existirem requisitos para o planeamento e apresentação de relatórios periódicos em todos os níveis de ensino. Segundo a SQA (Iniciativa para a Qualidade da Escola no Ensino Geral) as escolas têm de elaborar planos de desenvolvimento claramente definidos, que são debatidos em reuniões entre a escola e os inspetores escolares. As metas acordadas nos planos de desenvolvimento são monitorizadas numa base anual. No entanto, é mais provável que seja efetuada uma monitorização mais frequente e mais detalhada em escolas onde foram identificados problemas.

Antes de efetuar uma visita, para além do plano de desenvolvimento da escola, os inspetores analisam documentos como planos de desenvolvimento dos recursos humanos, resultados dos alunos nos exames nacionais, taxa de abandono escolar precoce, rotatividade de professores, reclamações dos pais, desgaste dos diretores da escola e outra informação que pode oferecer provas sobre o desempenho da escola ou assinalar potenciais problemas.

As visitas à escola, que raramente excedem um dia, podem incluir a observação de aulas e um debate com o diretor e o pessoal da escola. Em geral, o diretor da escola e os professores visitados devem ser previamente informados acerca da inspeção, apesar da decisão sobre a notificação da visita ser tomada caso a caso.

Os questionários e entrevistas com as várias partes interessadas só são usados no âmbito dos projetos de desenvolvimento da escola.

As inspeções dão origem a documentos escritos que constituem a base para acordos entre o diretor da escola e o inspetor escolar.

Os inspetores escolares podem solicitar a intervenção de outros inspetores, assim como de peritos e docentes com conhecimentos especiais para os apoiarem no curso da avaliação externa. Os peritos juntam-se aos avaliadores numa base *ad hoc* e centram-se apenas na questão concreta

⁽⁸⁰⁾ <http://www.ris.bka.gv.at/GeltendeFassung.wxe?Abfrage=Bundesnormen&Gesetzesnummer=10009264>

⁽⁸¹⁾ <http://www.sqa.at/>

que foram contratados para investigar. Os coordenadores provinciais da SQA apoiam os técnicos de inspeção escolar no processo de implementação da SQA a nível do *Land*.

Quando são identificadas deficiências, os inspetores podem decidir que devem proceder a inspeções mais rigorosas e frequentes.

5. Resultados da avaliação externa

No seguimento de uma visita, os inspetores geralmente emitem documentos com recomendações ou instruções para remediar as deficiências identificadas, mas também, sempre que apropriado, a aprovação de boas práticas observadas. Quando são identificadas deficiências, pode ser providenciado apoio e formação às escolas, como *workshops* sobre a SQA para diretores das escolas, apoio de consultoria EBIS⁽⁸²⁾, ou *coaching* de jovens.

Se uma escola não cumpre os requisitos ou segue os conselhos transmitidos, podem ser iniciadas outras avaliações concretas.

Podem ser tomadas medidas disciplinares no caso de ter sido violada a legislação.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os resultados das revisões periódicas do desempenho entre o diretor da escola e a Inspeção-Geral de escolas no quadro da SQA não são tornados públicas. As avaliações das escolas são reportadas pelo inspetor à direção de educação do *Land*. Os dados agregados da inspeção escolar estão na base dos planos de desenvolvimento regional por tipo de escola. As conclusões regionais são reportadas para cada tipo de escola aos Diretores dos Departamentos do Ministério responsáveis a nível nacional. Os dados regionais agregados servem de base para o plano nacional de desenvolvimento por tipo de escola.

Os resultados das escolas individuais nos exames nacionais são enviados ao diretor da escola concernente e devem ser debatidos com os parceiros escolares, como os representantes dos professores, dos alunos e dos pais. A comunidade escolar mais alargada pode ser envolvida na análise dos resultados.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A avaliação interna é obrigatória desde 2012. De acordo com a Lei da Educação Escolar que regula a organização interna do conjunto das escolas, os diretores de escolas são responsáveis por todos os aspetos administrativos, de gestão e qualitativos da escola e por conseguinte também pela avaliação interna. O quadro da iniciativa SQA também pode ser usado para a avaliação interna. Além disso, dois objetivos gerais são tidos em conta na planificação e na avaliação escolar. O primeiro objetivo estratégico global é definido pelo Ministério cada três anos; para o período entre 2012 e 2015 centra-se na melhoria do ensino e da aprendizagem segundo uma abordagem individualizada e baseada em competências. O segundo objetivo é definido pela própria escola com base nas suas necessidades. Estes objetivos figuram no plano de desenvolvimento da escola; todos os anos o diretor da escola e os professores planificam as ações necessárias para cumprir estes objetivos e as formas de avaliar os resultados.

Os planos de desenvolvimento contêm indicadores associados ao *input*, processos e resultados. Os resultados dos exames nacionais também são tidos em consideração.

2. Partes envolvidas

Os diretores das escolas são, em última instância, os responsáveis pela avaliação interna. Professores nomeados como “coordenadores escolares SQA” apoiam o diretor da escola neste processo. Em algumas escolas, os grupos de trabalho sobre a qualidade incluem representantes de todos os parceiros escolares (professores, alunos, pais e membros da comunidade local).

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Os seis parâmetros do quadro SQA também são utilizados na avaliação interna. Tal como sucede na avaliação externa, as medidas de apoio para a avaliação interna incluem: formação (*workshops* sobre SQA), contratação de consultores profissionais do EBIS, fóruns *online*, assim como diretrizes e manuais divulgados através do portal SQA. Esta plataforma oferece orientação e instrumentos de autoavaliação para professores,

⁽⁸²⁾ <http://www.sqa.at/course/view.php?id=44>

como “SQA *online*”, centrados na qualidade geral do ensino em escolas específicas; ou instrumentos que fornecem *feedback* aos professores.

Estão disponíveis indicadores sobre os exames nacionais que permitem às escolas compararem-se com outras do mesmo tipo, sob a forma de valores médios a nível regional e nacional. Estes e outros dados externos estão disponíveis no sítio de Internet do Ministério.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A avaliação interna baseia-se no plano de desenvolvimento da escola, que é debatido com os inspetores uma vez por ano e fornece a base para a adoção de medidas de melhoria. A informação pode ser transmitida aos municípios, pois a qualidade da escola é crucial para o seu funcionamento contínuo e para o desenvolvimento futuro da comunidade local.

As autoridades educativas regionais estão envolvidas no processo de avaliação interna através da análise, pelos inspetores, do plano de desenvolvimento das escolas e das discussões anuais com os diretores das escolas. Esta informação baseia-se no processo mais amplo de planeamento regional da educação. O Ministério também analisa os resultados agregados da avaliação interna.

A decisão de publicar ou não os resultados da avaliação interna fica ao critério da escola.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

De acordo com a Lei da Educação Escolar, os diretores das escolas são os coordenadores diretos dos professores e devem verificar regularmente a qualidade do ensino e aconselhar os professores no seu trabalho.

Com base nos planos de desenvolvimento da escola, os diretores conduzem revisões periódicas do desempenho e debates sobre os objetivos acordados com a Inspeção-Geral. Os inspetores escolares observam, monitorizam e aconselham os diretores das escolas.

O Instituto Federal para a Investigação sobre Educação, Inovação e Desenvolvimento dos Sistema Escolar Austríaco (BIFIE) é responsável pela monitorização do sistema. Prepara relatórios nacionais regulares que analisam em detalhe

diferentes aspetos chave da educação na Áustria. Esta informação é usada no processo de avaliação interna e externa.

Em 2009, foram introduzidos *standards* educacionais – os primeiros exames nacionais foram iniciados em 2012. Os alunos são testados em matemática, alemão e inglês no 4º e no 8º anos. Os resultados são comunicados a todos os alunos, professores e escolas participantes assim como a nível agregado às autoridades escolares provinciais, regionais e centrais.

Os resultados servem de base para a avaliação interna e externa. Os resultados de cada escola são distribuídos aos diretores das escolas e devem ser debatidos com os parceiros escolares (representantes dos professores, alunos e pais). É a partir dos resultados obtidos pelas escolas nos exames que são definidos os objetivos e as medidas incluídas no plano de desenvolvimento da escola.

Secção IV. Reformas

A Reforma da Administração Escolar (*Schulverwaltungsreform*) foi lançada no Parlamento em 2013 e está a ser implementada durante o ano de 2014. Destina-se a reduzir a burocracia através da extinção das direções escolares distritais como nível administrativo. As responsabilidades destas direções transferem-se para as direções regionais de educação e os inspetores escolares distritais passam a reportar diretamente a estes órgãos.

Polónia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A “supervisão pedagógica”, como é referida na Regulação do Ministro da Educação Nacional de 2009 (alterada em 2013) é efetuada pelos serviços regionais de superintendência (inspeções regionais) que são instituições especiais inseridas na administração territorial do Estado. Ficam sob a tutela de um *voivode* (governador de província) que representa o Primeiro-Ministro nas regiões. O Ministro da Educação Nacional supervisiona o trabalho dos superintendentes regionais.

A supervisão pedagógica cobre dois aspetos da avaliação externa – avaliação da qualidade da escola e verificação da conformidade legal. Também envolve a oferta de apoio às escolas para melhoria dos processos (ver Secção II).

2. Avaliadores

A supervisão pedagógica é efetuada pelos inspetores escolares que são contratados por superintendentes regionais e têm estatuto de funcionários da administração pública. Um inspetor é um professor ou docente universitário, com pelo menos cinco anos de experiência. Além disso, deve ter concluído o curso de DPC ou pós-graduação em administração, gestão ou governança da educação. Sendo um professor, como alternativa, será suficiente ter dois anos de experiência como diretor de escola ou num serviço de superintendência ou na administração local (em cargos relacionados com a educação).

Os inspetores são obrigados a frequentar cursos de desenvolvimento profissional (DPC) cada dois anos.

3. Quadro de avaliação

Os inspetores utilizam um quadro de 12 requisitos/parâmetros para as escolas ou instituições educativas:

1. o trabalho da escola centra-se no desenvolvimento dos alunos;
2. os processos educativos são organizados de modo a favorecer a aprendizagem;
3. os alunos adquirem conhecimentos e competências definidas no currículo de base;
4. os alunos são ativos;
5. são respeitadas as normas sociais;
6. a escola facilita o desenvolvimento dos alunos e tem em conta a sua situação individual;
7. os professores cooperam no planeamento e execução dos processos educativos;
8. é promovido o valor da educação;
9. os pais são parceiros da escola;
10. os recursos de uma escola e o seu contexto local são usados para promover o desenvolvimento mútuo;
11. ao organizar os processos educativos, a escola considera a análise dos resultados dos alunos em: exames a nível de escola; exames finais de conclusão do ensino secundário; exames finais de conclusão do ensino secundário superior; e exames de qualificação profissional. Também considera as conclusões de outros estudos externos e internos;
12. a gestão de uma escola apoia o seu desenvolvimento.

Os inspetores avaliam as escolas de acordo com uma escala de cinco pontos – A (mais elevado) a E (mais baixo = inadequado) – para cada requisito/parâmetro no quadro.

O avaliador dispõe de uma série de instrumentos que o ajudam a avaliar qual o nível apropriado. Tais instrumentos estão disponíveis na plataforma *npseo*⁽⁸³⁾. Cada requisito tem uma descrição detalhada e outros instrumentos contêm perguntas e indicadores que ajudam a avaliar o nível apropriado para determinado parâmetro.

A Inspeção-Geral regional decide anualmente se os parâmetros são avaliados integralmente ou em parte. A seleção dos parâmetros prioritários tem em conta as prioridades fixadas pelo Ministro da Educação.

Um outro elemento no processo de supervisão pedagógica é a verificação da conformidade da escola com a legislação em vigor. As verificações são feitas a partir de formulários de controlo publicados anualmente pelo Ministro da Educação Nacional no seu sítio de Internet⁽⁸⁴⁾. Os formulários especificam as áreas das atividades escolares selecionadas e ajudam a identificar se estão a ser cumpridas as regulamentações relevantes.

⁽⁸³⁾ www.npseo.pl

⁽⁸⁴⁾ <http://www.men.gov.pl/>

4. Procedimentos

A frequência da avaliação externa não está especificada na legislação, sendo determinada pelo órgão que efetua a avaliação; para algumas escolas pode ser aumentada em consequência de um desempenho pobre numa avaliação prévia (nível E nos parâmetros 2, 3, 4, 5 e 7) (ver Secção I.3).

Os procedimentos de avaliação incluem uma visita à escola (a escola é informada 30 dias antes da data) com a duração de cinco dias (durante um período de duas semanas). A visita inclui a observação de aulas, questionários (em papel ou *online* para todas as partes interessadas) e entrevistas com cinco grupos: professores (uma amostra representativa de professores de toda a escola), todos os professores de uma turma específica, estudantes, pais, pessoal não docente e representantes de instituições parceiras ou que cooperam com a escola. Os inspetores também consultam representantes da administração local (em geral, a autoridade responsável pela escola).

Os tópicos (perguntas) são selecionados pelos inspetores a partir do repertório de tópicos disponível na plataforma ao seu dispor. A plataforma online *npseo* foi desenvolvida no âmbito de um projeto ⁽⁸⁵⁾ dirigido por um consórcio entre o Centro para o Desenvolvimento da Educação (líder do projeto), a Universidade Jagiellonian e uma empresa privada. A plataforma é propriedade do líder do projeto que também faz a gestão da mesma; após a conclusão do projeto, a plataforma será da responsabilidade do Ministério da Educação.

Os avaliadores usam esta plataforma para colocar dados recolhidos durante a avaliação (por exemplo, de questionários e entrevistas), e para processar e publicar esses dados (instrumentos disponibilizados na plataforma permitem aos inspetores gerar relatórios de avaliação a partir de dados introduzidos).

Os resultados da avaliação são apresentados ao conselho de docentes (todos os professores da escola) para discussão antes de serem publicados (na plataforma com livre acesso ao público). Porém, o conteúdo do relatório de avaliação é exclusivamente decidido pelos inspetores. As conclusões do relatório final podem ser refutadas pelo diretor da escola e nesse caso, pode ser

pedido (pelo superintendente regional) aos avaliadores uma nova análise dos dados recolhidos. Os avaliadores não apresentam recomendações – a escola elabora a sua própria resposta após a análise do relatório.

O acompanhamento depende do nível de avaliação atribuído à escola. Se esta obtém uma pontuação baixa/inadequada (nível E) para os parâmetros relacionados com: organização dos processos de aprendizagem; implementação do currículo de base; atividade dos alunos; respeito pelas normas sociais; ou cooperação dos professores (parâmetros 2-5 e 7), é lançado um procedimento oficial. Noutros casos – mesmo que seja atribuído um E em qualquer outro parâmetro – a escola desenvolve a sua própria resposta e não há um acompanhamento (ver mais detalhes na Secção I.5 em baixo).

A verificação da conformidade com a legislação (no âmbito da visita à escola) é anunciada sete dias antes e geralmente dura um dia. O serviço de superintendência (inspeção regional) planifica as verificações a realizar ao longo do ano mas algumas são de tipo *ad hoc*, de natureza interventiva.

A avaliação à qualidade escolar dá origem a um relatório, enquanto a verificação da conformidade legal resulta numa “ata”. O diretor da escola pode opor-se ao conteúdo destes documentos, dirigindo as suas objeções ao superintendente educativo da região. Os procedimentos de avaliação recomendados (publicados no sítio de Internet oficial do órgão de supervisão pedagógica ⁽⁸⁶⁾, mas sem estatuto de legislação) também assumem que seis meses após a avaliação, o diretor da escola recebe um questionário que visa incentivar a autoavaliação e avaliar se as medidas de melhoria adotadas pela escola foram implementadas.

5. Resultados da avaliação externa

Dependendo dos resultados, a avaliação externa pode trazer diferentes consequências para as escolas. Se uma escola obtém uma classificação baixa/inadequada (nível E) para os parâmetros 2-5 e 7, o diretor da escola deve delinear um plano de melhoria e planificar a sua implementação. O cronograma é aceite pelo serviço de superintendência (serviço regional de inspeção). Se plano não for disponibilizado, o super-

⁽⁸⁵⁾ <http://www.npseo.pl/action/externalevaluation>

⁽⁸⁶⁾ <http://www.npseo.pl/data/documents/4/313/313.pdf>

intendente exige a demissão do diretor da escola (que é assegurada pela autoridade responsável pela escola). A próxima avaliação decorre no prazo de três anos e cobre todos os requisitos/parâmetros em vigor). Para além disso, não há um período oficial estipulado entre cada avaliação.

Se uma escola falha o cumprimento de qualquer um dos parâmetros não diretamente ligados ao ensino e aprendizagem ou à cooperação entre os professores, recomenda-se que implemente medidas de melhoria, mas essa ação não é supervisionada pelo serviço de superintendência por via de um procedimento especial.

Se uma escola obtém uma notação muito elevada em alguns dos parâmetros, os avaliadores elaboram um formulário de boas práticas que é depois divulgado no sítio de Internet do superintendente.

Se os avaliadores reportam quaisquer violações à lei em resultado da verificação da conformidade legal da escola, o diretor da escola é obrigado a executar recomendações específicas (indicadas nas atas da verificação) até uma determinada data.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O processo de avaliação da qualidade fica concluído com um relatório que o serviço de superintendência (serviço regional de inspeção) entrega à escola e à autoridade responsável pela escola; é publicado na página de Internet da “supervisão pedagógica” com acesso livre ao público em geral. O diretor da escola deve informar os representantes dos pais e dos alunos acerca da publicação do relatório.

Qualquer investigador interessado pode obter acesso aos dados agregados de todos os relatórios. Estes dados também são usados na preparação de um relatório anual para o Ministro da Educação.

As atas relativas à verificação da conformidade legal são disponibilizadas ao diretor da escola e ao serviço de superintendência (serviço regional de inspeção). As conclusões da avaliação da qualidade de uma escola e da verificação da conformidade legal podem ser publicadas no sítio de Internet do serviço de superintendência (serviço regional de inspeção). Compete ao

superintendente decidir se publica esta informação, mas na prática raramente acontece.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A Regulação de 2009 do Ministro da Educação Nacional sobre a supervisão pedagógica impõe a obrigação dos diretores das escolas públicas implementarem um processo interno de supervisão pedagógica e de avaliação. Os seus objetivos incluem a melhoria da qualidade do trabalho da escola e a promoção do desenvolvimento individual dos professores. Esta regulamentação pretende direcionar a atenção da escola para as suas próprias necessidades e não para as prioridades fixadas pelas autoridades educativas (até 2009, as prioridades da superintendência regional eram vinculativas quanto aos diretores das escolas). Por conseguinte, assume-se que as áreas prioritárias para as avaliações externa e interna não têm de ser as mesmas.

A avaliação interna das escolas públicas baseia-se num cronograma anual estabelecido no início de um ano letivo. As escolas são autónomas quanto à escolha dos procedimentos para a avaliação interna. Atualmente, está a ser desenvolvido um projeto-piloto sistémico⁽⁸⁷⁾ que visa apoiar as escolas nos seus processos de avaliação interna. No âmbito deste projeto, são promovidos métodos de ação-investigação.

2. Partes envolvidas

A legislação específica que o diretor da escola deve conduzir a avaliação interna em cooperação com os professores. Os pais também devem participar e este facto reflete-se nos instrumentos de avaliação desenvolvidos para os inspetores escolares.

Em cerca de 70 % das escolas, os processos de avaliação interna são elaborados por uma equipa especial de professores. Em 30 % das escolas, a avaliação é feita pelo diretor da escola ou outra pessoa escolhida pelo diretor.

O modelo de avaliação interna promovido no quadro do projeto-piloto sistémico (ver supra) supõe a participação dos professores e o envolvimento gradual, sistemático de toda a

⁽⁸⁷⁾ www.nauczycielbadacz.pl

comunidade educativa e, acima de tudo, de alunos e pais.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas são livres de escolher o objeto e os critérios da avaliação interna. Também podem escolher e/ou desenvolver os seus próprios instrumentos de avaliação. A regulação apenas enfatiza o papel do diretor da escola na observação de aulas. São com frequência utilizados pelas escolas métodos tradicionais de inquérito (aproximadamente 60 %) na avaliação interna. Naturalmente, a análise dos resultados dos exames externos faz parte da avaliação interna (ver Secção III).

A avaliação interna é promovida e apoiada através de *workshops* especiais para diretores de escolas e professores. Incentivam a observação entre pares e outros métodos de avaliação, dando maior visibilidade a técnicas de gestão da qualidade, por exemplo, entrevistas ou técnicas de sociologia visual. Os *workshops* são organizados pelo mesmo consórcio que desenvolve a plataforma para supervisão pedagógica, e são opcionais para diretores das escolas e professores.

A formação em avaliação interna (um curso de seis dias dedicado à conceção de processos de avaliação interna e aprendizagem sobre instrumentos de análise de dados) é realizada no âmbito de projetos financiados pelos Fundos Estruturais Europeus.

Depois de concluídos os projetos (em 2015), o apoio aos processos de avaliação na escola é efetuado pelos funcionários dos centros de formação de professores, centros de orientação e aconselhamento e bibliotecas especializadas em educação (por exemplos, professores, psicólogos, peritos em educação, bibliotecários, etc.). Conforme estipulado na regulação central sobre a supervisão pedagógica, as instituições com estatuto de órgãos de consultoria educativa devem apoiar o processo de melhoria da escola. As escolas podem solicitar apoio consoante a necessidade.

O diretor da escola é obrigado a providenciar formação em avaliação interna para os professores se considerar que é necessário.

São disponibilizados fóruns, orientações e manuais como parte da oferta de formação descrita supra. No entanto, deve salientar-se que

a avaliação interna é, em grande medida, um processo autónomo da escola, mesmo que seja oferecida à escola uma formação sobre a utilização dos instrumentos disponíveis.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

No plano de supervisão pedagógica, o diretor da escola deve incluir os resultados de quaisquer avaliações da qualidade efetuadas na escola no ano anterior. Se bem que a escola deve desenvolver o seu próprio processo de avaliação interna, não existe a obrigação de produzir um relatório. A utilização dos resultados da avaliação e a sua publicação são deixados ao critério de cada escola. O diretor da escola pode apresentar os dados da avaliação interna como uma das fontes para a avaliação externa mas não de forma obrigatória. Todos os outros usos dados aos resultados são deixados ao critério da escola.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Existe um sistema de desenvolvimento profissional dos professores baseado na formação planeada e na avaliação individual sistemática dos professores.

Além disso, a avaliação dos diretores de escolas e dos professores pode ser solicitada pelos próprios ou pela autoridade responsável ou órgão de supervisão da escola; ou pelo conselho de professores ou conselho de escola. Se o diretor da escola deseja recandidatar-se ao cargo, pode solicitar uma avaliação. A avaliação de professores é realizada pelo diretor da escola enquanto a avaliação do diretor da escola é realizada pelo serviço de superintendência.

Existe um sistema de exames externos de alunos supervisionado pela Direção Central de Exames e Direções Regionais de Exames. As escolas recebem informações sobre os resultados para toda a escola, turmas /departamentos e alunos individualmente em todos os exames e em tarefas específicas (avaliação de competências). As direções de exames também publicam os resultados comparados – as comparações são feitas a nível local, provincial, regional e nacional.

É igualmente medido o Valor Educativo Acrescido⁽⁸⁸⁾ e os resultados são publicados.

⁽⁸⁸⁾ <http://2013.ewd.edu.pl/educational-value-added-in-poland/>

O Ministério da Educação Nacional monitoriza o sistema educativo graças à utilização dos resultados das investigações nacionais e internacionais (PIRLS, PISA). Também utiliza dados da avaliação externa das escolas e do sistema de exames. O Ministério fundou um Instituto de Investigação Educacional, o qual efetua estudos e presta consultoria ao ministério.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Portugal

Secção I. Avaliação externa

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) é o órgão responsável pela realização da avaliação externa nas escolas. É um serviço administrativo autónomo central, sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência.

A avaliação externa tem como principais objetivos:

- promover o progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos através da identificação dos pontos fortes e das áreas prioritárias para a melhoria da escola;
- incrementar a responsabilização a todos os níveis através da validação das práticas de autoavaliação das escolas;
- fomentar a participação da comunidade educativa e da sociedade local na vida da escola através de um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho da escola;
- contribuir para a regulação eficaz do sistema educativo a todos os níveis, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração da escola de informação relevante.

2. Avaliadores

A equipa de avaliação externa integra três membros: dois inspetores contratados pela IGEC e um avaliador externo selecionado pela IGEC a partir de uma lista de professores universitários e/ou investigadores no setor da educação, com nomes sugeridos pelas instituições de ensino superior. Os avaliadores externos são contratados

para efetuar uma avaliação específica, apesar de poderem ser convidados a participar em mais do que uma avaliação. As qualificações e experiência dos avaliadores são decididas pela IGEC. Apesar de não estarem formalmente estabelecidos, os requisitos para avaliadores da IGEC incluem, para além de um mínimo de cinco anos de experiência docente, experiência em avaliação externa e um conhecimento profundo da organização da escola no seu conjunto. Os inspetores e avaliadores externos passam por uma formação em avaliação, que inclui um curso anual de reciclagem de 21 horas organizado pela Inspeção-Geral da Educação em cooperação com peritos externos (geralmente pessoal universitário). Durante o desenvolvimento do programa anual de avaliação externa, as unidades regionais de inspeção podem organizar *workshops* adicionais ou grupos de discussão frequentados por todos os avaliadores.

3. Quadro de avaliação

Os avaliadores utilizam um “Quadro de Referência para a Avaliação Externa das Escolas”⁽⁸⁹⁾ como base qualitativa a partir da qual se formam os juízos de avaliação. O quadro é articulado em torno de três domínios centrais (1) resultados, (2) prestação do serviço educativo, (3) liderança e gestão. Cada domínio central subdivide-se em três grandes campos, representados por um número variável de parâmetros (41 no total). Por exemplo, o domínio “Resultados” subdivide-se em “Resultados académicos”; “Resultados sociais”; e “Reconhecimento da comunidade”. O domínio “Prestação do serviço educativo” contém as áreas “Planeamento e articulação”, “Práticas de ensino”; e “Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens”. Por último, o domínio “Liderança e gestão” subdivide-se em “Liderança”; “Gestão”; e “Autoavaliação e melhoria”.

Os avaliadores avaliam a escola nos três domínios e atribuem uma classificação numa escala de cinco níveis a cada um – excelente, muito bom, bom, suficiente, insuficiente.

4. Procedimentos

A avaliação externa é realizada pelo menos de cinco em cinco anos. Para as escolas que recebem uma classificação baixa, o ciclo de

⁽⁸⁹⁾ [https://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2013_2014/AEE_13_14_\(1\)_Quadro_Referencia.pdf](https://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2013_2014/AEE_13_14_(1)_Quadro_Referencia.pdf)

avaliação é mais curto – três ou quatro anos (ver em baixo).

Os procedimentos típicos utilizados na avaliação externa são:

- previamente à visita à escola, a equipa de avaliação consulta uma base de dados central sobre os resultados dos alunos nos exames nacionais. Os avaliadores consideram “o perfil comparado da escola”, que os informa se os resultados dos alunos, ponderados de acordo com um conjunto de variáveis socioeconómicas, estão abaixo ou acima dos resultados previstos para as outras escolas em circunstâncias semelhantes. Também é analisada a documentação da escola, incluindo a brochura; o plano de desenvolvimento; o plano de atividades anual; os regulamentos internos; e o relatório de avaliação interna;
- a visita à escola dura entre três a cinco dias dependendo da sua dimensão. Durante esta visita, é apresentado um questionário a uma amostra de alunos e de pais, a todos os professores e outro pessoal da escola. O questionário aborda o nível de satisfação com as instalações da escola, serviços, segurança e ensino. São igualmente realizadas entrevistas com vários agentes da comunidade educativa a propósito de parâmetros cobertos pelo quadro de referência (ver Secção I.3). Por último, a direção seleciona e convida alunos, pais, professores, pessoal e representantes das autarquias para painéis de discussão, obedecendo a uma estrutura nacional comum;
- No final da visita à escola e antes de elaborar o relatório de avaliação, a equipa de avaliação faz uma reunião com a direção da escola para debater as conclusões da avaliação. Depois disso, o relatório é enviado à escola e a direção tem a oportunidade de o analisar e dar a sua resposta, corrigindo eventuais erros factuais ou esclarecendo certos pontos, ou até discordando dos resultados através da preparação de uma “objeção”. Este documento é examinado pela equipa de avaliação que dá o seu *feedback* à escola e só então prepara o relatório de avaliação final antes de o transmitir à escola.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório de avaliação externa identifica os pontos fortes e os pontos fracos das escolas. Estas são aconselhadas a tomar medidas para superarem eventuais fragilidades através da (1) discussão interna das conclusões do relatório; e (2) elaboração de um plano de melhoria no prazo de dois meses após a receção do relatório de avaliação. A escola é livre de decidir quem participa neste processo. Este plano estabelece as áreas prioritárias para melhoria com objetivos programados e viáveis, e concebe um conjunto de medidas para obter resultados específicos. As escolas com níveis baixos, ou seja, escolas que não têm nenhum dos seus domínios classificados acima de “suficiente” (ver Secção I.3), passam por um programa de acompanhamento. É provável que estas escolas sejam novamente inspecionadas no período de um ano por uma equipa de inspetores, de acordo com o procedimento da IGE “acompanhamento da ação educativa”. Uma equipa de inspetores monitoriza a implementação do plano de melhoria da escola, avalia as ações em curso e contacta com a escola três vezes no período de um ano para debater o progresso observado. O relatório dá um *feedback* sistemático, salientando as medidas concretizadas pela escola e os constrangimentos enfrentados.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

As conclusões da avaliação são publicadas em forma de relatório para cada escola pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência ⁽⁹⁰⁾. Também são entregues anualmente ao Ministério da Educação e Ciência num relatório de avaliação externa das escolas.

Secção II. Avaliação interna

1. Estatuto e objetivos

A implementação da avaliação interna é obrigatória desde 2002, mas não existem normas ou quadros comuns e as escolas são livres para determinar os seus próprios procedimentos. No entanto, o quadro de referência utilizado pelos avaliadores externos (ver Secção I) contém vários parâmetros focados na avaliação interna, que lidam com a utilização dos resultados da avaliação

⁽⁹⁰⁾ <http://www.ige.min-edu.pt/>

externa na preparação de planos de melhoria; o envolvimento e a participação da comunidade educativa na autoavaliação; e o impacto da autoavaliação no planeamento, organização e práticas profissionais.

2. Partes envolvidas

A participação dos agentes da comunidade educativa difere entre as escolas na medida em que estas são livres de escolher o processo de avaliação. O grau de participação da comunidade educativa também varia muito; se em alguns casos está totalmente envolvida nos processos – desde a fase da conceção até à tomada de decisão – noutros podem ser consultados unicamente via questionários.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas não são obrigadas a utilizar ou harmonizar o seu quadro de avaliação interna com o quadro de referência para a avaliação externa.

O gabinete do Ministério da Educação encarregue de processar os dados das provas e dos exames nacionais (MISI) transmite a cada escola as informações sobre os respetivos resultados assim como os valores previstos de acordo com o contexto socioeconómico dos alunos. São ainda fornecidos os resultados agregados a nível regional e nacional. Não há orientações sobre o uso que as escolas fazem da informação fornecida.

As escolas podem obter apoio para a avaliação interna a partir de “amigos críticos” que atuam como conselheiros ou consultores educativos, com frequência no contexto de projetos conjuntos com universidades e outras instituições de formação. “Amigos críticos” são geralmente peritos no campo da educação e podem ser provenientes de uma diversidade de contextos profissionais (peritos académicos, consultores privados ou formadores de professores). A formação em avaliação interna para professores/pessoal está disponível em universidades mas com carácter facultativo. As instituições de ensino superior oferecem alguma formação em avaliação interna assim como os centros de formação de professores.

O sítio de Internet da IGEC disponibiliza diretrizes, manuais e informação para apoiar as escolas no desenvolvimento de processos de avaliação interna.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Não há diretrizes ou recomendações a nível central sobre a forma como as escolas devem utilizar os resultados da avaliação interna. No entanto, os avaliadores externos avaliam o modo como a avaliação interna é conduzida (ver Secção II.1). Além disso, os resultados da avaliação interna também são considerados quando é feita a monitorização das atividades das escolas que receberam classificações baixas na avaliação externa segundo o sistema desenvolvido pela IGEC (ver Secção I.3).

As escolas informam os municípios (com responsabilidades significativas na gestão das escolas) acerca dos processos e resultados da sua avaliação interna. Os municípios disponibilizam os meios necessários para apoiar as escolas na melhoria da sua oferta educativa e podem participar diretamente na melhoria da escola.

As escolas são livres para decidir se publicam os seus resultados da avaliação interna no respetivo sítio de Internet.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores estagiários são avaliados por professores efetivos de outras escolas quando atingem o 2º e o 4º escalões das suas carreiras, ou sempre que se candidatam à atribuição de uma classificação de “excelente”. Os restantes professores são avaliados internamente, de modo a monitorizar o seu desempenho.

Os diretores das escolas são avaliados por elementos internos e externos apenas quando se candidatam a uma promoção.

Os resultados de cada escola nos exames nacionais (quer os resultados brutos quer os resultados ponderados tendo em conta variáveis socioeconómicas (valores previstos)) são publicados pelo gabinete do Ministério da Educação (MISI). O mesmo gabinete fornece e publica as médias nacionais e regionais, mas não realiza exercícios de *benchmarking*.

São vários os órgãos envolvidos na monitorização do sistema educativo como um todo:

- A Inspeção-Geral da Educação (IGEC) monitoriza a implementação das políticas educativas e supervisiona a utilização de

recursos através de um relatório anual baseado nas conclusões da avaliação externa das escolas;

- o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) elabora e administra exames nacionais e exames normalizados, cujos resultados são recolhidos e analisados com vista a identificar problemas no sistema educativo e apoiar a tomada de decisão;
- a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) recolhe, monitoriza, processa dados e dissemina informação (nomeadamente estatísticas), assegurando que potenciais utilizadores têm acesso a essa informação (o gabinete MISI mencionado supra está integrado nesta Direção Geral);
- O Conselho Nacional de Educação (CNE), um órgão independente com funções consultivas em matéria de educação, emite pareceres e recomendações sobre questões relativas à educação, de acordo com as suas prioridades ou em resposta a solicitações da Assembleia da República ou do Governo.

Secção IV. Reformas

Estão atualmente em debate propostas para reformar os procedimentos de avaliação externa das escolas no terceiro ciclo de inspeção escolar a iniciar no final do corrente ciclo (2011-2016) e incluem:

- a adoção da observação de aulas como metodologia para a avaliação externa das escolas (já antes introduzida no programa de formação de inspetores);
- o estabelecimento de um órgão de recurso para investigar as reclamações das escolas nos casos em que estas não aceitam a classificação que lhes é dada ou não concordam com a fundamentação dos avaliadores.

Roménia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A Agência Romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Pré-Universitário (ARACIP) é o órgão responsável pela avaliação externa dos “prestadores de educação”⁽⁹¹⁾ (designação legal para jardins de infância e escolas, incluindo as que oferecem ensino e formação profissional iniciais (EFPI)).

A ARACIP é uma instituição autónoma, pública, de interesse nacional, que funciona sob tutela do Ministério da Educação da Roménia, com estatuto legal e orçamento próprio. As suas principais funções são a autorização, acreditação e avaliação recorrente das escolas e outros estabelecimentos de ensino não superior.

Os objetivos da avaliação externa realizada pela ARACIP são:

- certificar que as escolas respondem às necessidades dos alunos e às normas de qualidade exigidas;
- proteger os interesses dos alunos através da produção e disseminação de informação sobre a qualidade do ensino;
- desempenhar um papel no desenvolvimento de uma “cultura da qualidade” nos estabelecimentos de ensino pré-universitário;
- recomendar políticas e estratégias ao Ministério da Educação para melhorar a qualidade da educação.

A ARACIP não está habilitada para apoiar o desenvolvimento e melhoria das escolas. Esse é o papel do serviço de inspeção prestado pela Inspeção Escolar dos Condados. Este organismo monitoriza e aconselha as escolas sobre a melhoria da qualidade da sua educação (ver Secção I.5). Centra-se nos processos (ensino, gestão, etc.) e na conformidade com regulamentações, métodos e diretrizes específicas, a nível do professor, diretor da escola e “presidente” (departamento escolar).

⁽⁹¹⁾ Lei nº 87/2006 para a aprovação do Despacho de Emergência do Governo nº 75/2005 relativo à garantia da qualidade da educação.

2. Avaliadores

Os avaliadores externos são conhecidos como “peritos em avaliação e acreditação”. Devem:

- ser docentes qualificados e experientes;
- ser especializados em avaliação (de instituições, projetos e pessoal);
- prestar provas de competência profissional (através de realizações pessoais);
- nos três anos prévios à seleção, ter participado em programas de formação em serviço (mínimo de 40 horas).

Um dos atributos desejáveis mas não essenciais é a experiência em gestão na posição de diretor de escola ou inspetor do condado.

Após a seleção, o futuro avaliador frequenta uma formação especial de caráter obrigatório, acreditada e aprovada por despacho ministerial. A formação dura até 89 horas, com 60 horas de formação presencial (teoria e exercícios); 24 horas de trabalho experimental (observando um avaliador e preenchendo relatórios de avaliação); e cinco horas de avaliação (apresentação de um portefólio e uma entrevista). O curso de formação centra-se na avaliação de processos educativos; plano de desenvolvimento da escola e gestão da escola; e recursos humanos e financeiros. O curso também cobre os modelos de avaliação da qualidade (ISO e EFQM), avaliação de sistemas e competências de gestão.

Após a conclusão do curso, o avaliador é adicionado ao Registo Nacional de Peritos em Avaliação e Acreditação. Os avaliadores não são funcionários da ARACIP; trabalham sob contrato (“contrato civil”) e são pagos por cada relatório de avaliação entregue. Os avaliadores não podem avaliar as escolas dos seus condados e as suas atividades são reguladas por um código de conduta, aprovado por despacho ministerial.

3. Quadro de avaliação

Os avaliadores externos utilizam diretrizes nacionais e critérios aprovados pelo Governo e aplicáveis a todas as escolas, públicas e privadas. Os mesmos critérios são utilizados para a avaliação interna e podem distinguir-se três:

- autorização provisória (dada às novas escolas);
- acreditação (atribuída às novas escolas após um ciclo de ensino completo, ou seja, dois a quatro anos após a autorização provisória; a

acreditação representa o nível mínimo aceitável de qualidade da educação); e

- certificado de qualidade ou de referência, correspondente ao mais elevado nível de qualidade.

A autorização provisória confere direitos limitados às escolas, que podem contratar pessoal e ministrar educação, mas não podem emitir diplomas e certificados. Uma escola acreditada tem direitos plenos, incluindo a emissão de diplomas e certificados. O “certificado de qualidade ou de referência” é usado durante o processo de “avaliação recorrente” (cada cinco anos). É determinada a qualidade da oferta educativa das escolas, são emitidos certificados de qualidade e são compiladas tabelas classificativas.

As áreas em foco na avaliação externa são:

- a capacidade institucional (estruturas administrativas e de gestão, logística, recursos humanos);
- a eficácia educativa (relacionada com o conteúdo dos programas de estudo, resultados da aprendizagem, atividades de investigação dos professores, gestão de orçamentos);
- a gestão da qualidade (relativa a estratégias e procedimentos de garantia da qualidade; procedimentos de elaboração, monitorização e revisão dos programas de estudo e atividades; procedimentos objetivos e transparentes de avaliação dos resultados da aprendizagem; procedimentos de avaliação do pessoal docente; acessibilidade dos recursos de aprendizagem; atualização sistemática de bases de dados internas sobre a garantia da qualidade; transparência da informação pública sobre os programas de estudo e os diplomas e certificados emitidos; conformidade com os requisitos legais de garantia da qualidade).

Estas áreas extensas dividem-se em subáreas e indicadores (43). Cada indicador contém descritores que descrevem normas, regulamentações e níveis de proficiência exigidos que uma instituição deve cumprir para assegurar um determinado nível de qualidade desejado (autorização provisória, acreditação, ou certificado de qualidade/referência no quadro do processo de avaliação recorrente).

4. Procedimentos

É aplicado o mesmo procedimento a todos os níveis de qualidade e compreende:

- candidatura à avaliação externa feita ou pela escola ou pelo Ministério da Educação. Previamente à visita de avaliação, a escola deve submeter um conjunto de dados e documentos com provas de que cumpriu os requisitos das diretrizes e critérios nacionais (ver Secção I.3);
- análise dos documentos de apoio pelo pessoal interno da ARACIP, que assegura que a escola forneceu todo o material necessário. A equipa de avaliadores externos é então nomeada. Os avaliadores devem possuir conhecimento especializado no programa de estudos/nível de ensino relevante e a qualidade dos seus relatórios de avaliação prévios é tida em conta no processo de seleção. Os avaliadores selecionados não podem ser residentes no mesmo condado em que se localiza a escola a ser avaliada;
- uma visita de dois ou três dias ao local por uma equipa de dois a quatro avaliadores. Para a autorização provisória, os avaliadores verificam as instalações, examinam a documentação em maior detalhe (se necessário) e entrevistam o diretor da escola. Para a acreditação e avaliação recorrente, também são organizadas (no nível CITE 2) observações de aulas, entrevistas com professores e entrevistas e/ou questionários para representantes de pais e alunos (em comissões de alunos e de pais), representantes da administração local e empregadores locais. No nível CITE 1 os alunos não são envolvidos. As entrevistas cobrem tópicos como as comunicações entre a escola e os principais agentes da comunidade educativa, a participação no processo de tomada de decisão e o grau de satisfação com a oferta educativa;
- conclusão de relatórios de avaliação externa pelos avaliadores (um relatório geral, três sub-relatórios, um para cada domínio em foco, ver Secção I.3), com base em modelos fornecidos pela ARACIP. Antes de deixarem a escola, são registadas as atas da visita, indicando as normas, regulamentações ou níveis de proficiência que não foram cumpridos e estabelecendo os prazos limite para as escolas implementarem medidas de melhoria;
- análise e validação dos relatórios de avaliação externa pelo pessoal da ARACIP. Com base nos relatórios e em provas fornecidas pela escola, validadas pela Inspeção Escolar do

Condado, de que foram postas em prática as melhorias, a Direção da ARACIP recomenda ao Ministro da Educação a emissão do despacho ministerial para autorização provisória ou acreditação.

5. Resultados da avaliação externa

Os resultados possíveis da avaliação externa são:

- autorização provisória atribuída à escola para o nível de ensino e programas de estudo relevantes. A escola pode então inscrever alunos, contratar professores e ministrar o ensino. Se a autorização é recusada, a escola pode recandidatar-se quantas vezes for necessário;
- acreditação atribuída para o nível de ensino, qualificações, especializações e programas de estudo relevantes. A escola pode emitir certificados de conclusão da escolaridade ou de qualificação profissional (para as escolas de EFPI). Se a acreditação for recusada, a escola pode recandidatar-se um ano depois. Se for recusado um segundo pedido após outro procedimento de avaliação externa, a escola é encerrada;
- avaliação recorrente de escolas acreditadas: se as qualificações, especializações e programas de estudo das escolas cumprem o nível mínimo exigido, é atribuído um “certificado de qualidade”, que confirma o nível de qualidade atingido de acordo com as normas nacionais e é válido por 5 anos. Se a escola não cumpre o nível mínimo exigido, é emitido um aviso e efetua-se outra avaliação externa um ano mais tarde. Se, após esta segunda avaliação, não forem atingidos os níveis exigidos, é emitido um aviso final e a escola não deve matricular novos alunos. Após um ou dois anos ocorre uma terceira avaliação e se ainda assim os níveis não são atingidos, a escola é encerrada.

Nos casos em que as escolas não recebem uma acreditação ou certificado de qualidade, as melhorias a implementar são integradas no processo de avaliação interna que ocorre em conformidade com o plano de desenvolvimento da escola. O relatório de avaliação interna sobre a qualidade da educação é publicado anualmente. A inspeção escolar (da Inspeção Escolar dos Condados) tem uma função de “controlo da qualidade” e deve monitorizar o progresso das escolas na melhoria da qualidade.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os relatórios de avaliação externa, as decisões da Direção da ARACIP e os despachos ministeriais são publicados no sítio de Internet da ARACIP. Esta agência publica um relatório anual de atividades e, periodicamente (a cada quatro anos), um relatório geral sobre a qualidade da educação.

O Certificado de Qualidade, emitido após a avaliação recorrente, cujo relatório também é publicado, inclui um “índice de valor acrescentado” que mostra os resultados de avaliação após o cálculo da influência do contexto escolar e fatores de *input* (contexto familiar e fatores da comunidade, contexto socioeconómico da escola, infraestruturas da escola, etc.). Este índice destina-se a medir a eficiência da educação, mostrando se os resultados efetivos das escolas são superiores ou inferiores ao nível previsto, dadas as suas circunstâncias.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A avaliação interna é efetuada anualmente, dando origem a um relatório anual que é publicado. Todas as escolas contam com uma Comissão de Avaliação e Garantia da Qualidade, que organiza o processo de avaliação interna, mas a responsabilidade pelo processo cabe à direção da escola (conselho diretivo e diretor da escola). O relatório anual sobre a avaliação interna inclui: uma descrição da escola (incluindo dados de matrículas e de resultados); atividades de melhoria da qualidade realizadas no ano letivo anterior; resultados da avaliação interna em relação aos 43 indicadores contemplados nas normas nacionais de avaliação externa; e atividades de melhoria da qualidade planeadas para o ano letivo seguinte. Para além das normas nacionais, a escola pode escolher as suas próprias áreas de foco para a avaliação interna.

2. Partes envolvidas

De acordo com a legislação, a Comissão para a Avaliação e Garantia da Qualidade deve incluir representantes dos professores, pais (até ao nível terciário/não universitário), alunos (a partir do nível secundário inferior), administração local, minorias étnicas, e outras partes interessadas consideradas importantes pela escola (por exemplo, empregadores para o EFPI). A comissão elabora a estratégia e o plano de melhoria da qualidade, supervisiona a melhoria da qualidade e as atividades de avaliação interna e produz o relatório anual sobre a avaliação interna. Estas atividades devem ser aprovadas pelo conselho de escola.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas devem obrigatoriamente utilizar o mesmo quadro da avaliação externa (os critérios nacionais são comuns a ambas as avaliações). Desde 2011 que as escolas recebem o seu índice de “valor acrescentado” ou de “eficiência”, o que lhes permite comparar os seus resultados com outras escolas em circunstâncias semelhantes. A partir de 2013, a avaliação interna passou a contar com uma plataforma eletrónica centralizada⁽⁹²⁾, que fornece um modelo e apoio metodológico para a garantia da qualidade.

A ARACIP recrutou e preparou um corpo de cerca de 600 “formadores-consultores” para darem apoio às escolas no desenvolvimento das suas políticas internas de garantia da qualidade e de melhoria. O conteúdo da formação é semelhante ao do curso de avaliadores externos (ver Secção I.2), mas mais curto (62 horas em vez de 89).

A nível nacional, nos últimos cinco anos, cerca de 17 000 inspetores, diretores de escolas, professores e outros representantes das escolas têm recebido formação no domínio da qualidade. Cada escola integra pelo menos uma pessoa com formação para utilizar a plataforma eletrónica de avaliação interna. A aplicação tem uma “Biblioteca de Materiais de Apoio à Avaliação” com manuais e orientações, tutoriais em vídeo e outros instrumentos; também dispõe de um sistema de apoio com FAQs e *helpdesk*). A aplicação permite a cada escola solicitar apoio e fornece aos peritos da ARACIP um fórum para publicar notícias e um sistema para contactar as escolas selecionadas,

⁽⁹²⁾ <https://calitate.aracip.eu/>

caso lhes sejam pedidas tarefas específicas (enviar informação à ARACIP ou organizar uma atividade de melhoria da qualidade).

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A partir do ano letivo de 2014/15, os resultados das avaliações internas ficaram disponíveis na plataforma eletrónica centralizada já aqui mencionada. Previamente, eram publicados no sítio de Internet da escola ou expostas no placard público da escola. A legislação em vigor exige às escolas em todos os níveis de ensino a utilização dos resultados da avaliação interna para melhorar a qualidade da educação. As escolas devem trabalhar para melhorar quaisquer áreas dos critérios nacionais identificadas como “insatisfatórias”, e ainda escolher algumas das suas próprias áreas que entendem carecer de uma melhoria.

A nível nacional, os relatórios de avaliação interna são utilizados pela ARACIP para produzir o relatório de atividades anual e também os relatórios periódicos sobre a qualidade do sistema educativo. Antes de 2013-2014, somente eram utilizadas amostras dos relatórios mas desde esse ano letivo, passaram a ser incluídos os relatórios todos.

Os dados são introduzidos na plataforma eletrónica centralizada desde o ano letivo de 2014/15, e constituem uma importante fonte de informação para inquéritos e relatórios aos níveis nacional e regional. Os dados estarão acessíveis a diversos níveis: o público em geral tem acesso aos dados de interesse público para cada escola; os inspetores da Inspeção Escolar dos Condados têm acesso à base de dados da escola para o respetivo condado; o Ministério da Educação e outras instituições nacionais têm acesso à base de dados nacional.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores são avaliados pelo diretor da escola e pelo conselho de escola numa base anual, e também pela Inspeção Escolar dos Condados em circunstâncias específicas (promoção e transferência).

Os diretores das escolas são avaliados anualmente pela Inspeção Escolar dos Condados.

A oferta educativa das autoridades locais é avaliada anualmente pelo Ministério da Educação utilizando os critérios estabelecidos em regulamentações, obedecendo a um modelo comum.

A monitorização do desempenho do sistema educativo é realizada a nível nacional e regional resultando no Relatório Nacional sobre Educação, produzido anualmente pelo Ministério da Educação e apresentado ao Parlamento. Cada Inspeção Escolar dos Condados produz um relatório anual semelhante, que é apresentado ao Ministério da Educação e aos parceiros locais.

Os resultados das escolas nos exames nacionais são publicados anualmente pelo Centro Nacional de Avaliação e Exames. Os resultados são apresentados como “tabelas classificativas” e comparados com as médias nacionais e dos condados.

Secção IV. Reformas

As normas e procedimentos nacionais para a avaliação interna e externa serão revistos em 2014-2015, com vista a simplificar e redirecionar as prioridades para os resultados dos alunos e o bem-estar das crianças. A estrutura geral das dos critérios de avaliação não será alterada, mas algumas normas e requisitos serão removidos, alterados ou poderão ser adicionados alguns novos. Consequentemente, os principais aspetos da qualidade da educação a avaliar são: resultados da aprendizagem, bem-estar das crianças e progressos alcançados nessas áreas; qualidade do ensino e desenvolvimento profissional dos professores; capacidade da escola para melhorar os resultados da aprendizagem; qualidade do ensino em relação ao bem-estar das crianças; e participação e níveis de satisfação da comunidade educativa. Os procedimentos serão simplificados; a quantidade de documentação a nível escolar e nacional será reduzida através de uma otimização do uso da plataforma eletrónica centralizada, a qual será igualmente utilizada para avaliação externa. Desta forma, os dados das avaliações interna e externa serão agregados e a avaliação interna da qualidade será calibrada com os resultados da avaliação externa. Ao serem publicados os relatórios de avaliação interna e externa sobre a qualidade da educação, as partes interessadas (sobretudo alunos e pais) terão acesso a

informação relevante para a escolha da escola adequada. Os decisores a nível local, regional (condados) e nacional utilizarão a informação prestada para identificar as reformas necessárias para melhorar a qualidade da educação.

Eslovénia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A avaliação externa das escolas é realizada no quadro das inspeções sob responsabilidade da Inspeção-Geral da Educação e Desporto da República da Eslovénia, que está agregada ao Ministério da Educação, Ciência e Desporto. A Inspeção-Geral é responsável por verificar a conformidade das atividades de gestão e educação das escolas com a legislação nacional. A finalidade da inspeção escolar é, por conseguinte, assegurar a implementação da normativa que rege a educação, a utilização adequada dos fundos e a qualidade da oferta educativa.

2. Avaliadores

A inspeção é conduzida por inspetores (*inšpektorji*) contratados pelo Estado como funcionários públicos. Os inspetores escolares devem ser titulares de, pelo menos, um diploma de mestrado ou equivalente, ter um mínimo de sete anos de experiência profissional (no ensino, aconselhamento, investigação ou administração educacional) antes da nomeação ou no prazo de seis meses após a nomeação; devem ter concluído o exame para inspetores escolares (que incide no conhecimento de procedimentos administrativos e de inspeção e relativos a infrações). Para se prepararem para o exame, os futuros candidatos podem frequentar uma formação de 16 horas prestada pelo Ministério responsável pela administração pública. O Inspetor Principal é diretor da Inspeção-Geral e deve possuir um mínimo de dez anos de experiência no setor da educação.

Os inspetores escolares também podem ser apoiados por peritos (*izvedenec*), normalmente docentes ou investigadores de renome. Os peritos em educação devem ser titulares de, pelo menos, um diploma de mestrado ou equivalente e um mínimo de dez anos de experiência profissional em educação, aconselhamento ou atividades de investigação e de desenvolvimento. Devem possuir o título de conselheiros (ensino básico e ensino secundário superior), professores (ciclo curto do ensino superior), ou professores universitários. Os peritos também podem ser funcionários do Instituto Nacional de Educação da República da Eslovénia, do Centro Nacional de Exames ou de outro instituto público. A intervenção de um perito é obrigatória nos casos em que os alunos ou pessoal reclamam que os seus direitos foram infringidos (por exemplo, o direito de um aluno de obter o nível de conhecimentos necessário para progredir para o nível/ano de escolaridade seguinte; ou o direito de um professor à autonomia no exercício das suas funções).

3. Quadro de avaliação

Os inspetores verificam que a legislação e outros regulamentos são corretamente aplicados. As 21 áreas cobertas pela inspeção são determinadas pela Lei da Inspeção Escolar; estão associadas à organização, financiamento e oferta de programas educativos, e à garantia dos direitos dos alunos e do pessoal docente.

O Inspetor Principal elabora o programa de trabalho anual da Inspeção-Geral com a concordância do Ministro e, tendo em conta as prioridades legislativas atuais e reformas previstas, decidirá quais as questões a abordar nas inspeções regulares.

Nas escolas básicas, os inspetores centram-se particularmente no cumprimento dos requisitos dos programas, assim como na conformidade com os requisitos sobre o desenvolvimento do plano de trabalho anual e a implementação do plano educativo. Também prestam atenção à oferta para alunos com necessidades educativas especiais (NEE), procedimentos de matrícula e gestão da informação obrigatória sobre os alunos.

4. Procedimentos

De acordo com a lei, as inspeções regulares devem ser conduzidas cada cinco anos. Mas na prática, este prazo não é respeitado devido aos pedidos crescentes, em número e em extensão, de inspeções extraordinárias apresentados por pais, alunos, funcionários, sindicatos e outros; os limitados recursos humanos são outra razão.

As inspeções regulares, com a duração de um dia, são combinadas previamente e realizadas por dois inspetores. Antes da inspeção, a escola recebe um questionário sobre as suas atividades e procedimentos, e deve disponibilizar aos inspetores documentação de natureza educacional e administrativa especificada na legislação e outros regulamentos. Estes documentos incluem, por exemplo, o plano anual de trabalho, inscrições, registos, informação sobre matrículas e alunos, documentos públicos, etc.).

Os inspetores escolares têm o direito e a obrigação de inspecionar as instalações da escola. Podem interrogar professores, alunos e outros participantes na inspeção. Com a permissão do diretor da escola, os inspetores escolares e peritos (caso participem) podem visitar as aulas e observar práticas de ensino.

O diretor da escola e pessoal educativo podem transmitir explicações adicionais aos avaliadores externos durante o processo de inspeção e antes da elaboração do relatório de avaliação oficial. O processo de inspeção – desde o anúncio à conclusão – tem geralmente a duração de dois meses. As escolas corrigem eventuais infrações identificadas pelos inspetores durante o processo de inspeção. Quando tal não se verifica, o inspetor pode decidir que é necessário tomar medidas e fixa um prazo limite para a sua retificação. Depois de expirado o prazo, o diretor da escola deve informar o serviço de Inspeção. Não é exigida uma inspeção de acompanhamento e raramente esta acontece. Geralmente, só em caso de ser necessário supervisionar as medidas por um período de tempo prolongado.

5. Resultados da avaliação externa

O relatório oficial inclui uma breve síntese do conteúdo da inspeção, todas as declarações prestadas, observações, advertências e prazos estabelecidos relativamente às ações a iniciar para remediar infrações, irregularidades ou deficiências a nível dos currículos. Quando

necessário, os inspetores tomam decisões. O relatório oficial e/ou a decisão é então enviada ao diretor da escola e/ou responsável do departamento e/ou membro do pessoal visado pelos resultados e conclusões. É ainda enviado à entidade tutelar (município) caso alguma das recomendações feitas ou ações a empreender se encontrarem na sua esfera de ação. Pode ser apresentado recurso contra uma decisão junto do ministério relevante.

As circunstâncias em que os inspetores podem exigir às escolas a correção das infrações são especificadas em detalhe na legislação e estão associadas a processos de planeamento; implementação e organização de atividades educativas; implementação de currículos; manutenção dos registos educativos e emissão de certificados; garantia da qualidade da oferta educativa; salvaguarda dos direitos e obrigações dos alunos e pessoal educativo; prestação de informação aos pais, garantia da participação dos alunos e da sua segurança, cumprimento das obrigações e responsabilidades legais do diretor de escola; e formação de grupos de peritos da escola. Os inspetores podem iniciar as seguintes ações:

- revogar a classificação atribuída a um aluno e ordenar reavaliação dos alunos;
- proibir a transmissão de conteúdos educativos ou atividades que não fazem parte do currículo;
- interditar o uso de manuais não aprovados;
- evitar a utilização de contribuições financeiras ilegalmente cobradas aos pais ou alunos e ordenar a devolução do dinheiro;
- sugerir ao órgão relevante ou ao diretor da escola o lançamento de processos disciplinares, ou a exoneração de um membro do pessoal (incluindo o diretor da escola) ou a cessação de um contrato de trabalho;
- suspensão temporária de um professor ou (vice) diretor da escola;
- denúncia de uma infração penal;
- suspensão temporária de todas as atividades escolares se as infrações graves persistirem ameaçando a vida e a saúde dos alunos ou do pessoal.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os registos oficiais da avaliação externa são distribuídos aos empregados cujo trabalho é visado pela inspeção ou ao município no caso das recomendações se inscreverem na sua esfera de competências. O relatório também pode ser disponibilizado mediante pedido, mas alguns dados de natureza pessoal ou confidencial permanecem reservados.

O Inspetor Principal reporta ao ministro pelo menos uma vez por ano sobre o trabalho da Inspeção-Geral. O relatório inclui informação sobre o número de inspeções efetuadas em cada escola, notificação de infrações e sanções impostas, relatório sobre as sanções previamente impostas, síntese geral sobre a conformidade das escolas com a legislação, e o seu grau de sucesso na proteção dos direitos das crianças, pessoal, pais e outras partes interessadas em jardins-de-infância e escolas. O relatório anual é disponibilizado *online*.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

As escolas trabalham em ciclos anuais de planeamento, monitorização e autoavaliação.

Segundo a “Lei da Organização e Financiamento da Educação (2008)”, as escolas têm de produzir um relatório anual de autoavaliação. As escolas são autónomas no que toca à seleção de procedimentos e áreas de autoavaliação. No âmbito de um projeto-piloto (ver Secção II.3), as autoridades educativas emitiram diretrizes não obrigatórias sobre a elaboração de relatórios de autoavaliação e um Protocolo destinado a apoiar as escolas na implementação de melhorias e autoavaliação⁽⁹³⁾.

O relatório de autoavaliação é apenas um dos documentos obrigatórios a produzir no âmbito da avaliação interna. As escolas também devem apresentar planos anuais de trabalho ao conselho de escola e produzir um relatório sobre a sua implementação, com base na recolha e análise de dados a nível de turmas e de escola.

2. Partes envolvidas

Segundo a legislação, o diretor da escola é responsável pela elaboração do relatório de autoavaliação da escola e do relatório sobre a implementação do plano de trabalho anual. Ambos os relatórios são adotados pelo conselho de escola que inclui representantes do pessoal, pais e autarquia. Os diretores de turma, grupos de trabalho especializados constituídos por docentes e a assembleia de professores fazem a análise das atividades educativas, incluindo os resultados dos alunos nos exames nacionais e outras avaliações. Estas análises, que constam do relatório sobre a implementação do plano de trabalho anual da escola, são também debatidas pelos alunos em conjunto com o diretor de turma (*razrednik*) e são, em seguida, apresentadas aos pais.

As diretrizes para a elaboração do relatório de autoavaliação⁽⁹⁴⁾, preparadas pela Escola Nacional de Liderança em Educação a pedido do Governo, sugerem que as escolas organizem uma equipa de autoavaliação que inclui o diretor da escola e dois ou três membros do pessoal pedagógico e que a assembleia de professores debata o relatório provisório antes de o enviar para o conselho de escola.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

O sítio de Internet da Escola Nacional de Liderança em Educação⁽⁹⁵⁾ coloca à disposição um conjunto de instrumentos desenvolvidos no âmbito de projetos, que visam apoiar a avaliação interna e que as escolas podem utilizar à discrição. Esta entidade também publicou recomendações e um protocolo para a autoavaliação (ver Secção II.1).

Conforme especificado nas regulamentações adotadas pelo Ministro, no final de um determinado período de avaliação, os diretores de turma avaliam o desempenho com base nos resultados escolares dos alunos e o trabalho realizado em cada disciplina. No final do ano letivo, a avaliação cobre ainda a progressão e a retenção dos alunos. As escolas têm acesso a uma aplicação na Internet que lhes permite analisar os resultados da escola nos exames

⁽⁹³⁾ <http://www.solazaravnatelje.si/ISBN/978-961-6637-69-5.pdf>

⁽⁹⁴⁾ <http://kviz.solazaravnatelje.si/samoevalvacija/priporocila-za-samoevalvacijsko-porocilo>

⁽⁹⁵⁾ <http://kviz.solazaravnatelje.si/gradiva/>

nacionais de forma variada, incluindo a comparação com os resultados nacionais. Contudo, o sistema não permite uma comparação direta entre as escolas.

Os professores e diretores das escolas podem, como parte do seu desenvolvimento profissional contínuo, frequentar formação em autoavaliação, implementação de exames nacionais e interpretação dos resultados. A formação em autoavaliação é oferecida por várias instituições públicas, incluindo a Escola Nacional de Liderança em Educação. O Centro Nacional de Exames prepara materiais e organiza formações sobre exames nacionais e interpretação dos resultados destes exames.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

As diretrizes para a elaboração do relatório de autoavaliação recomendam que as escolas:

- utilizem o relatório como base para um planeamento prospetivo e melhoria da qualidade;
- publiquem o relatório no seu sítio de Internet e o apresentem à comunidade educativa, ou seja, pais, municípios, etc.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Para além da avaliação das escolas existem ainda outros tipos de mecanismos de garantia da qualidade no sistema educativo da Eslovénia.

O diretor da escola avalia o trabalho de cada professor; realiza entrevistas anuais, monitoriza o trabalho dos professores, oferece aconselhamento e faz recomendações para eventuais promoções.

O conselho de escola avalia anualmente o trabalho do diretor da escola e propõe uma eventual promoção.

Todos os anos, é realizada obrigatoriamente uma avaliação externa dos alunos no 6º e no 9º anos a nível nacional. Os dados agregados sobre o desempenho de cada escola não são publicados, mas o relatório nacional anual ⁽⁹⁶⁾, disponível ao público, inclui entre outras coisas, uma análise do desempenho dos alunos nos exames nacionais, descrições qualitativas do desempenho dos alunos

nas áreas selecionadas e uma repartição dos dados de acordo com o género e as áreas geográficas. As escolas são informadas sobre os seus próprios resultados (ver Secção II.3)

A avaliação do sistema educativo também tem em conta as conclusões das pesquisas em avaliação, projetos de investigação direcionados e estudos internacionais (PISA, TIMSS, PIRLS, TALIS, etc.) assim como relatórios sobre a introdução de novos programas educativos, partes de programas ou sobre uma nova organização do sistema educativo preparada pelo Instituto Nacional de Educação.

O Conselho para a Qualidade e a Avaliação foi criado pelo Ministro para coordenar o processo de qualidade. Entre as suas funções incluem-se a emissão de pareceres acerca de planos e relatórios sobre novos programas de educação, partes de programas ou outras alterações à oferta educativa nas escolas. Também identifica questões fundamentais da avaliação, prepara concursos para novos estudos de avaliação, seleciona quais os estudos a financiar e monitoriza o seu progresso.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Eslováquia

Secção I. Avaliação externa das escolas

Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades a nível central/superior

1. Objetivos da avaliação e órgãos responsáveis

A avaliação externa das escolas é realizada a nível central pela Inspeção-Geral das Escolas Públicas (SSI) ⁽⁹⁷⁾, autoridade administrativa com responsabilidades nacionais instituídas pela lei em 2000. A SSI é uma instituição independente e as suas atividades são regidas pela lei vigente. Existem oito centros regionais de inspeção escolar, que são órgãos executivos da SSI.

⁽⁹⁶⁾ http://www.ric.si/national_assessment_of_knowledge/analyses

⁽⁹⁷⁾ <http://www.ssiba.sk/Default.aspx?text=ϕ&q&id=1&lang=en>

O principal objetivo da inspeção às escolas públicas é monitorizar e melhorar a qualidade do processo educativo e da administração escolar.

A Inspeção-Geral conduz várias avaliações externas às escolas:

- **avaliação complexa** (aplica-se a todas as escolas e avalia a qualidade da gestão escolar, o processo de ensino e aprendizagem, incluindo a formação prática em escolas e outros serviços educativos); o estado das escolas e a oferta de recursos;
- **avaliação temática** (examina aspetos específicos da oferta de uma escola);
- **avaliação informativa** (recolha de informação sobre aspetos específicos da política educativa).

2. Avaliadores

As inspeções são efetuadas por inspetores escolares contratados pela SSI. Devem ser titulares de um diploma universitário, oito anos de experiência docente numa escola e terem sido aprovados no exame de acesso à função pública. Os inspetores escolares também devem ter pelo menos três anos de experiência em cargo de gestão no setor da educação ou numa posição de coordenação de professores, diretores das escolas, etc. ou experiência equivalente.

Os inspetores também devem ser capazes de utilizar a língua eslovaca nas suas comunicações oficiais; dominar a língua da respetiva minoria nacional no quadro da sua atividade profissional; possuir as qualidades pessoais e princípios éticos necessários assim como as qualificações académicas requisitadas. Estas competências são declaradas pelo candidato sob um Compromisso de Honra antes do procedimento de seleção.

3. Quadro de avaliação

A SSI publica, no seu sítio de Internet uma lista de critérios e de parâmetros para cada ano letivo (critérios de avaliação para o ano letivo de 2013/14 ⁽⁹⁸⁾). É responsável pela verificação da conformidade e da qualidade em três áreas: qualidade da gestão da escola, recursos e infraestruturas, e processos educativos. Todos os tipos de escola e níveis de ensino são abrangidos (jardins de infância, escolas primárias, escolas secundárias, escolas de nível secundário superior

do ensino profissional, escolas para alunos com NEE, etc.). Em todas as escolas é utilizado o mesmo quadro de base, mas também são definidos critérios de avaliação para tipos específicos de escola. Cada uma das três áreas contém mais indicadores e subindicadores, definidos a partir das normas fixadas na legislação educacional.

Critérios de avaliação da gestão escolar:

- programa de educação escolar (para verificar se cumpre a matriz curricular para o ensino público (currículo de base));
- gestão do ensino e aprendizagem;
- sistema interno de controlo e avaliação da qualidade;
- clima e cultura da escola;
- serviços da escola.

Critérios de avaliação de infraestruturas / recursos de educação / formação:

- condições de trabalho do pessoal;
- espaço;
- recursos materiais e oferta de tecnologias da informação;
- uso de materiais e tecnologia da informação no processo de educação e formação;
- oferta de saúde e segurança.

Critérios de avaliação dos processos de educação e formação:

- qualidade e profissionalismo do ensino (professores e diretores cumprem os requisitos legais relativos a qualificações e têm acesso a formação contínua relevante);
- eficácia da aprendizagem dos alunos e resultados escolares positivos.

O conhecimento dos alunos é avaliado pelo Instituto Nacional de Avaliação Educacional ⁽⁹⁹⁾.

A principal incidência da avaliação das escolas é a adesão às regras; processos educativos e os seus resultados; profissionalismo no ensino (mostra se a disciplina é lecionada pelo professor que possui qualificação para a docência conforme exige a lei); adequação das infraestruturas da escola; oferta de formação contínua ao pessoal docente; respeito pelas condições de qualificação dos diretores de escola.

4. Procedimentos

⁽⁹⁸⁾ <http://www.ssiba.sk/Default.aspx?text=g&id=32&lang=sk>

⁽⁹⁹⁾ http://www.nucem.sk/en/medzinarodne_merania

A frequência da avaliação externa depende do plano de inspeção para o ano letivo em questão⁽¹⁰⁰⁾, submetido anualmente ao Ministro da Educação pelo Inspetor Principal. Como regra, é efetuada uma inspeção complexa cada cinco anos.

O plano de inspeção compreende as atividades de inspeção que constituem as principais tarefas da SSI e ainda as atividades solicitadas pelo Ministério da Educação ou pelos poderes de tutela. O plano especifica quais os tipos de inspeção a efetuar e em que tipo de escola, assim como o número de escolas a inspecionar. São escolhidas amostras representativas de diferentes tipos de escola, incluindo por localização (cidade/vila); por entidade de tutela; e por língua de ensino.

O serviço de Inspeção analisa a maioria da documentação exigida em relação ao processo de ensino/aprendizagem antes da visita à escola, mas alguma fica por analisar durante a própria visita, como sejam o programa educativo da escola, horário, organograma; plano anual de atividades da escola; plano anual de atividades do pessoal (para pessoal especializado como o conselheiro educacional e o coordenador de apoio ao aluno, por exemplo); plano de avaliação interna; decisões tomadas pelo diretor da escola (por exemplo, o adiamento da escolaridade obrigatória para crianças que ainda não estão preparadas), assim como programas de desenvolvimento profissional contínuo e documentos que atestam as qualificações do pessoal. Outros documentos examinados incluem registos de acidentes e procedimentos de reclamações; registos de alunos com NEE; e registos de visitas de estudo e passeios da escola.

O formato, métodos e meios utilizados na avaliação pelos inspetores estão definidos na legislação; as modalidades de aplicação dependem dos inspetores e das circunstâncias de cada inspeção. Incluem observações (visita à escola); inquéritos; entrevistas; questionários; análise da documentação pedagógica e dos resultados dos alunos; assim como reuniões com o diretor da escola, pessoal e órgãos consultores. A participação da escola e dos alunos em concursos ou exposições com trabalhos realizados pelos alunos também podem ser tidos em conta pelos inspetores.

Os questionários podem ser dirigidos ao diretor da escola (para obter informação acerca da escola), aos professores (para saber mais sobre o clima da escola), ou aos alunos (para saber mais sobre saúde e medidas de segurança, bem-estar, etc.). Os inspetores realizam entrevistas com o órgão de gestão da escola e com o pessoal pedagógico e não pedagógico. Também monitorizam o comportamento dos alunos durante os intervalos, por exemplo.

A duração da inspeção depende do tamanho e complexidade da escola. Uma inspeção completa dura entre cinco e sete dias e a equipa de inspeção escolar é composta por três a nove membros. As inspeções temáticas duram entre dois e quatro dias e envolvem dois ou três inspetores. As inspeções de acompanhamento (inspeções subsequentes) são efetuadas em escolas onde se identificaram carências em inspeções prévias e se implementaram medidas de melhoria. Duram entre dois a quatro dias e envolvem entre dois e quatro membros da equipa de inspeção.

Quando a inspeção é concluída, o inspetor escolar informa ou discute com a direção da escola (diretor da escola ou outro representante) os resultados preliminares da inspeção. O relatório é preparado em concertação com o diretor no prazo de 21 dias após a inspeção.

5. Resultados da avaliação externa

Quando são identificadas falhas, a SSI pode emitir recomendações. Se as falhas forem graves, a SSI ordena ao diretor da escola a adoção de medidas de melhoria. Este deve resolver os problemas identificados no prazo limite fixado pela SSI, e informar este órgão sobre os progressos realizados. Se persistirem os problemas graves, o inspetor principal pode:

- submeter propostas ao Ministério para excluir a escola da rede de escolas, o que levará ao encerramento da escola;
- submeter ao Ministério propostas de alterações à oferta educativa da escola;
- submeter uma proposta à entidade de tutela para a destituição do diretor da escola.

No entanto, a SSI não aplica medidas disciplinares; essa é uma prerrogativa da entidade de tutela. Mas a SSI pode ordenar a criação de uma comissão de investigação.

⁽¹⁰⁰⁾ http://www.ssiba.sk/admin/fckeditor/editor/userfiles/📄file/Dokumenty/PIC_minister_13_14_%281_%29.pdf

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

As conclusões da inspeção são registadas sob a forma de um relatório e debatidas com o diretor da escola. De acordo com a lei, a escola e o serviço de SSI mantêm cópias. A entidade de tutela pode requisitar um exemplar ao diretor da escola.

São elaborados resumos de todos os relatórios de inspeção (aproximadamente 1 800 relatórios por ano) para submeter à administração central e que são usados para preparar sínteses sobre as principais questões que emergiram num dado ano letivo.

O inspetor principal submete um relatório anual ao Ministro da Educação sobre os níveis de qualidade em educação e formação nas escolas, com base em resultados de inspeções e outros resultados. O relatório é disponibilizado ao público (ano letivo de 2012/13 ⁽¹⁰¹⁾ por exemplo).

O relatório contém uma síntese das conclusões das inspeções com recomendações para determinados tipos de escolas. Também são feitas recomendações ao Ministério da Educação, organismos diretamente sob a sua tutela, diretores das escolas e aos poderes de tutela das escolas. Como a SSI também lida com reclamações e petições, o relatório também contém informação sobre este domínio da sua atividade.

- **Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades locais**

1. Objetivos da avaliação e órgãos responsáveis

Paralelamente à avaliação externa efetuada pela SSI, centrada essencialmente em aspetos educacionais e segundo a normativa em vigor, as escolas também são avaliadas a nível regional e local pelos seus poderes de tutela. Para as escolas públicas tal implica no nível CITE 3 a região autónoma e nos níveis CITE 0-2 a autarquia. Estas inspeções cobrem sobretudo as auditorias financeiras, mas também verificam a conformidade com a legislação em matéria de educação e formação, e normas relativas ao fornecimento de refeições à escola e às infraestruturas escolares.

2. Avaliadores

Os próprios poderes de tutela decidem quais as qualificações que os seus avaliadores externos devem possuir.

3. Quadro de avaliação

A nível regional e local, não existe um quadro de avaliação estabelecido centralmente.

4. Procedimentos

Os poderes de tutela das escolas dispõem de plena autonomia para determinar os procedimentos de avaliação externa das suas escolas. Estas avaliações decorrem normalmente uma vez por ano.

5. Resultados da avaliação externa

O poder de tutela da escola pode debater os problemas com o diretor da escola, reduzir ou revogar subsídios a que este tenha direito ou, após consulta com o conselho de escola, despedir o diretor da escola.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Não aplicável.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Ao abrigo do Decreto-Lei N° 9/2006, as escolas são obrigadas a preparar um relatório anual de autoavaliação. A lei prescreve o conteúdo deste relatório, que deve ser submetido ao seu conselho de escola e ao poder de tutela para aprovação. Subsequentemente, deve ser publicado no final do ano civil (até 31 de dezembro). Os pais também têm a oportunidade de comparar as escolas com base nesse relatório e usá-lo como um guia no momento de escolherem uma escola.

Os relatórios devem conter informação sobre a escola (poder organizador ou de tutela, contactos, etc.), membros do pessoal (incluindo as qualificações, planos de desenvolvimento pessoal e formação em serviço realizada) e os alunos. Os dados dos alunos incluem os resultados nos exames de acesso, admissões em cursos de nível pós-secundário, informação sobre abandono escolar precoce, percurso dos alunos após conclusão da escolaridade (mercado de trabalho

⁽¹⁰¹⁾ http://www.ssiba.sk/admin/fckeditor/editor/userfiles/file/Dokumenty/sprava12_13.pdf

ou prosseguimento dos estudos); informação sobre propinas, financiamento público e outros dados sobre orçamentos; atividades pedagógicas; projetos de escola; atividades extraescolares; assim como informação sobre a cooperação com alunos, pais e outras instituições educativas.

Estes relatórios também contêm informação sobre os planos de desenvolvimento da escola para o respetivo ano, as áreas em que a escola teve um bom desempenho, e áreas com desempenho mais fraco. O relatório deve ainda mencionar quaisquer medidas de melhoria para resolver falhas ou lidar com os resultados de inspeções recentes.

O poder de tutela da escola pode requisitar informação adicional em função dos seus interesses e necessidades.

2. Partes envolvidas

Os relatórios são preparados pelos diretores das escolas em cooperação com outro pessoal educativo em cargos de responsabilidade e professores. As associações educativas, os grupos de revisão curricular e os órgãos de consultoria também podem desempenhar um papel significativo.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

O Decreto-Lei Nº 9/2006 (mencionado supra) prescreve o conteúdo dos relatórios anuais de autoavaliação, que diferem da avaliação externa.

Entre os indicadores que permitem às escolas comparar o seu desempenho com outras incluem-se os resultados dos alunos nas avaliações de final do ano; os resultados dos alunos nos exames nacionais; exames e concursos; dados sobre o sucesso em exames de acesso e admissões em cursos de nível pós-secundário.

Apesar de não existir uma formação específica sobre avaliação interna, é obrigatório para o diretor ou vice diretor de escola a conclusão de uma formação contínua que inclua elementos relativos à avaliação interna.

O próprio Decreto-Lei Nº 9/2006 incorpora orientações e um manual para a avaliação interna, prescrevendo o conteúdo e a frequência do relatório (uma vez por ano), a obrigação do diretor da escola providenciar um exemplar ao poder de tutela da escola e disponibilizar o relatório na Internet ou outro local público. As orientações

sobre metodologia descrevem como elaborar o relatório.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Não há diretrizes centrais ou recomendações sobre como as escolas devem utilizar os resultados da avaliação interna.

Os resultados da avaliação interna são transmitidos aos poderes de tutela das escolas nas regiões autónomas (CITE 1-2) e aos municípios (CITE 3).

O objetivo da autoavaliação é avaliar o estado atual da oferta da escola para que possa ser comparada com os objetivos já declarados e estabelecer assim um processo de melhoria contínua. A autoavaliação permite à escola identificar os seus pontos fortes e debilidades, indicar prioridades e planear as atividades necessárias para a melhoria da qualidade. O relatório de autoavaliação serve ainda para a avaliação do diretor da escola.

A escola tem o dever de publicar o seu relatório anual no respetivo sítio de Internet.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O pessoal educativo que trabalha em escolas é avaliado anualmente pelo seu superior direto. Por exemplo, os professores são avaliados pelo vice-diretor da escola; o vice-diretor da escola é avaliado pelo diretor da escola; e este é avaliado pelo poder de tutela da escola.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Finlândia

Secção I. Avaliação externa das escolas

Não existe na Finlândia uma avaliação externa das escolas feita de forma regular e sistemática. O sistema de garantia da qualidade depende largamente da autoavaliação dos prestadores de educação e das avaliações externas efetuadas pelo Centro de Avaliação da Educação da Finlândia. O foco das avaliações nacionais é o sistema educativo e não as escolas individualmente; não existe um sistema de inspeção de escolas.

As autoridades locais têm a obrigação legal de avaliar a sua própria oferta educativa e de participar em avaliações nacionais. Os formulários e os procedimentos para a avaliação local são decididos a nível local e podem incluir as avaliações externas de escolas individuais. A finalidade da avaliação é apoiar o desenvolvimento educativo e melhorar as condições de aprendizagem.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A legislação finlandesa sobre o ensino básico não se foca nos estabelecimentos de ensino mas sim nos prestadores de educação. Consequentemente, são definidos direitos e responsabilidades para os prestadores de educação (municípios no caso das escolas públicas) e não para as próprias escolas (ver Secção I). As regulamentações não especificam as formas e os procedimentos de avaliação a nível local mas deixam um grau de liberdade considerável aos prestadores de educação em matérias relacionadas com a garantia da qualidade. Os prestadores de educação podem decidir quais as áreas a focar, os métodos e a frequência dos procedimentos de garantia da qualidade ou podem delegar às escolas a decisão nesta matéria. Na prática, há uma forte ênfase na autoavaliação quer das escolas quer dos prestadores de educação. Os objetivos da avaliação são geralmente definidos no currículo a nível local e de escola ou no plano anual ⁽¹⁰²⁾.

⁽¹⁰²⁾ http://www.oph.fi/download/148966_Quality_assurance_in_general_education.pdf

Em termos de requisitos a nível central, é exigido aos prestadores de educação um plano de avaliação e de desenvolvimento da qualidade. Na prática, as escolas dispõem normalmente deste plano. Além disso, em 2009, o Ministério da Educação e Cultura desenvolveu um instrumento “Critérios de Qualidade para o Ensino Básico” ⁽¹⁰³⁾ destinado a recomendar e apoiar os trabalhos no domínio da garantia da qualidade a nível da escola e do município. Estas orientações não são vinculativas, mas são largamente aplicadas.

2. Partes envolvidas

O prestador de educação decide quais os métodos a usar e a frequência com que são aplicados os procedimentos de garantia da qualidade.

Segundo o instrumento “Critérios de Qualidade para o Ensino Básico” desenvolvido pelo Ministério da Educação, as perspetivas dos decisores políticos municipais, alunos e encarregados de educação, professores, reitores e outras partes interessadas devem ser tidas em conta no trabalho sobre a qualidade da escola.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

O prestador de educação decide sobre os métodos usados para a garantia da qualidade a nível local e pode providenciar vários tipos de apoio, incluindo instrumentos para as escolas.

O Ministério da Educação e Cultura lançou critérios de qualidade que podem servir como instrumento para a melhoria da qualidade a nível local e escolar. A finalidade deste instrumento é ajudar as escolas e as autoridades públicas a identificar falhas e desenvolver medidas corretivas a fim de melhorar as suas atividades. Quatro das principais áreas estão associadas à qualidade das estruturas e abordam a governança, recursos humanos, recursos económicos e avaliação. As outras seis áreas principais estão ligadas aos alunos e lidam com a implementação do currículo, modalidades de ensino, apoio à aprendizagem, crescimento e bem-estar, inclusão e influência, colaboração casa-escola, e segurança no ambiente de aprendizagem.

O prestador de educação decide se e em que medida os critérios de qualidade definidos a nível

⁽¹⁰³⁾ http://www.minedu.fi/OPM/Julkaisut/2009/Perusopetuksen_laaturit.html?lang=en

central são usados no trabalho de garantia da qualidade efetuado a nível local.

As escolas que participam numa avaliação nacional recebem os dados que lhes permitem comparar-se com as médias (para mais informação, ver Secção III).

Na Finlândia, a oferta disponível de formação em serviço para pessoal escolar também inclui cursos sobre avaliação.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Devido à autonomia dos prestadores locais de educação, a utilização dos resultados da avaliação interna varia entre os municípios e as escolas. Os prestadores de educação não são obrigados a informar as autoridades educativas nacionais acerca do seu sistema de garantia da qualidade ou de conclusões de avaliações locais.

Os “Critérios de Qualidade para o Ensino Básico” desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura contêm recomendações sobre o uso dos resultados da avaliação interna como ferramenta de gestão no trabalho quotidiano das escolas. Incentiva o pessoal da escola a debater os resultados de avaliação e a formular em conjunto uma proposta escrita com as medidas a tomar. As propostas que exigem medidas e apoio externos devem ser submetidas ao processo decisório do município.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

As avaliações nacionais dos resultados de aprendizagem são regularmente organizadas por um órgão independente de avaliação tutelado pelo Ministério da Educação e Cultura. As avaliações baseiam-se em amostras mas representam diferentes partes da Finlândia, diferentes tipos de município, escolas, etc. A amostra regular engloba cerca de 10 % das escolas e cerca de 5-7 % dos alunos. Adicionalmente às avaliações dos resultados de aprendizagem baseadas em amostras, as avaliações nacionais também incluem análises temáticas ou sistémicas.

Os resultados são analisados a nível nacional e os aspetos mais marcantes das conclusões das avaliações nacionais são publicados. O principal objetivo é acompanhar, a nível nacional, até que ponto foram cumpridos os objetivos fixados nos currículos centrais. Os resultados nacionais são

usados para o desenvolvimento nacional e como base para a tomada de decisão na política de educação.

O objetivo da avaliação nacional é desenvolver e orientar, não controlar nem produzir *rankings* de escolas. Consequentemente, os resultados a nível de escola não são publicados. O *ranking* das escolas tem sido debatido nos últimos anos, mas apesar da forte pressão, sobretudo por parte dos meios de comunicação, há um consenso de que os resultados das avaliações nacionais não devem ser publicados. No entanto, as escolas participantes obtêm *feedback* sobre os seus resultados em relação às médias nacionais. As escolas podem usar os resultados para benefício das suas atividades de desenvolvimento.

É realizado quase todos os anos um exame em língua materna, literatura e matemática. As outras disciplinas são avaliadas de acordo com o plano de avaliação do Ministério da Educação e Cultura. São avaliadas disciplinas académicas e outras como artes e ofícios e temas transversais ao currículo. As avaliações são normalmente efetuadas no 6º e 9º anos do ensino básico.

Não existe um sistema formal de avaliação do professor e do diretor da escola na Finlândia. O desempenho do professor e a atividade docente são da responsabilidade do diretor da escola que é, não só diretor administrativo mas também responsável pedagógico. A forma como o faz depende do prestador de educação ou da escola em concreto. São muito frequentes nas escolas os debates entre professores e diretores das escolas (tal como em qualquer outro contexto entre empregador e funcionário) sobre o desenvolvimento da escola. O principal foco destes debates regulares não é a avaliação do desempenho do professor, mas questões como as necessidades futuras de desenvolvimento profissional contínuo, ou como responder a tais necessidades, o bem-estar no trabalho e a implementação de mecanismos para lidar com os desafios, etc. Da mesma forma, os diretores das escolas debatem com os seus superiores sobre questões relevantes.

Secção IV. Reformas

As atividades relativas à avaliação da educação a nível nacional, antes realizadas pelo Conselho Nacional de Avaliação da Educação, o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e o Conselho Nacional de Educação, concentraram-se num único órgão designado como Centro de

Avaliação da Educação da Finlândia, criado em maio de 2014.

Trata-se de um organismo especializado que implementa a avaliação externa da educação e produz informação para a tomada de decisão em política e desenvolvimento educativos.

A sua principal tarefa é a condução de avaliações ligadas à educação e ao ensino, aos prestadores de educação e às atividades das instituições de ensino superior, bem como avaliações dos resultados de aprendizagem no ensino geral e no profissional. O centro também deve apoiar os prestadores de educação em matérias relacionadas com a avaliação e a garantia da qualidade e fomentar a avaliação da educação.

Suécia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O organismo responsável pela monitorização e escrutínio das escolas é a Inspeção-Geral das Escolas da Suécia⁽¹⁰⁴⁾ (SSI). Trata-se de uma agência independente que realiza inspeções regulares para monitorizar a conformidade das escolas com as regulamentações e a qualidade da educação prestada.

A Inspeção-Geral efetua outros tipos de inspeção, como:

- auditorias à qualidade em áreas específicas, como o conteúdo e métodos de ensino de uma dada disciplina; ou o papel do diretor da escola como responsável pedagógico;
- inspeções centradas (também designadas “inspeções móveis”) que visam proporcionar uma panorâmica geral de um domínio em concreto num amplo número de escolas;
- inspeções direcionadas para assegurar o cumprimento das regulamentações numa área muito específica; e
- inspeções que resultam de reclamações.

O sistema educativo sueco está orientado para os objetivos/resultados de aprendizagem. Todas as

atividades de avaliação se destinam a garantir que os alunos têm a oportunidade de alcançar as metas estipuladas a nível nacional na Lei da Educação, nos currículos e programas dos cursos.

2. Avaliadores

A avaliação externa é efetuada por funcionários da SSI, organismo com plena autonomia para decidir quais as qualificações e a experiência a exigir aos avaliadores. O requisito mínimo é um diploma do ensino superior (CITE 5), apesar de os avaliadores serem eventualmente titulares de qualificações mais elevadas, como qualificações docentes ou especializações em Direito, Ciências Políticas ou Estatística.

3. Quadro de avaliação

Nas suas avaliações, a SSI apoia-se na Lei da Educação, regulamentos de escolas e matriz curricular para o ensino obrigatório. O principal objeto da avaliação está estipulado na Lei da Educação, nas orientações gerais para a Inspeção-Geral e na sua convenção de serviço público⁽¹⁰⁵⁾. A SSI decide quais os parâmetros e critérios a considerar mas as diretrizes estipulam que as inspeções devem basear-se numa análise de necessidades. Por conseguinte, está em funcionamento um sistema diferenciado; as escolas que revelam maior necessidade de melhorias são escrutinadas de maneira mais rigorosa.

Os principais domínios sob escrutínio na avaliação externa são: o progresso dos alunos para atingir as metas educativas, liderança, a melhoria da qualidade na educação e os direitos de cada aluno.

4. Procedimentos

Todas as atividades educativas na Suécia são monitorizadas através de inspeções regulares a cada cinco anos.

Antes da inspeção regular, é realizada uma avaliação preliminar com base nos resultados do inquérito às escolas (*skolenkäten*), e na moderação centralizada da classificação do aluno nos exames nacionais. É então efetuada uma análise de risco com base nos resultados.

⁽¹⁰⁴⁾ <http://www.skolinspektionen.se/en/About-Skolinspektionen/About-the-Swedish-Schools-Inspectorate/>

⁽¹⁰⁵⁾ http://www.riksdagen.se/sv/Dokument-Lagar/Lagar/Svenskforfattningssamling/Forordning-2011556-med-inst_sfs-2011-556/?bet=2011:556

Há duas formas de inspeção regular: inspeção básica e inspeção exaustiva. A inspeção exaustiva é usada para as escolas que revelam a necessidade de melhorias na análise de risco.

As inspeções regulares analisam:

- dados agregados da escola;
- procedimentos para lidar com as queixas;
- informação de avaliações prévias;
- resultados da moderação centralizada das notas nos exames nacionais;
- o inquérito da escola;
- informação extraída do sítio de Internet da escola.

Adicionalmente, é produzido pela escola um relatório descritivo a partir de formulário normalizado da Inspeção-Geral, em que o resultado da escola nos exames nacionais é um dos aspetos a abordar. Toda a informação é analisada antes da visita à escola.

O inquérito da escola também é levado a cabo antes da visita. Todos os alunos no 5º e no 9º anos, os seus pais e todos os professores são auscultados no inquérito. Os tópicos dizem respeito à segurança e ambiente de aprendizagem, liderança educacional, valores básicos e funcionamento da escola.

Durante a inspeção regular, o serviço de Inspeção entrevista o pessoal responsável na autoridade local ou a entidade que gere as escolas independentes e o diretor da escola. Uma visita com vários dias de duração pode incluir a observação de aulas caso os outros meios de recolha de dados não tenham prestado informação suficiente sobre a escola. Uma inspeção exaustiva inclui, além disso, entrevistas com professores, alunos e pessoal de serviço social.

Para além das inspeções regulares, a Inspeção-Geral efetua outros tipos de inspeção, a saber, auditorias à qualidade, inspeções direcionadas, inspeções a escolas recentemente abertas e “inspeções móveis”.

A SSI adota um procedimento de acompanhamento quando as conclusões de uma avaliação são pouco satisfatórias, o que envolve por vezes visitas de acompanhamento.

5. Resultados da avaliação externa

O exercício de inspeção resulta numa “decisão” que indica se uma escola está a falhar no cumprimento das normas nacionais e, sendo esse

o caso, em que áreas. A decisão também determina que ações são necessárias e o prazo limite para as concretizar. Se uma escola apresenta falhas mínimas, a “decisão” surge sob a forma de comentário e não comporta qualquer sanção.

A entidade responsável pela escola deve adotar medidas destinadas a remediar eventuais problemas. Os resultados da avaliação são comunicados aos responsáveis a nível do município e da escola através de relatórios escritos ou por comunicação oral. A SSI pode recorrer a sanções e aplicar outro tipo de pressão para assegurar que os problemas são resolvidos pelos responsáveis. Se a escola não corrige os problemas dentro do prazo limite fixado, a SSI pode impor à escola a adoção de medidas corretivas.

Se uma escola apresenta deficiências graves, a “decisão” é uma injunção que pode ser combinada com uma sanção no caso de o responsável pela escola não corrigir os problemas dentro do prazo limite fixado. Uma injunção pode também servir de fundamento para outras medidas que devem ser tomadas. Se houver problemas muito sérios, a autoridade pode ordenar uma interdição temporária de funcionamento até a situação estar retificada, mas as escolas só podem ser encerradas por seis meses. Se um município não consegue resolver nenhum dos problemas graves, a Inspeção-Geral pode intervir e tomar as medidas consideradas necessárias para a escola. O município é forçado a suportar os custos.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os resultados da avaliação para cada escola são publicados, por regra, pela SSI e pela Agência Nacional de Educação ⁽¹⁰⁶⁾ (NAE) através da base de dados na Internet SIRIS ⁽¹⁰⁷⁾.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

As escolas são responsáveis pelo planeamento contínuo, acompanhamento e melhoria da educação dispensada, em conformidade com a Lei

⁽¹⁰⁶⁾ <http://www.skolverket.se/om-skolverket/andra-sprak-och-lattlast/in-english/the-swedish-national-agency-for-education-1.61968>

⁽¹⁰⁷⁾ <http://siris.skolverket.se/siris/f?p=SIRIS:33:0>

da Educação e a matriz curricular para o ensino obrigatório. Isto acontece através de um processo de garantia sistemática da qualidade que se destina a ajudar as escolas a atingir os objetivos estipulado na Lei da Educação, no regulamento da escola e nos currículos para o ensino obrigatório. O diretor da escola decide qual o processo de garantia sistemática da qualidade a utilizar. A maioria das escolas prepara um relatório anual sobre a qualidade definindo quais os objetivos a atingir nesse ano, as medidas tomadas e uma avaliação dos progressos conseguidos. Este relatório é enviado para o órgão responsável pela escola. Cada escola deve comunicar à NAE os resultados dos alunos nos exames nacionais e as classificações finais do ano letivo.

A NAE apoia o trabalho sobre a garantia sistemática da qualidade fornecendo orientações gerais.

2. Partes envolvidas

O diretor da escola é responsável pela implementação da garantia sistemática da qualidade. A Lei da Educação estipula que os professores, outro pessoal escolar e os alunos devem ser envolvidos na avaliação interna, mas não especifica o seu papel. Os encarregados de educação dos alunos devem ter a oportunidade de participar, sobretudo através de inquéritos à satisfação.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Os principais documentos de referência para a avaliação interna são a Lei da Educação e os currículos para o ensino obrigatório, que transmitem os objetivos e diretrizes gerais.

Entre os indicadores usados pelas escolas para se compararem com outras escolas incluem-se os resultados dos alunos nos exames nacionais, o número de alunos que passaram o nível mínimo de competências no 9º ano, e a classificação média dos alunos. As escolas podem estabelecer comparações com outras escolas no mesmo município, mas também se encontram disponíveis estatísticas nacionais.

A NAE e a SSI apoiam o trabalho em torno da garantia sistemática da qualidade. A NAE desenvolveu um instrumento de autoavaliação designado “BRUKA”, publica orientações gerais sobre a garantia sistemática da qualidade, e faz recomendações sobre como utilizar os resultados obtidos para um desenvolvimento prospetivo. Esta

agência publica exemplos sobre a garantia sistemática da qualidade no setor da educação⁽¹⁰⁸⁾. Quanto à SSI, publica linhas de orientação baseadas nas suas inspeções a fim de ajudar as escolas a desenvolver políticas que fomentam a qualidade da educação.

O instrumento de garantia da qualidade “Qualis” foi especificamente criado para a avaliação da qualidade nas escolas. É desenvolvido por uma consultoria privada com o apoio da NAE, e oferece um modelo para a certificação da qualidade. Inclui quer a autoavaliação quer a avaliação externa realizada pelos avaliadores do Qualis”, assim como oportunidades para as escolas se compararem com outras que usam esse instrumento. Escolas em cerca de 50 municípios utilizam este sistema nos seus processos internos de garantia da qualidade⁽¹⁰⁹⁾.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Os órgãos responsáveis pelas escolas usam os resultados da avaliação interna no seu processo de garantia sistemática da qualidade para a gestão das escolas e para preparar relatórios para a NAE. Este organismo utiliza os resultados dos alunos nos exames nacionais assim como as notas de final do ano letivo para monitorizar o sistema educativo.

A SSI utiliza os resultados como parte do seu processo de inspeção externa.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

A garantia da qualidade é assegurada através de uma variedade de abordagens e por uma série de organismos diferentes.

A base de dados SIRIS contém parâmetros de referência para as estatísticas municipais e nacionais. A SIRIS divulga os resultados dos alunos nos exames nacionais.

Os professores podem ser avaliados no âmbito da escola ou pela SSI. Regra geral, os professores são avaliados individualmente.

Os diretores das escolas são normalmente avaliados pela SSI. A liderança educacional é o principal foco desta avaliação.

⁽¹⁰⁸⁾ <http://www.skolverket.se/skolutveckling/kvalitetsarbete/sa-gor-andra>

⁽¹⁰⁹⁾ http://www.q-steps.se/Templates/Page_125.aspx

A SSI também avalia as autoridades locais e os gestores de escolas independentes na sua capacidade de organizadores principais das escolas.

O órgão gestor da escola encarrega-se do planeamento sistemático e contínuo, do acompanhamento e da melhoria da oferta educativa. Esta responsabilidade é exercida através de um mecanismo de garantia sistemática da qualidade, assegurado por cada escola, documentado e avaliado pelas autoridades locais. A NAE apoia o trabalho sobre a garantia sistemática da qualidade fornecendo diretrizes gerais ⁽¹¹⁰⁾. As autoridades locais são livres de decidir quais os procedimentos a seguir. As estatísticas nacionais e os relatórios da NAE, inquéritos e relatórios efetuados pelo órgão gestor da escola, relatórios da qualidade das escolas e informação do conselho municipal são exemplos de materiais usados na garantia sistemática da qualidade pelas autoridades locais. A garantia sistemática da qualidade é um processo cíclico que visa assegurar a melhoria contínua na educação. Alguns municípios optam por publicar os resultados nos seus sítios de Internet, por exemplo, resultados da avaliação, resultados dos alunos e relatórios da qualidade assim como os resultados dos inquéritos de satisfação.

Entre os organismos que trabalham direta ou indiretamente com a garantia da qualidade na educação, encontram-se a Agência Nacional de Educação (NAE), o Instituto para a Avaliação do Mercado de Trabalho e Política de Educação (IFAU), e Associação Nacional das Autoridades Locais e Regiões (SALAR).

A NAE é uma agência independente responsável pela avaliação do ensino dispensado nas escolas. O seu objetivo é assegurar a equidade e a qualidade nas escolas através da identificação, análise e destaque das áreas que carecem de melhoria, assim como as razões que explicam as diferenças entre as escolas nos níveis de desempenho dos alunos. A agência também é responsável pela gestão das estatísticas sobre o sistema escolar. O objetivo é fornecer uma perspetiva geral da escola e dos materiais de ensino a nível nacional e local. Entre outras atividades, a NAE publica os resultados agregados dos alunos obtidos pelas escolas nos exames nacionais, e participa em estudos internacionais para comparar o sistema educativo sueco com o

de outros países. Adicionalmente, a NAE gere a base de dados SALSA, que publica dados sobre a proporção de alunos que passaram o nível mínimo de competências no 9º ano, e a média dos alunos por escola. A base de dados é um instrumento que permite a análise comparativa das escolas, com a devida consideração pelo contexto dos alunos (por exemplo, o nível de escolaridade dos pais, a proporção de rapazes/raparigas e o número de alunos que são imigrantes recentes). A intenção não é classificar as escolas mas identificar os problemas que as escolas não podem alterar mas que têm um impacto nas classificações médias dos alunos.

O IFAU ⁽¹¹¹⁾ é um instituto público de investigação cujos objetivos são promover, apoiar e efetuar avaliações. No setor da educação, as suas obrigações incluem a avaliação dos efeitos das políticas educativas, e a avaliação da forma como as diferentes medidas afetam a aprendizagem dos indivíduos e a sua evolução no mercado de trabalho.

A SALAR ⁽¹¹²⁾ (*Sveriges kommuner och landsting*) é uma organização de empregadores que também representa e defende os interesses das autoridades locais na Suécia. É um organismo autónomo que procura encorajar a utilização de processos de garantia sistemática da qualidade na administração local. A SALAR, publica o relatório “comparações abertas” apoiado em documentos de política escolar, um inquérito à satisfação dos alunos e estatísticas nacionais. Foi selecionado um conjunto de indicadores para descrever as atividades das escolas, como os resultados da aprendizagem, indicadores financeiros, recursos humanos, inquéritos aos alunos e fatores contextuais ⁽¹¹³⁾.

Secção IV. Reformas

A frequência da inspeção efetuada pela SSI será alterada de cinco anos para três anos, a partir de 2015. A Inspeção-Geral só irá visitar as escolas municipais identificadas como tendo necessidades consideráveis de melhoria após a realização da análise de risco. Todas as escolas independentes são objeto de controlo ⁽¹¹⁴⁾.

⁽¹¹⁰⁾ <http://www.skolverket.se/skolutveckling/kvalitetsarbete>

⁽¹¹¹⁾ <http://www.ifau.se/en/About-IFAU/>

⁽¹¹²⁾ <http://english.skl.se/>

⁽¹¹³⁾ <http://webbutik.skl.se/bilder/artiklar/pdf/7585-057-3.pdf?issuusi=ignore>

⁽¹¹⁴⁾ <http://skolinspektionen.se/sv/Tillsyn-granskning/Nyheter1/Ny-tillsynsmodell-fran-2015/>

Reino Unido – Inglaterra

Secção I. Avaliação externa das escolas

- Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades a nível central/superior

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O principal organismo responsável pela avaliação externa nas escolas é o Ofsted (*Office for Standards in Education, Children's Services and Skills*)⁽¹¹⁵⁾, um departamento não-ministerial do Governo. O programa de inspeção do Ofsted, nos termos da Secção 5 da Lei da Educação 2005 (conforme alteração), pretende avaliar o desempenho de cada escola individualmente, promover a melhoria de cada escola individualmente e do sistema educativo como um todo. Reporta diretamente ao Secretário de Estado da Educação e ao Parlamento relativamente ao nível de qualidade da educação que é prestada quer a nível individual quer a nível global.

Para além do seu principal programa de inspeção, o Ofsted também leva a cabo inquéritos temáticos, tais como inquéritos sobre boas práticas que evidenciam os aspetos mais eficazes para promover a melhoria da qualidade. O Ofsted também pode coordenar vistas de inspeção nas escolas que são geridas por regimes de liderança partilhada (*federations*) ou por escolas privadas subvencionadas (*academies*) que fazem parte de um consórcio (*trust*) que agrupa várias *academies*. Também pode realizar inspeções em escolas situadas numa determinada área sob domínio de uma autoridade local. É o caso quando surgem problemas relativos ao desempenho.

2. Avaliadores

O Ofsted emprega diretamente os seus inspetores designados como *Her Majesty's Inspectors* (HMI). Contudo, as inspeções são geralmente realizadas por equipas de inspetores adicionais (*Additional Inspectors* (AI)), contratados por organizações comerciais, denominadas Prestadores de Serviços de Inspeção (*Inspection Service Providers*, ISP), contratadas pelo Ofsted, e muitas vezes lideradas por um HMI.

Os HMI são nomeados a partir de um processo de candidatura aberta. Devem ser titulares de um diploma universitário, ter um estatuto de professor qualificado (*Qualified Teacher Status* (QTS)) ou outra qualificação docente equivalente, e possuir experiência significativa no setor da educação, juntamente com experiência em cargos de liderança e gestão. O Ofsted desenvolve um programa exaustivo de indução para novos HMI. Assegura que os inspetores são mantidos a par dos desenvolvimentos através de ações de formação regulares e programas de formação direcionados para a preparação/introdução de novos quadros de inspeção.

Os requisitos para inspetores adicionais encontram-se expostos no documento *Qualifications, experience and standards required of additional inspectors undertaking inspections on behalf of Her Majesty's Chief Inspector of Education, Children's Services and Skills*⁽¹¹⁶⁾. Terão obrigatoriamente de possuir uma licenciatura relevante e/ou qualificação docente; um mínimo de cinco anos de experiência docente; credibilidade e conhecimento profissional atualizado e competências a nível de utilização de TIC. Possuem normalmente um mínimo de dois anos de experiência significativa em gestão no setor educativo; e um leque variado de experiências na área relevante, por exemplo, em mais de uma instituição. Os AI são formados por organizações contratadas para responder às exigências do Ofsted. A sua formação está estreitamente alinhada com a formação recebida pelos HMI e consiste normalmente em 5-6 dias de avaliação e *workshops*, intercalados com sessões práticas.

3. Quadro de avaliação

Para avaliar as escolas, o Ofsted utiliza o *Framework for School Inspection*⁽¹¹⁷⁾.

Os inspetores formulam um parecer sobre a eficácia global da escola com base em quatro categorias principais (que incluem sete ou oito critérios para cada uma). As categorias são: o rendimento dos alunos; a qualidade do ensino; o comportamento e a segurança dos alunos; a qualidade da liderança e da gestão. Devem também considerar o desenvolvimento espiritual, moral, social e cultural dos alunos na escola; a

⁽¹¹⁵⁾ <http://www.ofsted.gov.uk/>

⁽¹¹⁶⁾ <http://www.ofsted.gov.uk/resources/qualifications-experience-and-standards-required-of-additional-inspectors-undertaking-inspections-be>

⁽¹¹⁷⁾ <http://www.ofsted.gov.uk/resources/framework-for-school-inspection-january-2012>

medida em que a educação prestada pela escola responde às necessidades dos diversos alunos da escola, e em particular as necessidades dos alunos portadores de deficiências e os que têm necessidades educativas especiais.

Os pareceres são formulados numa escala de 1-4: nível 1: excelente; nível 2: bom; nível 3: a necessitar de melhoria; e nível 4: insuficiente. Dentro da categoria de “insuficiente”, pode considerar-se que uma escola apresenta graves fragilidades ou que exige medidas especiais. O *School Inspection Handbook* ⁽¹¹⁸⁾ contém descritores para cada nível. Este quadro de avaliação fornece a base para todas as inspeções de rotina. Pode ser adaptado no caso de visitas de monitorização às escolas que foram consideradas como estando a necessitar de melhorias ou como insuficientes na sua inspeção prévia, pois tais visitas centram-se na implementação de recomendações prévias e na utilização de apoio externo por parte das escolas a fim de alcançarem a melhoria.

4. Procedimentos

As escolas são notificadas de uma inspeção no período da tarde do dia útil que a precede, apesar de ser possível serem inspecionadas sem aviso prévio nos casos em que foram identificados problemas. A frequência das inspeções é proporcional ao desempenho e às circunstâncias das escolas. As *academies* são inspecionadas dois anos após a sua abertura e depois são submetidas ao mesmo regime de inspeção que as escolas geridas pelas autoridades locais.

As regulamentações prescrevem que as escolas devem ser inspecionadas a cada cinco anos, exceto no caso das escolas consideradas “excelentes” na inspeção prévia, que ficam isentas de futuras inspeções de rotina a menos que alguma avaliação de risco suscite preocupações. As escolas excelentes são objeto de uma avaliação de risco três anos depois do parecer que atribuiu o nível de excelência, passando depois a ter uma avaliação anual. Esta avaliação de risco centra-se nos seguintes aspetos: desempenho, progresso e assiduidade dos alunos, resultados de outras inspeções realizadas na escola (por exemplo, inquéritos) e opiniões e reclamações dos pais. As escolas categorizadas como “boas” também são submetidas a uma avaliação de risco três anos depois e o seu resultado inspeção irá

determinar se a inspeção que se segue terá lugar antes do final do período de cinco anos. As escolas que necessitam de melhoria, em que a liderança e a gestão também requerem melhoria, recebem uma visita inicial de inspeção para fins de monitorização, geralmente no prazo de 4-12 semanas após a publicação do relatório de inspeção. As escolas que requerem melhoria, mas em que a liderança e a gestão são positivas não recebem normalmente esta visita. Os resultados da visita de monitorização irão determinar que tipo de monitorização e de apoio é necessário. Todas as escolas que carecem de melhoria terão de passar por uma reinspeção completa de rotina num período não superior a 24 meses após a inspeção em que se concluiu que a escola precisava de melhoria. Uma escola com a notação de “insuficiente” devido ao facto de uma ou mais áreas chave da sua atividade necessitarem de uma melhoria significativa, mas cujos líderes e gestores demonstraram capacidade para melhorar, tem probabilidade de ser considerada como uma escola com graves deficiências. Estas escolas são monitorizadas e reinspecionadas no prazo de 18 meses após a sua última inspeção. Uma escola considerada como “insuficiente” e a requerer medidas especiais pelo facto de não conseguir oferecer aos seus alunos um nível aceitável de educação e porque os seus líderes, gestores ou administradores não demonstraram capacidade para assegurar as melhorias necessárias, recebe geralmente a sua primeira inspeção de controlo no prazo de três meses após realização da inspeção que a tornou objeto de medidas especiais. Uma escola pode receber até cinco inspeções de controlo durante um período de 18 meses a seguir à inspeção que a colocou em situação de necessitar de medidas especiais. Será por norma reinspecionada no prazo de 24 meses.

Os inspetores utilizam diferentes provas para a identificação inicial de questões a acompanhar durante a inspeção, incluindo os dados recolhidos a nível central sobre o desempenho, como o que figuram na base de dados interativa RAISE ⁽¹¹⁹⁾ (*Reporting and Analysis for Improvement through school Self-Evaluation*) online, o relatório de inspeção prévia da escola, quaisquer relatórios recentes de estudos do Ofsted e/ou cartas de controlo, e informações provenientes de *Parent View* ⁽¹²⁰⁾, uma base de dados que recolhe as opiniões dos pais através de um inquérito online

⁽¹¹⁸⁾ <http://www.ofsted.gov.uk/resources/school-inspection-handbook>

⁽¹¹⁹⁾ [https://www.raiseonline.org/login.aspx?ReturnUrl/= %2findex.aspx](https://www.raiseonline.org/login.aspx?ReturnUrl=/= %2findex.aspx)

⁽¹²⁰⁾ <https://parentview.ofsted.gov.uk/>

sobre doze aspetos específicos da escola, incluindo a qualidade do seu ensino, progressos conseguidos pela criança e capacidade de lidar com *bullying*. Os inspetores também têm em conta as perspetivas externas sobre o desempenho da escola, que podem incluir qualquer avaliação ao desempenho da escola pela autoridade local.

As visitas de inspeção não duram normalmente mais de dois dias. Os inspetores passam grande parte do seu tempo a observar aulas e a reunir provas sólidas e em primeira mão, incluindo um escrutínio aos registos e documentação da escola. Os inspetores devem ter em conta as perspetivas do diretor da escola; o órgão de administração/entidade de tutela; membros do pessoal; alunos e pais. As provas reunidas pelos inspetores incluem a comunicação com os alunos. As conclusões resultantes são debatidas com o diretor da escola a intervalos regulares e, quando apropriado, com os quadros superiores. O diretor da escola deve ter a oportunidade de apresentar provas, quando for relevante. O inspetor principal redige o relatório de inspeção e envia a versão provisória ao diretor da escola para comentários. Nesta etapa, os juízos avaliativos não podem ser alterados a menos que sejam detetados erros factuais ou lacunas significativas na informação que contém.

5. Resultados da avaliação externa

Os relatórios do Ofsted identificam, para cada escola, os pontos fortes e os pontos fracos e, quando apropriado, as áreas de preocupação e as que carecem de melhoria. Não se exige às escolas com necessidade de melhoria a preparação de planos de ação separados mas sim a correção dos planos existentes de modo a responder aos problemas identificados. As escolas que revelam debilidades graves ou que requerem medidas especiais também podem corrigir os planos existentes, em vez de produzirem um novo plano de ação. No entanto, devem submeter o plano ao Ofsted no prazo de 10 dias úteis depois de a escola receber o relatório de inspeção. Nos casos em que uma escola exige medidas especiais, o Ofsted pode dar um parecer (ou no caso das *academies*, uma recomendação) para que a escola não contrate professores recém-qualificados. Quando se considera que uma *academy* requer medidas especiais, o Secretário de Estado pode decidir suspender o acordo de financiamento. Apesar de não se excluir a possibilidade de encerramento da *academy*, normalmente são encontradas soluções alternativas de governança, como a seleção de um novo patrocinador.

O Ofsted pode oferecer ou recomendar um conjunto de estratégias de intervenção/apoio às escolas que precisam de melhoria ou que são consideradas insuficientes. Estas estratégias dependem de áreas específicas que precisam de atenção especial, mas podem incluir o apoio do pessoal do *Her Majesty's Inspectorate* (HMI), a frequência de um seminário do Ofsted sobre a melhoria ou parcerias com escolas mais fortes.

Nos casos em que as escolas geridas pela autoridade local são elegíveis para uma intervenção, o Secretário de Estado tem o poder de nomear outros administradores, substituir o conselho de administradores por um conselho executivo interino ou ordenar à autoridade local o encerramento da escola. O Secretário de Estado também tem o poder, de acordo com a lei que rege as *academies* (*Academies Act 2010*) de converter uma escola em *academy*, patrocinada por uma entidade mais forte, para garantir a melhoria da situação. Uma escola que atinge os níveis mínimos fixados pelo Departamento de Educação para o desempenho nos exames nacionais será encarada como insatisfatória e é acionada uma inspeção. Em alguns casos, pode impor-se uma intervenção que levará a escola a converter-se numa *academy* patrocinada.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O inspetor principal na equipa de inspeção redige um relatório em que anuncia a) os pareceres da inspeção sobre cada um dos aspetos do desempenho de uma escola avaliada durante a inspeção e b) as recomendações de melhorias que devem ser implementadas. Os resultados dos exames são comunicados apenas em termos gerais, com referência às médias nacionais ou tendências no desempenho da escola. O relatório é enviado à escola e publicado no sítio de Internet do Ofsted. Devem ser enviadas cópias ao diretor da escola; à autoridade local; à autoridade ou instituição tutelar apropriada (por exemplo, o órgão de administração ou o consórcio responsável por *academies* nos casos em que a autoridade local não é a autoridade adequada); a pessoa ou órgão responsável pela nomeação dos administradores (*foundation governors*) caso a escola os integre (incluindo as autoridades diocesanas ou outras autoridades apropriadas no caso das escolas de cariz religioso); outras pessoas indicadas. Depois de a escola receber o seu relatório final, deve enviar uma cópia a todos os pais dos alunos matriculados. Deve igualmente ser disponibilizado um exemplar para consulta do público, mediante pedido.

Os resultados da avaliação podem ainda ser utilizados para informar o relatório anual do Ofsted sobre a educação a nível nacional, os seus relatórios regionais ou temáticos e na comunicação ao Departamento de Educação.

Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades locais

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

De acordo com a *Education Act 1996*, as autoridades locais têm o dever de promover padrões elevados nas escolas que estão sob a sua tutela. As autoridades locais geralmente não realizam inspeções, apesar de algumas efetuarem visitas às escolas como parte das suas atividades de monitorização. Controlam sobretudo o desempenho das escolas através da utilização dos dados disponíveis e identificam as escolas que necessitam de melhoria e de uma intervenção.

2. Avaliadores

Há diferentes categorias de pessoal com diferentes funções implicados nos serviços de melhoria da educação e das escolas e as qualificações exigidas variam. Compete às autoridades locais definir os seus próprios regimes de prestação de serviços, qualificações necessárias e a proporção de pessoal diretamente empregado, contratado ou financiado. Podem encontrar-se exemplos de diferentes modelos de prestação em *The Council Role in School Improvement; Case Studies of Emerging Models* ⁽¹²¹⁾. No entanto, a categoria de técnico superior de melhoria da escola, e por vezes categorias abaixo desta, devem, por norma, ser titulares de uma licenciatura relevante e qualificação para o ensino, e possuir experiência de líder no setor do ensino ou inspeção. Por vezes são também exigidas competências de análise de dados.

3. Quadro de avaliação

As autoridades locais são livres de criar os seus próprios quadros de avaliação para as atividades de monitorização que desenvolvem. É provável que façam referência na sua atividade de controlo e análise aos requisitos do *National Curriculum*, aos níveis de desempenho mínimos, aos resultados dos relatórios do Ofsted e a eventuais planos de ação, mas igualmente a documentos

locais como a estratégia de melhoria da escola ou similar. Há uma ênfase no progresso e rendimento dos alunos e, em particular, na identificação de escolas que suscitem preocupação. A eficácia das autoridades locais na monitorização e apoio a escolas na sua área está sujeita à inspeção do Ofsted ⁽¹²²⁾.

4. Procedimentos

As autoridades locais têm a obrigação legal de manter os níveis de qualidade da educação nas áreas que estão sob a sua competência, mas não têm de fixar uma frequência ou ciclo para efetuar esta avaliação. Grande parte das suas avaliações consiste numa análise *a posteriori* dos resultados, através de relatórios do Ofsted e dados de desempenho, incluindo a que é disponibilizada no RAISE *online*. As autoridades locais desenvolvem diferentes abordagens, dependendo dos seus contextos e podem ser visitas às escolas, consultas e conversas com os pais e outras partes interessadas. Se a avaliação revelar motivo de preocupação, pode ser necessário um acompanhamento posterior à visita.

5. Resultados da avaliação externa

As autoridades locais podem emitir um aviso à escola que está sob a sua tutela quando se constatarem níveis inaceitavelmente baixos de desempenho dos alunos ou se ocorre uma rutura grave na forma como a escola é gerida ou administrada, ou se a segurança dos alunos ou do pessoal se encontra ameaçada. As autoridades locais podem não intervir em *academies*, mas devem informar o Secretário de Estado quando houver problemas. Uma escola subvencionada é elegível para intervenção se não cumprir com um aviso ou se tiver sido categorizada pelo Ofsted como objeto de preocupação (considerada “insuficiente”). Nos termos do *Education and Inspections Act 2006*, as autoridades locais têm o poder de suspender a autoridade delegada ao órgão de administração de gerir o orçamento da escola ou de nomear um conselho executivo interino (IEB) no lugar do conselho de administração. O IEB pode recomendar a uma autoridade local (ou solicitar ao Secretário de Estado que dê instruções a uma autoridade local), para que uma escola seja encerrada.

O apoio dado às escolas depende de cada caso particular mas pode incluir a organização, pela

⁽¹²¹⁾ http://www.local.gov.uk/publications/-/journal_content/56/10180/4024018/PUBLICATION

⁽¹²²⁾ *Handbook for the Inspection of Local authority Arrangements for Supporting School Improvement* <http://www.ofsted.gov.uk/resources/handbook-for-inspection-of-local-authority-arrangements-for-supporting-school-improvement>

autoridade local, de mecanismos de apoio com outras escolas, organização de reuniões entre as partes interessadas (pessoal escolar, administradores, pais e técnicos e membros da autoridade local) e formação para os administradores.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Quaisquer relatórios resultantes de uma avaliação são normalmente documentos internos.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

O Ofsted recomenda que a autoavaliação seja realizada como parte do ciclo contínuo de avaliação e de planeamento da melhoria da escola, mas não há um método, frequência ou quadro prescritos. A autoavaliação oferece a base para o planeamento, desenvolvimento e melhoria em escolas. A inspeção considera integralmente e contribui para a autoavaliação da escola. As escolas podem apresentar uma breve síntese escrita da sua autoavaliação aos inspetores, mas tal não é obrigatório.

2. Partes envolvidas

Os professores e outro pessoal, administradores da escola, alunos e pais podem ser envolvidos na avaliação interna. Em função da abordagem adotada por cada escola, os participantes podem tomar parte ativa no processo, fornecendo dados e analisando-os, ou contribuindo para a avaliação através de debates ou de consulta.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas podem optar, sem obrigatoriedade, por utilizar o quadro de avaliação para a inspeção escolar usado pelo Ofsted. Este dispõe do *School Data Dashboard* ⁽¹²³⁾ para ajudar as escolas a comparar o seu desempenho com o de outras escolas. Podem ser feitas comparações com escolas nacionais e do mesmo tipo (com base em resultados prévios) quanto ao número de alunos que se prevê atingirem os níveis esperados em exames e aos progressos feito pelos alunos. Estão disponíveis comparações nacionais relativas à capacidade da escola para eliminar a distância

entre os alunos desfavorecidos e os outros alunos, a assiduidade e o contexto da escola (por exemplo, a percentagem de alunos elegíveis para refeições escolares gratuitas, ou com necessidades educativas especiais). De modo semelhante, o Departamento de Educação disponibiliza uma base de dados de tabelas de desempenho ⁽¹²⁴⁾. As escolas podem usar estas tabelas para comparar a proporção de alunos que atingem os resultados previstos em exames nacionais com todas as escolas, com as escolas financiadas pelo Estado ou com escolas similares. Também podem comparar o nível de absentismo dos alunos da escola com as médias nacionais. Os dados sobre as despesas por aluno podem ser comparados com a média na área da autoridade local e a nível nacional.

As autoridades locais fornecem serviços de melhoria das escolas, incluindo orientação e formação em autoavaliação, assim como visitas, reuniões e mecanismos de apoio à intermediação entre escolas nas respetivas áreas. Alguns destes serviços podem ser prestados de forma gratuita pela autoridade local, ou podem ser financiados através de um investimento conjunto das autoridades locais e escolas ou prestado através de serviços transacionados. Os serviços de um agente escolar ou especialista em melhoria, desenvolvimento escolar ou similar podem ser disponibilizados por alguns dias sem custos, dependendo da autoridade local. O apoio por parte de líderes de outras escolas consideradas excelentes por meio de um sistema de apoio escola para escola pode estar disponível, com ou sem custos. O documento *The Council Role in School Improvement: Case Studies of Emerging Models* ⁽¹²⁵⁾ inclui exemplos de diferentes modelos.

A formação inicial de professores reflete os requisitos de *Teachers Standards* ⁽¹²⁶⁾ que estipulam que as atividades de autoavaliação, reflexão e desenvolvimento profissional são fundamentais para melhorar a prática docente em todas as etapas desta profissão. A monitorização, avaliação e melhoria do ensino, bem como a melhoria da escola fazem parte do *National Professional Qualification for Headship* (Programa Nacional de Qualificação Profissional para Diretores de Escolas). Há ainda um módulo

⁽¹²³⁾ <http://dashboard.ofsted.gov.uk/>

⁽¹²⁴⁾ <http://www.education.gov.uk/schools/performance/>

⁽¹²⁵⁾ http://www.local.gov.uk/publications/-/journal_content/56/10180/4024018/PUBLICATION

⁽¹²⁶⁾ <https://www.gov.uk/government/publications/teachers-standards>

opcional na utilização de dados e provas para melhorar o desempenho. *School Direct*, uma abordagem à Formação Inicial de Professores (FIP) que dá às escolas uma maior influência sobre as formas como se organiza a formação de professores, gere uma comunidade *online* de partilha de experiências, recursos e sugestões, mas não se foca especificamente na avaliação. O Ofsted inclui o estudo de casos de boas práticas na autoavaliação no seu sítio de Internet.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Os resultados da avaliação das escolas baseiam-se no seu ciclo de planeamento da melhoria e desenvolvimento. As autoridades locais consultam-nos na sua monitorização das escolas. Esta informação faz parte das provas consultadas durante as inspeções do Ofsted. Os resultados não são publicados.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores, incluindo diretores de escola, são avaliados anualmente como parte da gestão de desempenho. Os diretores de escola avaliam os professores ou nomeiam outro membro do pessoal para o fazer. Os diretores de escola são avaliados pelo conselho de administração, com o apoio de um consultor externo.

O Ofsted dispõe de um quadro de inspeção separado para avaliar em que medida uma autoridade local desempenha bem o seu papel na promoção de níveis de qualidade elevados, assegurando a igualdade no acesso às oportunidades, cumprindo o potencial das crianças e prestando apoio às escolas que acusam problemas. A inspeção não é universal. Só é levada a cabo se existirem preocupações aparentes acerca do desempenho ou a pedido do Secretário de Estado. O Ofsted publica os resultados da inspeção sob a forma de uma carta, sintetizando o contexto da inspeção, as provas reunidas, eventuais pontos fortes e fraquezas detetadas e áreas recomendadas para melhoria. Não existe uma inspeção de consórcios equivalente que passe pelos grupos de *academies*.

Anualmente, o Ofsted publica um relatório nacional sobre educação. Também produz ocasionalmente relatórios regionais ou temáticos. O Departamento de Educação publica um relatório anual sobre as *academies*, informando acerca do desempenho neste setor específico.

O Departamento de Educação publica os resultados agregados dos exames nacionais em tabelas de desempenho. As médias nacionais também são dadas às escolas juntamente com os resultados dos seus alunos.

Secção IV. Reformas

A partir de setembro de 2015, o Ofsted deixou de contratar *Inspection Service Providers* (ISPs) para a realização de serviços de inspeção escolar. Os *Additional Inspectors* (AI), que são atualmente contratados através dos ISPs para realizarem inspeções em nome do Ofsted, continuarão a representar uma parte significativa do pessoal de inspeção. No entanto, a partir de setembro de 2015, os AI serão contratados diretamente pelo Ofsted, dando a este órgão um controlo mais direto sobre a sua seleção, formação e garantia da qualidade.

Também a partir de setembro de 2015, ao abrigo de propostas que são objeto de consulta, o Ofsted (sujeito ao parecer do Parlamento) irá introduzir inspeções escolares mais curtas a escolas consideradas como boas na sua inspeção prévia. As inspeções irão decorrer a cada três anos, informando se um prestador de educação manteve ou não a sua eficácia global mas não irá fornecer um conjunto integral de juízos avaliativos com notação. Um novo quadro de inspeção irá assegurar esse tipo de classificação nas seguintes áreas, utilizando a escala de quatro pontos existente (excelente, bom, a necessitar de melhoria e insuficiente):

- eficácia na liderança e na gestão;
- qualidade do ensino, aprendizagem e avaliação;
- desenvolvimento pessoal, comportamento e assistência social;
- resultados para as crianças e aprendentes.

Reino Unido – País de Gales

Secção I. Avaliação externa das escolas

Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades a nível central/superior

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O Estyn (¹²⁷) (*Office of Her Majesty's Inspectorate for Education and Training*) é o principal órgão responsável pela avaliação externa nas escolas. Trata-se de um órgão público e independente financiado pelo Governo galês.

As inspeções destinam-se a monitorizar a qualidade através da avaliação do cumprimento das normas por parte das escolas, e proporcionar *feedback* às escolas sob a forma de recomendações que visam orientar o seu desenvolvimento futuro.

Para além de inspeções às escolas, o Estyn conduz avaliações temáticas para identificar as boas práticas no tratamento de questões concretas, como o apoio a grupos vulneráveis de aprendentes ou a oferta para alunos com necessidades educativas especiais (por vezes referidas como “necessidades educativas adicionais”).

2. Avaliadores

O Estyn recorre a cinco categorias de pessoal para realizar a sua atividade:

- *Her Majesty's Inspectors of Education and Training* (HMI) contratados pelo Estyn como membros permanentes do pessoal e funcionários públicos. Conduzem e realizam o trabalho de inspeção e outras tarefas na sua área de especialização.
- *Registered Inspectors* (Rgls) contratados pelo Estyn para cada inspeção no seguimento de um concurso público, atuam como inspetores principais ou integrados em equipas (*Lead or Team Inspectors*). O Estyn recruta, forma e gere uma lista de Rgls “aprovados”.
- *Additional Inspectors* (AI) que trabalham como *team inspectors* em equipas de inspeção independentes dirigidas por um Rgl ou HMI. O

Estyn recruta, forma e gere uma lista de AI aprovados que são contratados por este organismo para funções específicas de inspeção. Os *secondees* (destacados de uma escola ou autoridade local para trabalhar a tempo inteiro como inspetores por um período fixo de tempo, normalmente até dois anos) são outro tipo de AI. Executam o mesmo trabalho de inspeção que um HMI e realizam as suas funções específicas e outras tarefas adicionais, na sua área de especialização. Os *secondees* são pagos pelo Estyn mas mantêm vínculo contratual com o empregador original.

- *Peer Inspectors* (PI) com funções de gestão numa escola ou prestador e com experiência de ensino ou formação no setor relevante. O Estyn recruta e dá formação a *peer inspectors*, que são membros plenos de uma equipa de inspeção e contribuem para o trabalho de inspeção em todas as áreas ou matérias chave. Também redigem secções de relatórios de inspeção que lhes são atribuídas pelos Rgls. Um PI de escola pode participar numa inspeção duas ou três vezes por ano, por períodos de três ou quatro dias.
- *Lay Inspectors* são membros do público que recebem formação do Estyn para participar numa inspeção escolar. Garantem uma avaliação objetiva e imparcial sobre a oferta de educação. Legalmente, não podem ter trabalhado na direção de uma escola ou no âmbito da oferta educativa, mas podem ter colaborado voluntariamente com a administração.

Todo o pessoal de inspeção escolar (exceto os *lay inspectors*) deve ser titular de uma licenciatura e pós-graduação para o ensino, e ter passado por uma verificação do registo criminal (*Disclosure and Barring Service*) (¹²⁸) no decurso dos três anos precedentes. Também se exige experiência de trabalho em funções de liderança escolar (por exemplo, como diretor de escola, vice diretor de escola, chefe de departamento ou de programa de estudos). Apesar dos requisitos só estipularem que os diretores de escola devem ter o estatuto de professor qualificado, normalmente também se pede uma experiência docente de cinco anos no mínimo; as funções de outras categorias de líder escolar incluem invariavelmente a docência.

Os HMI são recrutados a partir de critérios estabelecidos que incluem: conhecimento do sistema educativo do País de Gales; competências, incluindo de natureza analítica e a

(¹²⁷) <http://www.estyn.gov.uk>

(¹²⁸) <https://www.gov.uk/disclosure-barring-service-check>

capacidade para utilizar dados comprovados; comunicação, incluindo a capacidade para apresentar resultados eficazmente; outros atributos tais como o planeamento e a gestão de projetos. Como parte da sua indução, devem passar por um rigoroso programa interno de formação e participar em oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo prestadas pelo Estyn ou sob a sua tutela. A formação de *Registered Inspectors* é dispensada através de módulos de educação à distância, uma avaliação por escrito de um dia e uma avaliação prática no terreno (durante uma ação de inspeção). Os *Peer Inspectors* devem submeter-se a uma preparação inicial antes de frequentarem um curso de formação e avaliação de três dias e um evento anual de um dia.

3. Quadro de avaliação

As inspeções realizadas pelo Estyn são conduzidas no âmbito do *Common Inspection Framework (CIF)* ⁽¹²⁹⁾ que foi introduzido em 2010 e que é utilizado como base de todas as inspeções. As principais áreas (questões chave) que são abordadas pelo CIF são os resultados, oferta e liderança. Há um total de 10 “Indicadores de Qualidade”, atribuídos às três questões chave (cada uma contém 2-4 “Indicadores de Qualidade”) incluindo aspetos como bem-estar, ambiente de aprendizagem ou gestão de recursos.

O Estyn apresenta o seu parecer em função de níveis estabelecidos:

- excelente: muitos pontos fortes, incluindo exemplos significativos de boas práticas no setor;
- bom: muitos pontos fortes e nenhuma área importante a exigir melhoria significativa;
- apropriado: os pontos fortes superam as áreas que exigem melhoria;
- insuficiente: áreas importantes que exigem melhoria superam os pontos fortes.

4. Procedimentos

Todas as escolas são, por rotina, inspecionadas pelo Estyn a cada seis meses.

Os inspetores utilizam um conjunto de provas para a identificação inicial de problemas a verificar na inspeção, incluindo dados sobre o desempenho da

escola, como os resultados das avaliações dos professores e os resultados dos exames de literacia e de numeracia (*National Reading and Numeracy Tests*). Pode englobar-se uma avaliação ao desempenho da escola por parte da autoridade local.

As visitas de inspeção duram entre dois e cinco dias, dependendo da dimensão da escola. Os inspetores passam normalmente entre 30 e 50 por cento do seu tempo a observar aulas. Também escrutinam provas e registos escritos, como o relatório de autoavaliação da escola e documentação de apoio, os programas de estudos e documentos de avaliação, registos de assiduidade e comportamento dos alunos. As escolas selecionam entre os seus quadros superiores um membro para trabalhar com a equipa de inspeção. Se o elemento destacado não for o diretor da escola, o inspetor deve organizar uma reunião diária com o diretor da escola para esclarecer questões e debater conclusões emergentes. São realizadas entrevistas com vários membros do pessoal, incluindo gestores de topo e intermédios.

São usados questionários e discussões com grupos focais para reunir opiniões dos pais e alunos. Isto é feito através de: uma reunião com pais/encarregados de educação antes da inspeção; um inquérito às opiniões dos alunos e pais/encarregados de educação (por amostragem ou à coorte completa, dependendo da dimensão da escola); entrevistas com membros do conselho escolar e possivelmente outros grupos específicos de alunos para seguir as linhas de investigação identificadas; uma reunião de grupo de foco com os pais; reuniões com outras partes interessadas incluindo administradores e representantes da comunidade.

Os resultados da inspeção são apresentados oralmente aos principais membros da direção no final do segundo dia de visita. Um representante da autoridade local é convidado a comparecer a essa reunião. É então redigido e enviado um relatório provisório à escola que, por sua vez, pode apontar incorreções factuais sem alterar o parecer global.

Dependendo do resultado de uma inspeção, o Estyn pode visitar uma escola mais de uma vez a cada seis meses.

⁽¹²⁹⁾ <http://www.estyn.gov.uk/english/inspection/inspection-explained/>

5. Resultados da avaliação externa

No seguimento de uma avaliação externa, o Estyn produz uma série de recomendações. As escolas devem responder às mesmas com planos de ação debatidos com os técnicos da autoridade local conhecidos como *Challenge Advisors*. Estes debates podem também incluir os planos de autoavaliação da escola.

Se os resultados da avaliação demonstram uma prática excelente, a escola pode ser convidada a contribuir para um estudo de caso de práticas de excelência. O Estyn pode igualmente disseminar o caso no seu sítio de Internet.

Se o desempenho é inferior ao nível que o Estyn define nos seus critérios, uma das quatro linhas de ação pode ser adotada, dependendo do nível de preocupação expresso pelo Estyn:

- monitorização da autoridade local: para as escolas consideradas globalmente como boas, mas com áreas a exigir melhoria, a autoridade local é chamada a monitorizar o progresso da escola em relação às recomendações da inspeção. Realizam-se reuniões trimestrais entre o Estyn e a autoridade local, resultando num relatório produzido pela autoridade local, que o Estyn usa para avaliar se deve monitorizar a escola;
- monitorização do Estyn: esta categoria é usada quando uma equipa de inspeção conclui que “uma escola necessita de melhoria em algumas áreas importantes”. Geralmente, a escola é revisitada após 12-18 meses de modo a avaliar se conseguiu os progressos necessários ou se deve ser “identificada como estando a necessitar de melhorias significativas ou de medidas especiais”. Este controlo pode implicar visitas curtas à escola da parte dos inspetores;
- escola categorizada como “necessitando de melhorias significativas”: este cenário surge quando os inspetores “concluem que uma escola revela um desempenho significativamente inferior ao previsto”. Os inspetores voltam a visitar a escola após 12 meses para avaliar o seu progresso e se o “progresso é pobre, a escola pode ser colocada sob medidas especiais”;
- escola categorizada como “necessitando de medidas especiais”: nos casos em que o nível de ensino prestado não é aceitável e a liderança é pobre, as escolas são colocadas sob medidas especiais. O Estyn informa o Governo galês e realiza visitas mensais até a escola alcançar um nível de progresso suficiente para sair desta categoria.

Para as últimas duas categorias são notificados o Ministro da Educação e Competências e os membros da Assembleia nacional.

No caso de serem evidenciados pelo Estyn problemas graves numa escola, a autoridade local deve usar o seu poder de intervenção, que pode incluir a aplicação de procedimentos relativos à competência profissional nos casos em que o desempenho do pessoal se classifica abaixo do nível esperado e a autoridade local tem igualmente o poder de destituir o órgão de administração. Podem ser alocados recursos adicionais às escolas em resposta às recomendações do Estyn, ou podem ser oferecidos mecanismos para prestação de formação adicional.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os relatórios do Estyn são documentos públicos disponibilizados *online* e através das autoridades locais. São disponibilizados ao pessoal da escola e aos seus administradores. São produzidas versões resumidas e distribuídas às principais partes interessadas, incluindo os pais, por norma. São fornecidos relatórios ao Governo galês e à autoridade local *Challenge Advisors*. Todas as inspeções do Estyn são comunicadas segundo um formato preestabelecido que apresenta as conclusões e um enquadramento da escola e da inspeção. Incluem o desempenho da escola avaliado por avaliações externas e indicam índices de comparação nacionais, grupos de dados sobre escolas (geralmente os resultados de avaliações de professores ou avaliações externas normalizadas, agregadas para um grupo de escolas que partilham as mesmas características, por exemplo, comunidade rural ou urbana, percentagem de alunos elegíveis para refeições escolares gratuitas, etc.). Elementos do relatório também podem ser incluídos em relatórios compostos ou temáticos.

Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades locais

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A equipa dos serviços de educação da autoridade local é responsável pelos níveis de qualidade das escolas subsidiadas. Avaliam as escolas para

garantir o cumprimento das normas (por exemplo, requisitos de auditoria) e melhorar a qualidade através da monitorização do desempenho e da identificação de ações que apoiam a melhoria da escola. As suas avaliações fazem parte do apoio e da função de analisar as escolas de forma crítica.

2. Avaliadores

Todas as autoridades locais empregam os *Challenge Advisors* na missão de avaliar o trabalho das escolas para ajudar a melhorar o desempenho. Este trabalho obedece a processos que incluem a análise dos dados fundamentais de uma escola (resultados de avaliações, assiduidade, número de expulsões, etc.) e a comparação com outras escolas, incluindo as que apresentem características socioeconómicas semelhantes.

Os *Challenge Advisors* são empregues pelas autoridades locais e devem dedicar um número determinado de dias por ano ao apoio a escolas. O seu papel é debater e verificar a autoavaliação da escola, contribuir para o estabelecimento de metas e trabalhar com a escola para desenvolver um plano de ação que lhe permita avançar. Se a escola exige apoio adicional, o seu papel pode ser mais intenso.

Os *Challenge Advisors* devem ser titulares de uma licenciatura, possuir qualificação e experiência docente e possuir um mínimo de cinco anos de experiência em funções de liderança escolar (diretor da escola). Embora os deveres e nomenclaturas exatos usados para os *Challenge Advisors* possam variar, as suas funções normalmente incluem a monitorização, apoio e exame crítico às escolas, e garantir a intervenção apropriada nos casos em que o desempenho fica abaixo dos níveis exigidos. Ao fazê-lo, espera-se que abordem questões relativas à melhoria da escola, liderança, ensino e aprendizagem e currículo, entre outros.

3. Quadro de avaliação

Os quadros usados no País de Gales para apoiar a avaliação das escolas tuteladas por autoridades locais são produzidos por consórcios de autoridades locais ⁽¹³⁰⁾. Os quadros locais também são utilizados para avaliar áreas específicas do trabalho das escolas como sistemas de gestão

financeira e administrativa (por exemplo, os seus processos de encomenda de bens e serviços, comunicar ausências do pessoal e outros assuntos relativos ao controlo diário da escola). Seguem um modelo fixado no CIF (Quadro Comum de Inspeção).

As escolas podem utilizar outros quadros para apoiar o seu trabalho, como sejam o *School Effectiveness Framework* ⁽¹³¹⁾ (Quadro de Eficácia Escolar) e o *National Literacy and Numeracy Framework* ⁽¹³²⁾ (Quadro Nacional de Literacia e Numeracia) do Governo galês. Algumas autoridades locais incentivam o seu uso para os exercícios de autoavaliação que exigem às escolas.

4. Procedimentos

As avaliações das autoridades locais são conduzidas numa base anual e baseiam-se nos dados de autoavaliação das escolas e em debates contínuos sobre o desempenho de uma escola e o seu desenvolvimento. Os dados utilizados incluem: informação relativa ao desempenho da escola, incluindo os resultados das avaliações externas, como o GCSE e os Exames Nacionais de Literacia e Numeracia (National Literacy and Numeracy Tests); avaliação interna, como a avaliação dos professores; análise dos planos de ação do Estyn; e dados relativos a famílias de escolas (que partilham as mesmas características). Estes dados são suplementados por debates entre *Challenge Advisors* e escolas e formam a principal base para as avaliações efetuadas pelas autoridades locais.

No seguimento de uma inspeção do Estyn, as escolas recebem apoio, definido em função do resultado da avaliação. Cada escola recebe um nível mínimo de apoio que é prestado pela autoridade local. Esta fornece um apoio mais intensivo após a publicação do relatório do Estyn. As autoridades locais devem comunicar os progressos ao Estyn.

As avaliações da autoridade local envolvem o diretor da escola e eventualmente membros da *Senior Leadership Team* da escola.

⁽¹³⁰⁾ <http://www.erw.org.uk/regional-support-challenge-and-intervention-framework-rscif/>

⁽¹³¹⁾ <http://wales.gov.uk/topics/educationandskills/publications/guidance/schooleffectivenessframework/?lang=en>

⁽¹³²⁾ <http://learning.wales.gov.uk/resources/nlnf/?lang=en>

5. Resultados da avaliação externa

No seguimento dos relatórios dos *Challenge Advisors*, prevê-se que as autoridades locais utilizem o seu poder de intervenção para resolver problemas eventuais, incluindo:

- discussão das recomendações de melhoria com a escola, identificando as áreas chave onde há fraquezas e como resolvê-las, incluindo a análise de boas práticas noutras escolas;
- atribuição de apoio adicional a uma escola, incluindo o apoio intensivo de um *Challenge Advisor* ou o destacamento de um membro do pessoal com mais experiência para resolver questões concretas;
- organização de formação adicional por parte do pessoal da autoridade local ou prestadores externos (prestadores de formação ou pessoal de outras escolas);
- utilização de procedimentos de competência profissional se o desempenho do pessoal é inferior ao nível exigido ou destituição da administração de uma escola no caso de haver incumprimento dos requisitos legais.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

As avaliações da autoridade local (documentos de análise anual das autoavaliações das escolas) são relatórios internos que permanecem com a escola e a autoridade local competente.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

O *Common Inspection Framework*, introduzido em 2010, exige que a autoavaliação seja efetuada como parte do processo de inspeção e define quais as provas a produzir. O consórcio regional, no seu trabalho com as escolas, exige-lhes a produção anual de uma avaliação interna, se bem que se trata de uma recomendação a nível central. A autoavaliação tem dois objetivos principais: em primeiro lugar, permitir à escola avaliar o seu próprio desempenho em relação a critérios estipulados e, em segundo lugar, permitir às autoridades locais monitorizar o desempenho da escola, o trabalho de garantia da qualidade das escolas, avaliar o desempenho e identificar as escolas que requerem apoio adicional. A autoavaliação é realizada por meios de quadros

estabelecidos pelas autoridades locais que estão geralmente em linha com o quadro de avaliação⁽¹³³⁾ do Governo galês. A implementação da avaliação interna é decidida pela ação das autoridades locais em resposta às exigências do Governo galês relativamente ao nível de desempenho que devem esperar da escola.

2. Partes envolvidas

Os líderes escolares devem produzir a avaliação interna anual do desempenho da sua escola. Outros membros da equipa da escola podem ser convidados a contribuir para este trabalho fornecendo dados, e os líderes da escola podem usar informações que resultam de observações de aulas e revisões do trabalho do aluno ou planos de aula. O diretor discute os resultados da autoavaliação anual da escola com o presidente do conselho de administração da escola e isso é comunicado ao conselho durante uma reunião programada. Os órgãos diretivos podem nomear uma subcomissão para examinar melhor as questões abordadas.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas utilizam uma série de quadros para concluir a sua avaliação interna, incluindo os que são elaborados por consórcios locais. Estes quadros podem apoiar-se no modelo do Estyn, mas podem colocar maior ênfase em certos aspetos. O quadro ERW (*Education through Regional Working Consortium*), por exemplo, engloba fatores como resultados e tendências de desempenho em comparação com médias nacionais, assiduidade, alcance e qualidade das abordagens de ensino, orientação estratégica e impacto da liderança. Os consórcios são responsáveis por fornecer formação aos líderes escolares e outro pessoal na utilização dos seus quadros. A autoavaliação também se apresenta como um elemento dos níveis profissionais para líderes escolares, abordados através da *National Professional Qualification for Headship*.

Entre os indicadores utilizados figuram os resultados dos alunos nos exames externos, os resultados das avaliações dos professores, os

⁽¹³³⁾ <http://wales.gov.uk/topics/educationandskills/publications/guidance/schooleffectivenessframework/?lang=en>

dados contextuais (por exemplo, a percentagem de alunos com direito a refeições escolares gratuitas) e os níveis de financiamento. A informação de cada escola é comparada com o total das escolas geridas pela mesma autoridade local e com a família de escolas (número definido de escolas que partilham as mesmas características).

No âmbito da autoavaliação para inspeção, as escolas são obrigadas a apresentar provas relativamente aos 29 aspetos contidos no Quadro Comum de Inspeção (CIF), juntamente com pareceres sobre a eficácia com que cada aspeto está a ser tratado. No decurso da autoavaliação, o Estyn recomenda o seguinte às escolas: apresentar referências cruzadas com as fontes dos dados apresentados como provas, utilizando hiperligações, se apropriado; fornecer e comentar dados estatísticos sobre resultados recentes, normalmente nos últimos três anos; identificar áreas de melhoria e pontos fortes; referir-se a uma prática líder do setor quando apropriado; e fazer ligação clara a um plano de melhoria e metas a alcançar.

O Estyn produziu manuais de autoavaliação para as escolas de nível primário ⁽¹³⁴⁾ e secundário ⁽¹³⁵⁾ que se baseiam no CIF e que podem ser utilizados como parte dos processos internos de autoavaliação das escolas.

O pessoal das autoridades locais (muitas vezes *Challenge Advisors*) apoia a avaliação. É alocado a cada escola um membro do pessoal da autoridade local que trabalha com a escola por um número mínimo de dias por ano. Quando uma escola enfrenta problemas significativos, o número de dias aumenta para permitir um apoio mais intensivo.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

A autoavaliação da escola é utilizada para fins internos e não é objeto de publicação.

Através da avaliação interna, as escolas e autoridades locais avaliam o desempenho de uma escola em função de critérios definidos. As autoridades locais identificam as necessidades de desenvolvimento, estabelecem metas de

desenvolvimento adequadas, têm um diálogo estruturado com as escolas e medem o desempenho, juntamente com fatores como a capacidade de melhorar, pontos fortes de liderança e áreas de desenvolvimento. As autoridades locais usam os resultados da autoavaliação das escolas para monitorizar o desempenho e informar as decisões sobre a alocação de recursos. O resultado desta avaliação é comunicado ao Governo galês para informação e é utilizado pelo Estyn como uma das bases para as suas inspeções.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Em 2011, o Governo do País de Gales introduziu um sistema em que as escolas secundárias são inseridas numa de cinco faixas (a faixa 1 refere-se a um desempenho superior e as faixas 4 e 5 referem-se a um desempenho inferior) ^(136, 137). Esta classificação apoia-se na análise dos dados do desempenho escolar, incluindo resultados globais e medições específicas do desempenho em inglês/galês e matemática, e os níveis de assiduidade.

Dentro de cada grupo de dados, é medido o “desempenho relativo” tendo em conta uma seleção de indicadores de desempenho efetivo, do progresso ao longo do tempo e do desempenho em relação ao contexto e à coorte (por exemplo, níveis de refeições gratuitas na escola). A categorização por faixas é uma das várias medidas que visam identificar o nível de apoio que as escolas exigem, e fornecer informações mais transparentes sobre o desempenho relativo das escolas.

O desempenho do professor é avaliado anualmente por um coordenador (membro da direção da escola). Os diretores são avaliados por atores externos, normalmente um diretor de uma escola gerida por uma autoridade local distinta. Essas avaliações anuais são realizadas sistematicamente.

O Estyn avalia a oferta educativa da autoridade local no quadro do seu ciclo de inspeções e, em geral, a cada cinco anos, com base em critérios estabelecidos a nível nacional.

⁽¹³⁴⁾ <http://www.estyn.gov.uk/english/inspection/inspection-guidance/primary-schools/>

⁽¹³⁵⁾ <http://www.estyn.gov.uk/english/inspection/inspection-guidance/secondary-schools/>

⁽¹³⁶⁾ <http://wales.gov.uk/docs/dcells/publications/120118bandingpresentationen.pdf>

⁽¹³⁷⁾ <http://wales.gov.uk/docs/dcells/publications/121206-guide-to-school-banding-en.pdf>

Secção IV. Reformas

O Governo galês anunciou que, a partir de janeiro de 2015, começará a introduzir mudanças no Sistema Nacional de Classificação de Escolas (*National School Categorisation System*), cobrindo tanto as escolas primárias (inicialmente numa base experimental) como as secundárias. As escolas serão avaliadas em função de uma série de medidas de desempenho fornecidas pelo Governo e com base na sua autoavaliação relativamente à sua capacidade de melhoria em matérias de liderança, aprendizagem e ensino. As autoavaliações serão corroboradas pelos *Challenge Advisors*. A combinação dos dois pareceres (medidas de desempenho e autoavaliação) conduzirá a uma categorização por cor (verde/amarelo/laranja/vermelho) que irá desencadear um programa adaptado de apoio e intervenção. Este dispositivo irá substituir o sistema de faixas escolares para escolas secundárias mencionado na Secção III.

Reino Unido – Irlanda do Norte

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

Education and Training Inspectorate (¹³⁸) (ETI), uma divisão do Ministério da Educação (*Department of Education*), é o órgão responsável pela inspeção e comunicação sobre a qualidade da educação nas escolas. O objetivo da inspeção é promover os mais elevados padrões de aprendizagem, ensino e rendimento escolar, avaliando a qualidade da oferta e identificando os pontos fortes das escolas e áreas a melhorar. Além de inspeções regulares a cada escola, são realizados inquéritos/avaliações específicos para obter provas num domínio específico do currículo ou em assuntos de interesse prioritário. Os resultados podem ser utilizados para divulgar exemplos de boas práticas. As provas recolhidas durante cada inspeção escolar podem ser usadas num relatório de síntese, temático ou de boas práticas.

2. Avaliadores

Os inspetores são diretamente contratados pela inspeção. Podem assumir responsabilidades e papéis diferentes. Os inspetores distritais têm a responsabilidade de um grupo de escolas dentro de um nível de ensino e de uma área geográfica específica. Efetuam visitas de monitorização regulares. No caso de inspeções de acompanhamento, o inspetor distrital assume geralmente a função de inspetor-relator. Estes gerem uma equipa de inspeção e são apoiados, na maioria dos casos, por um inspetor relator adjunto. As inspeções de cada escola são normalmente realizadas por uma equipa de inspetores especializados, apoiada, se for caso disso, por avaliadores associados (*associate assessors*) (ver infra) e por profissionais associados (*professional associates*).

Todos os inspetores devem ser titulares de, pelo menos, uma licenciatura ou equivalente, e uma qualificação que lhes permita lecionar numa escola subvencionada (na Irlanda do Norte, são escolas com financiamento público). A maioria das equipas de inspeção inclui inspetores especializados (por exemplo, em disciplinas específicas, *pastoral care*/segurança, ensino em língua irlandesa) e qualificações específicas para o cargo. Todos os inspetores possuem uma experiência docente significativa. Os requisitos dependem do cargo específico, mas, tipicamente, são dez anos de experiência, três dos quais de nível superior, incluindo áreas como liderar ou implementar estratégias de melhoria ou influenciar e monitorizar a avaliação.

Os inspetores recém-nomeados cumprem um ano de estágio, durante o qual seguem um programa adequado de indução e desenvolvimento de recursos humanos. A indução básica dura 12 semanas. O desenvolvimento profissional mantém-se durante o tempo de serviço de um inspetor na organização.

A ETI também recruta um grupo de avaliadores associados entre os quadros superiores da escola (diretores, vice-diretores ou professores principais). Os avaliadores associados podem ser convidados a juntar-se a uma equipa de inspeção até um máximo de duas vezes por ano. A formação que recebem é prestada em cursos de desenvolvimento profissional, três a quatro dos quais realizados anualmente. O conteúdo é adaptado às suas necessidades, conforme identificado em conferências anteriores.

(¹³⁸) <http://www.etini.gov.uk/>

3. Quadro de avaliação

O quadro geral e os indicadores de qualidade que orientam as inspeções às escolas são fornecidos no documento do ETI publicado em 2010 *Together Towards Improvement: a process for selfevaluation* ⁽¹³⁹⁾ ⁽¹⁴⁰⁾.

Os inspetores avaliam a qualidade da oferta em função de três grandes rubricas: liderança e gestão; qualidade da oferta educativa; qualidade dos resultados e dos níveis obtidos. Sob estas rubricas, são apresentadas cinco questões-chave e áreas de interesse:

- *Qual a eficácia da liderança e da gestão na melhoria do rendimento escolar e no apoio aos alunos?* Esta questão trata da liderança estratégica, das ações que promovem a melhoria, da dotação de pessoal, do alojamento e recursos físicos, das ligações e parcerias, da igualdade de oportunidades, da diversidade e qualidade das relações e do valor público.
- *Qual a eficácia do ensino, da aprendizagem e da avaliação?* Aqui, as áreas sob escrutínio são o planeamento, ensino e aprendizagem e a avaliação.
- *Em que medida as experiências de aprendizagem, os programas e atividades respondem às necessidades dos alunos e da comunidade em geral?* Nesta secção, os inspetores avaliam a qualidade da oferta educativa e as experiências de aprendizagem.
- *Até que ponto os alunos são bem tratados, orientados e apoiados?* Esta questão considera aspetos relativos ao apoio psicológico e bem-estar (*pastoral care*), proteção e apoio adicional à aprendizagem (no ensino pós-primário: informação e orientação vocacional, aconselhamento e orientação).
- *Até que ponto os aprendentes desenvolvem as suas competências e obtêm o rendimento previsto?* Esta área lida com a realização, os níveis de desempenho, progressão e potencial para atingir os objetivos.

Para cada categoria de indicadores de qualidade, há um conjunto de indicadores de desempenho sugeridos. Os relatórios aplicam seis níveis de desempenho: excelente; muito

bom; bom; satisfatório; inadequado; insatisfatório.

Este quadro é utilizado para todas as inspeções de rotina das escolas. As inspeções de acompanhamento concentram-se mais nas áreas específicas identificadas como a necessitar de melhoria.

4. Procedimentos

O ETI elaborou uma estratégia de inspeção das escolas baseada no risco (e proporcional ao risco), a ser introduzida progressivamente ao longo de um período de seis anos, iniciado em setembro de 2010. Todas as escolas devem ser objeto de uma inspeção formal pelo menos uma vez num período de três anos, mas a extensão e a natureza da inspeção varia de acordo com a avaliação do risco. Trata-se de usar a informação a partir de indicadores de desempenho, como a percentagem de alunos que atingem os níveis pretendidos em avaliações e exames nacionais; fatores de risco, como o período de tempo decorrido desde a inspeção anterior; e a monitorização contínua da escola por inspetores distritais.

As escolas recebem um pré-aviso de duas semanas. Antes de uma inspeção, as escolas primárias têm de apresentar documentação ao ETI que permite à inspeção compreender o contexto da escola. A documentação inclui informações básicas sobre aspetos como o número de turmas, rácios alunos/professor, horários dos professores, número de professores e número de crianças com necessidades educativas especiais. As escolas pós-primárias são obrigadas a preencher um documento genérico de inspeção e fornecê-lo ao inspetor-relator. Este documento consiste numa síntese concisa e atualizada das prioridades da escola e da forma como foram definidas, as ações atualmente em curso e as provas disponíveis enquadradas em três categorias: “resultados e níveis”, “qualidade da oferta educativa” e “liderança e gestão”. As escolas são incentivadas a assegurar que existe alguma forma de autoavaliação relativamente aos três parâmetros principais disponível para inspeção. O ETI fornece um modelo *proforma* que a escola pode usar se achar útil. Os seus administradores são obrigados a realizar a autoavaliação (classificando-se segundo três níveis de eficácia), que constituirá a base da sua avaliação junto dos inspetores. A autoavaliação inclui em que medida os administradores compreendem os dados de desempenho e se têm uma imagem exata do desempenho da escola em relação aos níveis de

⁽¹³⁹⁾ <http://www.etini.gov.uk/index/together-towards-improvement/together-towards-improvement-primary.htm> (primary)

⁽¹⁴⁰⁾ <http://www.etini.gov.uk/index/together-towards-improvement/together-towards-improvement-post-primary.pdf> (post-primary)

referência e para diferentes grupos de aprendentes. O ETI disponibiliza um modelo *proforma* à escola. As visitas de inspeção são realizadas num bloco de dois ou cinco dias (primário) ou num bloco de cinco dias (pós-primário).

Com base nas provas fornecidas na autoavaliação da escola, os inspetores selecionam uma amostra de aulas a observar; entrevistam pessoal-chave; interagem com e entrevistam alunos; e acompanham o progresso do trabalho nos livros dos alunos, a fim de avaliar a eficácia da escola na concretização e demonstração da melhoria. As tendências globais e os progressos nos indicadores de desempenho internos e externos da escola são acompanhados e comparados com o desempenho dos alunos no seio da escola e em escolas com direito à refeição escolar gratuita.

Antes de uma inspeção, a escola envia aos pais uma carta do ETI, com detalhes sobre como aceder a um questionário *online* na Internet. Os professores e outros funcionários também têm a oportunidade de responder a um questionário.

Os dados de desempenho da escola são discutidos com a equipa de gestão que tem a oportunidade de apresentar a sua perspetiva sobre o contexto da organização. O inspetor responsável pela elaboração do relatório organiza uma reunião com o conselho de administração para ouvir a sua opinião.

A escola recebe uma versão provisória do relatório para verificar questões factuais. O inspetor considera quaisquer erros factuais identificados e, se necessário, discute-os com a escola, fazendo os ajustes necessários ao relatório.

Dependendo do parecer global, pode haver ações de acompanhamento.

5. Resultados da avaliação externa

Os relatórios do ETI apresentam uma classificação geral de excelente, muito bom, bom, satisfatório, inadequado ou insatisfatório e identificam os domínios que carecem de melhoria. Para as escolas consideradas excelentes ou muito boas, só é necessário o reconhecimento pelo conselho de administração / comissão de gestão relativamente à inspeção realizada, e a receção e distribuição do relatório. Para as escolas consideradas boas, o ETI, através de visitas dos inspetores distritais, monitoriza o seu progresso nas áreas de melhoria identificadas pela inspeção. Se a escola é julgada satisfatória, é enviada uma carta do *Department of Education* (DE) para a

escola com a descrição das medidas de acompanhamento necessárias. Em resposta, a escola deve enviar ao DE um plano de ação com as questões identificadas. Ao longo de um período de 12 a 24 meses sucedem-se visitas de acompanhamento provisórias para controlar o progresso, e uma inspeção formal de acompanhamento para chegar a uma decisão sobre se houve melhoria suficiente para permitir que a escola se retire do processo de supervisão. Uma escola julgada inadequada ou insatisfatória é colocada em intervenção formal e está sujeita a um programa de apoio específico. O DE escreve ao Conselho de Educação e Bibliotecas (*Education and Library Board* (ELB) - a autoridade empregadora de escolas controladas), ou ao Conselho para Escolas Católicas Subvencionadas (*Council for Catholic Maintained Schools* - CCMS - a autoridade empregadora que gere as escolas subvencionadas voluntárias), conforme apropriado, delineando as conclusões do ETI e explicando as ações de acompanhamento necessárias, dando conhecimento à escola. Esta deve acordar um plano de ação com o ELB / CCMS que o enviará ao DE. Este plano de ação serve de base para o processo de acompanhamento, que inclui visitas intercalares e inspeções de acompanhamento. De acordo com o processo de intervenção formal *Every School A Good School*⁽¹⁴¹⁾, as visitas intercalares de acompanhamento e a primeira de, no máximo, duas inspeções de acompanhamento, devem ser concluídas no prazo de 12 a 18 meses após a receção do plano de ação.

Nos casos em que, após duas inspeções, se considera que o desempenho permanece abaixo de satisfatório, o DE reunirá com o ELB/CCMS, ETI e o conselho de administração para debater abordagens alternativas e tomar medidas que incluem várias possibilidades:

- reestruturação da governança, liderança e gestão no seio da escola;
- fusão da escola com outra na área circundante;
- encerramento da escola e reabertura após um período com nova equipa de gestão;
- encerramento da escola e transferência dos alunos para outras escolas adequadas na região.

⁽¹⁴¹⁾ [http://www.deni.gov.uk/index/curriculum-and-learning-new/standards-and-school-improvements/every-school-a-good-school.htm](http://www.deni.gov.uk/index/curriculum-and-learning/new/standards-and-school-improvements/every-school-a-good-school.htm)

Não cabe à Inspeção da Educação e Formação prestar um apoio alargado aos professores e escolas. O apoio às escolas com desempenho insuficiente é prestado principalmente pelo *Curriculum, Advisory and Support Service (CASS)* dos ELBs. Tal apoio pode incluir aconselhamento ao conselho de administração, formação para equipas de gestão/direção e apoio em vários domínios.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

Os resultados da inspeção são apresentados como um nível de desempenho global em relação a cada parâmetro principal. Os resultados dos exames são transmitidos no contexto da avaliação do desempenho e dos níveis de exigência. Para as escolas primárias, os resultados da etapa final deste ciclo são comunicados em termos gerais ou como estando acima ou abaixo das médias nacionais. Os relatórios para o nível secundário (níveis pós-primários) incluem registos históricos dos últimos três anos para os resultados da escola nos exames. Os resultados do *General Certificate of Secondary Education (GCSE)* são comparados com a média nacional para escolas semelhantes na mesma categoria relativamente às refeições escolares gratuitas. O ETI publica todos os relatórios de inspeção das escolas no seu sítio de Internet. A escola e o conselho de administração recebem um exemplar e ficam incumbidos de fornecer aos pais o *link* de Internet para o relatório e de afixar no quadro de avisos da escola a informações sobre quando pode ser consultada uma cópia em papel pelos pais sem acesso a um computador.

Ao formular as políticas educativas, o DE tem em conta os relatórios do ETI. As conclusões da avaliação podem ser utilizadas para informar o relatório bienal do Inspetor Principal sobre o sistema educativo, ou os relatórios temáticos ou compostos do ETI.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Através da regulamentação para a educação de 2010 “Plano de Desenvolvimento Escolar” (*School Development Plans*) (Irlanda do Norte) de 2010, o *Department of Education (DE)* exige que as

escolas realizem a autoavaliação como parte do planeamento do desenvolvimento escolar. O Plano de Desenvolvimento Escolar deve ser revisto no prazo máximo de três anos depois do último plano e nunca depois de seis meses a contar da data de publicação do relatório de uma inspeção escolar. As escolas são encorajadas a disponibilizar informações da sua autoavaliação no início de uma inspeção e o ETI fornece um modelo proforma que as escolas podem utilizar se desejarem. O foco da autoavaliação depende do contexto da escola, por exemplo, a sua dimensão, experiência de autoavaliação ou a recente nomeação do diretor, ou outros fatores, como as áreas de melhoria identificadas durante uma inspeção, os níveis alcançados pelos alunos nas avaliações internas e externas ou os resultados de consultas a alunos, pais e funcionários.

2. Partes envolvidas

A principal responsabilidade da autoavaliação cabe ao diretor e ao conselho de administração. Eles devem selecionar as outras partes interessadas (professores, outros funcionários, pais ou alunos) que participam no processo. A abordagem de cada escola determina se os participantes têm um papel ativo no fornecimento e análise de dados ou se alimentam a avaliação através de debates ou consultas.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas podem optar por utilizar os mesmos quadros da inspeção usados na avaliação externa, seja parcialmente ou criando os seus próprios indicadores de qualidade.

Em 2010, o *Department of Education* emitiu um documento de orientação, distribuído em todas as escolas, destinado a apoiar as escolas nas suas atividades de autoavaliação e planeamento do desenvolvimento ⁽¹⁴²⁾. Todas as escolas recebem anualmente dados de referência enviados pelo *Department of Education* que lhes permite comparar o seu desempenho em avaliações e exames públicos com escolas de características semelhantes, por exemplo quanto ao contexto socioeconómico dos seus alunos, medido em função do direito a refeições escolares gratuitos.

⁽¹⁴²⁾ http://www.deni.gov.uk/sdp_guidance_2010_-_english_published_version_revised.pdf

Este é um elemento do conjunto de dados disponíveis às escolas para apoiar o planeamento da sua melhoria em diversos níveis (aluno, turma, ano de escolaridade, ciclo de ensino e escola). Outros recursos incluem os dados disponíveis através do sistema *eSchools*⁽¹⁴³⁾ e boletins estatísticos do *Department of Education*.

São oferecidos pelo *Curriculum Advice and Support Service* dos ELBs serviços de melhoria às escolas no âmbito da iniciativa *Every School a Good School*. Estes incluem consultores de melhoria da escola, formação no local, em centros de formação ou pela Internet para professores e dirigentes e ainda a oferta de materiais de orientação.

A avaliação é uma das competências exigidas aos professores em todas as fases da sua formação e os cursos dos formadores devem visar o desenvolvimento dessas competências. Os princípios e a prática dos sistemas de garantia de qualidade, incluindo a análise da escola e a autoavaliação, fazem parte das *National Standards for Headteachers*⁽¹⁴⁴⁾ (NI), que sustentam a *Professional Qualification for Headship* (NI). O Centro de Formação Regional (*Regional Training Unit*) realiza cursos de autoavaliação. O DE fornece uma plataforma baseada na Internet, *ESaGS.tv*⁽¹⁴⁵⁾, que partilha ideias e práticas e fornece materiais de apoio num leque de questões.

O ETI publicou um conjunto de materiais, incluindo DVDs, concebidos para auxiliar a autoavaliação a nível da escola e das disciplinas. O *Catholic Council for Maintained Schools* também produziu materiais de orientação.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Os resultados da avaliação escolar alimentam o ciclo de melhoria e planeamento do desenvolvimento da escola. Os ELBs consultam os resultados para informar qualquer apoio de melhoria pós-inspeção que é prestado. Os mesmos resultados fazem parte da base de provas que o ETI utiliza em inspeções.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores e os diretores de escolas são avaliados anualmente no quadro do sistema de avaliação de desempenho e desenvolvimento de pessoal (PRSD). A avaliação ao diretor é conduzida por um mínimo de dois membros do conselho de administração, assistidos por consultores externos. O diretor é responsável pela nomeação dos avaliadores de professores que são, geralmente, pessoal interno.

O *Department of Education* conduz a investigação e a revisão do sistema educativo, cobrindo o conjunto dos *Education and Library Boards* (ELBs). Os inspetores distritais obtêm assim uma visão geral da qualidade em áreas específicas. Os coordenadores regionais lideram equipas de inspetores que trabalham numa determinada área do ELB e obtêm, desse modo, uma visão geral da qualidade da oferta educativa nessa área.

O Inspetor Principal publica um relatório anual que avalia a qualidade da oferta educativa e os resultados a nível nacional.

O *Department of Education* e o *Council for the Curriculum, Examinations and Assessment* lançam estatísticas nacionais agregadas para o desempenho dos alunos nos exames públicos.

Todas as escolas recebem anualmente dados comparativos que lhes permitem comparar o seu desempenho nas avaliações e exames públicos com escolas em circunstâncias semelhantes (em número de matrículas e proporção de alunos com direito à refeição escolar gratuita).

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

⁽¹⁴³⁾ <http://www.eschools.co.uk/>

⁽¹⁴⁴⁾ [http://www.rtuni.org/uploads/docs/21672_National %20Standard.pdf](http://www.rtuni.org/uploads/docs/21672_National%20Standard.pdf)

⁽¹⁴⁵⁾ <http://www.esags.tv/welcome/>

Reino Unido – Escócia

Secção I. Avaliação externa das escolas

Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades a nível central/superior

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

As inspeções escolares são efetuadas pelo *Education Scotland* (ex-HMIE), uma agência executiva governamental dedicada à melhoria da educação.

Os principais objetivos das inspeções são:

- fornecer à comunidade educativa garantia da qualidade da educação dispensada;
- capacitar para a melhoria através do enfoque em procedimentos de autoavaliação das escolas; e
- informar o desenvolvimento político nacional através do aconselhamento apoiado por dados de investigação.

2. Avaliadores

As inspeções escolares são realizadas pelos *Her Majesty's Inspectors*, funcionários públicos ao serviço da *Education Scotland*. As inspeções escolares são conduzidas por um inspetor principal (*managing inspector*) (MI). O pessoal recrutado como *HM Inspectors* deve ser titular de uma licenciatura ou equivalente e ter uma qualificação docente, com experiência profissional comprovada no ensino, e experiência comprovada em funções de liderança (por exemplo, como diretor ou vice diretor de escola ou coordenador de grupo disciplinar). Uma vez nomeados como inspetores, os candidatos aprovados passam por um período de estágio de nove meses, que inclui formação em avaliação e observação de inspeções escolares no terreno.

As equipas de inspeção também incluem *Associate Assessors* (AAs) que são profissionais de alto desempenho (diretores e vice diretores de escolas, ou agentes da autoridade local). Os AAs juntam-se às equipas de inspeção aproximadamente três vezes por ano e o *Education Scotland* compensa as suas entidades empregadoras através do pagamento de uma taxa diária que lhes permite fazê-lo.

A equipa de inspeção também inclui membros leigos numa base voluntária, externos ao setor da educação, selecionados e formados pelo pessoal da *Education Scotland* e que se ocupam das parcerias entre escolas e pais.

3. Quadro de avaliação

Para avaliar as escolas, os inspetores utilizam um quadro comum, "*How good is our school?*"⁽¹⁴⁶⁾, que contém seis áreas chave:

- Quais os resultados atingidos?
- Em que medida respondemos às necessidades da comunidade escolar?
- A educação que ministramos é de qualidade?
- A nossa gestão é de qualidade?
- A nossa liderança é de qualidade?
- Qual a nossa capacidade para melhorar?

Cada área-chave contém vários indicadores de qualidade com exemplos de desempenho, prática e oferta que são descritos como "muito bons" e "fracos". Estes indicadores permitem aos inspetores assinalar cada área-chave numa escala de 6 pontos (variam entre "excelente" e "insatisfatório").

O quadro "*How good is our school?*" é utilizado não só pelos inspetores, mas também por escolas na sua autoavaliação e por autoridades locais no seu esforço para apoiar a autoavaliação escolar. O quadro abrange todos os aspetos do trabalho da escola mas, durante a inspeção, os inspetores centram-se apenas em cinco indicadores de qualidade, que são melhorias no desempenho, experiências dos alunos, satisfação das necessidades de aprendizagem, currículo e melhoria através da autoavaliação.

4. Procedimentos

A partir de 2011/12, a *Education Scotland* passou de um ciclo geracional de inspeção (onde uma escola era inspecionada cada seis a sete anos) para um modelo de amostragem onde ocorrem anualmente cerca de 220 inspeções escolares. Os técnicos de estatística da *Education Scotland* identificam uma amostra estatisticamente válida de escolas a inspecionar dentro do programa anual. A amostra da escola é selecionada com base na sua dimensão, localização em área urbana ou rural, numa área desfavorecida e se a

⁽¹⁴⁶⁾ [How good is our school? \(terceira edição\)](#)

escola é confessional ou não. Além disso, existe a possibilidade de adicionar um pequeno número de escolas à amostra, após discussão com as autoridades locais (por exemplo, escolas conhecidas por terem um desempenho inferior ou escolas onde existe uma prática inovadora).

A semana de inspeção desenrola-se da seguinte forma:

- No primeiro dia, a inspeção começa com uma reunião de enquadramento que se apoia no próprio relatório de autoavaliação da escola e durante a qual o diretor da escola apresenta informações relevantes incluídas no Relatório sobre a Qualidade e os Níveis de Exigência (*Standards and Quality Report*) e no Plano de Melhoria da Escola (*School Improvement Plan*) (ver Secção II). A reunião gira em torno do modo como a autoavaliação conduz à melhoria. O diretor da escola orienta a equipa para uma boa prática. Um representante da autoridade local participa da reunião e apresenta as provas da avaliação da escola pela autoridade local. O membro leigo reúne-se com o presidente da Assembleia de Pais, um grupo de pais e um grupo de crianças/jovens. É apresentada uma síntese para o pessoal da escola que deseja ser informado sobre como a inspeção se irá realizar.
- Durante os três dias que se seguem, os inspetores recolhem provas que lhes permitirão elaborar as suas conclusões. Visitam aulas e observam a aprendizagem e o ensino. Haverá um enfoque na literacia, numeracia, saúde e bem-estar. Reúnem com grupos de alunos e pessoal da escola. Analisam a documentação fornecida pela escola, como as políticas escolares e documentos relacionados com a autoavaliação da escola. Baseiam-se em análises de questionários preenchidos previamente pelo pessoal, pais e alunos e lidam com todos os aspetos da autoavaliação da escola e da opinião das pessoas. Nas escolas secundárias, debatem sobre os dados estatísticos do pessoal, extraídos do *Insight* (ver Secção II.3) e relativos ao desempenho da escola nos exames nacionais. O membro leigo continua a analisar aspetos do trabalho em parceria com os pais. No final do segundo dia, todos os funcionários são convidados a participar num debate profissional.
- Quando os inspetores concluem que têm provas suficientes para realizar as suas avaliações, a equipa de inspeção reúne-se para debater e retirar as conclusões da inspeção. Debatem com o diretor da escola, outros membros da direção e um representante

da autoridade local, as suas conclusões sobre as três questões-chave que são o foco da inspeção (ver Secção I.3). No final da reunião, os inspetores chegam a acordo com o diretor da escola sobre quais são as áreas que contribuem para melhorar a escola. Discutirão todas as atividades de compromisso contínuo suscetíveis de apoiar a escola a progredir. Também podem discutir como acompanhar as práticas inovadoras e/ou eficazes observadas durante a inspeção. Nas escolas primárias, um membro da equipa comenta sobre as principais mensagens emanadas dos resultados da inspeção ao pessoal.

- Antes de ser publicada uma mensagem para os pais no sítio de Internet da *Education Scotland*, a escola, o presidente da Assembleia de Pais e a autoridade local têm a oportunidade de comentar uma versão provisória. As conclusões detalhadas do relatório são partilhadas com a escola, o presidente da Assembleia de Pais e a autoridade local para fins de apoio à melhoria.

5. Resultados

O procedimento de inspeção dá origem a quatro tipos de medidas:

- Na opção “sem vigilância contínua”, a *Education Scotland* está satisfeita com a qualidade geral da oferta e confiante de que os processos de autoavaliação da escola conduzem a melhorias. Consequentemente, não farão mais visitas associadas a esta inspeção. A autoridade local informa os pais sobre o progresso da escola no quadro dos seus mecanismos de comunicação sobre a qualidade dos estabelecimentos de ensino.
- Na opção de “apoio adicional”, a *Education Scotland* está satisfeita com a qualidade geral da oferta e confiante de que a maior parte dos processos de autoavaliação da escola estão a conduzir a melhorias. No entanto, os inspetores consideram que a escola pode beneficiar de algum apoio, o qual pode ser facultado por uma equipa de funcionários da *Education Scotland* (inspetores ou oficiais de educação, em parceria com a autoridade local).
- No caso de um pedido de “inspeção adicional”, a *Education Scotland* acredita que a escola precisa de apoio adicional e de mais tempo para realizar as melhorias necessárias. Um técnico local (*Area Lead Officer*) discute com a autoridade local o apoio mais apropriado para capacitar a escola para a melhoria e mantém contacto

para controlar o progresso. A *Education Scotland* regressa para avaliar os aspetos da oferta e os progressos na melhoria no prazo acordado após a publicação da carta de inspeção. Envia outra carta aos pais explicando em que medida a escola melhorou.

- Caso o procedimento da inspeção identifique uma prática inovadora que merece ser aprofundada, trabalha com a escola e a autoridade educativa para registar a prática e partilhá-la de forma mais ampla.

6. Comunicação dos resultados

Os relatórios de inspeção são publicados por norma pela *Education Scotland*. Duas semanas após a inspeção, a escola recebe um rascunho do relatório no formato de uma carta aos pais. Na mesma altura, a autoridade local e o presidente da Assembleia de Pais recebem uma cópia da carta. O diretor da escola, a autoridade local e o presidente da Assembleia de Pais são convidados a fornecer uma resposta acordada, incluindo comentários ou sugestões de correção, durante a semana seguinte.

A versão final da carta é normalmente publicada no sítio de Internet da *Education Scotland* no prazo de oito semanas úteis após o fim da inspeção. Inclui um *link* para outras provas documentais da inspeção (resultados do pré-questionário, informações sobre o desempenho e avaliações da *Education Scotland* quanto aos cinco indicadores de qualidade de *How good is our school?* selecionados para avaliação externa). Às escolas também é enviado um pequeno número de exemplares em suporte papel da carta e das avaliações para os pais sem acesso à Internet.

Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades locais

As autoridades locais são responsáveis pela avaliação escolar (ver Secção II.1) e têm o dever de se “empenhar por melhorar a qualidade da educação escolar que é proporcionada nas escolas que gerem”⁽¹⁴⁷⁾. As autoridades locais têm plena autonomia para assegurar essas responsabilidades.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Segundo a “abordagem escocesa”, as escolas devem assumir responsabilidade pela qualidade da educação que dispensam e demonstrar que tomam medidas para garantir a melhoria contínua. Uma lei de 2000, *Standards in Scotland's Schools Act*, exige que as escolas públicas produzam um relatório anual de autoavaliação e um plano de melhoria. A autoavaliação e a eficácia do processo de melhoria constituem um dos cinco indicadores de qualidade que são objeto de inspeção externa pela *Education Scotland*.

Na avaliação do seu próprio trabalho, as escolas são apoiadas e desafiadas pelas respetivas autoridades educativas locais. O relatório de autoavaliação e o plano de melhoria elaborado pelas escolas são analisados pelo pessoal da autoridade local que precisa de garantias de que as escolas continuam a melhorar. As escolas que necessitam de apoio adicional para melhorar trabalham em estreita colaboração com o pessoal da autoridade local.

Os três atores (escolas, autoridades locais e inspetores) utilizam os mesmos critérios partilhados para identificar pontos fortes e áreas para melhoria, enumerados no quadro, “*How good is our school?*”⁽¹⁴⁸⁾.

2. Partes envolvidas

O quadro de referência para a avaliação externa e interna das escolas (*How good is our school?*) destaca a importância de envolver o pessoal (de todos os níveis), alunos, pais e parceiros da comunidade escolar na avaliação da qualidade do trabalho da escola, de maneira aberta e rigorosa.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Todas as escolas na Escócia utilizam o quadro *How good is our school?* na sua autoavaliação, que é o mesmo quadro usado pela *Education Scotland* e pelas autoridades locais. Não se trata de um requisito legal ou “obrigatório”, mas é adotado por consenso nacional.

⁽¹⁴⁷⁾ [Standards in Scotland's Schools Act 2000](#).

⁽¹⁴⁸⁾ [How good is our school? \(terceira edição\)](#)

Até 2014, as escolas secundárias têm sido capazes de utilizar os dados nacionais dos STACS (*Standard Tables and Charts*)⁽¹⁴⁹⁾ coligidos por técnicos de estatística do Governo escocês. O sítio de Internet fornece uma análise dos dados relativos aos exames nacionais que as autoridades locais e as escolas usam para comparar o desempenho: entre diferentes disciplinas lecionadas nas escolas; entre escolas tuteladas pela mesma autoridade local; a nível nacional e com um grupo de escolas selecionadas. Em agosto de 2014, o STACS foi substituído pelo novo sistema *Insight*⁽¹⁵⁰⁾, que apoia as escolas na avaliação do desempenho e no planeamento da melhoria de outras formas. O *Insight* fornece mais informação sobre os resultados educativos, incluindo percursos pós-escolares e o rendimento no final da escolaridade. As escolas ficam aptas a avaliar o seu desempenho a nível da sua autoridade local, a nível nacional e em relação a outras escolas com características semelhantes em termos de população discente.

Algumas autoridades locais envolvem consultores independentes que ajudam a analisar os dados, ou para outros aspetos da autoavaliação. Outras envolvem os seus professores em “avaliações de pares” de outras escolas. Todas as autoridades locais contam com técnicos de melhoria da qualidade (*Quality Improvement Officers*) ou pessoal equivalente que apoia as escolas.

Em todo o país, as autoridades locais e as escolas propõem diferentes abordagens à formação de professores em todos os níveis da autoavaliação. Há uma série de recursos no sítio de Internet da *Education Scotland* para facilitar este processo, e as autoridades locais baseiam-se neles e também no seu próprio conhecimento e recursos. Além disso, a formação em autoavaliação faz parte da formação inicial de professores⁽¹⁵¹⁾. O órgão de inspeção, *Education Scotland*, fornece um leque de recursos *online*⁽¹⁵²⁾ para apoiar a autoavaliação a nível da autoridade local e da escola, incluindo seminários pontuais *online*.

4. Utilização dos resultados

A legislação em vigor prevê que as autoridades locais apoiem as suas escolas na utilização dos resultados e conclusões da autoavaliação para produzir um relatório anual sobre as normas e a qualidade do seu trabalho e planejar melhorias.

A *Education Scotland* utiliza a autoavaliação da escola como ponto de partida das suas inspeções.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Os professores e diretores de escolas são avaliados pela autoridade local através do processo de revisão e desenvolvimento profissional (*professional review and development* (PRD)). Cada autoridade local tem a sua própria abordagem ao PRD, baseada nas normas providenciadas pelo *General Teaching Council Scotland* (GTCS)⁽¹⁵³⁾.

A avaliação da oferta educativa da autoridade local é realizada através do sistema de *Validated self-evaluation* (VSE), processo voluntário que visa apoiar e desafiar o trabalho das autoridades educacionais para melhorar a qualidade da oferta e dos resultados dos alunos. É conduzido pela autoridade educativa local e envolve uma parceria em que a *Education Scotland* trabalha ao lado da autoridade local e aplica os seus conhecimentos de prestação de educação e em matéria de avaliação. O objetivo é apoiar, ampliar e desafiar a própria autoavaliação da autoridade educativa, e assim confirmar (ou não) e reforçar os resultados para os alunos.

A *Education Scotland* publica relatórios “*state of the nation*”⁽¹⁵⁴⁾ a cada três anos, focando a qualidade da educação em todos os setores, com base nas suas próprias inspeções e exames efetuadas durante os três anos em questão.

A *Education Scotland* fornece igualmente os dados de referência que permitem ao Governo escocês monitorizar a qualidade da educação pré-escolar e escolar ao longo do tempo⁽¹⁵⁵⁾.

⁽¹⁴⁹⁾ <https://www.scotxed.net/default.aspx>

⁽¹⁵⁰⁾ <http://www.scotland.gov.uk/Topics/Education/Schools/curriculum/seniorphasebenchmarking>

⁽¹⁵¹⁾ <http://www.gtcs.org.uk/standards/standards-for-registration.aspx>

⁽¹⁵²⁾ <http://www.journeytoexcellence.org.uk/>

⁽¹⁵³⁾ <http://www.gtcs.org.uk/standards/about-the-standards.aspx>

⁽¹⁵⁴⁾ http://www.educationscotland.gov.uk/inspectionandreview/Images/QISE_tcm4-722667.pdf

⁽¹⁵⁵⁾ http://www.educationscotland.gov.uk/inspectionandreview/Images/QIRESI130612_tcm4-722669.pdf

As escolas e autoridades locais podem utilizar os dados relativos aos exames nacionais (ver Secção II.3).

Secção IV. Reformas

Vai ser iniciada a preparação da próxima edição de *How good is our school?*. A natureza das alterações ainda não foi decidida.

Islândia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

O Ministério da Educação, Ciência e Cultura em cooperação com a Associação das Autoridades locais (órgão representativo das autoridades locais do país) é legalmente responsável pela avaliação das “escolas obrigatórias”, ou seja, escolas primárias e do secundário inferior. Devido à pequena dimensão da maioria das autoridades locais, o Ministério realiza inspeções/avaliações conjuntas com autoridades educativas locais (LEAs) nas 74 autoridades locais, exceto na capital Reiquiavique.

A partir de 2012, o Instituto de Avaliação Educacional⁽¹⁵⁶⁾, autoridade pública, foi incumbido de efetuar inspeções/avaliações nas escolas de ensino obrigatório e secundárias da Islândia, em nome do Ministério da Educação, Ciência e Cultura. Este Ministério também organiza inspeções temáticas, assim como a participação em exercícios internacionais para fins comparativos e de investigação.

Nos termos da Lei do Ensino Obrigatório 91/2008⁽¹⁵⁷⁾ a avaliação e controlo da qualidade visam:

- fornecer informações sobre as atividades, resultados e desenvolvimento escolares às autoridades educativas, funcionários da escola, pais e alunos e instituições de ensino que acolhem alunos das ditas escolas (neste caso, escolas secundárias superiores);
- assegurar que as atividades escolares são realizadas de acordo com a lei, os regulamentos e o Guia Curricular Nacional para Escolas Obrigatórias;
- melhorar a qualidade da educação e das atividades escolares e incentivar o trabalho de desenvolvimento;
- Assegurar que os direitos dos alunos são respeitados e que obtêm o serviço a que têm direito em conformidade com a lei.

Segundo a legislação, a avaliação a nível local deve ser efetuada nas escolas pré-primárias, primárias e do secundário inferior. Embora as autoridades educativas locais tenham a responsabilidade formal relativamente a esta avaliação, na prática apenas o município de Reiquiavique avalia as suas escolas de forma independente. Este município possui o seu próprio procedimento de avaliação, bem como um departamento de avaliação separado (Estatísticas e Investigação, Departamento de Educação e Juventude da cidade de Reiquiavique – TOR)⁽¹⁵⁸⁾ e realiza avaliações de escolas obrigatórias desde 2007 com base na legislação atualmente em vigor, em requisitos curriculares nacionais e em políticas das autoridades educacionais locais. O objetivo desta avaliação é monitorizar e melhorar o desempenho escolar. As autarquias efetuam avaliações externas e controlo de qualidade, nos termos da Lei do Ensino Obrigatório 91/2008. Fornecem ao Ministério informações sobre a implementação de atividades escolares pelas escolas, os seus procedimentos de avaliação interna, os seus resultados de avaliação externa e a elaboração de políticas escolares e planos de melhoria.

⁽¹⁵⁶⁾ <http://www.namsmat.is/vefur/>

⁽¹⁵⁷⁾ <http://eng.menntamalaraduneyti.is/media/law-and-regulations/Compulsory-School-Act-No.-91-2008.pdf>

⁽¹⁵⁸⁾ <http://reykjavik.is/heildarmat-grunnskolestarfi>

2. Avaliadores

Os avaliadores que efetuam a avaliação externa para o Ministério da Educação, Ciência e Cultura trabalham em equipas de dois ou três. Cada equipa deve incluir professores com experiência de trabalho no mesmo nível escolar que é objeto de avaliação e ainda pessoas com experiência ou especializadas em investigação e avaliação escolar – seja através de um curso de avaliação escolar de nível universitário ou de um curso especializado em avaliação conduzido pelo Instituto de Avaliação Educacional. Um desses inspetores/avaliadores vem deste instituto e o outro é nomeado pelas autoridades locais.

As equipas são constituídas por inspetores independentes contratados para cada avaliação individual da escola. O Ministério da Educação, Ciência e Cultura estabelece algumas regras para os avaliadores contratados. Durante o período de inspeção, os avaliadores não podem trabalhar em escolas do mesmo nível que estão a inspecionar. Não é necessário ter um curso específico ou formação especializada além da supramencionada e não é iniciada regularmente pelas autoridades de nível superior nenhuma formação ou curso especializado. A formação destes especialistas é esporádica. O curso de formação mais recente, iniciado pelo Instituto de Avaliação Educacional, teve lugar em 2013.

Em Reiquiavique, a avaliação das escolas é realizada por avaliadores com experiência de ensino e investigação e em métodos de investigação (observações, entrevistas e grupos de foco). Os especialistas da divisão de recursos humanos do Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Reiquiavique participam na coleta de informação durante as visitas às escolas, bem como os especialistas da divisão de estatísticas e de investigação.

3. Quadro de avaliação

Para a avaliação conjunta das escolas de ensino obrigatório realizada por equipas das autoridades centrais e das autoridades locais existe um quadro de avaliação da qualidade nas escolas obrigatórias (*Gæðastarf í grunnskólum*)⁽¹⁵⁹⁾ com parâmetros e normas que consistem em três ou quatro indicadores e um plano estruturado de inspeção. Este plano inclui instruções gerais e

ética e princípios orientadores para avaliadores⁽¹⁶⁰⁾, indicadores para orientar os avaliadores e a estrutura geral do relatório de avaliação. O principal quadro consiste em três indicadores principais relacionados com vários aspetos da escolaridade: liderança, ensino e aprendizagem e autoavaliação. Um quarto indicador é selecionado pela autoridade local em cooperação com a escola (pode ser a oferta para crianças com necessidades especiais, clima da escola e outro aspeto de interesse para a escola). Como este último indicador é específico para cada escola, não tem o mesmo estatuto que os outros três. Cada indicador consiste em 6-10 elementos, cada qual com 8-15 aspetos a considerar. As normas para as escolas obrigatórias foram desenvolvidas a partir da legislação e do currículo e o desempenho da escola é medido em relação a estas normas⁽¹⁶¹⁾. Cada aspeto é avaliado numa escala de cinco pontos em que 1 é insatisfatório; 2 é satisfatório em algumas áreas mas com outras áreas importantes abaixo do nível satisfatório; 3 é bom com a maioria das áreas satisfatórias; 4 é muito bom com todas as áreas a atingir os padrões desejados; 5 é atribuído quando a escola revela excelência em algumas áreas.

As principais áreas de foco durante as avaliações são: liderança escolar, processos educativos, resultados, avaliação interna e cumprimento das regulamentações.

O município de Reiquiavique é a única autoridade local que realiza avaliações externas regulares. O Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Reiquiavique está a trabalhar em quadros de avaliação para escolas do ensino obrigatório. Estes quadros são semelhantes ao quadro mencionado para a avaliação conjunta das escolas conduzida por equipas das autoridades locais e centrais. Em Reiquiavique, a gestão de recursos humanos nas escolas também é avaliada.

4. Procedimentos

Não há requisitos legais quanto à frequência das avaliações externas das escolas de ensino obrigatório. O Ministério da Educação, Ciência e Cultura juntamente com os LEAs, realiza avaliações em 10 escolas de ensino obrigatório

⁽¹⁵⁹⁾ http://www.namsmat.is/vefur/ytra_mat_skola/⚡grunnskoli/vidmid_visbendingum.pdf

⁽¹⁶⁰⁾ http://www.namsmat.is/vefur/ytra_mat_skola/⚡grunnskoli/sidareglur_matsadila.pdf

⁽¹⁶¹⁾ http://www.namsmat.is/vefur/ytra_mat_skola/⚡grunnskoli/vidmid_visbendingum.pdf

por ano. As escolas são escolhidas de acordo com o município, para que a avaliação seja distribuída por diferentes autoridades locais. O procedimento típico usado na avaliação externa é a análise de vários documentos e dados das escolas, nomeadamente toda a informação que as escolas são obrigadas a publicar por lei, seja em papel ou na internet. Isto inclui o guia do currículo escolar, o seu plano anual de atividades, os seus resultados de autoavaliação e o seu plano de melhoria. Também são tidos em conta os planos de ação da escola sobre o bem-estar dos alunos, medidas para prevenir o fracasso escolar e ensino de alunos com necessidades especiais. Também é recolhida para as escolas obrigatórias informação sobre o desempenho dos alunos nos exames nacionais normalizados em islandês e matemática em 4º, 7º e 10º anos, e em inglês no 10º ano. Vários outros dados recolhidos através de inquéritos realizados em escolas são igualmente utilizados como parte da análise deste documento, que é elaborado essencialmente antes da visita da escola. Os inquéritos utilizados na avaliação interna das escolas são dirigidos a alunos, pais e/ou professores e podem abordar aspetos como o bem-estar, a gestão ou os hábitos de estudo.

A visita escolar inclui entrevistas, grupos focais e observações em sala de aula em escolas obrigatórias. Dura entre dois e cinco dias de acordo com a dimensão da escola. Nas escolas obrigatórias, pelo menos 70% dos professores são avaliados em situações de sala de aula. Para observações em sala de aula, existe um formulário estruturado.

São conduzidas entrevistas com diretores e outros funcionários do quadro superior da escola. São conduzidas entrevistas em grupo com pessoas selecionadas aleatoriamente entre alunos, pais, professores, outros funcionários das escolas e da direção da escola. As entrevistas focam-se em aspetos mais amplos da escolaridade.

É submetido ao diretor um relatório preliminar para apreciação, de modo a garantir a exatidão da informação incluída.

O Ministério da Educação, Ciência e Cultura acompanha cada avaliação das escolas com uma carta às autoridades escolares solicitando um plano de melhoria obrigatório. O Ministério envia então um novo ofício inquirindo como foi implementada a melhoria da escola nos meses que se seguiram à avaliação.

O Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Reiquiavique avalia sete escolas de ensino obrigatório por ano. Terminam o seu primeiro ciclo de avaliação na primavera de 2014 e começam a nova fase. A este ritmo, as escolas de Reiquiavique terão uma avaliação externa cada seis anos.

Reiquiavique segue, nas suas avaliações externas locais, o mesmo procedimento explicado na secção prévia sobre a avaliação das escolas da responsabilidade das autoridades centrais/superiores.

O município de Reiquiavique também conduz inquéritos aos pais, alunos e pessoal das escolas e reúne informação de escolas para utilizar na avaliação externa.

5. Resultados da avaliação externa

As recomendações para melhoria são publicadas no relatório redigido por avaliadores externos. O Ministério da Educação, Ciência e Cultura solicita um plano escrito de melhoria com base no relatório das autoridades locais e da escola. As conclusões da avaliação externa são objeto de acompanhamento para garantir que houve, de facto, uma melhoria. Com base nas respostas recebidas pela escola e autoridades locais, o Ministério da Educação decide sobre as medidas a tomar. No entanto, não existem disposições legais para a tomada de ações disciplinares contra as escolas.

Não são oferecidos pelo Ministério recursos adicionais ou formação.

As autoridades locais também exigem um plano escrito de melhoria da escola com base nas conclusões e recomendações do relatório de avaliação externa. Mais uma vez, não são instigadas medidas disciplinares a nível das autoridades locais.

Em Reiquiavique, se a divisão de avaliação observa tendências comuns nas suas avaliações externas indicando que muitas escolas necessitam de melhorias numa área específica, fornece um apoio coletivo a todas as escolas afetadas.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

As conclusões sobre cada escola avaliada são publicadas no respetivo relatório escolar no sítio de Internet do Ministério da Educação, Ciência e

Cultura. As escolas também costumam publicar essa informação no seu sítio de Internet, mas não é obrigatório. Os relatórios de avaliação elaborados pelo Instituto de Avaliação Educacional em nome do Ministério sobre escolas de ensino obrigatório também são publicados no sítio do Instituto. Cada relatório de avaliação escolar é enviado para as autoridades escolares nos municípios e um resumo dos resultados é enviado a cada aluno e respetivos pais.

Os resultados da avaliação das escolas de Reiquiavique são publicados sob a forma de um relatório individual no sítio de Internet do Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Reiquiavique. Os relatórios das avaliações realizadas pelo Instituto de Avaliação Educacional em nome do Ministério e outras autoridades locais em escolas de ensino obrigatório são publicados no sítio de Internet do Instituto. As escolas publicam muitas vezes o seu próprio relatório, mas sem obrigatoriedade.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Todas as escolas (educação pré-escolar, ensino obrigatório e secundário) são obrigadas por lei a aplicar métodos de avaliação interna para avaliar o seu trabalho. Este deve ser um processo contínuo com o objetivo principal de melhorar a qualidade interna, mas também é um meio de informar as autoridades educativas. Não existem modelos de relatórios específicos em uso para avaliação interna ou planeamento da melhoria.

As escolas são obrigadas a publicar informações sobre o seu processo de avaliação interna, de acordo com o guia curricular da escola e os planos de melhoria. Os métodos de avaliação interna podem ser objeto de avaliação externa pelo Ministério da Educação, Ciência e Cultura.

2. Partes envolvidas

Por lei, cada escola é obrigada a avaliar sistematicamente os resultados e a qualidade das atividades escolares com a participação ativa do pessoal da escola, alunos e pais, se apropriado. O diretor/reitor é responsável pela garantia de que a avaliação interna é realizada. Para este fim, as escolas são aconselhadas a estabelecer um grupo encarregue do planeamento, execução e comunicação da avaliação interna.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas são livres de usar as ferramentas da sua escolha para a avaliação interna. Esta deve incluir a política e objetivos da escola, uma explicação sobre os meios para alcançar tais objetivos, uma análise dos pontos fortes e pontos fracos do funcionamento da escola e um plano de melhoria. As escolas não são obrigadas a utilizar o mesmo quadro da avaliação externa.

As escolas de ensino obrigatório podem optar por utilizar questionários *online* dirigidos a alunos, pais, professores e outras pessoas, que ajudam as escolas a estabelecer uma comparação com outras escolas relativamente a vários aspetos da oferta. Por exemplo, o bem-estar dos alunos e professores, as atitudes dos alunos em relação às disciplinas, hábitos de estudo, etc. Essas informações são usadas pelas escolas para conduzir a sua avaliação interna. Os resultados dos alunos em exames nacionais são publicados como resultados escolares e podem ser utilizados na avaliação interna e para comparar as escolas.

Algumas autoridades locais apoiam escolas que manifestam dificuldade na avaliação interna. Conselheiros de professores ou outros especialistas em melhoria educacional ao serviço das autoridades educativas locais trabalham com as escolas para melhorar os seus procedimentos de avaliação.

A Associação de Autoridades Locais na Islândia publicou um manual de informação para as autoridades educativas locais com o fim de as ajudar nos seus esforços de apoio à avaliação interna nas escolas (¹⁶²).

Uma equipa de voluntários da Sociedade Islandesa de Avaliação (grupo de pessoas com experiência em avaliação) elaborou um pequeno manual de orientação sobre avaliação interna destinado a ajudar as escolas (¹⁶³).

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

As escolas devem usar os resultados da avaliação interna para produzir um plano de melhoria para o ano seguinte. Devem ainda monitorizar o cumprimento do seu plano. Devem ser feitas

(¹⁶²) <http://www.samband.is/media/mat-og-rannsoknir-a-skolastarfi/Leidbeiningar-og-vidmid-fyrir-efirlit-med-innra-mati-lokaskjal.pdf>

(¹⁶³) <http://netla.hi.is/menntakvika2010/alm/026.pdf>

conexões entre os resultados da avaliação interna e o plano de melhoria da escola.

Os resultados da avaliação interna são utilizados pelas autoridades locais de formas variadas. Reiquiavique e outras autoridades locais seguem os planos de melhoria das suas escolas de ano para ano. O relatório de avaliação interna é de interesse para avaliadores externos. O Ministério pode solicitar informações a qualquer momento relativamente aos sistemas internos de qualidade das escolas. Os relatórios de avaliação interna das escolas devem ser tornados públicos, por exemplo, nos sítios de Internet das escolas.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

Na Islândia, nem professores nem diretores de escolas são avaliados individualmente.

As autoridades locais não são avaliadas regularmente. O Ministério conduz avaliações específicas sobre vários aspetos da escolaridade, como o ensino da leitura em escolas de ensino obrigatório, o apoio das autoridades locais às crianças com necessidades educativas especiais e os esforços das autoridades educativas para melhorar o ambiente da escola e o bem-estar dos alunos.

De três em três anos, o Ministério envia ao Parlamento um relatório sobre a escolaridade obrigatória na Islândia. Os dados são recolhidos a nível superior e local em questões como orçamentos, número e dimensão das escolas, número de alunos, dados demográficos dos alunos e do pessoal, tempo letivo, dias escolares, avaliação, desempenho em exames nacionais, materiais de ensino, inspeção e avaliação, estudos e projetos internacionais que o ministério financia.

O Instituto de Avaliação Educacional publica todos os anos resultados escolares agregados em testes nacionais para islandês e matemática nos 4º, 7º e 10º anos e também para inglês no 10º ano. Estes resultados são confrontados com o guia nacional de currículos. As escolas recebem os resultados de todos os alunos que realizaram os mesmos exames nacionais. Estes são classificados em bruto e medidos em relação ao guia nacional de currículos.

O Ministério da Educação, Ciência e Cultura analisa e divulga informações relativas às atividades escolares obrigatórias com base nas informações fornecidas pelos municípios, bem como os dados que recolhe (ver artigos 37.º e 38.º da Lei do Ensino Obrigatório, 91/2008).

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Antiga República Jugoslava da Macedónia

Secção I. Avaliação externa das escolas

- Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades a nível central/superior
-

1. Objetivos da avaliação e órgãos responsáveis

A Inspeção Pública da Educação (SIE), um órgão do Ministério da Educação e Ciência⁽¹⁶⁴⁾, é a autoridade competente para a avaliação externa das escolas do ensino primário e secundário nos 84 municípios da Antiga República Jugoslava da Macedónia. A SIE efetua **avaliações regulares às escolas** (a cada três anos) e **inspeções ad hoc** em resposta às solicitações escritas de alunos, pais, comissões de pais, pessoal escolar e outros cidadãos. O objetivo da avaliação é aferir a qualidade do processo educativo, assegurar o cumprimento dos níveis de qualidade e o cumprimento pelas escolas da normativa em vigor.

⁽¹⁶⁴⁾ <http://mon.gov.mk/>

2. Avaliadores

Os avaliadores são inspetores escolares – funcionários da Inspeção Pública da Educação do Ministério da Educação e Ciência. Os avaliadores devem possuir qualificações para o ensino e ter pelo menos cinco anos de experiência profissional em escolas ou outros estabelecimentos de ensino. Devem ter frequentado cursos de formação profissional com duração de três a seis meses, organizados por avaliadores experientes da SIE e passar no exame profissional dos avaliadores.

3. Quadro de avaliação

O processo de avaliação é realizado de acordo com a Lei de Inspeção Educacional; o Regulamento sobre Métodos e Procedimentos de Controlo das Inspeções; e o Manual de Avaliação Regular. As normas e instrumentos de avaliação das escolas são definidos em dois documentos:

- Instrumentos para a Fase de Preparação da Avaliação Regular;
- Instrumentos para a Fase de Implementação da Avaliação Regular.

Os Indicadores de Desempenho da Qualidade Escolar são definidos por Indicadores de Desempenho da Qualidade Escolar.

Durante o processo de **avaliação regular**, o avaliador/inspetor avalia e examina 7 domínios, 28 indicadores e 99 parâmetros (a lista de indicadores está sujeita a revisão constante, dependendo das necessidades, prioridades e conclusões do pessoal da SIE). Os padrões para cada parâmetro são definidos no documento *Indicadores para a qualidade do desempenho escolar*. De acordo com as normas, cada parâmetro pode ser classificado como *Muito Bom* ou *Cumprir Parcialmente*. O documento também define que fontes de informação podem ser usadas pelo avaliador na classificação de cada parâmetro. Os sete domínios abrangidos pela avaliação regular são:

- currículo escolar (três indicadores: elaboração de planos e programas pedagógicos, planos e programas de qualidade do ensino, atividades extracurriculares);
- rendimento dos alunos (três indicadores: rendimento do aluno, retenção do aluno, repetição de ano);
- ensino (seis indicadores: planos dos professores, processo de ensino, experiência de aprendizagem dos alunos, satisfação das

necessidades dos alunos, avaliação contínua, comunicação do progresso do aluno);

- apoio aos alunos (quatro indicadores: assistência geral aos alunos, saúde, orientação e aconselhamento escolar, monitorização do progresso dos alunos);
- ambiente escolar (quatro indicadores: clima da escola, promoção do rendimento escolar, igualdade e equidade, parcerias com pais e comunidade locais e mundo empresarial);
- recursos (cinco indicadores: alojamento e instalações, instrumentos usados no processo educativo, afetação de pessoal docente, monitorização das necessidades de desenvolvimento profissional do pessoal docente, operações financeiras da escola);
- gestão, governança e elaboração de políticas (três indicadores: gestão e governança da escola, objetivos e desenvolvimento da política da escola, planeamento do desenvolvimento).

A conformidade da escola com a normativa centra-se em: gestão escolar, processo educativo e uso das TIC, desenvolvimento profissional, atividades extracurriculares e de projeto, programas experimentais, inscrições, registos pedagógicos e documentação e finanças.

As **inspeções ad hoc** só analisam o problema específico ou a atividade especificada no pedido original para a realização de uma avaliação.

4. Procedimentos

Avaliação Regular das Escolas

O Diretor da SIE adota um Programa Anual para o Trabalho da Inspeção Pública de Educação e é responsável pela sua implementação.

As avaliações regulares têm quatro fases: preparação, implementação, notificação e controlo. Durante a fase de preparação, os avaliadores da SIE elaboram uma lista de documentos exigidos à escola em questão e definem os objetivos da avaliação: os documentos examinados podem incluir, por exemplo, o programa de trabalho da escola; o seu relatório anual, calendário escolar; o relatório de avaliação periódica anterior (se existir), o relatório de autoavaliação da escola; o plano de desenvolvimento escolar; atas das reuniões do conselho escolar, de pais e do conselho escolar; análises comparativas das tendências no rendimento escolar dos alunos por género, etnia, estatuto social, disciplinas e qualificações durante

os últimos três a cinco anos; o relatório de avaliação externa dos alunos, etc.

Quinze dias antes da fase de implementação, a escola é informada sobre o processo de avaliação pelo pessoal da SIE. Durante a fase de implementação, a equipa de avaliadores da SIE visita a escola, realiza entrevistas e observações em sala de aula e elabora uma versão preliminar do Relatório de Avaliação. Existem modelos específicos e instruções que os avaliadores usam para reunir as informações relevantes em todas as etapas da avaliação.

A visita escolar dura entre três e cinco dias e a equipa de avaliadores é composta por três inspetores, no mínimo.

São realizadas entrevistas com o diretor da escola, conselho escolar e conselho de pais, comunidade estudantil, pedagogo escolar, psicólogo, bibliotecário e professores. A estrutura e procedimento para as entrevistas são definidos no *Manual de Avaliação Regular: Ferramentas para Entrevistas durante a Avaliação Escolar* (Nº IFI.11-16). Pouco antes das entrevistas, o avaliador fornece ao diretor da escola uma amostra do plano de entrevista, que é então partilhada com todos os entrevistados, exceto os alunos. A agenda descreve a natureza geral das questões, mas não as questões concretas.

Com base nos formulários para a observação em sala de aula, cada avaliador elabora um relatório síntese (Análise Final) da observação em sala de aula, que é posteriormente revisto durante a reunião final da equipa de avaliadores.

Para a elaboração do Relatório de Avaliação, os avaliadores utilizam dados quantitativos, documentação escolar, opiniões e atitudes dos entrevistados, observação do avaliador e conclusões específicas. O relatório é posteriormente alterado no Ministério da Educação e Ciência e finalizado após consulta com a escola. O relatório final é então entregue à direção da escola (fase de notificação).

A monitorização de controlo (fase de controlo) vem no seguimento da avaliação regular (ver Secção II.

A **inspeção *ad hoc*** obedece aos mesmos procedimentos que a avaliação regular. Antes da implementação da inspeção *ad hoc*, o avaliador deve informar o diretor da escola acerca da finalidade da avaliação e pode solicitar uma

declaração e informação adicional por parte do diretor da escola sobre o problema especificado.

5. Resultados da avaliação externa

Após a conclusão da avaliação externa, o avaliador da SIE informa a entidade responsável pela escola (¹⁶⁵) sobre os resultados da avaliação através de uma apresentação das Atas da Avaliação Externa. Se o avaliador identificar eventuais falhas no cumprimento da legislação ou qualquer outra irregularidade que necessite de atenção urgente, apresenta uma decisão de retificação que indica as ações que devem ser tomadas pelo diretor da escola no prazo de oito dias após a receção da decisão.

A escola é obrigada a corrigir quaisquer problemas e a aplicar as recomendações prescritas pelos avaliadores da SIE. No prazo de 15 dias após receber os resultados da avaliação, a escola deve entregar um plano de ação à SIE, que inclui um cronograma e as ações a tomar em relação a cada indicador em questão. A escola é obrigada a implementar o plano de ação no prazo de seis meses. A fase de controlo da avaliação (monitorização de controlo) começa seis meses após a conclusão da fase de notificação, ou seja, no final do período permitido à direção da escola para corrigir quaisquer problemas e implementar as recomendações dos avaliadores.

Os avaliadores devem informar de imediato a entidade responsável pela escola se for necessária uma ação urgente para prevenir uma infração ou se a segurança dos alunos está em perigo. Se tiver sido cometido um crime, o avaliador deve notificar as autoridades competentes. Se o avaliador julgar que um membro do pessoal não impediu o assédio a alunos, cometeu um crime concernente às finanças escolares, induziu os alunos a consumir álcool ou drogas ou distribuiu álcool e drogas entre os alunos, ou tiver ele mesmo consumido álcool e drogas, o avaliador pode propor à escola que esse membro do pessoal seja despedido.

A pedido das escolas, o Departamento de Desenvolvimento Educativo pode fornecer recursos adicionais e formação para melhoria da

(¹⁶⁵) De acordo com as disposições da nova legislação, introduzida como resultado do processo de descentralização em educação, as entidades responsáveis pelas escolas primárias em Skopje são os municípios de Skopje (no total de nove), e a entidade responsável pelas escolas secundárias é a Cidade de Skopje. Para as restantes escolas (primárias e secundárias) no país, a entidade tutelar ou responsável é o Município em que estão situadas.

escola (elaborar o plano de ação e levar a cabo as recomendações da SIE após a autoavaliação das escolas, por exemplo).

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

No final do ano civil, o Diretor da SIE submete ao Ministro da Educação e Ciência e ao Governo um Relatório Anual do Trabalho da Inspeção Pública da Educação. Não existe um modelo prescrito para a elaboração do Relatório Anual. Deve ser tornado público (artigo 15.º da Lei sobre a Inspeção da Educação)⁽¹⁶⁶⁾, cabendo à própria SIE a responsabilidade pela publicação. No entanto, o relatório anual deve conter as seguintes informações:

- avaliação da qualidade e eficácia do processo educativo através da avaliação das escolas;
- classificação geral do nível de cumprimento das leis e regulamentos da escola;
- informações sobre o número de visitas escolares realizadas e as avaliações realizadas;
- informações sobre quaisquer infrações legais ou atos criminosos identificados, bem como a implementação de medidas disciplinares;
- recomendações para a resolução dos problemas identificados;
- outras informações relevantes para o trabalho da Inspeção Pública da Educação.

De acordo com a Lei, todos os relatórios da avaliação regular das escolas primárias e secundárias devem ser disponibilizados ao público. O Manual de Avaliação Regular também estipula a conceção e a estrutura do Relatório de Avaliação. Embora o Relatório de Avaliação se destine principalmente à gestão escolar, deve ser claro e compreensível para outras partes (pais, alunos, pessoal escolar, etc.). A direção da escola é obrigada a informar toda a comunidade educativa sobre os resultados da avaliação.

• Avaliação escolar sob responsabilidade das autoridades locais

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

As autoridades locais são responsáveis pela avaliação externa a nível local das escolas primárias e secundárias nas respetivas áreas. Os nove municípios⁽¹⁶⁷⁾ da cidade de Skopje são responsáveis pela avaliação externa das escolas primárias situadas no seu território administrativo. A autoridade municipal de Skopje é responsável pela avaliação externa das suas escolas secundárias.

O objetivo da avaliação é assegurar o cumprimento das leis e regulamentos relevantes e promover condições ótimas para a implementação de processos educativos nas escolas. Os autarcas também adotam um plano anual de avaliação, inspeção e supervisão das escolas e são responsáveis pela organização e entrega das avaliações planeadas.

2. Avaliadores

Cada município pode nomear, por decisão do Presidente da Câmara, um avaliador externo autorizado (inspetor) que efetua a avaliação externa, inspeção e supervisão das escolas primárias e secundárias no município. No entanto, até agora, de um total de 84 municípios, apenas onze avaliadores/ inspetores foram autorizados por autarcas em todo o território da Antiga República Jugoslava da Macedónia. A razão para este número reduzido de nomeações ou autorizações é a falta de pessoal qualificado. Se o autarca não nomear um avaliador autorizado (inspetor), as respetivas funções são transferidas para os inspetores da Inspeção Pública da Educação.

Os avaliadores autorizados devem possuir qualificações pedagógicas e pelo menos cinco anos de experiência docente em instituições aprovadas pelo Ministério da Educação e Ciência.

⁽¹⁶⁶⁾ No decurso de 2013, o SIE tornou-se um órgão público independente, responsável por disponibilizar ao público todos os documentos relevantes. Está em curso a disponibilização do portal de Internet do SIE.

⁽¹⁶⁷⁾ Centar, Gazi Baba, Aerodrom, Chair, Kisela Voda, Butel, Shuto Orizari, Karposh, Gjorche Petrov.

3. Quadro de avaliação

De acordo com o Artigo 10º da Lei para a Inspeção da Educação⁽¹⁶⁸⁾, os avaliadores municipais autorizados devem utilizar o quadro nacional regular de avaliação. São inspecionadas as seguintes áreas:

- condições e procedimentos de emprego para o pessoal escolar;
- condições de trabalho nas escolas;
- procedimentos de admissão de alunos;
- admissão de alunos em conformidade com as divisões territoriais;
- transporte escolar, bolsas e alojamento para alunos (nos casos em que se aplica);
- procedimentos para nomeação de professores e associados;
- procedimentos para o estabelecimento de órgãos da escola;
- controlo e monitorização dos recursos financeiros adquiridos a partir de fontes e atividades próprias.

4. Procedimentos

Os avaliadores autorizados a nível local podem efetuar avaliações regulares, inspeções *ad hoc* e monitorização de controlo. A frequência da avaliação externa a nível municipal/local depende do plano e dos programas de cada município. Não existe um número prescrito de visitas para avaliações externas a nível local nos regulamentos existentes. Os procedimentos são os mesmos que a SIE utiliza (ver a secção sobre a avaliação escolar da responsabilidade das autoridades centrais) para a análise dos documentos, visita à escola, entrevistas com o pessoal da escola, consulta com a gestão escolar e acompanhamento da avaliação. No entanto, não é feita observação em sala de aula na visita escolar a nível local, nem existem questionários para funcionários, pais ou outras partes interessadas.

Durante o processo de avaliação e monitorização, o avaliador autorizado verifica se as leis e regulamentos relevantes foram cumpridos e indica em que áreas as escolas podem apresentar falhas. O avaliador deve procurar evitar que as escolas continuem com práticas ou procedimentos ilegais e, quando necessário, deve propor procedimentos disciplinares contra funcionários da

escola. Por último, o avaliador deve notificar o município ou o Conselho Municipal de Skopje sobre as conclusões da visita de avaliação, inspeção ou monitorização.

5. Resultados da avaliação externa

Os resultados da avaliação externa a nível local são os mesmos que para o nível central (ver secção I.5 da avaliação sob responsabilidade das autoridades centrais), mas não são fornecidos recursos adicionais ou formação às escolas a nível local.

Os avaliadores autorizados também têm poderes para iniciar medidas disciplinares ou ações legais contra a escola, o diretor da escola ou outro membro do pessoal da escola nos casos em que são identificadas infrações legais ou há suspeitas de ocorrência de ato criminoso.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

O avaliador autorizado (inspetor) submete as atas da avaliação ao Conselho Municipal e ao respetivo diretor escolar.

Os presidentes das autarquias adotam e publicam um Relatório Anual do Trabalho do Avaliador Externo Autorizado, que contém as mesmas informações que o relatório anual elaborado pela SIE (ver Secção I.6 sobre a avaliação externa da responsabilidade das autoridades centrais).

Além disso, os relatórios de avaliação dos municípios são entregues à Inspeção Pública da Educação. Cada município, que nomeou um avaliador autorizado, publica no seu portal de Internet um Relatório Anual do Trabalho do Avaliador Externo Autorizado. O relatório é distribuído às escolas sob a jurisdição de cada município. As escolas são obrigadas a informar as partes interessadas sobre os resultados da avaliação.

⁽¹⁶⁸⁾ http://edulaws.mk/index.php?option=com_content&view=article&id=247&Itemid=175&lang=en

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Nos termos da Lei do Ensino Básico e a Lei do Ensino Secundário, as escolas são obrigadas a efetuar uma avaliação interna de dois em dois anos, seguindo os procedimentos anunciados no Manual de Avaliação Regular, ou seja, que obedecem aos mesmos princípios de avaliação.

O objetivo é preparar a escola para a sua avaliação regular. O relatório da avaliação interna é um dos documentos básicos exigidos pela SIE na fase de preparação da avaliação regular.

2. Partes envolvidas

A avaliação interna deve envolver todos os grupos da escola: pessoal docente, pessoal administrativo, psicólogo, consultor pedagógico, bibliotecário, comunidade de alunos, Conselho de Pais, Conselho de Escola, representantes da comunidade local e empresarial. O diretor da escola é responsável por todo o processo de avaliação interna. Nomeia outras cinco pessoas que irão supervisionar o processo. São criados sete grupos - um para cada área de avaliação. Ao envolver o maior número de pessoas possível, a intenção é produzir um relatório de avaliação interna abrangente, detalhado e credível.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

As escolas são obrigadas a realizar a avaliação de acordo com o Manual de Avaliação Interna que é elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Educativo (BDE) e baseia-se no quadro de avaliação para a avaliação regular, isto é, segue os mesmos princípios. Assim, a avaliação interna abrange as mesmas sete áreas de avaliação (ver secção I.3). As escolas devem fornecer uma descrição do estado atual do progresso em cada área abrangida pelos indicadores.

O BDE é responsável pela monitorização profissional, investigação, melhoria e desenvolvimento do processo educativo na educação pré-escolar, ensino primário e secundário, educação artística, ensino profissional e educação de alunos com necessidades educativas especiais. No que diz respeito à avaliação escolar, o BDE presta apoio consultivo às escolas para melhorar a qualidade da

educação. A pedido da escola, o BDE fornece consultores e formação para pessoal escolar envolvido na avaliação interna.

O Serviço Pedagógico (órgão do Ministério da Educação e Ciência) também presta apoio às escolas, criando modelos de serviços que podem ser desenvolvidos em cooperação com consultores pedagógicos, professores, diretores ou municípios. Assume ainda uma série de outras funções de assessoria e apoio para ajudar a melhorar a qualidade da educação.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Após a conclusão da avaliação interna, as escolas são obrigadas a notificar e informar o Presidente da Câmara Municipal, o Ministério da Educação e Ciência, a Inspeção Pública da Educação (SIE) e o Departamento de Desenvolvimento Educativo (BDE). O relatório da avaliação interna também deve ser disponibilizado ao público. Este relatório é utilizado pela SIE na fase de preparação do processo de avaliação regular e pelo BDE no planeamento e oferta de formação para o pessoal docente da escola em questão. A respetiva comissão escolar responsável pela promoção do professor também utiliza os resultados da avaliação interna na sua tomada de decisão. Os avaliadores autorizados do município solicitam o relatório de avaliação interna da escola para fins de preparação para a avaliação externa local.

As escolas têm plena autonomia no que diz respeito ao uso interno dos resultados.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

A avaliação dos professores e diretores de escola é realizada como parte da avaliação escolar regular. Os avaliadores devem seguir as Orientações para a Avaliação de Professores e ter em conta os resultados dos alunos nos exames nacionais. Os resultados da avaliação regular dos professores, da avaliação interna e dos resultados dos exames nacionais são utilizados pela respetiva comissão escolar para informar o processo de promoção do professor. Além disso, podem ser atribuídos créditos ou penalizações aos professores individuais dependendo do desempenho dos seus alunos.

O acompanhamento ou monitorização do sistema educativo é também da responsabilidade da SIE (Inspeção Pública da Educação). O processo considera a avaliação regular das escolas e comparações entre os resultados das avaliações regulares e das avaliações internas. A qualidade do processo educativo é avaliada através deste acompanhamento: currículo nacional e programas de cada disciplina, rendimento escolar, ensino e aprendizagem, apoio aos alunos, *ethos*, recursos e políticas de gestão da escola. Como resultado desta monitorização, a SIE publica um Relatório sobre a Qualidade do Processo Educacional nas Escolas Primárias e Secundárias, contendo uma descrição do processo de monitorização e recomendações para melhoria.

O Centro Nacional de Exames também é responsável pelo planeamento, organização e implementação dos exames externos nacionais e envia os resultados dos alunos às escolas. O Centro Nacional de Exames fornece os resultados agregados dos alunos a cada escola, juntamente com uma avaliação do desempenho da escola, créditos ou penalizações para os professores.

Secção IV. Reformas

Como parte das atividades na Plataforma sobre Educação e Formação dos Balcãs Ocidentais ⁽¹⁶⁹⁾, as autoridades competentes da Antiga República Jugoslava da Macedónia estão a planear a introdução de medidas para tornar a profissão docente uma profissão regulamentada. As reformas introduzirão igualmente alterações ao regime de educação e formação dos futuros professores e à avaliação e promoção dos professores.

⁽¹⁶⁹⁾ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/western-balkans_en.htm

Noruega

Secção I. Avaliação externa das escolas

Não há uma avaliação externa regular e sistemática das escolas na Noruega. A avaliação externa realizada pelas autoridades centrais centra-se nos prestadores locais (ver Secção III).

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

Todas as escolas são obrigadas a ter o seu próprio plano de avaliação da qualidade. A Lei da Educação estipula que as escolas devem avaliar regularmente em que medida a organização, as instalações e a oferta educativa contribuem para os objetivos de transmissão de conhecimentos anunciados no Programa Nacional. Os diretores das escolas têm a responsabilidade global pelo desenvolvimento das práticas escolares, mantendo-se atualizados com as prioridades nacionais e locais e monitorizando os resultados educativos.

2. Partes envolvidas

As autoridades nacionais recomendam que os líderes escolares, professores, pais e alunos em todas as escolas participem na análise dos resultados de testes, exames e inquéritos a utilizadores.

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

Para incentivar a autoavaliação a nível de escola, a Direção Geral de Educação e Formação fornece um conjunto de dados às escolas. O Portal das Escolas ⁽¹⁷⁰⁾ apresenta dados a nível nacional, regional e local sobre os resultados da aprendizagem (resultados dos testes e dos exames nacionais em competências de base), o ambiente de aprendizagem, recursos e taxas de abandono escolar precoce nas escolas de ensino secundário superior e nas instituições de formação profissional. Os resultados escolares individuais não estão disponíveis no Portal Escolar, mas são enviados ao pessoal da escola pela Direção Geral de Educação e Formação. Esta Direção fornece

⁽¹⁷⁰⁾ www.skoleporten.no

informações sobre o desempenho médio da escola e desvio padrão em relação aos resultados regionais e nacionais. No entanto, os municípios têm a liberdade de implementar políticas locais nesta matéria e dar acesso a outras escolas e/ou aos pais aos resultados agregados dos alunos a nível de cada escola.

O Portal Escolar também apresenta os resultados de um inquérito aos alunos, realizado anualmente em todas as escolas do 7º, 10º e 11º anos. Os indicadores são: bem-estar dos alunos, apoio dos professores, apoio dos pais e desafios académicos. Os resultados são comparados com os resultados nacionais e regionais, mas as escolas não podem ver os resultados de outras escolas.

Para além dos exames e inquéritos nacionais obrigatórios, alguns municípios e condados optam por desenvolver os seus próprios instrumentos de avaliação da qualidade, tais como os testes e inquéritos locais, que são obrigatórios apenas nas suas próprias escolas.

Além dos dados comparativos, a Direção Geral de Educação e Formação também fornece às escolas um manual de reflexão para apoiar a discussão do pessoal a nível local sobre as práticas escolares e os resultados relativos ao ambiente de aprendizagem, resultados da aprendizagem e taxas de abandono escolar precoce (análise de "pontos de vista"). A análise ajuda as escolas a comparar os resultados dos exames, bem como os dados do inquérito aos alunos e exames nacionais com a sua própria avaliação da prática da escola.

A nível regional e local, foi desenvolvido um sistema de "avaliação" externa que ajuda as escolas na autoavaliação. O papel de avaliador externo não consiste em supervisionar as escolas, mas sim agir como um "amigo crítico" no seu trabalho de desenvolvimento. Por exemplo, representantes do departamento local de educação organizam reuniões com representantes do pessoal escolar para debater um conjunto de questões-chave derivadas dos resultados escolares em exames e testes e, posteriormente, acordar um plano de ação. Algumas regiões estabelecem grupos de avaliação externa que trabalham ao longo das fronteiras municipais. O principal objetivo é ajudar na avaliação e desenvolvimento da qualidade da educação, fornecendo uma visão externa. O grupo de avaliação é composto por educadores de vários

municípios que trabalham como professores, líderes escolares ou com a Inspeção nacional. Em alguns municípios também convidam consultores do setor privado.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

Os resultados das avaliações internas são utilizados tanto pelas escolas como pelas autoridades locais como base para o planeamento da melhoria da qualidade das escolas. Mais especificamente, as autoridades locais usam os resultados da avaliação interna no seu relatório anual sobre o estado da aprendizagem nas suas escolas (ver Secção III). Não há consequências para as escolas com resultados maus, embora algumas possam receber apoio ou orientação da autoridade local ou das autoridades nacionais.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

O objetivo da inspeção nacional, estabelecida em 2006, é assegurar o cumprimento das atividades dos prestadores de educação com a legislação em matéria de educação. A inspeção é iniciada pela Direção Geral de Educação e Formação, em nome do Ministério da Educação e Investigação. A Direção Geral de Educação e Formação estabelece o foco anual da inspeção. Os inspetores nos departamentos dos governadores dos condados (representantes regionais das autoridades centrais) são responsáveis pela realização das inspeções aos prestadores de educação (condados, municípios e prestadores privados de educação). Desde 2009 que os inspetores têm também a tarefa de assegurar que os prestadores de serviços escolares (isto é, os municípios para os níveis primário e secundário inferior) dispõem de um sistema de qualidade eficaz e podem alterar as suas práticas caso sejam identificadas deficiências ou infrações. Em particular, os inspetores verificam se os poderes de tutela das escolas cumprem as suas obrigações legais de garantir que as crianças e os jovens têm o mesmo direito à educação, independentemente do sexo, contexto social e cultural, local de residência ou quaisquer necessidades especiais.

A Direção Geral de Educação e Formação determina os domínios e indicadores que serão objeto de inspeção para o ano em questão. As

questões são escolhidas a partir de análises de risco efetuadas com base em dados de estudos internacionais, estatísticas, testes, resultados de exames nacionais, inquéritos aos utilizadores e questionários.

Quando é decidida a temática em foco para um período de inspeção, são desenvolvidas questões de controlo com base nas disposições da Lei de Educação e outros documentos legais. A Direção Geral desenvolve indicadores de qualidade e orientações para a auditoria.

A Direção Geral de Educação e Formação procura sempre certificar-se que cada escola/município inspecionado é avaliado em função dos mesmos critérios e cumpre com esses critérios. Para conseguir isso, deve ser usado em todas as inspeções o manual comum de métodos de inspeção.

Além das inspeções previstas pelas autoridades nacionais, os governadores de condado também podem iniciar inspeções nas suas próprias áreas, com base na própria análise de necessidades do governador do condado, mas deve ser realizada de acordo com os princípios estabelecidos no manual comum de métodos de inspeção. Cerca de metade das inspeções instigadas pelos governadores de condado são dedicadas a questões de importância local.

Todos os anos, é selecionada para avaliação uma amostra de escolas e municípios. Para garantir que as inspeções incidem sobre as áreas mais significativas, tanto a Direção Geral como os governadores de condado realizam análises de risco. Estas análises levam em conta diversas fontes de informação. Por exemplo:

- queixas graves a respeito da escola/ município;
- cobertura dos meios de comunicação social;
- notas nos exames nacionais e resultados de inquéritos nacionais/loais;
- outro conhecimento local da escola/ município.

Os inspetores centram-se principalmente nos poderes de tutela das escolas. Não visitam as salas de aula. As escolas são envolvidas através de entrevistas com pessoal-chave. Um dos principais focos da avaliação externa é verificar a eficácia da comunicação entre autoridades locais e diretores de escola.

Se for descoberta ou informada uma infração, os inspetores informam o poder de tutela da escola por meio de um relatório de inspeção e solicitam-lhe e à própria escola a correção do problema. No

caso de incumprimento da legislação, os inspetores fazem um acompanhamento para garantir que as mudanças necessárias são implementadas e que a escola cumpre todas as normas.

A Direção Geral é responsável por fornecer um relatório de síntese ao Ministério da Educação. Trata-se de uma visão geral das conclusões de todos os relatórios de inspeção dos governadores de condado do ano anterior.

Os relatórios de inspeção são publicados.

A Noruega introduziu uma nova abordagem às inspeções em 2014, que combina orientação e inspeção. A intenção é melhorar as escolas e entendimento dos seus prestadores quanto à forma de cumprir melhor os regulamentos. Antes de cada inspeção, o município e os líderes escolares recebem materiais de orientação relevantes, são convidados para as reuniões sobre o tema da inspeção e recebem um esquema de autoavaliação para se prepararem para a inspeção. Após a inspeção, é oferecida mais orientação através de conferências baseadas em experiências de inspeção.

As autoridades nacionais realizam o acompanhamento do sistema educativo como um todo, recolhendo informações sobre escolas de diferentes fontes, tais como estatísticas públicas, resultados de testes, exames nacionais obrigatórios e inquéritos aos utilizadores. As autoridades nacionais desenvolvem os exames nacionais anuais sobre competências básicas.

Os resultados dos alunos nos testes e exames nacionais são apresentados na escola e estão disponíveis a nível do município, concelho e nacional (ver Secção II.3).

A Noruega participa em diversos estudos internacionais comparativos, incluindo o PISA, TALIS, (OCDE) e TIMSS, PIRLS, ICCS, ICILS, TEDS-M e TIMSS Avançado (IEA).

Os municípios são responsáveis por assegurar a qualidade do ensino nas escolas primárias e secundárias. As autoridades nacionais exigem que todos os prestadores (isto é, municípios das escolas primárias e secundárias e os municípios do ensino secundário superior) possuam sistemas adequados de avaliação da qualidade, o que implica a elaboração de procedimentos de avaliação e de acompanhamento dos resultados escolares. A partir de 2009, os prestadores de escolas locais passaram a ser obrigados a

produzir um relatório anual sobre o estado da aprendizagem nas suas escolas e a apresentá-lo aos políticos locais que o utilizam como base para os seus debates sobre educação e melhoria da qualidade nas escolas. O relatório deve conter informações sobre os indicadores relativos ao ambiente de aprendizagem, resultados da aprendizagem e abandono escolar precoce no ensino secundário e na formação profissional. Os poderes de tutela das escolas podem adicionar outros indicadores relevantes para o contexto local.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

Turquia

Secção I. Avaliação externa das escolas

1. Objetivos da avaliação externa e órgãos responsáveis

A Direção Geral de Orientação e de Controlo do Ministério da Educação Nacional⁽¹⁷¹⁾ (MoNE) assume a responsabilidade geral pela avaliação externa das escolas. Cria regras e orientações para a supervisão das escolas e assegura que estas são aplicadas. Para assegurar a consistência na aplicação das normas entre as diferentes cidades, a Direção Geral facilita a coordenação de Unidades Provinciais de Inspectores de Educação.

A Direção Geral de Orientação e de Controlo prepara um programa de trabalho trienal e um plano de atividades anual, tendo em consideração o Plano Estratégico⁽¹⁷²⁾ do MoNE. Este programa é aprovado pelo MoNE. O programa de trabalho é revisto todos os anos em linha com os resultados de avaliação. As Unidades Provinciais de Inspectores de Educação produzem planos anuais em consonância com o programa de trabalho

trienal e enviam-no ao governador para aprovação 15 dias antes do início do ano letivo.

As Unidades Provinciais de Inspectores de Educação que funcionam sob a tutela das Direções Provinciais de Educação são responsáveis pela avaliação das escolas e são oficialmente responsáveis pela avaliação externa. Há um programa trienal de orientação e supervisão.

O principal objetivo da avaliação externa é verificar a conformidade das escolas com a legislação existente e fornecer orientações para a melhoria. Os inspetores procuram identificar problemas, propor soluções adequadas, melhorar as práticas, melhorar o desempenho e a qualidade, permitir às escolas utilizar melhor os recursos públicos e ajudar o pessoal escolar a cumprir estes objetivos.

2. Avaliadores

A avaliação externa é efetuada por inspetores de educação que são funcionários públicos empregados pelas Unidades Provinciais de Inspectores de Educação. Os Inspectores Prospetivos devem ser aprovados num concurso de dois níveis, composto por um exame escrito e oral administrado pelo Ministério da Educação Nacional. Para ser admitido neste concurso, o candidato deve possuir um grau de licenciatura de quatro anos numa das áreas relevantes, conforme especificado no guia de exames (por exemplo, educação, ciência e literatura, direito, ciências políticas, ciências económicas e administrativas, etc.) e ter menos de trinta e cinco anos. Há duas vias possíveis para se ser inspetor de educação: oito anos de experiência de ensino no Ministério; ou por candidatura direta, tendo previamente obtido uma pontuação mínima especificada no Exame de Seleção de Funcionários Públicos.

Os candidatos aprovados no concurso (exame escrito e exame teórico) são nomeados como inspetores assistentes cuja formação leva três anos. O programa de formação de três anos inclui três fases: formação básica, formação teórica e um último ano de formação em contexto de trabalho. É essencial que os inspetores assistentes trabalhem com inspetores-mentores em questões como a orientação, supervisão, exame e investigação. É realizado um exame de proficiência em data fixada pela comissão de exames. Os examinandos que obtêm 70% ou mais são considerados bem-sucedidos. Os inspetores

⁽¹⁷¹⁾ <http://www.meb.gov.tr/english/indexeng.htm>

⁽¹⁷²⁾ O plano anual de atividades estabelece as atividades de avaliação a efetuar no curso desse ano, enquanto o plano estratégico é o principal documento de política educativa do MoNE em termos de metas educativas e atividades para atingir essas metas ao longo de quatro anos.

assistentes bem-sucedidos são designados como inspetores de educação.

Em harmonia com os princípios do Ministério especificados na legislação relevante, os inspetores podem realizar formação em serviço para atualizar ou desenvolver os seus conhecimentos profissionais. Se necessário, os inspetores que trabalham nas províncias podem ser nomeados para a Direção Geral de Orientação e Controlo. Dado que os inspetores de educação nomeados para esta Direção são selecionados entre os que trabalham nas Unidades Provinciais de Inspetores de Educação, as qualidades e experiências destes dois grupos são semelhantes.

3. Quadro de avaliação

Os inspetores realizam as suas atividades de avaliação escolar seguindo as “Diretrizes para a Orientação e Supervisão das Escolas” elaboradas pela Direção Geral de Orientação e Controlo para os diferentes tipos de escolas e níveis de ensino. Os inspetores são obrigados a identificar, examinar e avaliar informações e documentos fiáveis para atingir os objetivos da auditoria. Os princípios e diretrizes de supervisão moldam os métodos de trabalho dos inspetores, mas não limitam a sua capacidade de supervisionar e não constituem um obstáculo ao desenvolvimento da prática de auditoria. As “Diretrizes para a Orientação e Supervisão das Escolas” servem como quadro conceptual para as áreas a abordar durante as inspeções. O quadro inclui cinco áreas principais a avaliar: (1) atividades de educação e formação, (2) atividades de gestão, (3) processos financeiros, (4) processos de monitorização e avaliação e (5) avaliação da gestão escolar. Cada domínio é subdividido em várias áreas. Por exemplo, na área de “educação e formação”, são avaliados processos educativos como a preparação, medição e avaliação, atividades de orientação, atividades sociais, a condição física da escola e os resultados dos alunos. A área dos “processos financeiros” trata da utilização eficaz e eficiente dos recursos financeiros; e a área de “monitorização e avaliação” avalia em que medida a escola implementou as sugestões feitas na inspeção anterior, ou seja, as medidas de melhoria adotadas pela escola.

Na avaliação das escolas, é essencial combinar as tarefas de prevenção da corrupção e fraude com o desenvolvimento educativo e *mentoring*. É enfatizada a análise de processos e os resultados

educativos de acordo com a legislação, bem como as metas e objetivos predeterminados. O foco principal da avaliação escolar é o cumprimento das regulamentações das escolas nas áreas mencionadas acima.

4. Procedimentos

As avaliações escolares são feitas a cada três anos. Ao avaliar as escolas, os processos de recolha, análise e interpretação de dados são coordenados pela Direção Geral de Orientação e Controlo do MoNE e conduzidos pelos inspetores das Unidades Provinciais de Inspetores de Educação.

Nas avaliações às escolas, o inspetor realiza uma investigação prévia, reunindo todas as informações necessárias antes da orientação e auditoria. Os documentos examinados incluem legislação, planos estratégicos, normas de qualidade e principais documentos da política escolar. Este último grupo pode incluir relatórios sobre auditorias anteriores, informações sobre o pessoal da escola, ou seja, contratos de trabalho, descrições de cargos, qualificações, procedimentos disciplinares do pessoal, etc.

A análise do material recolhido na fase de planeamento determina o foco da visita de orientação e supervisão à escola. Nessa fase, são identificadas as áreas problemáticas potenciais e colocadas em ordem de prioridade de acordo com seu nível de impacto.

A visita de avaliação externa dura, no máximo, três dias. Durante a avaliação, além da análise dos documentos administrativos da escola, são realizadas observações em sala de aula e entrevistas com o pessoal da escola, e ainda com pais e alunos no conselho da escola. Antes de o relatório ser elaborado pelos inspetores, é realizada uma reunião com a direção da escola e os professores para partilhar os resultados da avaliação externa e receber *feedback*. No final da avaliação, é apresentado à administração da escola um relatório. Em contrapartida, a direção da escola elabora um “plano de desenvolvimento escolar” com base nos resultados da avaliação no prazo de um mês a contar da avaliação. A implementação deste plano pela escola é controlada por inspetores de educação. Desta forma, os inspetores apoiam a administração da escola e os professores na criação de soluções de melhoria do desempenho escolar. Os inspetores

devem confirmar as suas conclusões com provas suficientes.

5. Resultados da avaliação externa

No prazo de um mês a contar da receção do relatório de orientação e da supervisão (avaliação), as escolas devem preparar um Plano de Desenvolvimento Escolar de acordo com as conclusões e recomendações (problemas e soluções) e enviá-lo à Unidade Provincial de Inspectores Educacionais, um órgão provincial do ministério. As práticas escolares especificadas no plano são monitorizadas e avaliadas pela Unidade. A supervisão e avaliação também podem ser efetuadas como novas tarefas de orientação e supervisão. A Direção Geral de Orientação e Controlo atua como órgão de coordenação em todo o país para a monitorização pós-avaliação.

6. Comunicação dos resultados da avaliação externa

No final da avaliação, é apresentado à escola e à Unidade de Inspectores de Educação Provincial um relatório elaborado pelos inspetores. Um relatório de síntese que cobre os dados de todas as avaliações realizadas a nível provincial é apresentado à Direção Geral de Orientação e Controlo do Ministério. Os resultados da avaliação não são partilhados com quaisquer órgãos externos ao Ministério.

Secção II. Avaliação interna das escolas

1. Estatuto e objetivos

A autoavaliação é efetuada no âmbito da "Diretiva sobre o Sistema de Gestão da Qualidade do Ministério da Educação Nacional". De acordo com esta diretiva, em vigor em novembro de 1999 e revista em janeiro de 2014, a autoavaliação torna-se obrigatória para as escolas. A autoavaliação é feita anualmente dentro do Sistema de Gestão da Qualidade da Educação em todos os tipos de instituições de ensino que operam sob o MoNE. As instituições efetuam regular e sistematicamente as suas autoavaliações, reportando as atividades de revisão e melhoria segundo critérios específicos. O principal objetivo da autoavaliação é estabelecer o sistema de gestão da qualidade nas escolas.

Os procedimentos de elaboração de relatórios diferem em função do tipo de escola e são fornecidos modelos com os critérios relevantes.

2. Partes envolvidas

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade na Educação, a autoavaliação é realizada segundo o programa anunciado pelo MoNE. Uma equipa de autoavaliação é criada em cada escola, composta pelo diretor, outros administradores escolares, professores, alunos, pais e outras partes interessadas (isto é, membros da associação de escola-pais ou membros da comunidade empresarial local).

3. Instrumentos de avaliação e medidas de apoio

No âmbito da "Diretiva sobre o Sistema de Gestão da Qualidade do Ministério da Educação Nacional" a avaliação centra-se nas seguintes áreas:

- liderança;
- plano de desenvolvimento da escola;
- gestão de recursos humanos;
- cooperação e gestão de outros recursos;
- gestão de processos;
- níveis de satisfação;
- resultados de desempenho;
- resultados financeiros.

Fiabilidade, objetividade e transparência são essenciais no processo de avaliação.

4. Utilização dos resultados da avaliação interna

As escolas identificam áreas de melhoria através do processo de autoavaliação; em seguida, planificam e subsequentemente implementam as mudanças necessárias. Além disso, asseguram a continuidade no processo através da observação e avaliação das suas práticas.

Os relatórios de autoavaliação das escolas são avaliados inicialmente pelos conselhos distritais de qualidade e depois pelos conselhos provinciais de qualidade. Os melhores relatórios em cada categoria são enviados ao MoNE. Assim, as instituições mais bem-sucedidas do país são identificadas em resultado dos relatórios de avaliação e visitas no terreno e são compensadas com prémios de qualidade (ver infra). Além disso, as melhores práticas são partilhadas em reuniões

organizadas pelo MoNE com a participação de escolas, diretores e pessoal do MoNE, bem como direções de educação das províncias e distritos, membros do parlamento e imprensa.

São atribuídos dois prémios de qualidade em duas categorias básicas chamadas "Instituição de Qualidade do Ano" e "Equipa de Qualidade do Ano". Existem quatro subcategorias de prémios: "Escola Primária do Ano", "Escola Secundária Geral do Ano", "Escola de Ensino Técnico e Profissional do Ano" e "Instituição Não-Estudantil do Ano".

O objetivo destes prémios é estabelecer um sistema de gestão da qualidade na educação em escolas que pertencem aos poderes centrais, provinciais e estrangeiros e premiar os estabelecimentos e equipas mais eficazes.

Secção III. Outras abordagens à garantia da qualidade

A avaliação individual do professor é realizada somente em caso de queixa contra um professor. Além disso, de acordo com o Regulamento das Instituições de Ensino Secundário, os diretores das escolas devem observar os professores em sala de aula uma vez por semestre. No entanto, esta visita a turmas é feita para fins de orientação, e não de avaliação do professor.

Em março de 2014 foi introduzido um sistema de avaliação de desempenho para os diretores de escolas. Segundo este sistema, os diretores de escola são nomeados por um período de quatro anos. No final deste período, são sujeitos a uma avaliação conduzida por vários atores, incluindo o presidente do conselho de estudantes; o presidente e vice-presidente da associação escola-pais; dois professores eleitos pelo conselho de professores, o professor mais antigo e experiente; o gestor de unidade da Direção Provincial de Educação responsável pela escola; o gestor de unidade da Direção Provincial de Educação responsável pelos recursos humanos; e o chefe da Direção Provincial/Distrital de Educação. É utilizado um formulário de avaliação normalizado. Os diretores de escola que obtiverem um mínimo de 75% na avaliação são nomeados por novo período de quatro anos.

Os resultados agregados dos alunos nos exames nacionais não são diretamente entregues ao pessoal escolar pelo MoNE. No entanto, os resultados individuais dos alunos podem ser consultados *on-line* pelo pessoal da escola. As escolas fazem normalmente a sua própria análise global do seu desempenho.

Secção IV. Reformas

Sem reformas planeadas.

AGRADECIMENTOS

AGÊNCIA DE EXECUÇÃO RELATIVA À EDUCAÇÃO, AO AUDIOVISUAL E À CULTURA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE JUVENTUDE

Avenue du Bourget 1 (BOU2)
B-1049 Brussels
(<http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>)

Coordenador de Edição

Arlette Delhaxhe

Autores

Isabelle De Coster (coordenação), Peter Birch, Sylwia Czort,
com o contributo de Orla Colclough

Paginação e Gráficos

Patrice Brel

Coordenação da Produção

Gisèle De Lel

UNIDADES NACIONAIS DE EURYDICE

ÁUSTRIA

Eurydice-Informationsstelle
Bundesministerium für Bildung und Frauen
Abt. IA/1b
Minoritenplatz 5
1014 Wien
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

BÉLGICA

Unité Eurydice de la Fédération Wallonie-Bruxelles
Ministère de la Fédération Wallonie-Bruxelles
Direction des relations internationales
Boulevard Léopold II, 44 – Bureau 6A/012
1080 Bruxelles
Contribuição da Unidade:

Eurydice Vlaanderen
Departement Onderwijs en Vorming/
Afdeling Strategische Beleidsondersteuning
Hendrik Consciencegebouw
Koning Albert II-laan 15
1210 Brussel
Contribuição da Unidade: peritos do Departamento de Educação e Formação: Katrijn Ballet, Ann Dejaeghere, Kristof Veekmans; perito da Inspeção-Geral: Leen Helsen; coordenação da Unidade flamenga da Eurydice: Eline De Ridder

Eurydice-Informationsstelle der Deutschsprachigen
Gemeinschaft
Autonome Hochschule in der DG
Monschauer Strasse 57
4700 Eupen
Contribuição da Unidade: Stéphanie Nix;
peritos: Isabelle Müllender e Sabine Schieren

BÓSNIA E HERZEGOVINA

Ministérios dos Assuntos Cívicos
Departamento de Educação
Milijana Lale
B&H 1
71000 Sarajevo

BULGÁRIA

Unidade Eurydice
Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Unidade de Investigação Educativa e Planeamento
15, Graf Ignatiev Str.
1000 Sofia
Contribuição da Unidade: Mariana Nesheva

CROÁCIA

Ministarstvo znanosti, obrazovanja i sporta
Donje Svetice 38
10000 Zagreb
Contribuição da Unidade: Duje Bonacci

CHIPRE

Unidade Eurydice
Ministério da Educação e Cultura
Kimonos e Thoukydidou
1434 Nicosia
Contribuição da Unidade: Christiana Haperi;
peritos: Yiannis Ioannou (Diretor do Ensino Secundário Geral,
Ministério da Educação e Cultura); Panayiotis Kyrou (Diretor
do Ensino Primário, Ministério da Educação e Cultura)

REPÚBLICA CHECA

Unidade Eurydice
Centro de Cooperação Internacional em Educação
Dům zahraniční spolupráce

Na Poříčí 1035/4
110 00 Praha 1
Contribuição da Unidade: Petra Prchlíková, Radka
Topinková, Petr Drábek

DINAMARCA

Unidade Eurydice
Agência do Ensino Superior
Bredgade 43
1260 København K
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta com a
Agência Nacional para a Qualidade e Supervisão, Ministério
da Educação dinamarquês

ESTÓNIA

Unidade Eurydice
Departamento de Análise
Ministério da Educação e Investigação
Munga 18
50088 Tartu
Contribuição da Unidade: Kersti Kaldma (coordenação);
peritos: Maie Kitsing e Hille Voolaid (Ministério da Educação
e Investigação)

FINLÂNDIA

Unidade Eurydice
Conselho Nacional de Educação da Finlândia
P.O. Box 380
00531 Helsinki
Contribuição da Unidade: Hanna Laakso e Petra Packalen,
em cooperação com o Centro de Avaliação da Educação da
Finlândia e o Ministério da Educação e Cultura

ANTIGA REPÚBLICA JUGOSLAVA DA MACEDÓNIA

Agência Nacional para os Programas Educativos e
Mobilidade Europeus
Porta Bunjakovec 2A-1
1000 Skopje
Contribuição da Unidade: Dejan Zlatkovski e Darko Dimitrov

FRANÇA

Unité française d'Eurydice
Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enseignement
supérieur et de la Recherche
Direction de l'évaluation, de la prospective et de la
performance
Mission aux relations européennes et internationales
61-65, rue Dutot
75732 Paris Cedex 15
Contribuição da Unidade: peritos: Philippe Claus e Didier Vin-
Datiche (Inspetor Geral da Educação Nacional)

ALEMANHA

Eurydice-Informationsstelle des Bundes
Agência da EU do Ministério da Educação e Investigação
alemão
Rosa-Luxemburg-Str.2
10178 Berlin

Eurydice-Informationsstelle der Länder im Sekretariat der
Kultusministerkonferenz
Graurheindorfer Straße 157
53117 Bonn
Contribuição da Unidade: Thomas Eckhardt, Werner Klein
(perito) e Brigitte Lohmar

GRÉCIA

Unidade Eurydice
Ministério da Educação e Assuntos Religiosos
Direção para os Assuntos da União Europeia
37 Andrea Papandreou Str. (Office 2172)
15180 Maroussi (Attiki)
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

HUNGRIA

Unidade Nacional Eurydice
 Instituto de Investigação Educacional e Desenvolvimento
 Szalay u. 10-14
 1055 Budapest
 Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

ISLÂNDIA

Unidade Eurydice
 Education Testing Institute
 Borgartúni 7a
 105 Reykjavik
 Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

IRLANDA

Eurydice Unit
 Department of Education and Skills
 International Section
 Marlborough Street
 Dublin 1
 Contribuição da Unidade: Suzanne Dillon (Assistant Chief Inspector, Department of Education & Skills)

ITÁLIA

Unità italiana di Eurydice
 Istituto Nazionale di Documentazione, Innovazione e Ricerca Educativa (INDIRE)
 Agenzia Erasmus+
 Via C. Lombroso 6/15
 50134 Firenze
 Contribuição da Unidade: Erica Cimò;
 peritos: Antonietta D'Amato (Dirigente, Direzione generale per gli ordinamenti scolastici e la valutazione del sistema nazionale di istruzione, Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca), Sara Mori (Istituto Nazionale di Documentazione, Innovazione e Ricerca Educativa, INDIRE)

LETÓNIA

Unidade Eurydice
 State Education Development Agency
 Valņu street 3
 1050 Riga
 Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta; perito: Sarmīte Dīķe (Serviço Público de Qualidade da Educação)

LISTENSTAIN

Informationsstelle Eurydice
 Schulamt des Fürstentums Liechtenstein
 Austrasse 79
 Postfach 684
 9490 Vaduz

LITUÂNIA

Unidade Eurydice
 Agência Nacional de Avaliação das Escolas
 Didlaukio 82
 08303 Vilnius
 Contribuição da Unidade: Jolanta Jevsejevienė, Snieguolė Vaičekauskienė, Jelizaveta Tumlovskaja (Agência Nacional de Avaliação das Escolas da República da Lituânia)

LUXEMBURGO

Unité nationale d'Eurydice
 ANEFORÉ ASBL
 58, boulevard Grande-Duchesse Charlotte
 1330 Luxemburgo
 Contribuição da Unidade: Amina Kafai (Ministério da Educação, Crianças e Juventude)

MALTA

Unidade Eurydice
 Departamento de Investigação e Desenvolvimento
 Ministério da Educação e do Emprego

Great Siege Rd.
 Floriana VLT 2000
 Contribuição da Unidade: Robert Lewis Grech

MONTENEGRO

Unidade Eurydice
 Rimski trg bb
 81000 Podgorica

PAÍSES BAIXOS

Eurydice Nederland
 Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap
 Directie Internationaal Beleid
 Etage 4 – Kamer 08.022
 Rijnstraat 50
 2500 BJ Den Haag
 Contribuição da Unidade: Marian Hulshof (Inspeção da Educação)

NORUEGA

Unidade Eurydice
 Ministério da Educação e Investigação
 AIK-avd., Kunnskapsdepartementet
 Kirkegata 18
 P.O. Box 8119 Dep.
 0032 Oslo
 Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

POLÓNIA

Unidade Eurydice
 Fundação para o Desenvolvimento do Sistema Educativo
 Mokotowska 43
 00-551 Warsaw
 Contribuição da Unidade: Beata Platos; perito nacional: Aleksander Pawlicki

PORTUGAL

Unidade Portuguesa da Rede Eurydice (UPRE)
 Ministério da Educação
 Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
 Av. 24 de Julho, 134
 1399-054 Lisboa
 Contribuição da Unidade: Isabel Almeida; peritos: Leonor Duarte e Helder Guerreiro

ROMÉNIA

Unidade Eurydice
 Agência Nacional para os Programas Comunitários de Educação e Formação Profissional
 Universitatea Politehnică București
 Biblioteca Centrală
 Splaiul Independenței, nr. 313
 Sector 6
 060042 București
 Contribuição da Unidade: Veronica – Gabriela Chirea; perito: Constantin Șerban Iosifescu (Chairman, Agência Romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Pré-Universitário – ARACIP)

SÉRVIA

Ministarstvo prosvete i nauke
 Nemanjina 22-26
 11000 Belgrade

ESLOVÁQUIA

Unidade Eurydice
 Associação Académica para a Cooperação Internacional
 Svoradova 1
 811 03 Bratislava
 Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

ESLOVÉNIA

Unidade Eurydice
Ministério da Educação, Ciência e Desporto
Serviço de Desenvolvimento Educativo
Masarykova 16
1000 Ljubljana
Contribuição da Unidade: Tanja Taštanoska e Barbara Kresal
Sterniša; peritos: Andreja Barle Lakota (Ministério da Educação, Ciência e Desporto), Tomaž Rozman e Mateja Kozlevčar (Inspeção-Geral de Educação e Desporto da República da Eslovénia)

ESPANHA

Eurydice España-REDIE
Centro Nacional de Innovación e Investigación Educativa (CNIIE)
Ministerio de Educación, Cultura y Deporte
c/General Oraa 55
28006 Madrid
Contribuição da Unidade: Flora Gil Traver, Ana I. Martín Ramos; perito: Angel Ariza Cobos

SUÉCIA

Unidade Eurydice
Universitets- och högskolerådet/Conselho Sueco do Ensino Superior
Universitets- och högskolerådet
Box 45093
104 30 Stockholm
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

TURQUIA

Unidade Eurydice
MEB, Strateji Geliştirme Başkanlığı (SGB)
Eurydice Türkiye Birimi, Merkez Bina 4. Kat
B-Blok Bakanlıklar
06648 Ankara
Contribuição da Unidade: Responsabilidade conjunta

REINO UNIDO

Eurydice Unit for England, Wales and Northern Ireland
Centre for Information and Reviews
National Foundation for Educational Research (NFER)
The Mere, Upton Park
Slough, Berkshire, SL1 2DQ
Contribuição da Unidade: Maureen Heron e Robert Smith

Eurydice Unit Scotland
c/o Intelligence Unit
Education Analytical Services
Scottish Government
Area 2D South, Mail point 28
Victoria Quay
Edinburgh EH6 6QQ
Contribuição da Unidade: Pamela Semple e Jane Renton

O relatório *Assegurar a Qualidade na Educação: Políticas e Abordagens à Avaliação das Escolas na Europa* analisa as estruturas e a organização da avaliação escolar no ensino obrigatório a nível primário e secundário. Abrange todos os Estados-Membros da União Europeia, assim como a Islândia, Noruega, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia. As escolas constituem os pilares dos sistemas de educação e de formação e a avaliação das escolas é um instrumento importante para a monitorização e melhoria da sua qualidade, bem como para a promoção da qualidade da educação em geral. O relatório analisa os dois principais tipos de avaliação de escolas: avaliação externa, conduzida por avaliadores que não são membros do pessoal da escola concernente, e a avaliação interna, desempenhada sobretudo por membros do pessoal da própria escola. O relatório contém uma descrição do sistema de avaliação em cada país e uma análise comparativa da avaliação escolar na Europa.

A Rede Eurydice proporciona um conjunto de informações e análises sobre os diferentes sistemas educativos europeus e as respetivas políticas. A Rede consiste em Unidades nacionais localizadas em 34 países participantes no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da UE e é coordenada e gerida pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura em Bruxelas, que elabora as respetivas publicações e bases de dados.

A Rede Eurydice destina-se sobretudo aos atores envolvidos na conceção de políticas educativas aos níveis nacional, regional e local, assim como a nível das instituições da União Europeia. Centra-se essencialmente na forma como a educação na Europa está estruturada e organizada em todos os níveis de ensino. As suas publicações podem dividir-se genericamente em descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. São disponibilizadas gratuitamente no sítio de Internet da Eurydice ou em formato impresso mediante pedido.

